

Capa: Cristiano Santos Formiga e Rooseman de Oliveira Silva.
Ilustração da Capa: Foto do Condomínio Costa brava – tirada a partir do cruzamento das
avenidas Pedro Valadares e Deputado Silvio Teixeira.
Revisões preliminares: Tomás de Albuquerque Lapa e Rooseman de Oliveira Silva.
Revisão final: Rooseman de Oliveira Silva.

SILVA, Rooseman de Oliveira

Formas de Uso e Apropriação do Espaço Urbano Coletivo. O Caso do Bairro Jardins em Aracaju-Se. Rooseman de Oliveira Silva. – Recife: Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco MDU/UFPE), 2003. Orientação Prof. Dr. Tomás de Albuquerque Lapa.

1. Uso, apropriação do espaço.
2. Pós-modernidade, mudanças sócio-culturais.
3. Interação social, cotidiano urbano.

Contato com o autor:
e-mail: rooseman@ig.com.br



.....

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO (MDU)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano do Curso de Pós-Graduação *Stricto-Sensu*.

FORMAS DE USO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO COLETIVO
O CASO DO BAIRRO JARDINS EM ARACAJU-SE

ROOSEMAN DE OLIVEIRA SILVA

Banca Examinadora
Prof^o Orientador: Dr. Tomás de Albuquerque Lapa
Prof^a Dr^a Ana Rita Sá Carneiro
Prof^a Dr^a Edvânia Tôrres Aguiar Gomes

Recife, outubro de 2003.



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO de Mestrado em Desenvolvimento Urbano do
Mestrando **ROOSEMAN DE OLIVEIRA SILVA**.

Às 14.00 horas do dia 29 do mês de setembro de 2003 reuniu-se na Sala dos Professores do CAC da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Curso em 20.08.2003, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado "FORMAS DE USO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO COLETIVO – O CASO DO BAIRRO JARDINS EM ARACAJU/SE", requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Tomás de Albuquerque Lapa, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, o candidato foi considerado **APROVADO**. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente Ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Recife, 29 de setembro de 2003.

Prof. Tomás de Albuquerque Lapa
(Orientador)

Profª. Ana Rita Sá Carneiro
(Examinadora Interna)

Profª. Edvânia Torres Aguiar Gomes
(Examinadora Externa)

Caixa Postal 7809 – Cidade Universitária – CEP 50732-970 – Recife-PE/Brasil
Tel: XX (81) 271-8311 – Ramal 034 – Fax: XX(81) 271-8772 – E-mail: mdu@ufpe.br

*“Somente os homens que crêm apaixonadamente nos valores e põem em jogo
uma vontade apaixonada podem chegar a ser grandes cientistas.”*

Sombart

Para que Aracaju cresça com prosperidade social e desenvolvimento urbano.

Em particular, dedico este trabalho a todos os neófitos que estão iniciando suas pesquisas científicas. A vocês, faço votos de sucesso, confirmando a necessidade de sermos humildes nos períodos de aprendizagem, ousados nas horas de insegurança e persistentes até os minutos finais. Acredito ser essa uma receita básica para a formação do verdadeiro pesquisador.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro plano, quero agradecer a Deus, sentido de todas as coisas do Universo, força maior que sempre esteve ao meu lado nos momentos de dificuldade.

Agradeço também à minha família, principalmente ao meu pai, o Lessa, que mesmo não estando fisicamente entre nós, tenho certeza que tem olhado por mim com muito orgulho e esperança; à minha mãe Marlene e aos meus irmãos, Rômulo, Romina e Ruanny, que me apoiaram de todas as formas possíveis quando decidi ir ao Recife aprimorar meus conhecimentos; à minha cunhada Iara pela sua força positiva; à minha tia Mariza que soube me acolher em sua casa com muito amor e dedicação, sem ela certamente não teria conseguido vencer as inúmeras dificuldades; à minha noiva Natália, que demonstrou compreensão quando estive ausente nas ocasiões de tristeza e de alegria, e que soube acompanhar, à distância, toda a trajetória desse trabalho, estando comigo até a sua etapa final, quando convergiram sucessivas crises e ansiedades.

Agradeço em especial:

Aos professores Luís de la Mora e Ana Rita Sá Carneiro que, no exame de qualificação, apontaram caminhos de grande relevância para o desenvolvimento do trabalho de campo;

Ao meu orientador, prof^o Tomás Lapa, pela oportunidade de trabalhar ao seu lado no Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial (CECI), onde tive contato com pessoas que, de alguma forma, contribuíram para o meu desenvolvimento acadêmico; agradeço também pela convivência cotidiana durante minha permanência no Recife, período em que trocávamos idéias e pudemos ser grandes amigos; no mais, agradeço pelas suas sugestões valiosas que acabaram direcionando o foco da pesquisa e enriquecendo o conteúdo desse trabalho. *“Professor, guardo comigo todos os seus ensinamentos. Sinceramente, obrigado por tudo!”*;

Agradeço também ao colega Adriano, com quem dividi momentos difíceis durante o primeiro ano de curso, juntos tenho certeza que construímos bons trabalhos científicos;

A Marcos Arthur, meu *irmão camarada*, pela disponibilidade em ajudar na aplicação dos questionários;

A Julierme, meu colega de trabalho, que soube “segurar a peteca” enquanto estive ausente, cuja compreensão foi fundamental para que minhas atenções não fossem desviadas;

Ao Corpo Técnico de Engenharia Ltda (CTENG), empresa representada pelo Eng^o José Marcos de Macedo Santos, que ofereceu condições para o desenvolvimento de toda a pesquisa;

Aos síndicos dos condomínios, pela permissão de estudar suas áreas internas; aos seus funcionários, em especial ao Sr. Orion, zelador do Condomínio *Beau Rivage Plaza*, ao Sr. Francisco, zelador do Condomínio Costa Brava, e a Luciene, Lúcia e Adalberto, que sempre se mostraram dispostos a contribuir com novas informações, mesmo não entendendo os objetivos da pesquisa;

Quero agradecer também a todos as pessoas entrevistadas, que tiveram a gentileza de responder às perguntas, muitas vezes demonstrando interesse em alterá-las de modo a facilitar o entendimento;

Enfim, agradeço antecipadamente a todos aqueles que tiveram a paciência de ler, criticar e aprimorar este trabalho, fruto de grande persistência e dedicação.

Rooseman de Oliveira Silva
Aracaju, agosto de 2003.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	ii
DEDICATÓRIA.....	v
AGRADECIMENTOS.....	vi
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	x
LISTA DE SIGLAS.....	xiv
RESUMO/ <i>ABSTRACT</i>	xv
INTRODUÇÃO.....	16
PARTE I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
I. TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS E NOVOS ESPAÇOS URBANOS.....	21
1.1 Considerações sobre a transição entre modernidade e pós-modernidade...	22
1.2 Os efeitos da pós-modernidade.....	28
1.2.1 Surgimento dos <i>shopping centers</i> e condomínios fechados.....	31
1.3 Cidade contemporânea e uso coletivo.....	36
1.3.1 A relação público-privado: estabelecendo alguns critérios.....	38
1.3.2 Pesquisas de referência.....	42
1.4 Considerações sobre o capítulo.....	45
PARTE II: ARACAJU, O BAIRRO JARDINS E A PESQUISA	
II. ARACAJU E A PROPOSTA DO BAIRRO JARDINS.....	48
2.1 Síntese da evolução urbana.....	49
2.2 Bairro Jardins: o sonho de viver em espaços planejados?.....	62
2.2.1 Partido urbanístico.....	63
2.3 Um olhar na paisagem do <i>Jardins</i>	69
2.4 Considerações sobre o capítulo.....	74
III. A PESQUISA – USO DO ESPAÇO URBANO COLETIVO.....	76
3.1 Problema, objetivos, hipótese.....	77
3.2 Metodologia e procedimentos operacionais.....	79
PARTE III: NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO <i>JARDINS</i>	
IV. A CONDIÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	86
4.1 O uso cotidiano das ruas.....	87
4.2 A interação social em espaços residuais.....	97
4.3 A reivindicação por espaços públicos.....	109
4.4 Considerações sobre o capítulo.....	118
PARTE IV: NOS ESPAÇOS PRIVADOS DO <i>JARDINS</i>	
V. OS CONDOMÍNIOS FECHADOS.....	121
5.1 O contato com as ruas.....	122
5.2 Espaço planejado e uso restrito.....	128

5.3 A segurança como prioridade espacial.....	144
5.4 Considerações sobre o capítulo.....	148
VI. O SHOPPING CENTER JARDINS.....	151
6.1 A natureza do uso num espaço artificialmente produzido.....	152
6.2 O lazer e a formação de grupos sociais.....	160
6.2.1 A renovação do público aos finais de semana.....	165
6.3 Considerações sobre o capítulo – <i>shopping center</i> : uma praça pós-moderna?.....	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	182
ANEXOS.....	190
I. Planta baixa do apartamento padrão do Condomínio <i>Golden Garden</i>	191
II. Planta baixa do apartamento padrão do Condomínio <i>Costa Brava</i>	192
III. Planta baixa do apartamento padrão do Condomínio <i>Beau Rivage Plaza</i>	193
IV. Modelo de Questionário – Praça Garcia Moreno.....	194
V. Modelo de Questionário – Condomínios Fechados.....	196
VI. Modelo de Questionário – <i>Shopping Center Jardins</i>	199
VII. Quantitativo dos Dados – Praça Garcia Moreno.....	201
VIII. Quantitativo dos Dados – CGG.....	202
IX. Quantitativo dos Dados – CCB.....	203
X. Quantitativo dos Dados – CBRP.....	204
XI. Quantitativo dos Dados – Comparativo entre Condomínios.....	205
XII. Quantitativo dos Dados – SCJ.....	206

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

DESENHOS

Desenho 4.1 Vista da área pergolada, apropriada principalmente por fumantes e casais de namorados (<i>in loco</i>). Fonte: autor. Data: 14/12/2002. Horário: 17:43h.....	113
Desenho 5.1 A portaria do CCB é recuada e protegida com grades a fim de reduzir o contato direto com estranhos e, conseqüentemente, aumentar a segurança do condomínio (<i>in loco</i>). Fonte: autor. Data: 16/01/2003. Horário: 16:26h.....	124
Desenho 5.2 O <i>playground</i> do CGG é limitado por uma cerca de cordas e está localizado na área das jardineiras (<i>in loco</i>). Fonte: autor. Data: 20/01/2003. Horário: 16:08h.....	130
Desenho 6.1 A presença de quiosques no eixo das passarelas reduz o espaço de circulação (<i>in loco</i>). Fonte: autor. Data: 18/01/2003. Horário: 17:07h.....	158

FIGURAS

Figura 2.1 Ocupação espontânea dos espaços litorâneos – fevereiro de 1856. Fonte: Revista de Aracaju. Ano I, nº 01. Prefeitura do Município de Aracaju, 1943: 147.....	51
Figura 2.2 Formação de aglomerações na direção oeste – fevereiro de 1857. Fonte: Revista de Aracaju. Ano I, nº 01. Prefeitura do Município de Aracaju, 1943: 149.....	51
Figura 2.3 Estruturação de novos quarteirões sempre mantendo a regularidade excessiva do plano urbanístico – ano de 1865. Fonte: Revista de Aracaju. Ano I, nº 01. Prefeitura do Município de Aracaju, 1943: 155. Reconstituição feita por Mário Cabral e Fernando Porto, segundo documentos da época.....	52
Figura 2.4 Croqui do projeto para arruamento e distribuição das funções urbanas. Destaque para os dois únicos espaços voltados aos condomínios horizontais, com acessibilidade centrada através de ruas sem saída. Fonte: Dayse Araújo Lapa Guerra – co-autora do projeto urbanístico.	66
Figura 2.5 Ilustração publicitária – proposta de uma faixa de área verde com dez metros de largura para condomínios verticais. Fonte: vídeo promocional da Norcon (1994).....	67
Figura 2.6 Condomínios horizontais – faixa de área verde com três metros de largura. Outra ilustração publicitária. Fonte: idem à Figura 2.5.....	67

FOTOS

Foto 2.1 Em destaque, da esquerda para direita, o edifício Estado de Sergipe (1970) e o edifício da Previdência Social (1971). Considerados símbolos de progresso e modernidade. Fonte: autor. Data: 02/10/2002. Horário: 16:20h.....	58
Foto 2.2 Vista do bairro Treze de Julho. Edifícios implantados em área de mangue – solo frágil. Fonte: autor. Data: 16/10/2002. Horário: 13:42h.....	59
Foto 2.3 Calçadão do bairro Treze de Julho. Urbanização de áreas já valorizadas. Fonte: autor. Data: 16/10/2002. Horário: 13:56h.....	61

Foto 2.4 Vista aérea da região – futuro bairro Jardins. Destaque para as obras de aterro e terraplenagem e a construção dos canais ao longo das avenidas (1993). Fonte: Secretaria de Planejamento da Cidade de Aracaju – SEPLAN.....	65
Foto 2.5 Vista aérea do bairro Jardins – ano 2000. Destaque para o <i>shopping center</i> à direita, condomínios de classe média à esquerda inferior e os condomínios de melhor padrão, acima. Fonte: Norcon.....	68
Foto 2.6 Vista da região do Grageru antes do lançamento do bairro Jardins (1996). Fonte: CINFORM – Imóveis, 05 a 11/08/2002.....	71
Foto 2.7 Vista do bairro Jardins já com a implantação do <i>shopping</i> e das avenidas (2002). Fonte: autor. Data: 21/10/2002. Horário: 13:25h.....	71
Foto 2.8 Edifícios padrão classe média, implantados em grupo de três por condomínio. A intenção de reduzir os custos da construção gerou um efeito pouco dinâmico à paisagem <i>do Jardins</i> . Fonte: autor. Data: 27/10/2002. Horário: 12:40h.....	72
Foto 2.9 Incompatibilidade da área do terreno em relação ao porte da edificação. Mesmo com a disponibilidade de áreas livres há um superaproveitamento do solo, gerando a contigüidade dos condomínios. Fonte: autor. Data: 27/10/2002. Horário: 07:31h.....	72
Foto 4.1 Caminhadas exercidas por adultos de diferentes idades nas calçadas do canal da avenida Deputado Silvio Teixeira. Fonte: autor. Data: 09/12/2002. Horário: 06:27h.....	88
Foto 4.2 Estacionamento do <i>shopping</i> Jardins – mudança da função espacial em virtude das atividades de lazer ali desenvolvidas. Presença de crianças, jovens, adultos e idosos. Fonte: autor. Data: 13/12/2002. Horário: 06:29h.....	90
Foto 4.3 Alameda “B” – rua com características semelhantes às propostas divulgadas no lançamento do bairro Jardins. Fonte: autor. Data: 09/01/2003. Horário: 15:36h.....	91
Foto 4.4 A altura dos muros dos condomínios e a pequena largura das calçadas provocam o abandono da rua por parte dos pedestres, transformando o espaço público em depósito de entulho. Fonte: autor. Data: 25/01/2003. Horário: 08:56h.....	92
Foto 4.5 A passagem espontânea que interliga a avenida Deputado Silvio Teixeira à alameda “B” recebe um fluxo constante de pessoas durante o dia. Fonte: autor. Data: 09/01/2003. Horário: 15:29h.....	93
Foto 4.6 Cenário espacial do cruzamento das avenidas. A configuração facilita a circulação de veículos, mas dificulta o deslocamento seguro de pedestres. Fonte: autor. Data: 16/10/2002. Horário: 13:28h.....	93
Foto 4.7 Trabalhadores da construção civil se apropriam do canteiro central da avenida Pedro Valadares para almoçar e descansar. Fonte: autor. Data: 04/10/2002. Horário: 12:37h.....	94
Foto 4.8 Grande fluxo de pessoas em direção ao <i>shopping center</i> durante o período da tarde. Fonte: autor. Data: 09/01/2003. Horário: 15:04h.....	95
Foto 4.9 Operários da construção civil a espera do transporte coletivo – maior segurança aos espaços públicos próximos. Fonte: autor. Data: 22/01/2003. Horário: 17:26h.....	96
Foto 4.10 Apropriação da calçada do condomínio Costa Brava por grupos de pessoas que faziam divulgação política. Fonte: autor. Data: 03/10/2002. Horário: 12:11h.....	99
Foto 4.11 No intervalo do almoço alguns grupos se apropriavam do espaço para tomar banho de sol. Fonte: autor. Data: 03/10/2002. Horário: 12:19h.....	99

Foto 4.12 Pequenas atividades cênicas eram realizadas nas paradas dos sinais de trânsito com intuito de arrecadar dinheiro para programas sociais. Fonte: autor. Data: 11/01/2003. Horário: 11:15h.....	100
Foto 4.13 Meninos de rua improvisam brincadeiras nos espaços públicos do cruzamento das avenidas. Fonte: autor. Data: 09/01/2003. Horário: 14:37h.....	102
Foto 4.14 Negociação entre os meninos de rua e os seguranças do <i>shopping</i> Jardins na fronteira que divide o espaço público do privado. Data: 09/01/2003. Fonte: autor. Horário: 14:44h.....	103
Foto 4.15 Apropriação do estacionamento externo do condomínio <i>Spring Village</i> para desenvolvimento de atividades comerciais ambulantes. Fonte: autor. Data: 10/01/2003. Horário: 17:13h.....	105
Foto 4.16 Devido às limitações espaciais do estabelecimento comercial, a via de carros e a calçada são apropriadas pelos clientes. Fonte: autor. Data: 14/02/2003. Horário: 17:27h.....	107
Foto 4.17 Vista a partir do interior da praça. A implantação dos <i>outdoors</i> no terreno livre dificulta a visibilidade do espaço para quem se desloca na avenida. Fonte: autor. Data: 14/12/2002. Horário: 17:07h.....	111
Foto 4.18 A localização da banca de revista prejudica a visibilidade longitudinal da praça Garcia Moreno. Fonte: autor. Data: 20/01/2003. Horário: 15:52h.....	111
Fotos 4.19 e 4.20 As crianças e babás eram os principais usuários da praça no período da tarde. Fonte: autor. Data: 12/12/2002. Horários: 17:21h e 17:11h, respectivamente.....	113
Foto 4.21 Placa com linguajar popular explícito, para inibir o costume da vizinhança. Fonte: autor. Data: 14/12/2002. Horário: 16:17h.....	116
Foto 5.1 Grupo de adolescentes conversando na calçada da portaria do condomínio Costa Esmeralda, situado na rua "A", defronte ao CCB. Fonte: autor. Data: 20/01/2003. Horário: 17:33h.....	126
Foto 5.2 Os ambientes internos do CCB são amplos e extensos, superiores aos ambientes dos outros condomínios. Fonte: autor. Data: 20/01/2003. Horário: 17:08h.....	131
Foto 5.3 <i>Playground</i> do CBRP. Fonte: autor. Data: 20/01/2003. Horário: 16:43h.....	133
Foto 5.4 Fachada do edifício. Fonte: autor. Data: 16/01/2003. Horário: 18:01h.....	134
Foto 5.5 As dimensões reduzidas da quadra de esportes não satisfazem as necessidades de lazer dos adolescentes. Fonte: autor. Data: 10/01/2003. Horário: 17:39h.....	136
Foto 5.6 Vista principal dos edifícios. Fonte: autor. Data: 16/01/2003. Horário: 16:51h.....	137
Foto 5.7 A piscina do CCB é bastante utilizada pelas crianças e adolescentes, capaz de atrair diferentes usos aos ambientes vizinhos. Fonte: autor. Data: 09/01/2003. Horário: 10:51h.....	138
Foto 5.8 Vista principal dos edifícios. Fonte: autor. Data: 16/01/2003. Horário: 17:00h.....	139
Fotos 6.1 e 6.2 O contato entre os jardins centrais e os ambientes internos é apenas visual. Fonte: autor. Data: 19/01/2003. Horários: 17:10h e 17:09h, respectivamente.....	156
Foto 6.3 Ornamentação das festas natalinas de 2002 do SCJ. Fonte: autor. Data: 03/01/2003. Horário: 19:57h.....	164
Foto 6.4 Nas noites de domingo a praça de alimentação é apropriada por um público jovem.	

Fonte: autor. Data: 19/01/2003. Horário: 20:58h.....	166
Foto 6.5 As pequenas reuniões de adolescentes nas mesas da praça de alimentação só são toleradas nas noites de domingo. Fonte: autor. Data: 19/01/2003. Horário: 21:11h.....	168
Foto 6.6 Vista principal. Fonte: autor. Data: 16/10/2002. Horário: 13:21h.....	170

GRÁFICOS

Gráfico 5.1 Freqüência de uso dos espaços de lazer. Fonte: autor.....	132
Gráfico 5.2 Freqüência de conversas entre moradores dos condomínios. Fonte: autor.....	142
Gráfico 5.3 Freqüência com que os moradores convidam vizinhos aos seus apartamentos. Fonte: autor.....	143
Gráfico 6.1 Comparativo entre segurança e satisfação. Fonte: autor.....	155
Gráfico 6.2 Finalidade com que os usuários vão ao SCJ. Fonte: autor.....	161
Gráfico 6.3 Origem dos usuários do SCJ. Fonte: autor.....	162

MAPAS

Mapa 2.1 Localização do município de Aracaju em relação à Sergipe. Fonte: Coordenadoria de Projetos – Diretoria de Tecnologia do DER-SE.....	49
Mapa 2.2 Planta da Cidade de Aracaju – Divisão dos Bairros. Escala: 1:50.000. Fonte: Prefeitura Municipal de Aracaju – PMA. Data: março de 2002 (parcialmente atualizado).....	57
Mapa 2.3 Localização do bairro Jardins – delimitado pelas principais avenidas da zona sul. Escala: 1:10.000. Fonte: autor.....	64
Mapa 3.1 Cenário Urbano do bairro Jardins. Escala: 1:2.500. Fonte: autor.....	85
Mapa Comportamental Geral – Praça Garcia Moreno. Escala: 1:500. Fonte: autor.....	115
Mapa Comportamental Geral – Condomínio <i>Beau Rivage Plaza</i> (Pavimento do Estacionamento – Térreo). Escala: 1:250. Fonte: autor.....	134
Mapa Comportamental Geral – Condomínio <i>Beau Rivage Plaza</i> (Pavimento de Lazer – Superior). Escala: 1:250. Fonte: autor.....	135
Mapa Comportamental Geral – Condomínio <i>Golden Garden.</i> Escala: 1:400. Fonte: autor.....	137
Mapa Comportamental Geral – Condomínio <i>Costa Brava.</i> Escala: 1:400. Fonte: autor.....	139
Mapa Geral de Usos – <i>Shopping Center Jardins.</i> Escala: 1:1250. Fonte: autor.....	170

TABELAS

Tabela 1 Classificação dos espaços urbanos quanto ao uso e à propriedade. Fonte: autor.....	41
Tabela 2 Crescimento da população de Aracaju entre os anos de 1940 e 1980. Fonte: OLIVEIRA, 2000: 26. Ver referências bibliográficas.....	56

LISTA DE SIGLAS

ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

BANESE – Banco do Estado de Sergipe.

BNH – Banco Nacional de Habitação.

CBRP – Condomínio *Beau Rivage Plaza*.

CCB – Condomínio Costa Brava.

CGG – Condomínio *Golden Garden*.

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

CINFORM – Central de Informações Comerciais Ltda.

COHAB-SE – Companhia de Habitação Popular do Estado de Sergipe.

DER-SE – Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de Sergipe.

DETRAN-SE – Departamento de Trânsito do Estado de Sergipe.

DIA – Distrito Industrial de Aracaju.

EMSETUR – Empresa Sergipana de Turismo S.A.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MDU – Mestrado em Desenvolvimento Urbano.

NORCON – Nordeste Construções Ltda.

PMA – Prefeitura Municipal de Aracaju.

SCJ – *Shopping center* Jardins.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento da Cidade de Aracaju.

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco.

UFS – Universidade Federal de Sergipe.

UNIT – Universidade Tiradentes.

28º BC – Vigésimo Oitavo Batalhão de Caçadores.

RESUMO

O período conhecido como pós-moderno de alguma maneira vem alterando o modo de pensar e estruturar o espaço urbano. As alterações têm sido responsáveis, entre outros aspectos, pelo surgimento de espaços do tipo condomínio e shopping center, como uma alternativa de acompanhar as transformações por que passam as cidades. Esses espaços, que abrigam funções urbanas voltadas para seus ambientes internos, não só apresentam uma fragmentação do tecido urbano, como também uma tendência de incorporar as funções dos espaços públicos, gerando distintas formas de uso e apropriação, capazes de revelar particularidades do ponto de vista sócio-cultural nas cidades contemporâneas.

A questão central deste trabalho é compreender em que medida as mudanças sócio-culturais, alterando o uso e o desempenho dos espaços urbanos coletivos, estabelecem outros significados a partir das novas características espaciais. Como objeto de estudo, foi escolhido o bairro Jardins em Aracaju-Se, lugar onde os espaços privados receberam um tratamento especial por parte do planejamento urbano, em detrimento dos espaços públicos que foram ignorados e reduzidos à circulação de veículos e de pedestres. Este trabalho também apresenta os significados resultantes da interseção entre as diferentes formas de apropriação encontradas nos condomínios, no shopping center e nos espaços públicos, tendo por referência atividades de lazer do cotidiano dos moradores e dos usuários do bairro.

ABSTRACT

The period known as postmodern, somehow is changing the way of thinking and structuring the urban space. The changes have been responsible, in other factors, by the appearance of some areas like shopping centers and joint ownership, as an alternative to follow the transformation which the cities were going through. These areas, that support urban functions directed to its internal ambients, shows a fragmentation of the urban tissue and a tendency to incorporate these functions of the public spaces, generating distinguished ways of using and appropriation able to reveal some peculiarities of the social-culture point of view at the contemporary cities.

The principal question of this work is to understand how does the social-culture changes, modified the use and the performance of collective urban spaces, setting other meanings from the new spatial peculiarities. As object of study was chosen Jardins district in Aracaju-Sergipe, where the private spaces received a especial treatment by the urban planning, contrary the public spaces that were ignored and simplified to vehicles and people circulation. This work also presents the resulting meanings of the intersection between the different ways of appropriation found at the joint ownership at the shopping center and at the public spaces, using as a reference the daily leisure activities of the dwellers and the users of the district.

INTRODUÇÃO

A cidade é uma representação espacial dos valores culturais. De pequeno a grande porte, atrasada ou desenvolvida, antiga ou recente, toda cidade apresenta uma cultura que expressa os costumes e tradições dos seus habitantes. Cada cidade possui sua cultura e cada cultura é própria e exclusiva de cada cidade, razão pela qual não existem duas cidades exatamente iguais. E isso independe da condição do espaço natural, ou seja, do local de sua inserção. Praticamente todas as cidades são dotadas de um sistema espacial contendo ruas, calçadas e quarteirões. Foi assim que o homem, durante seu processo de desenvolvimento social, estruturou o espaço urbano. Mas esse padrão espacial se apresenta de modo diferente em cada cidade, revelando características próprias originadas daquilo que podemos chamar de cultura urbana ou cultura das cidades.

As mudanças culturais, resultantes do desenvolvimento social, geram transformações na forma de organizar e agenciar o espaço urbano. Existem muitas teorias que envolvem o significado cultural das cidades, mas poucas são capazes de responder, com precisão, como as mudanças culturais resultam em transformações urbanas que acabam fundamentando novos significados sociais.

Nos últimos anos, temos assistido a uma acelerada transformação das cidades e, conseqüentemente, o surgimento de uma nova forma de estruturação espacial. Por causa de inúmeros motivos, entre eles destacam-se a insegurança nas ruas e o crescimento da violência, a dimensão privada do espaço passou a ser o foco das atenções do planejamento urbano. Os espaços públicos foram parcialmente abandonados por parte de algumas camadas da população, sob justificativa de não oferecerem condições de desenvolvimento da vida coletiva como antes.

Surgem espaços do tipo condomínios fechados e *shopping centers* oferecendo novas possibilidades para o desenvolvimento das funções urbanas, como morar, sociabilizar e principalmente o lazer. A vida social foi se deslocando para esses redutos fechados que, estabelecendo um controle sobre o modo de usar e se apropriar dos ambientes internos, acabam inspirando mais segurança que os espaços públicos. Na década de 1980, com o avanço dos canais de comunicação e do capital globalizado, os condomínios fechados e os *shopping centers* foram se aperfeiçoando através de simbolismos e inovações tecnológicas. Aos poucos foram se estabelecendo tentativas de substituir o espaço público

pela imagem pública do espaço privado, fato que gerou distorções e desequilíbrio na relação público-privado. Por trás desta realidade, há uma gama de investidores imobiliários interessados em vender a imagem dos seus empreendimentos, estruturando o espaço geralmente da maneira que mais os favorecem.

Este processo de transformação pode ser identificado tanto pela fragilidade das propostas espaciais, caracterizadas pela ênfase dada aos espaços privados e pela venda de uma imagem simbólica, destinada ao consumo massivo, quanto pela redução da interação social em espaços públicos, propiciando o aparecimento de novas formas de uso e apropriação. Cercada de incertezas e contradições, a cultura contemporânea traduz o enfraquecimento estrutural da sociedade e sua pouca eficácia em produzir o espaço urbano voltado para o bem estar social.

Apoiado no contexto de discussão sobre a vida das cidades e enfocando o uso dos espaços públicos e privados, este trabalho busca avaliar o efeito das transformações sobre o uso e o desempenho dos espaços urbanos coletivos.

Em Aracaju, cidade cuja evolução urbana sempre esteve ligada aos interesses de uma minoria social, foi construído na década de 1990 o bairro Jardins. Símbolo de qualidade e segurança, o bairro Jardins foi se configurando em sentido contrário ao da sua proposta urbanística original. Inicialmente, foram previstos espaços públicos bem dimensionados, com equipamentos de lazer e amplas áreas verdes, ao lado de diferentes tipologias condominiais fechadas e um *shopping center*. Em síntese, era uma proposta que apresentava um certo equilíbrio na relação público-privado. Com o passar do tempo, o bairro foi apresentando um partido urbanístico em que se valorizava apenas o planejamento dos condomínios e do *shopping center*, ao passo que os espaços públicos foram destinados à circulação de veículos e à movimentação de pedestres.

O objetivo deste trabalho, portanto, é avaliar o uso e o desempenho dos espaços urbanos coletivos do bairro Jardins, tomando como viés atividades de lazer do cotidiano dos moradores e usuários. Para tanto, é necessário saber como os moradores e usuários estabelecem outros significados ao contexto urbano, a partir das novas características espaciais.

O trabalho foi dividido em quatro partes: *fundamentação teórica*, *a apresentação do bairro Jardins*, *o estudo dos espaços públicos* e, por fim, *o estudo dos espaços privados*, perfazendo um total de seis capítulos.

A primeira parte, correspondendo ao 1º capítulo, tece considerações sobre a transição entre modernidade e pós-modernidade, e os efeitos sobre as cidades contemporâneas. Inclui também uma tentativa de esclarecer as distorções que se estabeleceram na relação público-privado, após o surgimento dos condomínios e dos *shopping centers* e, finalmente, os autores nos quais a pesquisa se fundamenta.

A segunda parte abrange o 2º e o 3º capítulos. No 2º capítulo foi feita uma breve exposição da evolução urbana da cidade de Aracaju, passando pela fase de expansão do mercado imobiliário, até chegar no processo de verticalização e na proposta do bairro Jardins. Desse modo é oferecida uma noção preliminar da evolução urbana da cidade e, em seguida, são apresentadas informações mais detalhadas sobre o objeto, possibilitando ao leitor aperceber-se das mudanças sócio-culturais que deram origem ao bairro Jardins. No 3º capítulo são apresentados detalhes mais aprofundados do problema de pesquisa, dos objetivos e da hipótese, além de uma descrição minuciosa dos procedimentos metodológicos e operacionais de todo o trabalho de campo.

Nas partes finais são apresentados usos e formas de apropriação dos espaços públicos e privados, buscando comparações entre as suas particularidades. No 4º capítulo (parte III) foram estudados os espaços públicos – avenidas, ruas, calçadas, esquinas e sobras espaciais – e a praça Garcia Moreno, a única praça existente no bairro. Já no 5º e 6º capítulos (parte IV) foram estudados três condomínios fechados, com padrões sociais distintos, e o *shopping center* Jardins, respectivamente. Nos condomínios foi avaliada a intensidade de uso dos ambientes internos, ao passo que no *shopping center* Jardins, formas de apropriação e sociabilidade, tomando por referência a diversidade de usuários frequentadores.

A pesquisa teve o intuito de levantar questões sobre as particularidades encontradas nos espaços urbanos coletivos com atributos físicos diferentes. Longe de querer instituir uma cartilha de como construir espaços com qualidade, esse trabalho abrange uma reflexão detalhada dos usos e das formas de apropriação em espaços que sofreram influência das mudanças sócio-culturais ocorridas nos últimos anos.

Neste trabalho, não se buscou fazer apologias aos espaços públicos e críticas incisivas aos espaços privados, tampouco descrever as diferenças nas formas de uso e apropriação, porque poder-se-ia dizer que essas diferenças são óbvias em função dos seus atributos físicos. Buscou-se caracterizar as diferenças, através de seus detalhes, a fim de explicitar relações sócio-espaciais com novos significados. Sobre esse aspecto, o uso tem revelado particularidades de máxima importância na reflexão das verdadeiras intenções e funções atribuídas aos espaços.

Para o entendimento do objeto e da complexidade que envolve o tema da pesquisa, há que se destacar a importância dos artigos *O lugar do espaço público na paisagem pós-moderna* e *Apropriação compartilhada: particularidades sobre o uso do espaço urbano*. Ambos foram escritos como requisito final das disciplinas *Tópicos Avançados em Conservação Urbana* e *Avaliação do Ambiente Construído* do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, sendo que o segundo artigo foi apresentado em maio de 2003 no X Encontro Nacional da ANPUR.

Por fim, a dissertação terá tanto mais sentido na medida que for submetida a críticas e a sugestões, com base em novos estudos sobre o uso do espaço urbano coletivo nas cidades contemporâneas.

PARTE I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

I. TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS E NOVOS ESPAÇOS URBANOS

O uso do espaço tem sido estigma das mudanças sócio-culturais ocorridas ao longo do tempo nas cidades, apresentando-se como agente revelador das transformações urbanas. Este capítulo tece considerações sobre a transição entre modernidade e pós-modernidade, e os efeitos sobre as cidades contemporâneas, ressaltando o surgimento de espaços não experienciados na fase moderna e os seus significados para a relação público-privado. Ademais, são definidos os autores que lançaram conclusões sobre a temática e o foco do trabalho.

1.1 Considerações sobre a transição entre modernidade e pós-modernidade

Das muitas discussões que envolvem a cultura das cidades e a gestão do planejamento urbano, está em vigor a discussão das relações resultantes da transição entre modernidade e pós-modernidade. Apesar de não existir um critério que separe as cidades pós-modernas das modernas, como afirma Zukin (2000: 81), é notório que algo mudou na maneira de enxergar o consumo visual do espaço e do tempo. Esclarecer essa transição é importante para compreender alguns dos acontecimentos urbanos e transformações inerentes às cidades contemporâneas, assim como identificar as novas exigências que, supõe-se, não seriam mais supridas pela cultura moderna. É oportuno saber o que quer dizer cidade pós-moderna, se é que realmente podemos nos expressar assim, e se esse período é distinto do período moderno ou apenas uma representação do período anterior.

A noção de pós-modernidade é quase sempre polêmica (FRÚGOLI JR., 1989: 37), capaz de provocar novos questionamentos sempre que se tenta erradicar as dúvidas existentes no âmbito sócio-cultural vigente. “...Podemos afirmar que ainda respiramos modernidade e somos culturalmente modernos...”, dizia Luís Amorim¹, em pleno século XXI, com afinada convicção. Em Aracaju, numa matéria publicada no jornal *Cinform* (19 a 25/08/2002), a arquiteta Ana Libório, no início da década de 1980, dava um parecer semelhante sobre a expressão *post modern*, perguntando-se “... como é possível sermos pós-modernos se ainda engatinhamos na modernidade”. É comum encontrar

1. Arquiteto e professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE).

perfis dessa natureza entre diferentes teóricos do assunto. O pós-moderno parece ser um período sem definição própria e, portanto, frágil, eficiente em dividir opiniões.

Partindo do princípio de que cada cultura possui uma lógica própria, baseada nas necessidades sociais de uma época, passível de sofrer constantes alterações em decorrência de novas circunstâncias surgidas (SANTOS & DEL RIO, 1998), a condição pós-moderna torna-se relevante e autêntica, caso a modernidade não mais responda às transformações ocorridas nas cidades durante os últimos anos.

De fato, à medida que se tem consciência de que mudanças culturais estão sendo introduzidas na sociedade, imediatamente, busca-se uma classificação da fase vivenciada, no intuito de evitar que tais mudanças alcancem proporções sem que se tenha referências previamente estabelecidas. Nesse sentido, a pós-modernidade pode ser um período distinto da modernidade ou apenas uma resposta às suas conseqüências.

Por analogia, sabe-se que as concepções modernas, embora falhas, partiam do princípio de instalar progresso a uma sociedade economicamente falida e traumatizada pela guerra. Ou seja, possuíam uma lógica em resposta às necessidades da época, que, aliás, não foi uma lógica instituída imediatamente, mas num processo lento, desde o início do século XX, onde os antigos padrões sociais urbanos foram absorvidos em favor do crescimento de uma nova forma de refletir o desenvolvimento das cidades. É relevante, portanto, identificar as razões que justificam o período pós-moderno e a lógica cultural que o sustenta, para que se possa, entre outros aspectos, apontar e intervir sobre as mudanças existentes na construção do espaço urbano. Também se faz necessário identificar os padrões adotados, e avançar além da retórica dos “ismos” – como afirmou Tom Wolfe (1991) – referindo-se aos novos modismos criados, sem, contudo, adentrar no mérito das questões que realmente os envolvem.

Entre os teóricos, prevalecem quatro correntes:² a primeira alega que as transformações urbanas ocorridas são insuficientes para reconhecer a distinção entre os períodos (FEATHERSTONE, 1995); na segunda, existem aqueles que, como Huysens, até admitem uma disjunção, mas afirmam não haver meios para avaliar o grau da disjunção

2. Citado por SANTOS & DEL RIO, 1998. Ver referências bibliográficas.

(HARVEY, 1998); a terceira acredita que a modernidade ainda não se esgotou³ em definitivo (HABERMAS, 1995 – 1996); e a quarta, afirma que as transformações são tão significativas que se alterou a natureza cultural anterior para dar lugar a uma cultura pós-moderna, impossível de ser ignorada (JAMESON, 1994).

Embora não haja anuência entre as correntes, todas concordam em dois fatores: a pós-modernidade só existe a partir de uma modernidade pré-existente (SANTOS & DEL RIO, 1998); as transformações foram evidentes a ponto de ser constatada uma ruptura ou quebra, não necessariamente um novo período (FEATHERSTONE, 1995: 19), mas que, independente de ser uma modernidade ainda não esgotada, como coloca Habermas, certamente não se apresentava igual àquela que lhe deu origem.

Acredita-se que o momento pós-moderno teve início com a decadência da modernidade, numa tentativa de sugerir uma mudança de época envolvendo uma nova totalidade social. No entanto, apesar da cultura moderna ser um fenômeno histórico superado, atualmente ainda se vive sob sua forte influência (MONTANER, 2001), especialmente nos novos padrões que se instalaram. As diferentes mudanças no campo da arte, no conhecimento, no planejamento do espaço urbano, nos modos de produção e consumo, nas experiências e práticas vivenciadas, de alguma maneira não se identificam mais com as condições colocadas pela modernidade, apesar de guardar na sua essência resíduos deste período. Berman (1996: 139) já havia alertado sobre esta questão. Segundo o autor, a tendência moderna de fazer sempre tudo novo, ou seja, *“a vida moderna do ano que vem parecerá e será sempre diferente da deste ano”*, tornará a vida moderna indefinível, difícil de apreender. Talvez essa seja a razão pela qual não se deve considerar a pós-modernidade como uma ruptura radical ou um período contrário à modernidade. Houve ruptura em relação às propostas impostas por uma elite idealizadora, mas sob outros aspectos, ocorreu uma continuidade aos fundamentos anteriores, *“recheada”* de uma crítica implacável aos parâmetros insatisfatórios. Contudo, para Vattimo (1996: 173), não é possível sair da modernidade mediante uma superação crítica – isso seria um passo no sentido da própria modernidade. O autor apóia a busca de um caminho diferente que ofereça condições ao nascimento da pós-modernidade.

3. Sobre esse aspecto, Otília Arantes (1998: 12) considera a pós-modernidade como um capítulo conclusivo do Movimento Moderno.

A insatisfação com a cultura moderna⁴, seriamente criticada desde Howard até Le Corbusier,⁵ fez surgir novas reflexões sobre a cidade tradicional, numa perspectiva de retomá-la na pós-modernidade com as devidas adaptações culturais necessárias. O que antes tinha sido alvo de críticas pela modernidade se transformou na principal saída para enfrentar a crise urbana. A cidade passou a ser vista como um corpo que se estruturava ao longo do tempo, não podendo ser concebida do nada, tampouco da imaginação ideológica. É nesse ponto que não se deve entender a fase pós-moderna como uma mudança de tempo, uma vez que a verdadeira intenção era resgatar um tempo já decorrido. Caso contrário, se assim o for, a pós-modernidade passa a ser uma intenção contraditória originada da modernidade, onde o novo é interpretado a partir do arcaico, com proposições concentradas no futuro, mas de “olho” no passado.

Seja o que for, a fase pós-moderna, para muitos autores, inicia-se com a demolição do bairro moderno Pruitt Igoe, do arquiteto Minoru Yamasaki, em 15 de julho de 1972, após a comprovação de que o desenho do bairro era responsável pelos problemas sociais e morais de sua população. Desde então, o princípio fundamental pós-moderno é a rejeição à cidade moderna (LAMAS, 1992: 388).

Entretanto, nem tudo foi rejeitado. A cultura pós-moderna estava disposta a extrair proposições positivas do pensamento moderno, ao mesmo tempo que resgatava os antigos valores da cidade tradicional (BENEVOLO, sd.: 657). O que se rotulou de pós-moderno estava impregnado de resíduos oriundos da cultura moderna, mas com perspectivas de devolver a “exigida” vida nas cidades.

Até aqui parece uma proposição sensata. Seria inconcebível ignorar as descobertas tecnológicas empreendidas pela modernidade e voltar a uma condição pré-moderna. No Brasil, por exemplo, grandes avanços na arquitetura e no urbanismo, ocorridos principalmente no período Vargas, devem-se à cultura moderna, (SILVA, 2001). Uma cidade como Salvador (1935) conciliou higiene, fluidez e estética (FERNANDES; SAMPAIO & GOMES, 1995: 752); no Recife, algumas obras que marcaram o período de modernização no Governo Sérgio Loreto (1922-1926), como a reforma da Campina

4. Camilo Sitte, ainda no final do século XIX, já revelava profunda preocupação com os inconvenientes formais da cultura moderna (BENEVOLO, 1998: 352). Através de diversos estudos comparativos, Sitte introduziu uma visão de cidade a partir dos princípios compositivos e arquitetônicos medievais (SITTE, 1992).

5. Sobre as críticas às concepções modernas ver: JACOBS, 2001; ALEXANDER, 1965; LEFEBVRE, 1991; ROSSI, 1998; VENTURI, 1995; KRIER, 1979; ROWE/KOETTER, 1978; HOLSTON, 1993.

do Derby e a construção da avenida Boa Viagem, além da política de erradicação dos mocambos da Liga Social contra o Mocambo, implantada, posteriormente, no Estado Novo (MOREIRA, 1995: 788); em Aracaju, no século XIX, destaca-se o projeto para construção do centro urbano com traçado em forma de “tabuleiro de xadrez”; no Rio de Janeiro, a implantação de modernos sistemas de abastecimento de água, saneamento e a reforma urbana para embelezamento da cidade (VAZ, 1995: 862); em Belo Horizonte, a preocupação em apresentar um perfil de cidade moderna para ocupar o lugar da “velha” Ouro Preto (LIMA, 1993: 1257); e, finalmente, a construção de Brasília, que foi considerada como constituição chave do planejamento urbano no Brasil, no qual o urbanismo passa a ser reconhecido como prática verdadeira e socialmente legitimada (MARTINS; FREIRAS & SILVA, 1993: 56).

Por outro lado, algumas propostas modernas, foram combatidas. Em substituição à singularidade racional e à separação das funções (habitar, circular, trabalhar, lazer) em áreas específicas, a pós-modernidade aderiu à pluralidade fundada na mistura de realizações, usos e permeabilidades entre as diversas esferas da vida cotidiana. Uma conquista concretizada em definitivo pela globalização, enquanto processo que agregou diferentes culturas e suas particularidades num mesmo patamar de interação social, através dos canais de comunicação.

No campo do urbanismo, a cultura pós-moderna trouxe significativas mudanças ao espaço urbano. A padronização e o ordenamento puro, acusados de propiciar um aspecto monótono à paisagem, assim como o abandono da velha rua, da praça e do quarteirão – signos de imundícies e desordem – perderam forças face às intenções de diversidade e densidade urbana, da valorização do lugar e da humanização dos espaços (RIZZO, 1993: 390); as propostas de implantar grandes eixos de circulação veicular foram acusados pela pós-modernidade de ignorar o verdadeiro sentido das ruas, as quais *“não têm apenas a função circulatória, mas, principalmente, a função de permitir o contato direto entre as diferenças raciais, sócio-econômicas e toda a complexidade de que é feita uma metrópole”* (SANTOS & DEL RIO, 1998); a renovação urbana foi trocada pela revitalização de áreas fragmentadas públicas e privadas (HARVEY, 1998: 304), buscando uma recuperação da riqueza simbólica das formas tradicionais e uma articulação entre tecido urbano, espaços públicos e construções; a crença niilista de que o progresso da sociedade só seria possível após a destruição de tudo o que existe, cedeu

lugar à crença de que uma nova urbe poderia surgir a partir das práticas experienciadas na cidade tradicional.

Dentro desse contexto, importa saber até que ponto essas teorias, em paralelo às transformações culturais vivenciadas pela sociedade pós-moderna, foram realmente aplicadas. Para Harvey (1998: 69), enquanto os modernistas viam no planejamento urbano um instrumento de intervenção em larga escala, submisso aos propósitos sociais, a cultura pós-moderna cultivava um conceito de tecido urbano fragmentado, feito de formas passadas superpostas, sem necessariamente ter relação com algum objetivo social abrangente. Ainda segundo o autor, talvez a passagem da cidade planejada para outra de justaposições esteve diretamente ligada ao fracasso da visão sistêmica do planejamento urbano moderno.

Para Rizzo (1993: 391) essa conjuntura resultou em tendências ao mundo contemporâneo, como a privatização de determinadas esferas públicas do Estado e a diminuição do seu papel regulador na apropriação do espaço, o fim do planejamento urbano e do urbanismo, sendo substituídos pelo projeto urbano fragmentado, a construção de espaços privados incorporando algumas das funções coletivas dos espaços públicos, etc.

A recuperação da antiga forma de cidade, em conformidade com o seu tempo, foi aos poucos se distanciando das verdadeiras propostas e teorias da pós-modernidade. A concepção simbólica dos espaços públicos de promover a sociabilidade e a interação entre cidadãos, praticamente foi suprimida em virtude das próprias características pós-modernas: tecnologia de comunicação e a nova ordem mundial de consumo massivo.

A crença de que a cultura pós-moderna resgataria os antigos valores urbanos, dizimados pelas práticas modernas, adquiriu ceticismo entre os seus principais articuladores e a população de modo geral. Sorkin⁶ (1992) aponta três principais características que formam a cidade pós-moderna:

- a dissipação de todas as relações estáveis com o lugar físico e com a

6. Citado por SANTOS & DEL RIO, 1998. Ver referências bibliográficas.

cultura geográfica em função do capital globalizado, dos meios eletrônicos de produção e da cultura de massa, que concorrem para a desparticularização do espaço;

- a obsessão com a "segurança", responsável pela proliferação de novos modos de segregação que cessam o antigo papel histórico da rua como integradora de comunidades;

- a cidade como simulação, espetáculo e diversão.

Ao que parece, a cidade contemporânea está sendo construída sobre alicerces de individualismo e extrema segregação, entendidos neste trabalho como efeitos gerados numa fase cultural cercada de contradições.

1.2 Os efeitos da pós-modernidade

Não é uma tarefa simples enxergar os efeitos da pós-modernidade na sociedade atual e, talvez menos ainda, entender que todo o plano pós-moderno de renovação cultural da cidade se configurou através de uma ordem diferente das suas próprias diretrizes. Com base neste fato, é lógico pensarmos que também vivemos sob os efeitos da modernidade, uma vez que as concepções pós-modernas não conseguiram dissolver os problemas urbanos que lhe eram anteriores.

A pós-modernidade, em função da conjuntura social vivenciada nos anos de 1970, permitiu que os problemas modernos fossem estendidos a uma nova ordem cultural que se formava. Por razão das transformações urbanas, os efeitos causados pela modernidade se manifestaram em conformidade com o novo período, possibilitando a geração de outros problemas ainda não vistos na cidade. Sobre esse aspecto, Santos e Del Rio (1998), concluem que a crítica pós-moderna se habituou a culpar a cultura moderna pelo modo como se vive atualmente, mesmo tendo sido responsável pela colocação de outros problemas.

Como se vê, a discussão sobre as expectativas da sociedade contemporânea e a produção atual do espaço urbano, ainda abrange o debate entre modernidade e pós-modernidade, levando a crer que uma grandeza não pode estar dissociada da outra.

As transformações políticas, econômicas e sócio-culturais, provenientes dos efeitos pós-modernos, ficaram visíveis com as mudanças ocorridas na estruturação do espaço urbano e no arranjo social de diferentes grupos. Tendo em vista que a sociedade se organiza em função dos valores expressos no espaço urbano (CASTELLS, 2000: 314), as transformações de modo geral puderam ser melhor compreendidas à medida que se estabeleceram as diferenças entre público e privado.

Na cidade tradicional havia um parcelamento e divisão cadastral, separando o solo público do privado. O espaço livre da cidade era repartido num percentual em que o privado excedia sobre o público. Na cidade moderna houve uma inversão, o espaço privado foi projetado a partir do público como forma de valorizar os edifícios arquitetônicos através dos amplos espaços livres e abertos. Mas, esse detalhe proporcionou um efeito colateral que dificultava a apropriação pelos usuários. O espaço da rua tornou-se espaço de circulação voltado ao transporte material em função das imperiosas transformações do progresso (LANNA, 1993: 174), e as praças perderam o caráter complexo, reduzindo-se a um largo ou cruzamento de ruas (BENEVOLO; MELAGRANI & LONGO, 1987). A redução do espaço privado em favor do público, adotado pela ideologia moderna, tendeu para um sentido de utilização dos quarteirões como espaços coletivos. Essa tendência estabeleceu dois destinos aprimorados na cidade pós-moderna: o primeiro foi o aproveitamento do interior do quarteirão para a implantação de necessidades urbanas como estacionamento, equipamentos de recreação, etc; e o segundo, foi a apropriação do miolo do quarteirão como espaço de uso coletivo.

Grosso modo, a cidade pós-moderna foi se caracterizando pela situação de fragmentação ostensiva dos seus espaços urbanos, comparável a uma “colcha de retalhos” – configurada e pensada a partir de emendas. A estruturação do espaço da cidade tradicional mantinha uma relação de interdependência entre suas partes (ARANTES, 2000), mas aos poucos essa relação foi se extinguindo com a utilização interna do quarteirão e com a privatização massiva do espaço urbano, assim como da vida social (ANDRADE, 2001: 936). Para Gondim (2001: 922) *“a privatização dos espaços, como característica da pós-modernidade trouxe conseqüências para o exercício da cidadania e da própria atividade política, na medida em que está associada à exclusão social.”*

A valorização da esfera privada fortaleceu o individualismo como fator necessário ao desenvolvimento humano, à beira de deflagrar uma nova cultura de interesses próprios, caracterizada por uma minoria burguesa voltada para o consumo (MAGNAVITA, 1995: 826). Nesse sentido, *“o espaço público passa a ser visto como sinônimo de impessoalidade, frieza ou mesmo conflito”* (GONDIM, 2001: 925), enquanto o espaço privado é visto como símbolo de *status* e solução para os problemas oriundos das transformações sócio-culturais.

A mudança do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível tornou as grandes cidades centros financeiros de consumo e entretenimento, especialmente pela crescente desindustrialização. No entanto, segundo Harvey⁷ (1998), a mudança de sistema não significou uma etapa pós-moderna de ruptura com a modernidade, mas uma nova etapa cultural do capitalismo. Significou também uma intervenção urbanística adequada ao novo modelo econômico, na qual a atuação de arquitetos e urbanistas vem suprir os propósitos de grupos distintos na busca de soluções setoriais, ao invés de soluções abrangentes – comuns à fase moderna. Tal prática tinha disposição de atender ao poder de mercado, ou seja, às camadas de maior poder aquisitivo, contribuindo dessa forma para a fragmentação do contexto urbano (FRÚGOLI JR., 2000: 21-22).

Com o desenvolvimento dos canais de comunicação, através da velocidade de transmissão de informações que altera a noção de tempo e espaço (VARGAS, 1993: 736), a venda da imagem tornou-se essencial, sendo explorada para fins capitalistas (JOSÉ, 2001: 843). O espaço urbano é visto como simulação, espetáculo e diversão, onde é possível vislumbrar uma predisposição em substituir o espaço público pela imagem pública do espaço privado (VIRILIO, 1988)⁸.

Nesta cultura pós-moderna de privatização do espaço urbano, surgem cidades voltadas para os seus interiores, conhecidas como *“cidades de contorno”*,⁹ capazes de reproduzir uma atmosfera idealizada, ao mesmo tempo que ignoram a esfera pública da metrópole (FRÚGOLI JR., 1995: 92-94). A arquitetura volta-se à produção de confinamentos e

7. Citado por FRÚGOLI JR., 2000: 22. Ver referências bibliográficas.

8. Citado por ANDRADE, 1993: 153. Ver referências bibliográficas.

9. Cidades de contorno é uma expressão característica dos espaços urbanos privados que usavam limites, barreiras ou muros, para proteger grupos sociais da violência urbana e concentrar funções como moradia, serviços, lazer ou entretenimento. Ver Revista Isto É – 13/10/1993, p. 43, 45, 54 e 55.

redutos fechados, onde indivíduos desenvolvem práticas sociais em espaços cada vez mais enclausurados e privados, porém seguros e protegidos das adversidades urbanas.

1.2.1 Surgimento dos *shopping centers* e condomínios fechados

Os *shopping centers* e condomínios fechados surgiram no âmbito desse processo de transformação urbana, na transição entre modernidade e pós-modernidade, sendo acolhidos e adaptados por esta última. Tanto um quanto outro são materialidades de uma cultura pós-moderna, pouco definida na sua concretude. É por essa razão que a *obsessão por segurança*, descrita por Sorkin, é um dos fatores principais na proliferação desses empreendimentos urbanos, certamente necessária a uma sociedade em constante busca de referências.

Shopping centers

Embora ambos tenham apogeu na década de 1980, os *shopping centers* são mais antigos, tendo surgido no início do século XX, nos subúrbios americanos, e incrementados após a II Guerra Mundial.

Sem a ostentação que cerca os *shopping centers* hodiernos, os primeiros estabelecimentos tinham a função de evitar¹⁰ o deslocamento dos moradores dos subúrbios aos centros tradicionais, que mantinham dependência em relação às compras (MAIA, 2001: 1035). Posteriormente, com o desenvolvimento do comércio varejista, devido ao aumento do poder aquisitivo da população, a idéia de *shopping center* seria redirecionada a classes mais abastadas. Criaram-se *malls* a céu aberto, lojas com espaços exclusivos para circulação circundadas com estacionamento próprio, numa estrutura centralizada que oferecesse praticidade aos seus consumidores. O primeiro *shopping center* que apresentava características básicas semelhantes às dos atuais – com lojas âncoras e satélites – ocorreu na cidade de Seattle, década de 1950 (MIGUEL, 1997: 139).

No Brasil, os *shopping centers* surgiram muito mais como uma novidade do que uma

10. O termo “evitar” tem sentido denotativo de “facilitar a vida”, e não de barrar ou impedir.

solução geral para o equipamento comercial (FRÚGOLI JR., 1989: 42). Em 1968, existia apenas um *shopping center* em todo país, o Iguatemi, localizado na cidade de São Paulo. Em maio de 1989, o quadro se alterou significativamente, passando a apresentar 71 *shopping centers* em pleno funcionamento, sendo que aproximadamente 77% deles foram inaugurados na década de 80 (VARGAS, 1993: 736). Isso mostra que houve uma série de dificuldades nos primeiros anos de sua implantação, como afirma Frúgoli Jr. (1989: 42), até se firmar definitivamente como novo espaço de consumo das elites.

Curiosamente, aqui no Brasil, o termo *shopping center* incorporou-se ao idioma local, sem sofrer alterações. Por tradução, seu significado seria “centro de compras”, ou, num esforço mais ousado, centro comercial. Essa tradução obviamente não é compatível com as especificidades desses empreendimentos, já que qualquer reunião de lojas nas cidades brasileiras é designada como centro comercial. É por esse motivo que não se aplicou a tradução ao termo, que, aliás, foi uma forma de atrair o interesse do consumidor pela carga de *glamour* peculiar ao nome estrangeiro (MIGUEL, 1997: 141).

Para Maia (2001: 1035), atualmente os *shopping centers* são chamados de “*templos do consumo, monumentos da pós-modernidade ou cidades miniaturizadas*”, mas nenhuma dessas denominações é suficiente para expressar a complexidade do fenômeno. Na verdade, os *shopping centers* são o resultado do crescimento urbano que respondiam prontamente às exigências da economia, atraindo vários outros capitais que não apenas o mercantil (VARGAS, 1993: 742). Não é correto afirmar que são apenas edifícios fechados, divididos em numerosas lojas, mas sim um estabelecimento que expõe uma diversidade de opções para o consumo, num lugar seguro, agradável e de fácil acesso, unindo-se ao lazer e serviços de diferentes espécies, como lanchonetes, restaurantes e hipermercados.

Segundo Vargas (1993: 740), o *shopping center* “*integrou outras atividades urbanas como lazer, cultura e serviços para oferecer inúmeras atrações, transformando-se num ‘mundo maravilhoso de compras’, inclusive a compra do lazer.*”

Assim, o que seria inicialmente direcionado às classes mais abastadas, caiu no gosto da população em geral, a qual mesmo não tendo recursos para efetuar um ritmo acentuado de compras, tem procurado esses espaços como passeio, diversão e sociabilidade. Nesse sentido, os *shopping centers* foram construídos com algumas reservas, numa tentativa de

atender a diversos públicos, podendo ser classificados pelo formato, tamanho e modalidades (CARVALHO, 1991).¹¹

Segundo Paiva (1996: 53-54) os *shopping centers* podem ser de Vizinhança, de Comunidade e Regional. O primeiro atende a uma população média de 10.000 a 50.000 habitantes, com área de influência de 5 a 7 minutos de automóvel. Como exemplo, tem-se as redes *Carrefour e Superbox*. O segundo, além de atender a uma população maior, de 50.000 a 250.000 habitantes, apresenta uma maior variedade de produtos e serviços que o anterior. É o caso dos *Hipercenters* do grupo *Bompreço*. Já no regional, mais difundido no Brasil, há uma comercialização completa de mercadorias, produtos e serviços. Este terceiro tipo é aquele que mais se identifica com a imagem de *shopping center*, como por exemplo os da rede *Iguatemi, Center Norte, Barrashopping*, etc.¹²

Condomínios fechados

Da mesma forma que os *shopping centers* merecem atenção considerada, os condomínios fechados, devido ao prestígio e expansão que, de modo geral, conquistaram nas cidades, devem ser objeto de estudos e observações.

Segundo Andrade (2001: 936), não se pode datar com precisão as origens dos condomínios no Brasil, visto que eles não tinham a forma que têm hoje. Mas, sabe-se que formas semelhantes existem desde os anos 50, numa época em que os *shopping centers* estavam sendo aprimorados. Eram lotes de grandes extensões, situados nas regiões periféricas dos centros urbanos, abrigando moradias unifamiliares, protegidas por seguranças que controlavam a circulação de não residentes. Entretanto, essas casas eram usadas como veraneio e não como residência principal.¹³

Na década de 1970, os primeiros condomínios adquiriram parte do que seriam as formas atuais. A partir da venda substancial de lotes, da constituição de um regime com arrecadação própria e, em muitos casos, pela presença de uma associação de moradores, formaram-se grupos de indivíduos que dividiam espaços comuns previamente

11. Para maiores detalhes, ver PAIVA, 1996: 52-56.

12. Outro exemplo, a nível local, é o *shopping center* Jardins na cidade de Aracaju, o qual será tratado mais adiante.

13. Esse processo foi verificado nas cidades européias, a partir de um planejamento urbano moderno para reconstrução das cidades destruídas na II Guerra Mundial.

adquiridos.

Na década de 1980, o cenário da vida nas cidades se tornou mais complexo, especialmente no que diz respeito à produção do espaço urbano. O crescimento da violência e da exclusão, o desenvolvimento do individualismo e a pouca eficácia do poder público em criar e renovar seus espaços de uso coletivo foram fatores que contribuíram para o enfraquecimento da interação sócio-urbana e para o sucesso de empreendimentos do tipo *shopping center* e condomínios fechados. É interessante como, na década de 1990, a portaria do condomínio passou a ser anterior à ocupação dos lotes, tornando-se um item fundamental na publicidade de venda (ANDRADE, 2001: 939).

Hoje, os condomínios já atingiram as mais diversas tipologias. Alguns foram construídos para populações de alta renda, como o *Alphaville*¹⁴ e o *Tamboré*. Outros, mais simples, foram direcionados às camadas de renda inferior. Com exceção destes últimos, todos os condomínios apresentam um padrão espacial de confinamento, identificado, na sua maioria, por muros que “garantem” a segurança dos moradores. Tal característica se configurou como outro item de grande publicidade para atrair novos consumidores.

Do ponto de vista da estrutura e das condições do terreno, os condomínios podem ser compostos por casas térreas como por edifícios multifamiliares – com limite de gabarito¹⁵ próprio de cada setor. O modelo estabelecido não determina o padrão social, uma vez que é possível encontrar condomínios verticais para camadas populares, assim como condomínios horizontais para camadas de maior poder aquisitivo. Na verdade, o que tem definido esses empreendimentos são os materiais empregados, a área disponibilizada, os requisitos presentes – piscina, quadra de esportes, praças de lazer, serviços – e principalmente a localização, sendo estes fatores determinantes do padrão social que investidores tentam alcançar.

14. “*Alphaville, a 23 quilômetros de São Paulo, é o maior e mais antigo dos condomínios fechados. Foi construído há 28 anos e segue o conceito das edge cities americanas, ou seja, reúne residências, serviços e empregos, como uma minicidade*” (REVISTA VEJA, 15 de maio de 2002: 98).

15. Gabarito é uma expressão urbana que significa medida definida para construção. No texto, a palavra é utilizada como referência ao número de pavimentos de um edifício.

Consequências para a estrutura sócio-espacial das cidades

Em relação à localização, tanto *shopping center* quanto condomínios fechados merecem destaque pelos impactos causados na estrutura funcional das cidades. No caso dos *shopping centers*, de acordo com Vargas (1993: 743), esses estabelecimentos nos anos de 1970 obedeciam a sérios estudos de localização, baseados no potencial de negócios da área. Nos anos de 1980, passaram a se instalar em locais antes considerados impróprios pela proximidade de outros *shopping centers* e pelas características de uso e ocupação do solo da região (VARGAS, 1992). Essa situação tem levado a novas reflexões sobre a teoria locacional e sobre o conceito de área de influência, até então desprezados pelos investidores. As áreas não são mais escolhidas numa micro escala, mas por zoneamentos. O processo de implantação desses estabelecimentos, embora seja semelhante sob alguns aspectos, apresenta singularidades que dependem do tipo e da região de destino. Normalmente, aproveitam-se áreas ociosas, substituindo antigos usos e transformando edificações antigas. Em alguns casos mais extremos, são lançadas propostas de ocupação dos antigos centros de bairros, fazendo com que sofram constantes adaptações para sobreviver. Por outro lado, a implantação de um *shopping center* valoriza o solo nas imediações e aumenta a densidade populacional, verificada, inclusive pela ocupação de condomínios no entorno de suas áreas (VARGAS, 1993: 745-746).

Outra variável importante que envolve o fenômeno refere-se à estruturação do espaço pela sociedade. Inserida numa cultura pós-moderna, onde a informatização diminui cada vez mais o deslocamento físico de pessoas, a sociedade atual tem procurado novas centralidades urbanas com possibilidade de oferecer o máximo de conforto e comodidade. Nesse ponto, o advento do automóvel contribuiu para que a sociedade inventasse novos espaços para a vivência comunitária (GRUEN & SMITH, 1960: 17)¹⁶, haja vista que os espaços abertos da cidade apresentavam sinais de abandono por determinados grupos sociais, sendo, portanto, substituídos por espaços fechados (NASCIMENTO, 2000: 11).

16. Citado por PAIVA, 1996: 36. Ver referências bibliográficas.

Para Caldeira (1992: 264)¹⁷ os fenômenos *shopping center* e *condomínio fechado*, revelam-se como símbolo de um novo código de organização urbana que expressa segregação, discriminação social e distinção. A partir desses espaços fechados nasceu uma utopia urbana respaldada na visão de cidade ideal, cujo propósito pode ser resumido no consumo de mercadorias e imagens, onde as relações sociais se desenvolvem distantes dos arredores da cidade real.

Em busca da segurança, a cultura pós-moderna tem cooperado para o surgimento de espaços voltados para seus ambientes internos, comparáveis aos castelos medievais – cercados por muros e dotados de pontes levadiças – evitando os perigos externos. A contemporaneidade, em função da implantação de espaços dessa natureza, com flexibilidade no uso do ponto de vista social, deu as costas para as ruas e espaços públicos, gerando distorções no conceito de público e privado e nas suas relações.

Entender esses conceitos é uma tarefa difícil, diante da proliferação de espaços privados disfarçados de públicos. No entanto, faz-se necessária para que as intervenções urbanas sejam mais precisas diante da realidade, e para que a cidade não se torne um mecanismo repleto de ínfimas frações, sem se configurar como corpo central de referências.

1.3 Cidade contemporânea e uso coletivo

A cidade é palco propício à realização de acontecimentos, reconhecida pela diversidade de atividades e pela capacidade de atrair múltiplos sujeitos com condições de desenvolver inúmeras ações (SILVA, 2002). A sociedade, como principal agente ativo desses acontecimentos, vive no espaço e sobrevive à medida que desenvolve relações espaciais. Sociedade e espaço, portanto, se relacionam de modo a demonstrar uma cultura peculiar que, por sua vez, estabelece os condicionantes encontrados na cidade.¹⁸

17. Citado por FRÚGOLI JR., 1995: 89. Ver referências bibliográficas.

18. Lefebvre lembra que “a cidade é um espaço tempo e não somente uma projeção de uma sociedade global em um mero espaço” (1978, 142 – citado por FRÚGOLI, 1989: 58).

A forma fragmentada segundo a qual a cultura pós-moderna configurou os espaços da cidade contemporânea, tem gerado segregação ostensiva e a privatização dos espaços urbanos, além do esmaecimento das formas de uso e apropriação dos espaços públicos. Com a mudança nos valores da sociedade, houve um avanço nocivo do uso do espaço privado (MEYER, 2001: 28). A antiga função das ruas e praças passou a ser transferida para as alamedas de *shopping centers* e condomínios fechados, ou seja, está sendo deslocada para os prazeres da vida privada (CARR; FRANCIS; RIVLIN & STONE 1992). Essa mudança, em função do desenvolvimento tecnológico e dos fluxos de informação, tem afetado, inclusive, os antigos espaços públicos da cidade, como aponta Lima (2001:20), referindo-se ao deslocamento da população do centro para bairros novos, considerados mais adequados.

Atualmente, fala-se em telefone celular, assiste-se à televisão, vídeo, dvd e diferentes culturas são repassadas num apertar de tecla, com velocidade nunca antes vivenciada. Some-se isso a uma sociedade hierarquizada, destituída de relações comunitárias, insegura pela violência urbana que ela mesma contribuiu para implantar, para se ter uma idéia do teor da problemática do espaço urbano, em particular do espaço público. *“Aventurar-se nas ruas da cidade é como se perder na ‘selva’, onde se está exposto com estranhos, que podem revelar-se verdadeiras ‘feras’”* (DA MATTA, 1990). É uma aventura certamente dispensada, quando se tem o luxo, a tecnologia e a sofisticação alegórica dos espaços privados. Tudo isso são fatores que provocam mudanças na maneira de absorver a verdadeira função dos espaços públicos e no modo de como utilizá-lo, gerando novas formas de apropriação e um desequilíbrio na dialética público-privado.

Para Thöni (1993: 173), novas formas de colaboração entre os setores público e privado derivam das mudanças de opinião e da ideologia reflexiva, a favor ou contra a produção de bens e serviços. Ao que parece, a relação público-privado deve ser profundamente revista, uma vez que nenhum dos dois lados da equação está em condições de cumprir o que historicamente foi prometido (FILHO, 1995: 184-185).

1.3.1 A relação público-privado: estabelecendo alguns critérios

Entender a relação público-privado é fundamental para a compreensão dos acontecimentos urbanos a que a cidade contemporânea está sendo submetida. Desde final do século XIX, a distinção entre espaço público e espaço privado tem sido o centro teórico do pensamento urbanístico. Para entender a distinção entre eles é necessário que o privado seja compreendido a partir do público e não ao contrário, como vem sendo praticado. Os planos de expansão, a construção de parques e praças, a revitalização urbana defendida pela pós-modernidade são exemplos da preponderância do domínio público sobre o privado. Esse domínio, de base moderna, é desejável enquanto permite aumentar e melhorar o público e tratá-lo como superior ao privado (SOLÀ-MORALES, 2001: 101). Nesse sentido, o conceito de espaço público é essencial para a compreensão das formas, por vezes contraditórias, da participação social na construção do espaço urbano. O conceito também é necessário como fundamento na concepção do espaço privado, especialmente numa “era” de reações conservadoras e apologia direta ao capitalismo (ARANTES, 1995: 100).

Foucault (1979)¹⁹ já apontava que o espaço é um grande instrumento para o exercício do poder, onde a manipulação da relação público-privado é uma das grandes estratégias do capitalismo, impondo controle sobre corpos e mentalidades.

Assim sendo, pode-se perguntar, por exemplo, se *shopping centers* e *condomínios* são espaços públicos ou privados. A resposta *a priori* parece óbvia, mas tem provocado dúvidas e distorções aos diversos segmentos da sociedade.

De acordo com a pesquisa de Maia (2001: 1038), realizada em dois *shopping centers* do Rio de Janeiro, a grande maioria dos freqüentadores acreditava que aquele espaço “publicizou-se” de tal forma que podia ser considerado como público.²⁰ Curiosamente, essa mesma visão não é compartilhada pelos empreendedores e lojistas. Na verdade, para que um espaço de *shopping center* se torne público, deve haver um confronto direto com seus próprios fundamentos. Ruas e praças sofrem processos de deterioração natural,

19. Citado por RIBEIRO, 1999: 70. Ver referências bibliográficas.

20. “Para a maioria das pessoas, a definição de espaço público se dá por oposição ao privado. Mas essa definição é insuficiente à medida que não confere nenhuma qualidade formal ao espaço...” (HUET, 2001: 147), razão pela qual, atualmente, espaços vazios, ainda não preenchidos, são vistos como espaços residuais – é aquilo que sobra entre os espaços privados.

de manutenção e às vezes de adaptação, com desenvolvimento de práticas sociais do tipo manifestações, passeatas, comícios, etc. Nos *shopping centers* isso não ocorre. A sociabilidade ali existente é manipulada em função do consumo, ao passo que os ambientes de acesso público não são efetivamente públicos. Basta observar que determinadas atividades são permitidas, toleradas e até proibidas pelas administrações, evidenciando um controle eminentemente privado e coerção no direito espacial (FRÚGOLI, 1995: 95). A respeito do controle, Habermas (1988: 14)²¹ afirma que um prédio do governo, mesmo fechado é “público” porque destina-se, em princípio, a promover o bem comum. Assim, para evitar o empobrecimento da discussão,²² é necessário especificar que tipo de espaços urbanos está sendo tratado.

Roberto Da Matta (1997) distingue público e privado, respectivamente, pelo símbolo cultural da *rua* e da *casa*. Segundo o autor, a *rua* representa o mundo onde “tudo pode acontecer”, ao passo que a *casa*, como contraponto, representa o mundo tradicional conhecido, de fácil previsão.

Segundo Phillippe Panerai (1994), o espaço público, além de ter a função de circulação (não apenas de veículos), é definido como espaço do público, aberto e acessível a todos e a todo momento, o qual pertence à coletividade. Com efeito, é estatuto de domínio público, diferente de propriedades disponíveis como lojas, *shopping centers*, casas de espetáculos e repartições públicas, as quais, mesmo sendo abertas aos cidadãos, têm usos restritos (SILVA, 2001/2).

Para Ana Rita Sá Carneiro e Liana Mesquita (2000: 24), o termo espaço público é bastante genérico, levando à omissão de detalhes. Portanto, para evitar imprecisões, adotaram em suas pesquisas, o termo espaço livre, referindo-se à condição de oferecer livre acesso, não contido em edificações e funcionando sem coerção ou discriminação.

É fácil perceber que os autores, em alguns momentos, referem-se aos espaços quanto ao uso e em outros, quanto à propriedade. Antes de distinguir a natureza de cada espaço é necessário diferenciar que tipo de classificação está sendo aplicado. Neste trabalho, o

21. Citado por GONDIM, 2001: 924. Ver referências bibliográficas.

22. Como subsídio à discussão foram inseridas, neste trabalho, partes do item “Relação Público-Privado” do artigo: *Apropriação Compartilhada: Particularidades sobre o Uso do Espaço Urbano* (SILVA, 2002/2), desenvolvido na disciplina Avaliação do Ambiente Construído do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano MDU/UFPE. Ver referências bibliográficas.

espaço é estudado tanto do ponto de vista do uso quanto da propriedade. Essa classificação gera outras derivações, como explicita Jussara Basso (2001: 1):

Os espaços abertos e fechados alternam-se numa rede que compõe o espaço urbano e que dá suporte à vitalidade da cidade. Tanto os espaços construídos fechados quanto os espaços abertos podem ser – quanto à possibilidade de acesso – classificados em domínio público, semi-público, semi-privado ou privado.

No espaço público, segundo a autora, o acesso é generalizado, sendo sua manutenção de responsabilidade coletiva. Já nos espaços semi-públicos, semi-privados e privados, o acesso e a manutenção são gradualmente limitados ao propósito individual.

Contudo, essas derivações são normativas e parecem provocar dúvidas, ao invés de esclarecimentos. É necessário, portanto, simplificar a complexidade existente nesses conceitos, sem perder de vista o conteúdo, a fim de que se evite duplo sentido nas colocações. A partir do uso, pode-se afirmar que o espaço urbano é dividido em individual e coletivo, enquanto a partir da propriedade, o espaço divide-se em público (municipal) e particular (subdividido em individual e coletivo), tendo suas derivações definidas pelo grau de restrição existente em ambos os critérios. Assim, uma praça é de uso coletivo e de propriedade pública (municipal). Mas uma praça “gradeada” não deve ser enquadrada num padrão semi-público ou semi-privado, pois continua sendo coletiva do ponto de vista do uso e, à luz da propriedade, pertence ao município. No entanto, a presença de barreiras impõe um controle social que inibe o uso. Dessa forma, conforme raciocínio, este exemplo de praça é um espaço público de uso coletivo e de propriedade municipal, apresentando restrições ao uso devido à manipulação da acessibilidade. Uma casa possui uso individual, ou pelo menos, restrito a um pequeno número de pessoas, mas é de propriedade particular individual, ou seja, é um espaço privado. Logicamente, um *shopping center* é de propriedade particular coletiva ou individual, oferecendo um uso coletivo, com suas próprias restrições. Já um condomínio, além de ter suas áreas internas de uso coletivo com restrições a visitantes, mediante estatuto próprio, é de propriedade particular coletiva, pertencente aos moradores – proprietários individuais dos apartamentos. Assim, é coerente afirmar que tanto *shopping center* quanto condomínio são espaços privados (tabela 1).

Tabela 1

Classificação dos espaços urbanos quanto ao uso e à propriedade.²³

PROPRIEDADE \ USO	INDIVIDUAL	COLETIVO	
		COM RESTRIÇÕES	SEM RESTRIÇÕES
PARTICULAR INDIVIDUAL	Residência; Apartamento	<i>shopping center</i> ; alamedas de galerias; clubes de lazer	— ²⁴
PARTICULAR COLETIVA	— ²⁵	espaço condominial; <i>shopping center</i> .	— ²⁶
PÚBLICO (municipal, federal...)	Gabinete de Autoridade Política; etc.	praça com grades; parques municipais; repartições públicas.	ruas; ciclovias; avenidas; calçadas; praças comuns.

 Espaço privado  Espaço público

Um espaço urbano é público quando pertence ao município e tem uso coletivo, mesmo oferecendo algumas restrições, ao passo que, em relação à cidade, para um espaço ser entendido como privado, basta ser de propriedade particular, seja ela individual ou coletiva, independente do uso, já que, dada sua natureza, sempre haverá um determinado grau de restrições. Na compreensão desses conceitos, é de fundamental importância o termo *restrição*, uma vez que cada espaço, em função de suas próprias características, apresenta condicionantes distintos, devendo ser estudados individualmente.

Se a relação público-privado tende a expor uma supremacia do espaço privado tanto em qualidade quanto em uso, são necessárias novas reflexões sobre a fronteira que os separa, buscando o alcance de decisões que interpretem as especificidades desta relação (SERRA, 1987: 78). A fronteira entre público e privado, ou sua própria representação, é manipulada quando grupos sociais, no alcance de seus objetivos, ignoram a existência de princípios que regulam o equilíbrio no uso do espaço urbano (SILVA, 2002/2).

A importância do espaço urbano está entre valor de uso e valor de troca. No espaço privado a interação homem-espaço se dá pela relação de propriedade.²⁷ No caso dos

23. Essa tabela foi desenvolvida junto às orientações extracurriculares com o professor Luís de La Mora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano - MDU/UFPE.

24. Um espaço privado, seja coletivo ou individual, não se sustenta sem restrições.

25. Se o espaço é de propriedade coletiva, dificilmente terá uso particular individual.

26. Idem à nota 24.

27. Apesar dos fenômenos *shopping center* e condomínio fechado serem genuinamente privados, com suas próprias restrições, há uma utilização coletiva de seus ambientes, gerando uma apropriação pouco comum se comparada aos espaços públicos. Esse aspecto será apresentado mais adiante nos capítulos IV, V e VI.

espaços públicos essa interação ocorre pela afirmação do uso sobre a troca, isto é, pela apropriação dos espaços pelos usuários para desenvolver diferentes atividades (LIMA, 2001: 26).

A cultura urbana se desenvolve no bojo desses espaços e naquilo que resulta de suas diferenças e particularidades, de modo a permitir o surgimento de novos acontecimentos urbanos nas relações sócio-espaciais.

1.3.2 Pesquisas de referência

Em oposição à vida pública da cidade, os espaços privados estão cada vez mais auto-suficientes, assemelhando-se a pequenas cidades, ou aos antigos bairros, com sua própria estrutura de lazer, praça, escola, jornaleiro, bancos, academias de ginástica, salões de beleza, etc. Entretanto, segundo Santos e Del Rio (1998), essa semelhança é apenas superficial, uma vez que os antigos bairros eram formas de integração dos espaços da cidade, enquanto os espaços privados atuais, ao contrário, são formas de fragmentação e segregação urbana.

Sobre essa condição de contrastes, Carlos Nelson F. dos Santos em fins da década de 1970, desenvolveu pesquisa pioneira comparando as formas de apropriação²⁸ de espaços de uso coletivo em dois bairros do Rio de Janeiro. A pesquisa focava a

28. A apropriação do espaço ainda é um campo pouco explorado. Os diferentes fenômenos ocorridos no processo de transformação das cidades podem ser melhor entendidos através da apropriação espacial. Pesquisando o uso dos espaços coletivos no bairro de Casa Forte (Recife-PE), como requisito da disciplina Avaliação do Ambiente Construído do MDU/UFPE, percebi um conjunto de relações que ofereciam subsídios à existência da apropriação espacial. Mais tarde, com base na experiência de autores que trataram da temática, pude melhor compreendê-la, apontando particularidades revistas no estudo de caso. Assim posto, pode-se afirmar que *“a noção de apropriação espacial remete à questão do valor de uso dos espaços. A cidade é, antes de tudo, um lugar de morar, de viver e conviver com os diferentes sujeitos e suas inúmeras atividades.[...] Nesse contexto, pode-se partir da definição de “apropriar” fornecida pelos dicionários, como sendo conveniente, adaptar, tomar como próprio, apoderar-se, para outras definições bem mais complexas. Em se tratando do uso do espaço urbano, apropriação não é um conceito, mas um processo, dividido em dois momentos. Num primeiro momento o espaço é adequado a uma determinada atividade introduzida pelo sujeito, e num segundo momento, ocorre uma identificação deste com o espaço, que pode ser gerada tanto pelo bom desempenho da atividade como pela relação de objetos, signos e códigos presentes no espaço. Logo em seguida, numa fração ínfima de tempo, ocorre um processo de avaliação de tudo o que foi absorvido, levando ao zelo e aos possíveis significados, expostos em forma de comportamentos e atitudes. [...] A apropriação do espaço pode ser permanente ou transitória, a depender do uso e da atividade empregada. Na permanente, a atividade é fixa no espaço e o uso tem sentido duradouro [...]. Já a transitória, além de ter uma implantação temporária, coerente aos horários que afetam o desempenho da atividade, tem um sentido muito mais estratégico que a anterior, de acordo com o potencial intrínseco do espaço.[...] Em suma, a apropriação do espaço ocorre, em princípio, a partir da adequação do espaço a uma determinada atividade, seguida de uma identificação que somente existirá, se o uso corresponder às expectativas individuais e/ou coletivas. Espaço, uso e atividade, portanto, são essenciais para gerar a apropriação”* (SILVA, 2002/2).

compreensão do processo de desenvolvimento das cidades e as dimensões simbólicas comuns da relação público-privado. Foi estudado um bairro de traçado espontâneo e outro, inteiramente planejado, de concepções pós-modernas, representados por condomínios verticais multifamiliares. O ângulo escolhido para abordar os bairros foi a apropriação das áreas de uso coletivo com fins para o lazer (SANTOS, 1985: 14). Carlos Nelson enxergava o lazer, como atividade fundamental para a interação social, onde o espaço da rua, pela sua natureza diversificada e potencial de experiências, seria fator de interligação sócio-espacial. Dois aspectos mereciam esclarecimento: a forma como se desenvolvia o lazer em locais vistos como despreparados e, assim sendo, para qual tipo de atividades esses locais podiam ser apropriados; e, noutra perspectiva, o que se passava em áreas especialmente desenhadas para abrigar atividades pré-estabelecidas, apontadas pelos padrões urbanos como convenientes à recreação de um grupo social. Com a desconfiança de que as formas de apropriação dos espaços eram diferentes, e, portanto, não mereciam um juízo de valor, o caminho trilhado pela pesquisa foi traçar uma análise individual para cada caso, seguida de comparações entre os principais aspectos comuns. Em resumo, Carlos Nelson constatou que a diversidade de uso, encontrada nos espaços tradicionais, apresentava uma carga mais significativa que nos espaços planejados. A segregação, como característica da pós-modernidade, disciplinava as funções do espaço e, por conseqüência, as atividades nele desenvolvidas, gerando uma apropriação problemática pela “frieza” da relação público-privado. Isso trouxe novos questionamentos ao dilema tradição e modernidade, ressaltando as diferenças entre os meios urbanos espontâneos e planejados. As atividades voltadas para o lazer, em ambos os casos, encontravam-se num contexto de interação que dialogavam com outras funções desenvolvidas no espaço. Porém, nas áreas planejadas, a monofuncionalidade espacial impedia a troca dos diferentes usos e o lazer pouco dialogava com novas funções, mantendo-se quase sempre previsível, ao contrário dos espaços tradicionais.

Marlene Yurgel (1983), na sua tese de doutoramento, apontou a monofuncionalidade dos longos jardins da fase moderna como um dispositivo que reduzia a diversidade de usos nos espaços. De acordo com suas reflexões, o lazer deveria estar situado numa dimensão própria de um planejamento mais maduro, que considerasse as reais variáveis ocorridas no dia-a-dia; como função urbana, o lazer não recebeu atenção dos

governantes e das entidades técnicas, porém, nas condições colocadas pela revolução tecnológica, é necessário que ele seja redescoberto por todos, a fim de se evitar a “ossificação” das cidades (YURGEL, 1983). Para Ethel Medeiros (1975: 118), “*com o avanço da automatização e com a mudança social conseqüente, o lazer continua a se alargar em duração e em âmbito, crescendo em importância*”.²⁹

Como se vê, o uso do espaço urbano e suas formas de apropriação voltadas para o lazer é assunto denso, de grande complexidade para as condições atuais das cidades.

Foi, pensando nesse panorama, que Heitor Frúgoli Jr. se interessou pelo estudo de *shopping centers* enquanto espaço de lazer, encontro, diversão e sociabilidade. Sua preocupação surgiu, em princípio, do crescente abandono dos espaços públicos, e da proliferação de espaços do tipo *shopping center* como alternativa segura face aos problemas existentes na cidade. Mesmo enxergando os *shopping centers* como espaços privados, onde o uso deve suprir os interesses particulares, Frúgoli queria entender como um espaço destinado ao consumo, poderia abrigar apropriações voltadas para outros fins, feitas de forma surpreendente, inusitadas e recriadoras, capazes de produzir uma sociabilidade interiorizada (FRÚGOLI JR., 1989: 10). A pesquisa tinha como objetivo a análise comparativa das apropriações por parte de usuários de alguns *shopping centers* de São Paulo, através dos múltiplos usos e de específicas formas de sociabilidade. Para o autor, a apropriação espacial abre caminho para novas reflexões sobre as prioridades estabelecidas pelo planejamento urbano atual e a maneira como isso gera conseqüências no uso empregado pelos habitantes aos espaços da cidade. Nas suas conclusões, Frúgoli apontou a possibilidade dos *shopping centers* serem pensados como praças modernas, uma vez que recriam novas centralidades para onde confluem grupos e redes sociais de

29. O lazer em si é uma entidade muito abrangente, principalmente na cidade contemporânea, apesar de que seu significado é bem entendido por todos. Segundo Dumazedier (1976 – citado por CARNEIRO & MESQUITA, 2000: 26), “*lazer vem do latim ‘licere’, que quer dizer ser permitido, isto é, ser lícito, escolher a maneira de aproveitar a condição de tempo livre*” [...]. Nelson (1985), em suas pesquisas, dividiu o lazer em ativo e contemplativo, onde entendemos que o primeiro é realizado a partir da ação humana atuante, ou seja, o indivíduo produz o lazer através de atividades – esportes, caminhadas, dança, etc; já o segundo, dispensa, em partes, a ação direta do homem, ou seja, o potencial de lazer já existe ou é anteriormente produzido, sendo disponibilizado àquele que o procura – cinemas, teatro, etc. Mas ainda existem, segundo Dumazedier, as três funções do lazer: recreação, descanso e desenvolvimento da participação social. Ethel Medeiros (1975: 115) também define três funções do lazer que se assemelham com as de Dumazedier, embora haja algumas imprecisões se comparadas, são elas: repouso, diversão e desenvolvimento pessoal. Para evitar posições unilaterais, apoiadas num único pensamento, neste trabalho, vamos um pouco além dessas classificações, e nos concentraremos no *lazer do cotidiano*, ou seja, naquele lazer descompromissado com a definição das atividades, o qual pode ser recreativo, participativo no âmbito social, ou ainda como descanso. A classificação e a nomenclatura não importam. O que se busca, em definitivo, é o lazer permitido pelo espaço urbano, realizado por uma diversidade de sujeitos a partir de seus próprios anseios e exigências.

várias regiões (FRÚGOLI JR., 1989: 196). Outra constatação importante da pesquisa é a utopia urbana recriada pelos *shopping centers*, apresentando-se como uma simulação da cidade ideal que o urbanismo moderno não conseguiu produzir. Na ótica dos frequentadores, o *shopping* é muito mais que um local de consumo, representa um espaço urbano repleto de signos e referências da pós-modernidade.

A pesquisa de Carlos Nelson e Frúgoli são faces diferentes da mesma moeda. As formas de apropriação direcionadas ao lazer apresentaram diferenças e semelhanças no uso dos diferentes espaços, podendo ser interpretadas através dos novos significados introduzidos pelos usuários. Ambas as pesquisas são referenciais no desenvolvimento deste trabalho, cujo foco é o uso do espaço urbano coletivo – público e privado – explicitados através das formas de apropriação na cidade contemporânea, onde a pós-modernidade de alguma maneira implantou um processo cultural de transformação.

1.4 Considerações sobre o capítulo

De modo geral, este capítulo descreve as mudanças ocorridas na estruturação do espaço urbano através da transformação dos valores sócio-culturais. A insuficiência das concepções modernas foi responsável pelas pesadas críticas ao urbanismo funcional, acendendo a idéia de resgate da cidade antiga com posterior aceitação de uma nova reorganização social: a cultura pós-moderna. Porém, seria abusivo e incoerente atribuir a responsabilidade total pelos desastres urbanísticos dos últimos cinquenta anos à modernidade, embora seja possível identificar algumas conseqüências negativas. Não basta relacionar as concepções modernas com as práticas adotadas pela pós-modernidade, é necessário ir além dessa retórica e distinguir a quem serve a “carapuça” pelos padrões vivenciados na cidade contemporânea.

A privatização do espaço urbano através da desterritorialização físico-funcional e simbólica do espaço público tem contribuído para formação da imagem suprema do espaço privado. Os espaços privados são símbolos de uma sociedade do consumo, que vendeda os olhos” diante da importância do espaço público, cujo valor é urbanizar o privado e convertê-lo como parte integrante da cidade (SOLÀ-MORALES, 2001: 104). O

bem público é uma criação humana que se associou ao privado como contraponto da sobrevivência social, mas a natureza privada tem se tornado uma condição cultural de autonomia em relação ao bem estar da coletividade.

Ruas, praças e parques não atendem mais à vida pública como antes, face ao crescimento da violência e à proliferação dos fenômenos *shopping center* e condomínio fechado (ALMEIDA, 2001: 14). Em síntese, são dois fatores que contribuem para vulnerabilidade dos espaços públicos com difícil apropriação por parte dos usuários, “auxiliados” pela baixa qualidade de propostas do planejamento atual. Além disso, a produção de espaços do tipo *shopping center* e condomínio fechado se dá em defesa contra os males urbanos, numa situação de “parasitismo”, fechando-se para a cidade que possibilitou sua própria existência.

Zancheti (2001) apontou o desenvolvimento tecnológico e as redes interativas de comunicação como responsáveis pelo surgimento das cidades digitais, onde o conceito de organização social do espaço público tende a desaparecer e subsistir em *shopping centers* e condomínios fechados. Contudo, os espaços públicos não estão apenas ressurgindo na forma de *atriums* ou jardins internos dentro de edificações (GOSLING, 2001: 171). É um equívoco acreditar que há um abandono completo, especialmente por parte das camadas média e alta. Ainda que seja parcialmente verdadeiro, é possível afirmar que determinados espaços públicos, inseridos em áreas valorizadas, são utilizados por essas camadas. Nos atuais planos de desenvolvimento local,³⁰ os espaços públicos são apontados como fundamentais na produção de uma imagem positiva e na qualificação urbana (LIMA, 2001: 21). “A *humanização da vida nas cidades dependia diretamente da recuperação de espaços destinados a vida coletiva*” (MEYER, 2001: 28). Esse entendimento em busca da identidade urbana pode aproximar as relações criadas entre a sociedade atual e a produção equilibrada do espaço urbano.

Frúgoli (1989: 203; 1995: 105) comunga desse mesmo princípio, julgando ser apressado vislumbrar o fim dos espaços públicos tendo por base apenas a tendência crescente do uso dos espaços privados.

A cidade sempre teve capacidade de atrair pessoas, como se fosse um ímã (ROLNIK,

30. Esses planos não necessariamente dominam a cena de todas as cidades.

1988), recebendo a todo instante novos atores sociais. De nossa parte, acreditamos que o espaço público é um dos atratores da cidade, elemento estruturador capaz de causar repúdio ou satisfação aos seus habitantes. Por outro lado, os espaços privados são importantes e precisam estar integrados com os espaços públicos para que haja um maior desempenho em ambos os lados.

Tomás Lapa³¹ afirma que os espaços urbanos são capazes de atrair ou repelir, e, portanto, apresentam um desempenho que não deve ser negligenciado. Esse desempenho é sempre medido em relação ao uso empregado pelas pessoas, que, por sua vez, pode ser alterado em função de uma nova ordem cultural.

Autores como Berman e Harvey estudaram a pós-modernidade e concluíram a presença de diferentes efeitos sofridos pelos organismos sociais. Num esforço em aproximar conclusões, podemos afirmar que as mudanças no uso do espaço urbano revelaram alguns desses efeitos, onde o baixo desempenho dos espaços públicos é apenas um deles. Assim sendo, o uso do espaço urbano e suas formas de apropriação não é o único caminho para entender esses efeitos, mas, sem dúvida, é o caminho traçado por este trabalho. Nas páginas seguintes não pretendemos mostrar como o uso dos espaços deveria acontecer, pois correríamos o risco de nos firmarmos no campo da abstração. Ao contrário, mostraremos como o uso está acontecendo nos bairros, em espaços coletivos privados e públicos, e como o desempenho de um único espaço pode influenciar no conjunto urbano. Nesse sentido, é necessário pormenorizar, adentrar nas particularidades, não se restringir apenas às discussões amplas.

31. Arquiteto e professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE).

PARTE II: ARACAJU, O BAIRRO JARDINS E A PESQUISA

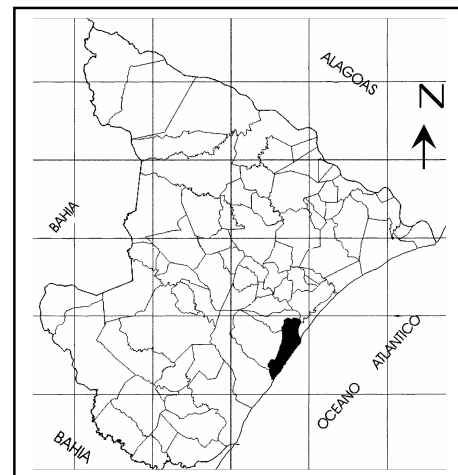
II. ARACAJU E A PROPOSTA DO BAIRRO JARDINS

*A*tualmente Aracaju vive momentos de grande crescimento urbano. Os incorporadores da construção civil, apoiados na imagem sedutora dos espaços privados, ignoram os instrumentos de gestão urbana e tentam convencer a população da qualidade de suas propostas. O bairro Jardins, com um partido urbanístico inusitado para os padrões da cidade, é um modelo real desse processo, apresentando uma paisagem pós-moderna de fragmentação dos seus espaços urbanos.

2.1 Síntese da evolução urbana

*A*racaju,³² capital do estado de Sergipe, é uma cidade jovem, com apenas 147 anos de fundação. No entanto, em virtude do seu crescimento acelerado nos últimos anos, tem apresentado particularidades e problemas proporcionais aos mais antigos centros urbanos do país.

Com uma população média de 460 mil habitantes, numa área de aproximadamente 220 km² (CINFORM MUNICÍPIOS, 2002: 21), Aracaju, em geral, é uma cidade de paisagem homogênea, de poucos contrastes. Localiza-se na zona litoral, tendo sua parte leste banhada pelo Oceano Atlântico (Mapa 2.1), cujas coordenadas geográficas indicam uma latitude Sul de 10° 16' 30" e longitude W. Gr. de 37° 01' 30", mais ou menos eqüidistante das extremidades norte e sul do território do Estado (IBGE, 1959: 231).



Mapa 2.1 Localização do município de Aracaju em relação à Sergipe.

Durante 265 anos o município de São Cristóvão foi a capital de Sergipe (ARAÚJO, 2001: 16). No período de transição do Brasil-colonial para um novo país de possibilidades mercantis, houve um desenvolvimento do comércio portuário. Nesse período, assumiu o governo da Província de Sergipe o presidente Inácio Joaquim Barbosa, o qual enxergava que o futuro econômico do Estado dependia das facilidades

32. O nome aracaju é de origem tupi, junção das palavras arara e cajueiro que significa "cajueiro das araras" (EMSETUR, 2001: 5; JORNAL DO COMÉRCIO – Turismo e Lazer, 06/06/2002:02).

de escoamento do açúcar, principal produto de Sergipe (SOUZA, 2000: 31).

A decadência em que se encontrava a cidade de São Cristóvão, somada ao fator político-econômico de exercer controle sobre as províncias a partir de uma posição estratégica, foram motivos para promulgar a mudança da capital. Assim, em 17 de março de 1855 o povoado do Santo Antônio do Aracaju passou a ser a nova capital do estado de Sergipe.³³ Segundo Porto (1991: 29) a mudança da capital ocorreu numa fase em que se buscava o desenvolvimento da vida urbana através da criação e expansão de órgãos administrativos e do aparecimento de incipientes industriais, suficientes para fazer emergir uma aristocracia da cidade.

O núcleo do povoado de Aracaju se deslocou do alto da Colina do Santo Antônio para as margens do Rio Sergipe, onde se verificou uma verdadeira batalha do homem contra as condições da natureza, pois a cidade iria se desenvolver numa área de pântano, extremamente baixa e de solo frágil, propícia à proliferação de doenças. Por outro lado, Inácio Barbosa, impulsionado pela confiança de que aquele local era o mais indicado ao desenvolvimento da nova cidade, buscava a criação de condições para que sua existência se materializasse. Entre tantas medidas adotadas pelo governo, em função das reivindicações da aristocracia por melhor infra-estrutura, merece destaque a elaboração do plano urbanístico³⁴ pelo engenheiro militar Sebastião Basílio Pirro. O plano não tinha a complexidade de um planejamento urbanístico que se espera atualmente, haja vista que a consolidação do urbanismo, como disciplina, somente ocorreria muitos anos depois. Em síntese, era definido por um traçado geométrico em forma de “xadrez”, abrangendo um quadrado de 540 braças, ou seja, 1118 metros, com 32 quadras de (110 x 110) metros cada uma, com ruas de 60 palmos de largura³⁵ (OLIVEIRA, 2000: 17).

O uso exagerado de linhas retas, de influência classicista americana (IBGE, 1959: 223), contrapondo-se à irregularidade do panorama urbano da época, gerou espaços perdidos no interior do quarteirão e uma monotonia que imprimia pouca identidade à

33. Esse ato gerou maiores problemas para a cidade de São Cristóvão, cuja importância se limitou apenas como documentário vivo do passado sergipano (NUNES, 1996: 175).

34. “A segunda capital planejada do Brasil, Aracaju, ‘a menina moça do país’, [...]” (JORNAL DA CIDADE, 29 e 30/09/2002: C-4).

35. “42 anos mais tarde, fundava-se Belo Horizonte, também concebida em malha viária ortogonal [...]. Moramos numa cidade cartesiana, mas somos barrocos” (LOUREIRO, 1983: 52).

cidade nascente (TEIXEIRA, 2001). Entretanto, a adoção do partido em forma de “tabuleiro de xadrez”, segundo alguns autores, justifica-se pela urgência do governo em tornar a cidade de Aracaju num fato irrevogável, de modo a evitar uma possível negação da mudança da capital pela corte. Assim, devido à iminência em demarcar as ruas, Pirro não dispôs de tempo para realizar um levantamento topográfico mais detalhado da área. Era preciso apenas estabelecer um traçado que não apresentasse linhas de difícil locação. Mesmo adquirindo o *status* de cidade no ato de sua fundação, Aracaju não deveria ser considerada como tal, já que a “cidade é produto do crescimento e não da criação instantânea” (WIRTH, 1967: 99).³⁶ Embora houvesse um planejamento no que diz respeito ao desenho das ruas, a ocupação do espaço se processou de forma natural, sempre defronte ao mar, em virtude das condições topográficas (Figura 2.1).

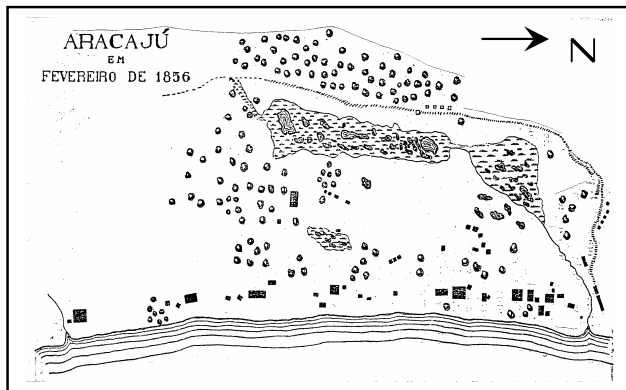


Figura 2.1 Ocupação espontânea dos espaços litorâneos – fevereiro de 1856.

A inserção do plano que deveria inclinar-se para o sentido do povoado do Santo Antônio, foi implantado nas imediações do porto, expulsando as ocupações anteriores e acentuando as aglomerações na direção oeste (Figura 2.2).

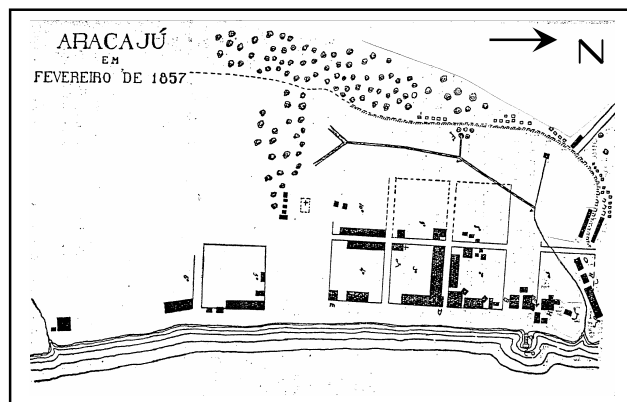
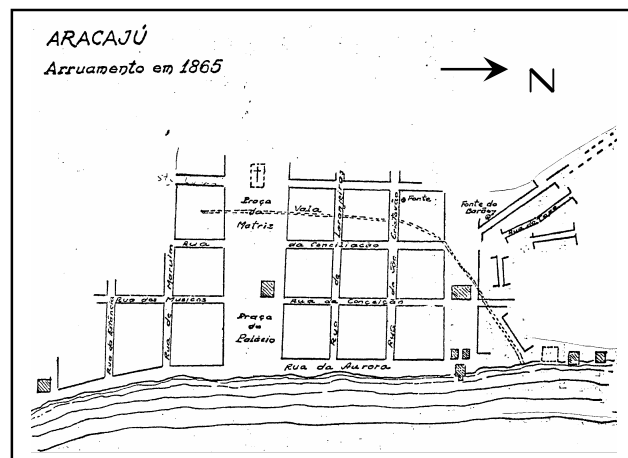


Figura 2.2 Formação de aglomerações na direção oeste – fevereiro de 1857.

36. Citado por BARBOZA, 1992: 42. Ver referências bibliográficas.

Em 03 de setembro de 1856 foi criado um decreto que estabelecia normas e diretrizes para construção. Esse decreto, considerado como um dos primeiros planos diretores, tinha a função de manter a regularidade do traçado urbanístico da capital. Tudo que ficasse dentro do quadrado da cidade ou “Quadrado de Pirro”, como ficou conhecido, deveria atender às exigências da câmara (TEIXEIRA, 2001). Os menos abastados, não podendo acatar as instâncias do decreto, foram obrigados a migrar para áreas fora do quadrado central, formando novas aglomerações humanas. Ruas e becos irregulares iam se configurando na direção noroeste, ao passo que novos quarteirões, delineando construções de edifícios públicos – através de grandes aterros – se estruturavam em torno da Praça da Matriz (Figura 2.3). É, sem dúvida, um dos primeiros sinais de diferenciação social, tornando-se evidente em fins do século XIX – agrupamentos das camadas menos favorecidas no sentido norte e a nova burguesia no sentido sul.

Figura 2.3 Estruturação de novos quarteirões sempre mantendo a regularidade excessiva do plano urbanístico – ano de 1865.



A única alteração exigida no plano foi a construção de uma avenida que margeasse o litoral, acompanhando a curvatura do Rio Sergipe. Uma decisão política que permitiu a quebra na regularidade linear do desenho. Por outro lado, havia um interesse administrativo do governo em erguer novas edificações na direção sul, após a concessão de grandes áreas pela Marinha (SILVA, 1992: 80).

Em 1870, com a política criada pelos movimentos republicanos, a economia do Estado estagnou. A situação financeira também foi agravada pelo processo de libertação dos escravos que contribuiu para a decadência da produção de açúcar. O crescimento no “Quadrado de Pirro”, até o início do século XX, praticamente se manteve o mesmo, apresentando poucas inclusões.

Em 1900, Aracaju já possuía 21.132 habitantes, mas não apresentava traços característicos de urbanidade. Nas quatro décadas seguintes, o poder público retomou seu interesse pela cidade, passando a se preocupar mais com os aspectos urbanos (SOUZA, 2000: 42). Era uma tentativa por parte do governo de modernizar a capital, dotando-a de construções grandiosas (escolas, hospitais, etc) comparáveis aos grandes centros do país (SANTOS, 2002: 33). Foram criados quatro códigos de postura – um em cada década – buscando adequar o crescimento urbano aos novos padrões culturais que surgiam³⁷ (SANTOS, 2002: 35). Em 1904 foi instalada a segunda fábrica de tecidos³⁸ ao norte da cidade, hoje bairro Industrial; em 1908, a cidade já dispunha de bondes à tração animal e água encanada; entre 1913 e 1914, foram implantados energia elétrica e sistema de esgoto sanitário. Logo em seguida foi inaugurada a ferrovia no eixo de circulação norte-sul. Em decorrência desse progresso, a cidade perdeu sua função portuária, firmando-se como centro comercial e administrativo (RIBEIRO, 1989: 48).

Com a eclosão da I Guerra Mundial, Aracaju ampliou sua produção de algodão para os mercados nacionais devido à queda das importações de produtos industrializados. Segundo Ribeiro (1989: 45), em 1907 Sergipe possuía 41 estabelecimentos industriais passando a 237 em 1920 e Aracaju já apresentava uma população de 37.440 habitantes (DANTAS, 1999: 48). Após o fim da I Guerra Mundial, a cidade alcançou patamares de maior desenvolvimento, apesar de perder a primazia dos seus principais produtos de exportação, fase em que foram instalados a rede telefônica (1919) e os bondes elétricos (1926), em substituição aos de tração animal.

Em fins da década de 1930 foi realizada uma reforma urbana para melhorar o transporte coletivo e a aparência dos espaços públicos – através do alargamento de rua e da arborização de praças e passeios. Já no período do Estado Novo foram implementadas poucas medidas urbanas que pudessem contribuir ao perfil moldado de Aracaju. Neste período ocorreu um crescimento espontâneo no sentido oeste, configurando-se como resultado de uma maior iniciativa privada que estatal (LOUREIRO, 1983: 59). O bairro do Aribé (atual Siqueira Campos), apresentou um expressivo crescimento com a chegada de migrantes e de moradores do centro que não se adequavam à rigurosidade

37. Foi observada, na primeira década, uma rigorosidade até no vestuário dos freqüentadores dos espaços da cidade. O Estado, através de decreto, controlava a população quanto ao uso de determinados espaços públicos (BARBOZA, 1992: 44).

38. A primeira foi instalada ainda no período monárquico em 1884.

construtiva da região. Outros bairros como o Dezoito do Forte e o Santo Antônio, graças à ampliação da ferrovia, revelavam significativa expansão. Ainda em sentido oeste surgiram os bairros América e Cidade Nova. Na zona sul, com a invasão burguesa da Praia Formosa (atual Treze de Julho), foram construídas residências modernas. Essa ocupação que acabou expelindo os antigos moradores, na sua maioria pescadores locais, apontava um grande avanço em direção à praia de Atalaia (OLIVEIRA, 2000: 18).

No período da II Guerra Mundial, Aracaju reviveu momentos de euforia econômica. As fábricas de tecido que estavam em situação precária, passaram a desfrutar de uma situação favorável em virtude da grande produção algodoeira, direcionada a centros internacionais. Em 1940, Aracaju já possuía cerca de 60.000 habitantes e uma área urbana de aproximadamente 10 Km² (LOUREIRO, 1983: 63).

Em meados da década de 1950, época de comemoração do centenário de fundação da cidade,³⁹ acentuou-se a migração rural. Aracaju, de posse de sua autonomia, cresceu de forma desordenada e em várias direções, consolidando os bairros América, Cidade Nova, Palestina, Bairro Vermelho, Dezoito do Forte e Matadouro. Entre as razões que justificam a permanência desses bairros, destacam-se a instalação do aeroporto (atual aeroclube), a construção do Quartel do 28º BC, a inauguração da BR-101 e da avenida Maranhão – principal via de escoamento da cidade. Surgiram também, como expansão natural do centro urbano, os bairros: Monte Castelo, Cirurgia, São José, Treze de Julho e Grageru. Siqueira Campos já era o bairro mais populoso da cidade com forte tendência às atividades comerciais (LOUREIRO, 1983: 64).

Com relação a infra-estrutura, foi construída ainda na década de 1950 a estrada asfaltada Paulo Barreto de Menezes (atual avenida Beira Mar), ligando o centro comercial à praia de Atalaia, fato que acabou reforçando a liberação de verba para construção do aeroporto Santa Maria – ao sul da cidade.⁴⁰ Em 1955, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF ativou o fornecimento de energia, beneficiando boa parte dos municípios do Estado. Mais tarde, a luz elétrica se estenderia até o bairro Siqueira Campos e proximidades (LOUREIRO, 1983: 65).

39. Para maiores detalhes sobre as comemorações do centenário de fundação de Aracaju, ver MELINS, 2001.

40. Esses empreendimentos foram suficientes para despertar o interesse do mercado imobiliário em investir nesta zona, o qual, até então, demonstrava pouca atuação. Na década seguinte – 1960, surgem os loteamentos com fins especulativos e a Lei do Condomínio e Incorporações Imobiliárias, nº 4591, de 16 de dezembro de 1964.

A partir da década de 1960, a cidade cresceu num ritmo extremamente acelerado. As causas deste crescimento foram a descoberta de petróleo em Sergipe e a instauração do governo militar de 1964, que implicaria, em nível federal, num redirecionamento da economia brasileira, com maior capacidade de intervenção do Estado na estruturação do espaço urbano (LOUREIRO, 1983:70).

Com a justificativa de ampliar a oferta de empregos e possibilitar às camadas populares o acesso à casa própria, o governo militar criou o Banco Nacional de Habitação – BNH. Desse modo, os investimentos em habitação passaram a ser bastante significativos. Já se anunciava a construção de 1000 unidades habitacionais pela COHAB-SE. No entanto, apesar de todo o crescimento assinalado, a zona norte não acompanhou esse dinamismo. Os motivos repousavam no fato de que as possíveis áreas para expansão eram de propriedade dos empresários industriais, os quais, mesmo com a crise no setor têxtil, não tinham interesse em vendê-las.

A partir da década de 1970, época do “milagre brasileiro”, a cidade cresceu substancialmente com a chegada da sede administrativa do petróleo (Petrobrás), transferida da capital alagoana – Maceió (RIBEIRO, 1989: 53). Em consequência, houve um fluxo migratório tanto do interior do Estado quanto de outras regiões do país. A população vinda de diferentes estados era uma população de classe média-alta, com melhor qualificação, que passou a exigir habitações de padrão mais elevado. Neste mesmo período, foi construído o Distrito Industrial de Aracaju – DIA, que através de incentivos fiscais, possibilitou a expansão do setor terciário. Outro fato relevante foi a fundação da Universidade Federal de Sergipe – UFS, que, embora tenha ocorrido em 1968, somente apresentou resultados expressivos na década posterior. Ainda na década de 1970 foram construídas 787 unidades pelo BNH (Conjuntos Lourival Baptista e Luzia), algumas destinadas a funcionários da Petrobrás. De acordo com a tabela 2, até a década de 1980 a população urbana de Aracaju atingiu o patamar de 98%.

Com a crise do Sistema Financeiro da Habitação em 1976, o número de residências construídas não acompanhava o crescimento populacional, circunstância que dinamizou a construção civil e o mercado imobiliário, gerando, sob alguns aspectos, a estocagem de solo e a consequente especulação fundiária. “É o ‘boom’ do mercado imobiliário em Aracaju” (LOUREIRO, 1983: 79).

Tabela 2

Crescimento da população de Aracaju entre os anos de 1940 e 1980.

POPULAÇÃO ANOS	URBANA	RURAL	TOTAL
1940	-	-	59.031
1950	67.519	10.825	78.364
1960	112.516	3.197	115.713
1970	179.276	4.394	183.670
1980	288.106	5.179	293.285

O crescimento do número de automóveis na cidade e a ineficiência do transporte coletivo local estimularam o governo a abrir grandes avenidas e a duplicar as já existentes.⁴¹ Nesse sentido, a prefeitura de Aracaju aterrou bairros, loteou grandes áreas, especialmente em zonas elitizadas, e abriu pequenas faixas de ruas.

Na década de 1980, foi construído o bairro Coroa do Meio, com objetivo de atrair a elite que estava se deslocando do centro da cidade para áreas situadas na zona sul. Mas não obteve sucesso, já que o símbolo de *status* concentrava-se nos bairros Treze de Julho, São José, Grageru⁴² e Salgado Filho (OLIVEIRA, 2000: 58).

Em 1982, foi promulgada a Lei de Divisão dos Bairros de Aracaju⁴³ (Mapa 2.2) que serviu de referência para a divulgação dos dados dos Censos Demográficos do IBGE de 1991 e 2000 e da contagem da população em 1996. Para Vilar (2002: 91), essa divisão possibilitou a identificação de espaços urbanos diferenciados, como: *“as áreas centrais, os espaços de conteúdos sociais distintos, as periferias e as áreas de expansão.”*

Em se tratando do crescimento urbano, esses espaços são reflexos do processo histórico de ocupação da cidade. A zona oeste, até hoje, tem apresentado problemas conjunturais de grandes proporções. A periferia se expandiu além dos limites urbanos, atingindo principalmente os municípios de Nossa Senhora do Socorro e de São Cristóvão, determinando o processo da metropolização. Mas a cidade também crescerá internamente. A partir do final da década de 1980, Aracaju se caracterizava por um adensamento intra-urbano, verificado através da verticalização excessiva em espaços consolidados e em áreas ainda não ocupadas.

41. Como exemplo, tem-se a duplicação da avenida Beira Mar.

42. No início da década de 1990, o bairro Grageru teve sua área remarcada para dar suporte ao nascimento de um novo bairro: o Jardins.

43. Hoje, 20 anos depois, a divisão dos bairros continua a mesma, apresentando, no geral, poucas alterações.

O processo de verticalização

A verticalização⁴⁴ é um dos aspectos da evolução urbana de Aracaju que transformou sua paisagem e fez nascer bairros inteiros em pouco tempo. Em 1935, a cidade possuía 11.049 prédios, sendo 10.900 térreos, 143 com pavimento superior e 6 com mais de dois pavimentos (LOUREIRO, 1983: 62). Ao iniciar a década de 1960, seu adensamento ainda era no sentido horizontal, ocupando mais de 20 Km² da área territorial do município.

A partir da década de 1970, foram construídos, no centro comercial, dois edifícios que se tornaram símbolos de progresso e modernidade: o edifício Estado de Sergipe, considerado na época o mais alto do nordeste, com 28 pavimentos, e o edifício da Previdência Social com 15 pavimentos (Foto 2.1). Desde então, acreditava-se que o centro se tornaria um bairro essencialmente vertical, o que na verdade não ocorreu. Em função do alto valor da terra naquela área, somente alguns edifícios voltados para os serviços capitais – públicos e privados – foram erguidos. Ademais, os lotes eram estreitos, de 6 a 8 metros de testada, o que pressupunha a necessidade de aglutinar 3 a 4 lotes para implantar edificações de maior porte.



Foto 2.1 Em destaque, da esquerda para direita, o edifício Estado de Sergipe (1970) e o edifício da Previdência Social (1971). Considerados símbolos de progresso e modernidade.

44. Apesar da palavra verticalização não constar nos dicionários, é usual associá-la ao surgimento de edifícios altos. Por analogia ao crescimento horizontal, definido como a expansão dos limites de rua urbana, a verticalização é a expansão em altura da área construída (DIAS, 2001: 30).

Por outro lado, a existência desses edifícios era um indicativo de que a verticalização independe das condições físicas do solo (Foto 2.2), o qual poderia ser intensivamente aproveitado, inclusive para demonstrar ascensão econômica (SANTANA, 1998: 20).



Foto 2.2 Vista do bairro Treze de Julho. Edifícios implantados em área de mangue – solo frágil.

Em particular, a verticalização sempre foi incentivada por arquitetos e urbanistas modernos, sobretudo pela possibilidade que proporcionaria de ampliação de espaços verdes públicos. Segundo Santana (1998: 21), as virtudes atribuídas às edificações verticais só seriam válidas quando houvesse bastante espaçamento entre eles, pois, caso contrário a solução seria danosa ao meio. Na cidade contemporânea a distância entre os edifícios é determinada pelas condições mensuráveis do lote, na maioria dos casos com o mínimo de afastamento exequível. Esse fator tem levado à superutilização do solo, mesmo quando existe área para expansão horizontal.

Em Aracaju, o processo de verticalização teve início com o crescimento de condomínios e edifícios de apartamentos. As residências das camadas de maior poder aquisitivo passaram por modificações significativas, apresentando padrões de alto luxo. Investidores imobiliários, acreditando na idéia de que a verticalização traria desenvolvimento à cidade, tentaram reproduzir em edifícios modernos – através de técnicas construtivas e novos acabamentos – o luxo das grandes residências e, assim, expandir o mercado de imóveis.

Os edifícios de apartamentos se tornaram índices e até mesmo símbolos de desenvolvimento urbano e de transformação da cidade provinciana em uma “moderna metrópole”; indissociável deste aspecto simbólico, os edifícios de

apartamentos constituíram um novo modo de ocupar e construir o espaço existencial da cidade (PASSOS, 1998: 56).⁴⁵

Nesse sentido, a especulação imobiliária e a elite encontraram, na zona sul, uma área com grandes possibilidades de ampliação da densidade demográfica, urbanística e arquitetônica (VILAR, 2002: 97), mostrando que a intensa ocupação vertical estaria relacionada às próprias leis econômicas típicas do mercado imobiliário.

A zona sul de Aracaju pode ser caracterizada, sobretudo, pelo alto valor do solo urbano e pela tendência à homogeneidade social entre as classes média e alta. Inclui os bairros: São José, Treze de Julho, Salgado Filho e Grageru. A partir da década de 1980, a dinâmica do uso e a ocupação do solo nessas áreas possibilitaram o aumento da densidade demográfica e do número de licenças para construção⁴⁶ (VILAR, 2002: 92).

Preocupada com os problemas que poderiam advir do crescimento acelerado, a gestão municipal, em 1976, definiu um gabarito máximo de quatorze pavimentos a fim de evitar uma expansão maior do que a cidade poderia suportar. Mas a paisagem urbana atual tem revelado que o pouco crescimento em altura implicou na contiguidade das edificações por causa do aproveitamento “milimétrico” do solo urbano.

Tendo agradado à população da zona sul, os edifícios de apartamento receberam atenção redobrada dos investidores imobiliários, os quais aumentaram o número de propostas em fins da década de 1980. Grande parte dessas propostas foi concretizada por construtoras locais, com destaque à empresa Norcon,⁴⁷ pela quantidade executada. O aumento também foi decorrente da inauguração, em 1989, do 1º *shopping center* da cidade: o Riomar, localizado no bairro Coroa do Meio.

Os edifícios construídos eram projetados no sistema de condomínios, compostos por apartamentos de três quartos com garagem, piscina e quadra poliesportiva. A prefeitura, apesar de combater a especulação, investiu em áreas já valorizadas da zona sul, promovendo obras públicas de grande referencial, como é o caso do Calçadão Viana de Assis (atual 13 de Julho), dotado de parques infantis, ciclovia, pista de *cooper*, etc (Foto

45. Citado por OLIVEIRA, 2000: 53. Ver referências bibliográficas.

46. Esse número já vinha aumentando constantemente. “De 1966 a 1974 foram licenciados 44 projetos para construções de edifícios [...]. De 1975 a 1980, foram 231 licenças, sendo que 73,6% delas ocorreram no período 1978/1980” (RIBEIRO, 1989: 79) – fase áurea da pós-modernidade.

47. No próximo item veremos maiores detalhes sobre a construtora Norcon.

2.3). Com isso, a localização passou a ter maior peso no preço do apartamento, superando, inclusive, a tipologia arquitetônica e os materiais empregados.



Foto 2.3 Calçadão do bairro Treze de Julho. Urbanização de áreas já valorizadas.

Já na década de 1990, a verticalização em Aracaju caracterizava-se pela valorização dos espaços privados do tipo condomínio, como condição de moradia ideal. O crescimento ocorreu ainda nos mesmos bairros da zona sul, com ênfase na construção de edifícios de alto luxo na avenida Beira Mar do bairro Treze de Julho.

Contudo, Aracaju estava às vésperas de conhecer o seu mais novo empreendimento urbano, de maiores proporções que os anteriores, com “garantia” de uma qualidade de vida melhor aos seus habitantes. O sonho de morar num lugar planejado, de boa localização e completa infra-estrutura, estava próximo, segundo a publicidade.

2.2 Bairro Jardins: o sonho de viver em espaços planejados?

Diferentes acontecimentos ocorridos em todo o país, na década de 1980, influenciaram o sistema de produção e o mercado de bens. A extinção do BNH em 1986, o aumento da demanda por habitações, a escassez de obras públicas e as mudanças sócio-políticas, em consequência da promulgação da Constituição Federal em 1988, aliada à estabilidade econômica na década de 1990, estimularam à expansão de diversos setores, principalmente o mercado imobiliário (DIAS, 2001: 31).

Em Aracaju, os promotores imobiliários, além de investir na classe média, buscaram novos mercados e inovações na qualidade de seus produtos. Em meados da década de 1990, o processo de verticalização estava condicionado a uma caracterização singular, diferente em escala e composição arquitetônica. A empresa Norcon,⁴⁸ com a experiência que obteve na implantação de unidades condominiais nos bairros Salgado Filho e Treze de Julho, estava planejando um empreendimento de grandes perspectivas. Ao invés de lançar projetos residenciais isolados, era necessário investir em planos de desenvolvimento urbano mais complexos, semelhantes aos encontrados nas cidades de Porto Alegre e Curitiba, cujos objetivos principais não se limitavam apenas a erguer habitações. A idéia contemplaria a construção de um empreendimento que oferecesse completa infra-estrutura e uma proposta inusitada para o padrão sergipano.

Após reunir uma quantidade de terrenos e glebas, adquiridos com o passar dos anos, a Norcon estava próxima de realizar seus ideais. De posse de uma grande área, a empresa esperou o tempo propício e investiu na imagem de um lugar como sendo o mais moderno da cidade, onde os sonhos de uma vida melhor poderiam ser concretizados. Segundo a publicidade, nesta área seria implantada uma série de condomínios fechados, com promessa de ser construído mais adiante um centro de compras, serviços, lazer e entretenimento – um *shopping center* – para suprir as necessidades e expectativas dos futuros moradores. Ou, nas palavras dos empresários:

48. A Nordeste Construções Ltda – Norcon, fundada em 1958, atuou inicialmente no ramo de obras públicas e industriais. Com o tempo, direcionou seu foco à construção de unidades residenciais voltadas para a classe média e alta. Segundo dados da empresa, mais da metade dos apartamentos de ótimo padrão construídos em Aracaju é de sua autoria (www.norcon.com.br, outubro de 2002).

Para tornar convidativo e habitável o rústico local, que possuía bela vista e vento vindo do mar, sem obstáculos, era necessário que os futuros moradores obtivessem facilmente os bens de consumo mais essenciais que dispunham nos bairros consolidados de onde migrariam. Um hipermercado com tecnologia das multinacionais ancoraria o centro de compras idealizado, para que estes habitantes não se sentissem isolados, despertando-lhe o desejo de ali morar (www.shoppingjardins.com.br/shopping.htm, maio de 2002).

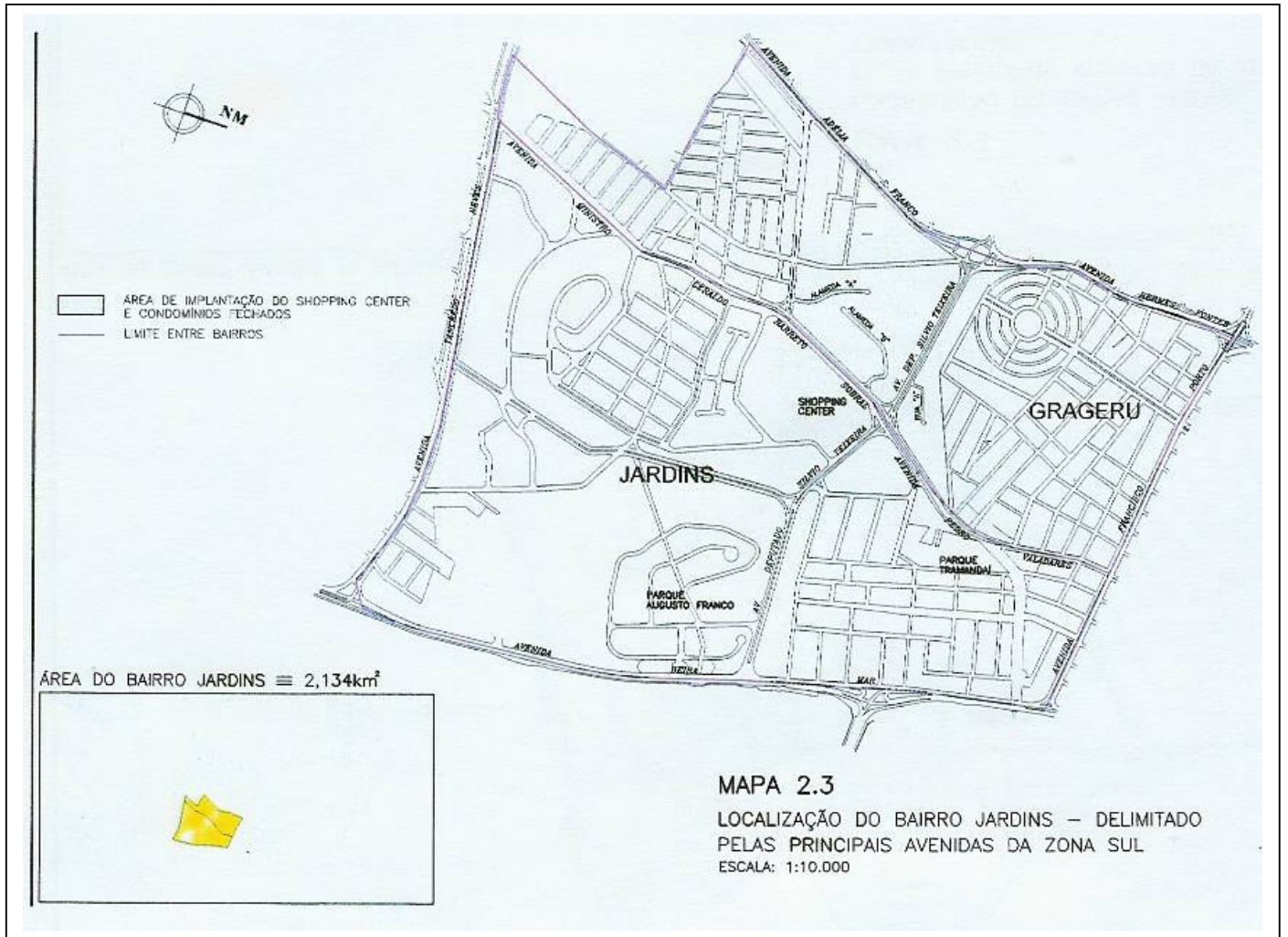
De fato, a proposta do *shopping center* atraiu diferentes consumidores, ao mesmo tempo que trouxe outros investidores imobiliários dispostos a desenvolver e crescer novas propostas. A beleza da região e a proximidade de outras áreas valorizadas, reforçadas pela imagem da realização do sonho de viver num ambiente planejado, foram motivos fortes para despertar o interesse das classes média e alta, além de gerar uma precoce elitização do futuro bairro.

2.2.1 Partido urbanístico

Localizada na região do Grageru, a área do empreendimento é delimitada por quatro grandes avenidas da zona sul. No sentido sudeste-noroeste, encontram-se as avenidas Beira Mar e Hermes Fontes e no sentido nordeste-sudoeste, as avenidas Francisco Porto e Tancredo Neves, respectivamente. O partido urbanístico adotado no projeto original teve como referência o cruzamento de duas avenidas: Pedro Valadares⁴⁹ e Deputado Silvio Teixeira. Ambas, além de demarcar os espaços urbanos, teriam o objetivo de interligar as avenidas limítrofes. Assim, a avenida Deputado Silvio Teixeira faria a interligação no eixo sudeste-noroeste, e a Pedro Valadares, no eixo nordeste-sudoeste (Mapa 2.3). A área é favorecida pela vizinhança do parque Augusto Franco e pela proximidade do centro da cidade – situado a três quilômetros.

49. A partir do cruzamento, no sentido sul, a avenida recebe o nome de Ministro Geraldo Barreto Sobral. O mesmo também ocorre com a avenida Hermes Fontes, passando a ser chamada de Adélia Franco após o cruzamento com a avenida Deputado Silvio Teixeira (ver Mapa 2.3).

Mapa 2.3



Com algumas idéias pré-definidas, a Norcon contratou uma empresa de projetos urbanos⁵⁰ para elaborar o parcelamento e arruamento da área. Tendo em vista o nível elevado do lençol freático naquela região, era necessário fazer um estudo de drenagem que estabelecesse um sistema eficaz de escoamento das águas. As obras de aterro e terraplenagem só poderiam ser iniciadas com a conclusão de uma minuciosa análise da quantidade de fluxos existentes (Foto 2.4). Portanto, para viabilizar o empreendimento, seria imprescindível a construção de canais revestidos de concreto que direcionassem todo o fluxo local.

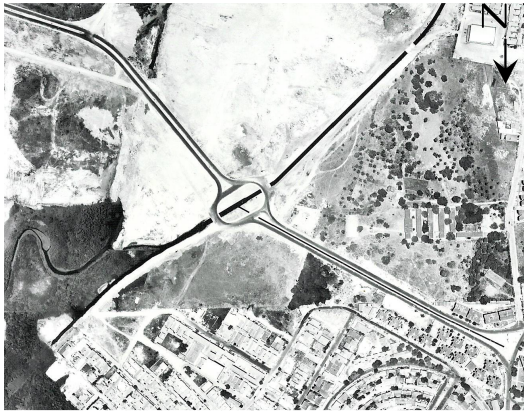


Foto 2.4 Vista aérea da região – futuro bairro Jardins. Destaque para as obras de aterro e terraplenagem e a construção dos canais ao longo das avenidas (1993).

De acordo com as exigências, o projeto deveria apresentar lotes de tamanhos diferentes para implantação de diversos condomínios fechados. Era necessário definir inúmeros lotes para condomínios verticais e, somente dois, para condomínios horizontais de alto padrão – com área individual suficiente para comportar cinquenta moradias. Os condomínios verticais, em decorrência da legislação, teriam doze pavimentos, com possibilidade de ampliar para quatorze, em função do *playground* e garagem. No entanto, a empresa queria estabelecer três propostas condominiais distintas. Cada uma delas destinada a uma classe específica, com lotes variando em função do número de edifícios multifamiliares⁵¹ implantados. Assim, o condomínio classe média, composto por três edifícios com quatro unidades por pavimento, teria a maior área dimensionada. Já o condomínio de classe alta teria apenas um edifício com duas unidades por pavimento e, conseqüentemente, a menor área. E, finalmente, o condomínio de classe média-alta, com lote de dimensões intermediárias em relação aos anteriores, contendo dois edifícios com

50. O projeto, de autoria da *Trama Urbanismo Engenharia e Representações Ltda*, foi elaborado entre os anos de 1991 e 1992.

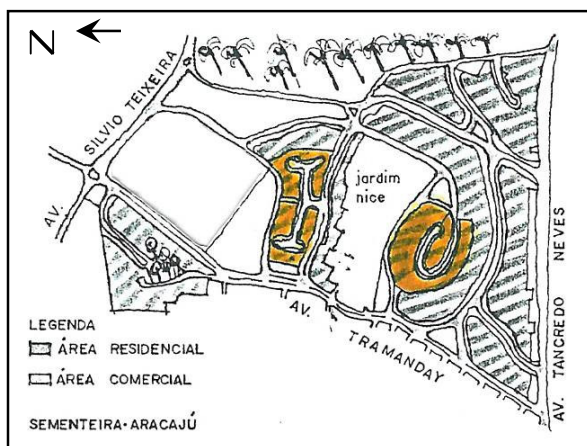
51. Segundo Amorim (1999) edifício multifamiliar é todo aquele “[...] composto por unidades ou células habitacionais agregadas em uma única estrutura de acessos, serviços e equipamentos comuns, organizados em caráter condominial”.

quatro unidades por pavimento. Todos os condomínios deveriam estar ao redor de um *shopping center* que serviria, entre outros objetivos, como principal atrator de ocupação da região.

Com base nesses pré-requisitos, a proposta urbanística acrescentou outros critérios que garantissem o bom funcionamento das atividades discriminadas, tomando como referência quatro aspectos importantes.

O primeiro foi a preservação de uma área ecológica, a fim de evitar a ocupação massiva de toda região. O segundo, de caráter imperativo, foi a concentração de todo o comércio local no *shopping center* e a implantação secundária de um comércio de apoio nas proximidades, a depender da circulação de pedestres ocorrida nos espaços públicos. O terceiro aspecto estava voltado à distribuição e acessibilidade dos condomínios. Nesse caso, foram definidos setores especiais para cada um dos três tipos previstos, de modo que, através de ruas fechadas, a acessibilidade fosse destinada somente aos moradores e visitantes locais (Figura 2.4). Com efeito, pretendia-se direcionar os grandes fluxos de veículos para as duas avenidas e, assim, poupar os moradores dos inconvenientes causados pelo tráfego intenso.

Figura 2.4 Croqui do projeto para arruamento e distribuição das funções urbanas. Destaque para os dois únicos espaços voltados aos condomínios horizontais, com acessibilidade centrada através de ruas sem saída.



O último aspecto, sem dúvida aquele que mais despertou o interesse da população, estava relacionado ao traçado das ruas e à composição ambiental das avenidas. Foram projetadas ruas sinuosas acompanhadas por uma faixa de área verde entre o alinhamento do lote e a calçada, apresentando dez metros de largura para os condomínios verticais e três, para os horizontais, cuja manutenção seria de responsabilidade dos próprios moradores (Figuras 2.5 e 2.6). Além disso, foram

dimensionados diferentes equipamentos urbanos de lazer sobre amplos jardins ao longo das avenidas principais.

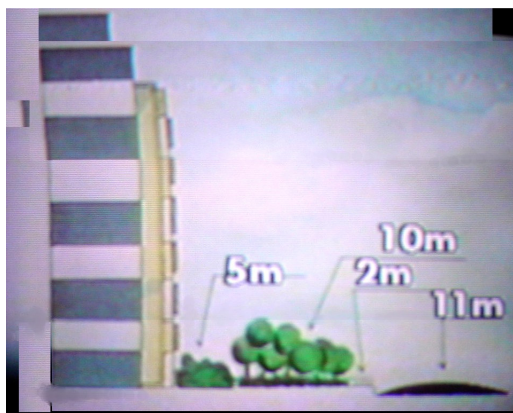
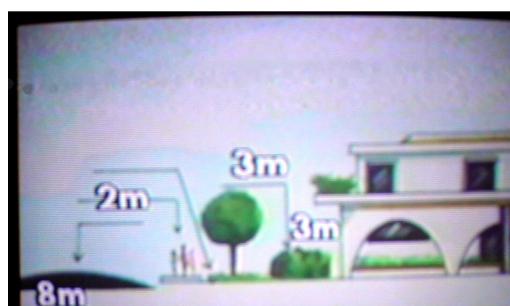


Figura 2.5 Ilustração publicitária – proposta de uma faixa de área verde com dez metros de largura para condomínios verticais.

Figura 2.6 Condomínios horizontais – faixa de área verde com três metros de largura. Outra ilustração publicitária.



Em 1997, a Norcon, em parceria com a Decide Imobiliária Ltda, inaugurou o *shopping center* Jardins, marco inicial para consolidação das obras que deu origem ao mais novo bairro da cidade: o Jardins. Dessa forma, pode-se afirmar que, de uma área natural pertencente ao bairro Grageru, surgiu um novo bairro na cidade. Para alguns de forma precipitada, para outros, sob o olhar de toda população.

Entretanto, após a entrega dos primeiros condomínios e a inauguração do *shopping center*, quanto mais se avançava nas construções, mais o bairro se distanciava do seu partido urbanístico original. Hoje, é possível identificar com precisão a grandeza do contraste. Algumas poucas propostas foram mantidas, outras, sofreram distorções, porém a grande maioria foi completamente ignorada.

Segundo Dayse Araújo,⁵² arquiteta e co-autora do projeto original, a Norcon alterou vários pontos da proposta e foi se tornando independente em termos de decisões. Os amplos jardins nas avenidas principais não foram construídos, como também, a faixa de

52. Entrevista realizada no dia 17/10/2002 às 15:30h.

área verde entre o alinhamento do lote e a calçada.⁵³ Em locais onde eram previstas residências, atualmente, estão sendo implantados estabelecimentos de comércio e serviços, como por exemplo, a construção do banco Banese, no último lote entre o cruzamento das duas avenidas principais. Até os condomínios foram alterados, surgindo novos padrões como forma de atender às reivindicações do mercado. Os passeios com largura prevista de dois metros foram extremamente reduzidos, enquanto os equipamentos urbanos e a proposta de valorizar o verde só existem no interior dos espaços privados. O *slogan* chavão de que o bairro “...de jardins só tem o nome”, dito por leigos e esclarecidos, ainda tem muita expressividade, haja vista que no lugar de árvores e flores, tem “*brotado o cinza do concreto*” (CINFORM, 05 a 11/08/2002: 03).

Em suma, a proposta urbanística adotada priorizou o dimensionamento das áreas internas dos condomínios verticais multifamiliares e a implantação do *shopping* Jardins, em detrimento dos espaços públicos que foram esquecidos, ignorados e reduzidos à circulação de veículos e à movimentação de pedestres. O espaço público, portanto, além de ter sido organizado com desdém, não recebeu o tratamento pré-estabelecido pela publicidade imobiliária, enquanto os espaços privados foram enriquecidos com novidades, sensacionalismo e grandeza, adequados, certamente, ao viver contemporâneo (Foto 2.5).



Foto 2.5 Vista aérea do bairro Jardins – ano 2000. Destaque para o *shopping center* à direita, condomínios de classe média à esquerda inferior e os condomínios de melhor padrão, acima.

Ao que parece, certas ações dos órgãos municipais, como a aprovação do atual plano diretor em outubro de 2000, tem contribuído para produção de espaços

53. Com exceção da alameda “B” dos condomínios de classe média – mesmo assim a faixa de área verde implantada tem largura inferior à prevista no projeto original.

descomprometidos com a qualidade, cujas propostas estão sujeitas ao sabor “amargo” da especulação imobiliária.

2.3 Um olhar na paisagem do *Jardins*

Analizando a proposta inicial do bairro Jardins, nota-se que a relação público-privado apresentava consistência no equilíbrio das funções urbanas. Se por um lado o propósito principal era a implantação de diferentes condomínios em torno do *shopping center*, por outro a publicidade garantia a inserção de espaços públicos favoráveis à unidade do conjunto urbano. Com o abandono da proposta inicial, o município deveria impor uma postura contrária a nova proposta, de preferência equivalente ao nível das alterações. A prefeitura demonstrou pouca eficácia no impedimento das propostas implantadas, onde se verificaram divergências entre o construído e o legalmente permitido. Assim, o bairro vem crescendo e se desenvolvendo de modo acelerado, sem que os órgãos competentes atenham-se aos seus impactos sobre a estrutura urbana da cidade. Nesse sentido, é de extrema relevância refletir sobre o papel das políticas públicas diante da produção de espaços do tipo condomínio e *shopping center* que beneficiam apenas alguns segmentos da sociedade.

De acordo com Wellington Costa (CINFORM, 05 a 11/08/2002: 3), não se sabe qual o projeto a Norcon levou à prefeitura para ser aprovado – se o original ou o executado. Mesmo assim, enfatiza Costa, ela “...foi negligente em aprovar um projeto onde o resultado é hoje o que se vê – um amontoado de concreto armado”. Para ele o bairro Jardins está na contramão de tudo que se possa imaginar em termos de planejamento urbano racional. “...É tudo de ruim que as cidades grandes têm apresentado...”, afirma. E a situação tende a se agravar com a aprovação do plano diretor que não impõe limites no gabarito das edificações.

Curiosamente, a distorção de propostas em nada afetou o sucesso comercial do bairro. A imagem criada pela publicidade é tão forte que as pessoas não prestam atenção nos condicionantes oferecidos. Com o *slogan* de qualidade e segurança, diversas pessoas têm buscado o bairro Jardins como a melhor opção da cidade. Esse tipo de comportamento parece estar respaldado na expressão da cultura local, cujo objetivo é

transmitir *status* e ascensão aquisitiva, ainda que as conseqüências sobre a qualidade de vida urbana sejam entendidas posteriormente. *“O sentimento de pertencer às classes mais privilegiadas ou a aspiração de integrar-se a elas, tem um de seus principais símbolos na localização das residências”* (VILAR, 2002: 94), assim como nos equipamentos urbanos disponíveis.

Segundo Zukin (2000), no caso do mercado imobiliário, os investidores buscam uma articulação entre a imagem de suas propostas e o consumo potencial que esta imagem provoca, estabelecendo critérios que pouco se importam com a paisagem que está sendo construída e com os anseios cotidianos da população residente (SILVA, 2002). Numa combinação entre poder político e econômico, a construção da paisagem do bairro Jardins ficou à mercê de uma parcela dominante que intervém da maneira que a beneficia, normalmente coerente com seus próprios objetivos.

Devido ao poder de uma imagem, eficiente para convencer a população do *status* oferecido pelo bairro, a fragilidade das propostas espaciais não é identificada, exceto por aqueles que mantêm uma relação estreita com os problemas gerados no espaço urbano. Além disso, a desterritorialização do espaço público e a fragmentação dos espaços privados em relação ao contexto urbano são indícios da indefinição cultural vivenciada nas cidades, em particular em Aracaju. Nesse sentido, pode-se afirmar que a paisagem do bairro Jardins é um produto típico da cultura pós-moderna.

Se partirmos do princípio que a pós-modernidade inspira insegurança, é natural que tudo a ela relacionado também cause ceticismo quanto às práticas que visam ao bom funcionamento das cidades. Assim, o bairro Jardins, não só apresenta uma paisagem urbana pouco definida em conteúdo, resultante de uma cultura em expressa transformação, como também desvincula a comunicação entre os espaços ocupados e o usuário, preocupando-se com a imagem direcionada ao consumo massivo.

Entendendo a paisagem como resultado da ação da cultura sobre a área natural (SAUER, 1998: 59) bastaria compararmos o espaço do bairro antes e depois das intervenções, para que pudéssemos extrair aspectos da transformação e os verdadeiros propósitos determinados pela cultura atuante (Foto 2.6 e 2.7). O desequilíbrio na maneira de estabelecer as funções dos diferentes espaços urbanos tem levado a sociedade a se apoiar numa cultura de extrema segregação, exaltando uma multifuncionalidade dos

espaços privados e a visão de que o espaço público é desnecessário à sobrevivência social.

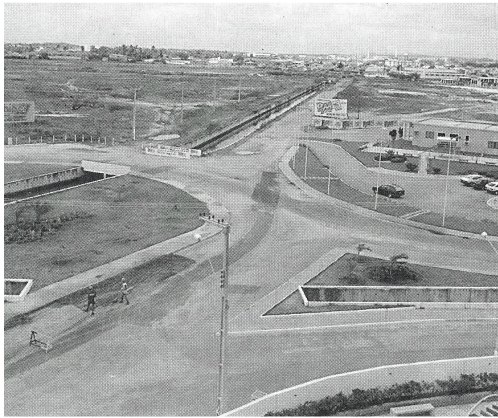


Foto 2.6



Foto 2.7

Foto 2.6 – vista da região do Grageru antes do lançamento do bairro Jardins (1996). **Foto 2.7** – vista do bairro Jardins já com a implantação do *shopping* e das avenidas (2002) – detalhe do tapume para construção do Banese. Ambas as fotos mostram, na sua parte inferior, o muro do condomínio Costa Brava.

Em relação à configuração espacial do bairro, nota-se que o tecido urbano foi organizado de forma que levou à segregação dos espaços, semelhante ao padrão em “árvore” verificado, em outros estudos, por Christopher Alexander.⁵⁴ A segregação também pode ser verificada na localização dos condomínios, os quais foram definidos de acordo com o padrão social.

A paisagem urbana é dinâmica por natureza. A cidade está sempre em ritmo de crescimento em função das alterações sócio-culturais, apresentando um processo de transformação peculiar e ininterrupto. No entanto, a dinâmica da paisagem também pode ser interpretada pela sua morfologia, ou seja, através da composição dos objetos e das relações geradas entre eles. Olhando por essa ótica, é possível verificar no *Jardins* um aglomerado de edifícios erguidos numa mesma tipologia construtiva, diferenciando-se apenas nas cores das fachadas (Foto 2.8). Este procedimento, de caráter econômico, tem gerado uma monotonia visual excessiva e um aspecto pouco dinâmico da paisagem. Ademais, o planejamento desses condomínios ignora o fato de que as comunidades residentes possuem necessidades e perspectivas distintas, as quais extrapolam a simples

54. Christopher Alexander constatou que as cidades tradicionais tinham características que permitiam a superposição de usos, ao contrário das cidades planejadas que apresentavam espaços segregados, numa tendência semelhante às ramificações de uma árvore.

condição de ter um teto para morar ou um espaço seguro para manter relações sociais.



Foto 2.8 Edifícios padrão classe média, implantados em grupo de três por condomínio. A intenção de reduzir os custos da construção gerou um efeito pouco dinâmico à paisagem do *Jardins*.

Além da falta de diversidade visual no ambiente construído, proveniente da repetição das edificações, é identificada também a incompatibilidade entre o porte do empreendimento e o terreno destinado à sua implantação (Foto 2.9). Esse fato nos leva ao raciocínio de que tanto os espaços públicos quanto os espaços privados estão sendo prejudicados. Os espaços públicos, não fazendo parte dos interesses dos investidores imobiliários, são completamente ignorados, mesmo com a disponibilidade de espaços livres para o seu total desenvolvimento. Já os espaços privados, em virtude da área do terreno, estão apresentando ambientes internos cada vez mais reduzidos.

Foto 2.9 Incompatibilidade da área do terreno em relação ao porte da edificação. Mesmo com a disponibilidade de áreas livres há um superaproveitamento do solo, gerando a contigüidade dos condomínios.



Observando o ambiente construído, foi possível verificar que os condomínios estão ocupando as margens das avenidas. Segundo Dayse Araújo,⁵⁵ isto ocorre porque há

55. Idem à nota 52.

um interesse por parte das construtoras em escoar os detritos dos edifícios para os canais das avenidas. Sem cobertura em todo o seu prolongamento, os canais liberam um forte odor característico que tem crescido à medida que uma nova edificação é entregue. Além disso, os canais direcionam todo fluxo produzido à reserva ecológica do Tramandaí,⁵⁶ que por sua vez é lançado no rio Sergipe. *“Até que se esgote os lotes das beiradas e se faça uma estação de tratamento de esgoto, onde os miolos de quadra possam ser ocupados, essa situação se perpetuará”*, enfatiza a arquiteta Dayse.

O bairro Jardins, símbolo de qualidade e segurança, aos poucos está revelando sua verdadeira face. Porém, os impactos causados na estrutura espacial da região e na paisagem da cidade já apresentam indícios de que sérios problemas urbanos ainda estão por vir. É curioso como a região já apresenta uma verticalização intensa com apenas 10% de ocupação de sua área total. A tendência do bairro, segundo Costa (CINFORM, 05 a 11/08/2002: 3) é interligar, através de uma massa de edifícios, as avenidas Beira Mar e Hermes Fontes, formando uma grande selva de pedra com conseqüências na qualidade de vida dos moradores. Para ele, como ainda existem algumas áreas remanescentes – não ocupadas – seria necessária a ação do poder público, através dos instrumentos de gestão urbana, para impedir que se caminhe para um modelo de cidade insatisfatória.

Desse modo, a discussão que envolve as expectativas quanto ao futuro do bairro Jardins é ampla, e a paisagem, tratada neste trabalho do ponto de vista da morfologia, é apenas um viés de observação. Nesse caso, para o aprofundamento de outros aspectos, são necessários estudos distintos que, evidentemente, excedem o foco e a proposta desta pesquisa.

56. Representando o pouco que sobrou de manguezal da região, a Reserva Ecológica do Tramandaí é a única área poupada pelo planejamento. Atualmente encontra-se em estado de abandono. Para muitos seu desmatamento é questão de tempo.

2.4 Considerações sobre o capítulo

Através da evolução urbana de Aracaju, percebemos que o desenvolvimento da cidade sempre esteve ligado aos interesses de uma minoria social. Hoje, a história continua a se repetir numa versão contemporânea, onde os espaços urbanos estão se alterando em função dos propósitos da esfera privada.

O professor José Vieira Cruz, do Departamento de História da UFS, na tentativa de explicar os motivos da deterioração do patrimônio histórico da cidade, afirmou que *“Aracaju tem o estigma de ser uma cidade moderna, de ser construída em torno da novidade”* (CINFORM, 27/01 a 02/02/2003: 03). De fato, percebe-se que essa afirmação tem fundamento. O bairro Jardins com a atmosfera de bairro novo e planejado, demonstrando uma acentuada verticalização, tem atraído diferentes camadas sociais para os benefícios de seus espaços privados. E isso tem ocorrido porque de modo geral existe uma associação na mente das pessoas de que o novo é sempre o que existe de melhor. Nesse sentido, o bairro Jardins é prova viva de que isso nem sempre é verdadeiro.

Em relação às suas deficiências urbanas, não adianta depositar a responsabilidade tão somente nos investidores imobiliários, já que os órgãos públicos também carregam parte da responsabilidade, juntamente com a população que pouco reivindica qualidade nas propostas espaciais. Nota-se um certo oportunismo das políticas partidárias ao serem coniventes com propostas que não têm o intuito de promover o bem estar social. Com a implantação de espaços privados, a responsabilidade de manter as áreas internas passa a ser daqueles que se beneficiam das *“vantagens”* de morar e se relacionar nesses redutos. Assim, gastos municipais são reduzidos, sem, contudo, haver redução na receita, visto que os moradores continuam a pagar os impostos municipais (SILVA, 2002).

No bairro Jardins, a morfologia da paisagem, ora definida pelos edifícios, ora representada pela restrição dos espaços públicos implantados no prolongamento de duas grandes avenidas, não obteve um resultado positivo, se comparado ao entorno de Aracaju. A paisagem da cidade está sendo apresentada em função do novo empreendimento, num processo inverso em que a imagem de um único bairro passa a ser cartão postal do que existe de mais sofisticado. Na verdade, houve uma imposição de

elementos artificiais que descaracterizaram a paisagem em função do espaço construído disfarçadamente planejado (SILVA, 2002).

Os espaços públicos devem ser coletivos e democráticos, e, portanto, a cidade não deve ser tratada como um somatório de espaços individuais. Nesse sentido resta saber sobre que tipo de arcabouço devemos nos apoiar para planejar um bairro cujas diretrizes culturais apontam na direção dos espaços privados. Certamente projetar um bairro condominial limitado por muros e com toda a infra-estrutura em seu interior, como é o caso do *Alphaville*, é diferente do que conceber um bairro como o *Jardins*, com várias unidades condominiais distintas.

Se algum dia o espaço público teve lugar de destaque como lugar da troca de experiências, hoje, pode-se afirmar que no *Jardins* ele é reconhecido pela baixa qualidade das propostas espaciais e como referencial na valorização dos espaços privados. O exemplo da praça Garcia Moreno, construída sob a justificativa que valorizaria os condomínios em volta, descreve bem essa realidade e será tratado nos capítulos seguintes.

O importante é enfatizar que o bairro Jardins tem sido um sucesso comercial. Existem várias histórias cercando a realidade do bairro. Muito já se falou, mas pouco foi escrito. Após sete anos de crítica e especulação, é necessário saber como os moradores e usuários usam os seus espaços e o que eles, atores do cotidiano, têm a dizer sobre a relação público-privado.

III. A PESQUISA – USO DO ESPAÇO URBANO COLETIVO

A pós a apresentação do bairro Jardins e sua inserção no processo de transformação sócio-cultural da cidade de Aracaju, são colocados neste capítulo, o problema da pesquisa, os objetivos, a hipótese e a descrição detalhada dos procedimentos metodológicos e operacionais.

3.1 Problema, objetivos, hipótese

Com o advento da pós-modernidade, valorizando a tecnologia dos meios de comunicação, e colocando o individualismo e a segurança como princípios fundamentais, o espaço privado passou a ser lugar privilegiado de encontro humano e troca de experiências – funções antes encontradas no espaço público. Ora, se por um lado os problemas da vida cotidiana desestimula o uso dos espaços públicos, contribuindo para que de modo geral grupos sociais não reivindiquem qualidade nas propostas urbanas, por outro, a ação dos promotores imobiliários dá um tratamento todo especial aos espaços de condomínios e *shoppings centers*, identificando-os como verdadeiros espaços adequados às práticas do cotidiano social.

Com base no processo de transformação urbana e nas conclusões de Carlos Nelson e Frúgoli sobre as formas de sociabilidade e apropriação dos espaços, o bairro Jardins, estudado no capítulo anterior, pode ser entendido como objeto representativo dessa realidade, à medida que propôs aos seus moradores um partido urbanístico cujas relações sócio-espaciais são desenvolvidas nos espaços privados. Com efeito, os espaços públicos têm servido mais ao propósito da circulação material do que da interação de diferentes atores, não oferecendo condições que estimulem a apropriação por parte de usuários.

Se entendermos que as transformações sócio-culturais, descritas na fundamentação teórica, deram origem a um período que introduziu mudanças na estrutura espacial das cidades, a análise do uso passa a ser um indicador significativo das transformações. O desempenho do espaço coletivo depende do uso e este, até um determinado nível, depende das características espaciais. Essa relação é capaz de proporcionar ao usuário, condições de mobilidade e permanência no espaço que o envolve, estabelecendo uma apropriação no momento em que o espaço torna-se adequado à atividade empregada.

Partindo do princípio que o bairro Jardins é uma unidade urbana que aponta para as mudanças sócio-culturais, é oportuno compreender em que medida essas mudanças alteraram o uso e o desempenho dos seus espaços urbanos. Ou seja, de que maneira os moradores e usuários do bairro Jardins se apropriam dos espaços urbanos coletivos e estabelecem outros significados a partir de suas próprias necessidades e das novas características espaciais.

O problema, assim posto, implica numa resposta a um questionamento local, mas que faz parte de um contexto maior, visto que este processo ocorrido em Aracaju, vem atingindo os grandes centros urbanos,⁵⁷ podendo se manifestar de modo semelhante em outras capitais.

O objetivo principal da pesquisa é avaliar o uso e o desempenho dos espaços urbanos coletivos do bairro Jardins, segundo atividades de lazer do cotidiano dos moradores e usuários. Uma vez identificadas formas de apropriação nos espaços públicos e nos espaços privados (condomínios e *shopping center*), classificando-as num critério de interação sócio-espacial, será possível compreender o funcionamento do bairro, além de podermos apontar tendências quanto ao uso dos espaços coletivos na cidade contemporânea.

Como ponto de partida, a hipótese é que, a despeito da natureza distinta dos espaços urbanos supracitados, as formas de uso e apropriação correspondem a parâmetros significativos da diversidade social. Esses parâmetros divergentes e/ou semelhantes, numa relação binária de atração, repulsão, concorrência e complementaridade, afetam o funcionamento do bairro Jardins, revelando particularidades a respeito da cultura urbana que lhe deu origem.

Sabendo que os espaços privados do tipo condomínio e *shopping center* são formas de centralizar as funções urbanas, e os espaços públicos são elementos sobre cujas funções a cidade se sustenta, podemos inferir que existe uma multiplicidade de usos, com diferentes significados, na fronteira que separa a esfera pública da privada. Saber como essa multiplicidade se comporta é um dos princípios básicos deste trabalho. Tendências evolutivas do uso do espaço urbano, provenientes das mudanças sócio-culturais e

57. Revista Veja, 15 de maio de 2002: 94-101.

expostas nas formas de apropriação, co-existem no *Jardins* apresentando particularidades próprias de uma diversidade pouco compreendida na sua essência.

3.2 Metodologia e procedimentos operacionais

Dada a sua complexidade, o objeto foi delimitado em função do que é fundamental ao entendimento das relações ocorridas no bairro Jardins. Para tanto, foram feitas algumas observações preliminares em diferentes horários, durante duas semanas consecutivas em outubro de 2002, procurando identificar usos, horários, atividades de lazer, sujeitos, comportamentos, significados, etc. Com o tempo, ficou claro que para entender o funcionamento do bairro, era necessário estudar seus espaços individualmente, sem se deter nas particularidades, para depois, mediante comparações, apreender pontos comuns da relação público-privado.

Dessa forma, foi importante analisar um condomínio para cada classe social distinta,⁵⁸ já que os padrões estabelecidos para as diferentes classes sociais repercutem na qualidade dos equipamentos de suas áreas internas, o que pressupõe formas diferentes de uso e apropriação. Apesar de ultimamente, os condomínios sofrerem adaptações devido aos anseios do mercado imobiliário,⁵⁹ foram escolhidos aqueles contidos na proposta original do bairro. O tempo de construção e o fato dos moradores já possuírem um certo domínio sobre os espaços do seu próprio condomínio e sobre as relações sociais nele desenvolvidas, fundamentaram o critério de escolha. Assim, foram selecionados o condomínio de classe média – *Golden Garden*, o de classe média-alta – *Costa Brava* e, finalmente, o condomínio de classe alta – *Beau Rivage Plaza*, todos com aproximadamente sete anos de ocupação.

Em relação aos espaços públicos e ao *shopping center*, houve alguns ajustes de análise em função do foco da pesquisa. Nos espaços públicos, foram analisadas as avenidas principais, as ruas de acesso aos condomínios e a praça Garcia Moreno, situada no prolongamento da avenida Pedro Valadares (Mapa 3.1).⁶⁰ No *shopping center* Jardins

58. Ver padrão dos condomínios através das plantas dos apartamentos (ANEXOS I, II e III).

59. Ver capítulo II, p. 55.

60. No Mapa 3.1 existem aspectos que ainda não foram tratados, como é o caso do ponto comercial *Churrasco Jardins*. Por enquanto, basta saber que na análise dos espaços públicos outros fatores foram levados em conta nas observações, devido à sua importância para o bairro, os quais serão apresentados posteriormente com a exposição dos capítulos seguintes.

foram analisados apenas os ambientes de circulação e permanência, excluindo os ambientes de lojas, uma vez que a sociabilidade nestes espaços é restrita ao interesse próprio do usuário. No estudo individual de cada espaço privado, foram analisadas as relações com os usos ocorridos nos espaços públicos, tendo por base a afirmação de Sennet (1988: 120) de que o “domínio público é igualmente um corretivo para o privado”. Apesar dessa afirmação se referir à natureza humana, foi feita uma aproximação para o caso dos conflitos que regem a relação público-privado, fazendo do espaço público referencial da pesquisa.

Estabelecidos alguns critérios foi possível partir para os procedimentos metodológicos.⁶¹ Na tentativa de otimizar os recursos, em função do pouco tempo disponível, foram estudadas outras metodologias,⁶² além das adotadas por Carlos Nelson e Frúgoli. Experiências anteriores serviram para registrar as principais dificuldades e os erros mais comuns ocorridos durante este processo. Após a preparação de tabelas, roteiros e cronogramas foi iniciada a pesquisa de campo, trabalhada através de dois métodos – qualitativo e quantitativo – realizados em duas etapas. Na primeira etapa, foi aplicado o método qualitativo, através de observações e entrevistas, tendo por base observações preliminares; na segunda, após uma compreensão parcial do objeto, foi aplicado o método quantitativo, utilizando questionários com perguntas abertas e fechadas, sobre as particularidades registradas nas observações. Abaixo é feita uma descrição mais detalhada de ambos os métodos.

Através do método qualitativo, buscou-se apreender os acontecimentos sob diversas perspectivas, selecionando dados compatíveis com as conclusões colocadas por outros autores. Além de espectador, busquei tornar-me parte integrante do objeto analisado. Somente assim foi possível amadurecer as idéias preliminares e aprofundar a compreensão dos grupos sociais inseridos no organismo urbano como todo.⁶³

61. Os procedimentos metodológicos utilizados para a construção do capítulo II, sobre a empresa Norcon e o bairro Jardins, tiveram como princípio à aplicação de entrevistas informais com gestores, arquitetos, representantes da sociedade, funcionários da empresa, etc. Somente as informações confirmadas pela maioria foram inseridas naquele capítulo.

62. Uma delas foi a da professora Ana Rita Sá Carneiro, em seu livro *Espaços Livres do Recife*, e a de Jussara Maria Basso na sua dissertação de mestrado – *Investigação de Fatores que Afetam o Desempenho e Apropriação de Espaços Abertos Públicos: o Caso de Campo Grande – MS*. Ver referências bibliográficas.

63. A pesquisa qualitativa nas ciências sociais, mesmo sendo eficiente, é complexa e contraditória ao mesmo tempo. Complexa porque não é a quantidade de dados repetidos que definirá a sua essência fenomenológica, mas as relações contidas nas informações levantadas. E é contraditória porque cada pesquisador, em particular, enxerga de maneira diferente a realidade, interpretando-a de acordo com sua carga experimental anterior e com o nível de comprometimento emocional em relação ao objeto.

Para objetivar as diretrizes da observação, foram definidas duas categorias de análise: a descrição física do espaço urbano e a diversidade e intensidade de uso dos espaços. Com a idéia de estudá-los através da interação, ou seja, sempre relacionando as pessoas com os ambientes, foi utilizado o recurso da fotografia e do desenho livre *in loco*. Segundo Carlos Nelson (1985:16), a técnica de combinação fotografia-desenho tem uma grande importância na apreensão da vida sócio-espacial:

Fotos e desenhos facilitam a leitura, captam e traduzem com grande impacto as expressões sensíveis do urbano. Valem por mil palavras. Têm de ser vistos, no entanto, como esforços assemelhados de interpretação; revelam a reação de um observador especial em suas tentativas de envolvimento e interação com meios e acontecimentos frente aos quais é um estranho.

Foram tiradas 186 fotografias com ajuda de uma câmera digital, e desenhadas mais de 20 situações diferentes dos espaços, sendo selecionadas e inseridas neste trabalho de acordo com o potencial de seus conteúdos. Durante as observações tudo foi anotado e visto como fundamental. As sucessivas idas a campo e o tempo de permanência dependiam do desempenho dos espaços. Normalmente, esse desempenho se manifestava de forma positiva ou negativa, em função da diversidade de horários. As observações foram precisas em horários e datas, repetidas numa constância que pudesse gerar amostras significativas. Para facilitar o controle das visitas foi construída uma tabela para cada espaço estudado com horários variando de 06:00 a 24:00h, o que corresponde a um período de 18 horas. Cada espaço foi estudado em um bloco de turno⁶⁴ e depois registrado na tabela, de modo que com o passar das observações, foi possível saber quais os espaços, em determinados horários, ainda não tinham sido visitados. Buscou-se observar os espaços em todos os horários possíveis, principalmente aos finais de semana, onde o caráter do uso sofria alterações. À medida que avançavam as visitas foi dada ênfase aos horários em que o desempenho dos espaços era maior. Não houve necessidade de observar os espaços nos períodos sem usuários, exceto como forma de certificar a noção funcional do todo. Ao longo das visitas, foram registradas nas plantas baixas dos espaços as formas de apropriação, os principais sujeitos, os locais mais ocupados pelo público, as funções ignoradas, os significados, e a interação social

64. Cada um dos três turnos (manhã, tarde e noite), foi dividido em três blocos, onde cada bloco corresponde a uma visita com duas horas de duração. No caso do *shopping center*, tendo em vista que seu horário é de 10:00 às 22:00h foi preciso fazer algumas adaptações.

gerada a partir da reunião destes aspectos. Com isso, foram traçados mapas comportamentais nos diferentes turnos da semana e finais de semana, comparando-os entre si, de modo a obter mapas representativos de cada espaço. Com exceção do *shopping center*, geralmente os horários de início de manhã e fim de tarde foram os horários de maior freqüentação dos espaços coletivos, principalmente no caso dos condomínios. Como procedimento auxiliar foi solicitado aos funcionários dos condomínios que participassem das observações, como informantes dos acontecimentos. Essa fase da pesquisa de campo rendeu bons resultados, uma vez que a maioria dos funcionários se mostrou interessada em informar sobre diversas situações próprias do seu cotidiano de trabalho. Baseado no depoimento dos funcionários e em observações próprias, foram extraídos dados valiosos a partir do confronto dos aspectos semelhantes e divergentes. Num total, foram realizados 40 blocos de turno, o que resultou num montante aproximado de 80 horas de observação. Aproveitando essa fase da etapa qualitativa e a disponibilidade de alguns usuários, foram aplicadas entrevistas informais com aqueles que se mostravam interessados. Nessas entrevistas, foram aprofundados assuntos sobre hábitos de uso, atividades de lazer, tempo de permanência no espaço, segurança, manutenção, etc. A informalidade das entrevistas facilitou a coleta de informações. As entrevistas foram experiências importantes, uma vez que os entrevistados se sentiam à vontade e falavam sobre diferentes aspectos, não previstos na pesquisa. A média de duração das entrevistas foi de 15 minutos, podendo se estender, caso houvesse maior disponibilidade do entrevistado. O total de entrevistas realizadas foi 26, sendo que somente 10 foram registradas em fitas de áudio. As informações colhidas nesta etapa serviram de apoio para elaboração do questionário da etapa posterior da pesquisa.⁶⁵

No método quantitativo, foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas nos diferentes espaços. O questionário foi dividido basicamente em quatro partes: identificação do entrevistado, avaliação espacial, intensidade e diversidade de uso dos espaços e relações sociais (ANEXOS IV, V e VI). O caráter do questionário não se restringiu apenas ao espaço em questão, mas estendeu-se a todos os espaços, a fim de colher informações sobre o conjunto urbano do *Jardins*. Inicialmente, foi feito um pré-teste, com cinco questionários para cada espaço, e ao final foi indagada a opinião dos usuários sobre o instrumento. Logo em seguida, o questionário foi reformulado de acordo

65. O início da segunda etapa não implicou no término da primeira.

com as limitações apontadas, sendo aplicado novamente. O método de aplicação dependeu da preferência do indivíduo. Alguns queriam responder por si próprios, outros não se incomodavam de respondê-los em caráter de entrevista. Houve dificuldade em aplicar o questionário nos condomínios, pois os moradores sempre se justificavam na falta de tempo para respondê-lo. No caso do questionário sobre o *shopping center*, buscou-se aproveitar as pesquisas internas da administração para balizar as perguntas e depois comparar os resultados. Porém, o pedido foi negado sob afirmação que era material sigiloso, pertencente ao setor de *marketing* da superintendência administrativa. Foram aplicados 20 questionários na praça Garcia Moreno, 95 nos condomínios e 175 no *shopping center*, perfazendo um total de 290. A aplicação dos questionários nas avenidas foi impraticável, pois as pessoas, sempre apressadas, não queriam parar para responder. Assim, só foi possível coletar informações nesses espaços acompanhando o entrevistado no seu próprio trajeto. Em princípio, o número de questionários pode ser visto como pequeno, especialmente na praça Garcia Moreno. No entanto, o objetivo não foi atingir um grande universo, mas uma qualidade de respostas extraídas de sujeitos específicos.⁶⁶ Ademais a amostra foi definida com a reiteração das respostas, o que aos poucos foi apontando para o fechamento da pesquisa de campo em fins de janeiro de 2003. O período de realização do trabalho de campo, apesar de ter sido em época de festas e comemorações, possibilitou uma maior qualidade da pesquisa a partir do início das férias escolares, fase em que ocorreram significativas mudanças na rotina dos usuários.

Desde o início das observações, foram feitas análises preliminares dos dados. Cada dia de pesquisa correspondeu a pelo menos meia hora de reflexão sobre as tarefas realizadas. A integração dos métodos qualitativo e quantitativo foi o princípio orientador da análise dos dados, cujo sentido foi obter um critério geral para agrupá-los e classificá-los sob a ótica dos fatores comuns, para em seguida compará-los. Apesar do objeto estudado possuir características espaciais sujeitas a comparações, foi relevante entender a razão de cada informação adquirida, pelo fato de se referirem a situações multifacetadas. Em síntese, a interpretação dos dados se deu a partir das respostas diretas dos

66. Refiro-me a uma diversidade social, cuja importância está nas opiniões de diferentes grupos sociais. No *shopping center*, por exemplo, foram abordadas diversas pessoas, desde adolescentes e adultos, a jovens de diferentes "tribos".

questionários,⁶⁷ das comparações mediante cruzamento de respostas para os diferentes espaços e das comparações entre as observações, depoimentos e entrevistas.⁶⁸ Logo depois foram rebatidos os resultados sobre a hipótese enunciada, levando às conclusões finais da pesquisa.

O desenvolvimento de toda a pesquisa de campo com a identificação dos espaços urbanos estudados e as principais fotos contidas neste trabalho, pode ser visualizado no Mapa 3.1.

Sobre a aplicação da metodologia

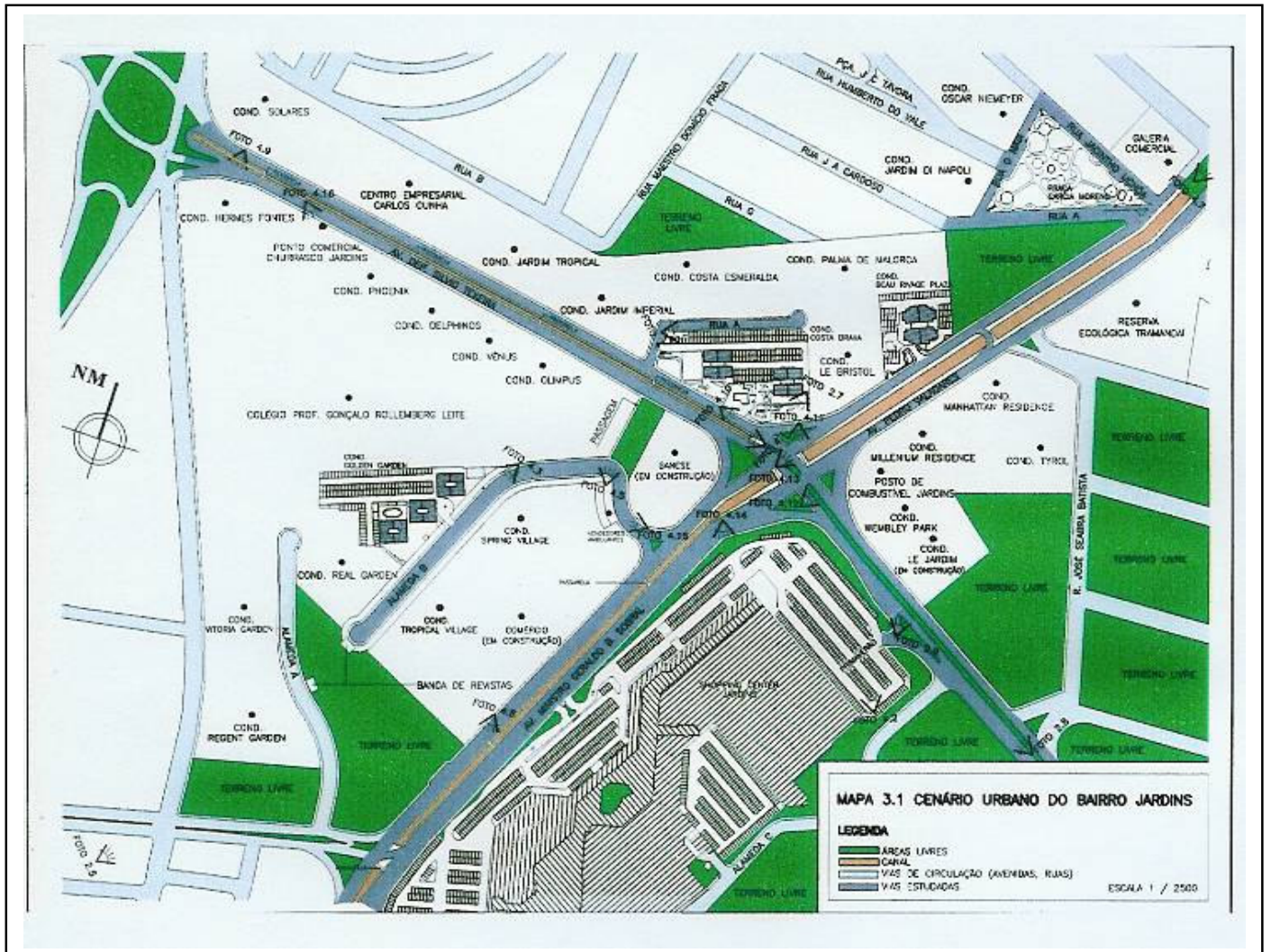
Apesar do rigor dos procedimentos operacionais ao longo da pesquisa, nem sempre o pesquisador tem controle total do método. Mesmo possuindo conhecimento sobre o objeto e sobre a metodologia, é impossível prever todos os acontecimentos e problemas. A cidade é um laboratório de incertezas, angústias e constante discussão que faz com que a pesquisa científica demande de objetividade e ao mesmo tempo sensibilidade para lidar com diferentes situações.

Nos capítulos seguintes serão apresentados as dificuldades e os limites da pesquisa, as contradições e as adaptações ao método e os pontos positivos e negativos de todo o processo de investigação.

67. O primeiro passo nesse processo foi realizar o quantitativo de todos os resultados dos questionários (ver anexos de VII a XII) e representá-los através de gráficos ilustrativos, no intuito de facilitar as interpretações.

68. Segundo Caldeira (1984: 145 – citado por FRÚGOLI JR., 1989: 73) “só depois que o pesquisador domina o sentido do todo e de cada contexto interno é que pode comparar partes de uma entrevista com partes de outra”.

Mapa 3.1



PARTE III: NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO *JARDINS*

IV. A CONDIÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Os espaços públicos do Jardins foram os espaços ignorados pela ação dos promotores imobiliários, corroborada pela omissão do poder público. Aparentemente, servem apenas ao propósito da circulação, não oferecendo condições físicas para o desenvolvimento da interação social. Este capítulo expõe os usos gerados nesses espaços, mostrando que algumas formas de apropriação se concretizam sem guardar uma correspondência com as funções projetadas.

4.1 O uso cotidiano das ruas

Um sistema viário é composto por vários elementos que se estruturam em função dos diferentes usuários e dos meios de transporte previstos. É preciso que haja entre seus elementos relações interdependentes, visando ao uso social e à qualidade das funções do organismo urbano. As decisões unilaterais que privilegiam partes do conjunto tendem a desequilibrar o sistema viário e sobrecarregar o funcionamento dos outros elementos existentes.

A rua é um dos elementos do sistema viário, composta por calçadas, árvores, canteiros, postes de iluminação, sinalizações, etc. Mas a rua também é composta pelas quadras ou quarteirões, onde se estabelecessem as faces do público e do privado, definindo a configuração espacial do tecido urbano. Nesse sentido, a rua é muito mais que uma via, é um ambiente onde a vida social acontece. A calçada, como um dos elementos fundamentais da rua, em geral, é um espaço público intermediário, situado entre o eixo de circulação de veículos e os espaços privados. Serve ao propósito de conduzir os pedestres, permitindo o acesso aos diferentes espaços da cidade, além de favorecer o nascimento de outras funções. Sozinha, a calçada não existe. Perde o sentido. Porém a sua ausência deixaria a cidade sem um referencial, sem as bases que fundamentam os usos urbanos. As antigas calçadas de bairros residenciais espontâneos não só desempenham a função de passagem, como também servem à permanência, apresentando-se como uma extensão da casa. Nessas localidades o proprietário da residência passa a ser uma espécie de zelador da calçada, revestindo-a e mantendo-a à sua maneira, apesar do uso ser coletivo.

Se compararmos esse tipo de ruas e calçadas com as do bairro Jardins, notaremos o caráter das mudanças observadas em uma das recentes estruturas urbanas da cidade de Aracaju. Na avenida Deputado Silvio Teixeira, por exemplo, no trecho que vai da Hermes Fontes até o cruzamento com a Pedro Valadares (Mapa 3.1), as calçadas não mais se relacionam com residências, mas com a “dureza” dos muros dos condomínios e com o canal da avenida. Esse fato, característico da concepção espacial do bairro, levantou dúvidas sobre a quem cabe a responsabilidade pela manutenção das calçadas, se ao setor público ou privado. Para alguns moradores dos condomínios Solares e Hermes Fontes, anteriores à construção do bairro, a responsabilidade pela manutenção das calçadas é da prefeitura, porque, segundo eles, já tinham problemas suficientes para serem resolvidos em seus próprios condomínios. Porém, a prefeitura diz que a área é nobre e que os moradores devem zelar pela sua conservação. O impasse de base institucional, recheado de fatores culturais, leva à deterioração gradual das calçadas e, conseqüentemente, influi nas formas de apropriação por parte de usuários.

Pela manhã, a partir das 6:00h, as avenidas são apropriadas por adultos, para prática de exercícios físicos. Geralmente, são caminhadas individuais, num ritmo acelerado, fazendo um trajeto na direção do calçadão do bairro Treze de Julho. O movimento de pessoas, nesse horário, ocorre principalmente nas calçadas que margeiam o canal (Foto 4.1).



Foto 4.1 Caminhadas exercidas por adultos de diferentes idades nas calçadas do canal da avenida Deputado Silvio Teixeira.

Segundo alguns depoimentos, há uma insatisfação com a morfologia das calçadas. *“Eu prefiro andar ao lado do canal mesmo com risco de cair e sentindo o seu mau cheiro do que andar naquelas calçadas beirando os muros dos condomínios”*, disse um dos usuários. A calçada do canal, de fato, não proporciona segurança ao pedestre, mas a sensação de andar ao lado de um muro, com altura média de 2,50m, gera um desconforto ainda maior. Isso ocorre porque a relação entre a largura da calçada e a altura do muro dos condomínios é desproporcional. Durante as observações, foram vistas

algumas pessoas caminhando próximo ao meio-fio das calçadas, mesmo quando não havia outros usuários. Caso semelhante também ocorre na calçada do Centro Empresarial Carlos Cunha, em função da sua declividade acentuada. De alguma maneira as pessoas tendiam a se afastar dos espaços providos de barreiras visuais, arriscando-se noutros espaços pouco seguros, mas que permitiam uma melhor apreciação do ambiente construído como todo.

O evento primaverao

A fase da pesquisa de campo coincidiu com o evento conhecido como *primaverao* promovido no horário das 6:00 às 7:00h pelo supermercado *G Barbosa* e a academia de ginástica *Paulo Bedeu*. Na sua sexta edição, o evento tem o intuito de oferecer aulas gratuitas de dança, alongamento e outros exercícios de pequeno esforço a um público diversificado. Além disso, são distribuídos brindes do tipo camisetas e bonés aos primeiros participantes. Para participar, era só chegar no local e acompanhar os passos dos professores. O evento iniciou as atividades em 23 de setembro de 2002 e foi encerrado no dia 13 de dezembro. De acordo com a reportagem do Jornal da Cidade (29 e 30/09/2002: B-6), todo ano o *primaverao* ultrapassava seu próprio *recorde* de público, atraindo uma média diária de duas mil pessoas. Curiosamente, o evento não ocorre nos espaços públicos do bairro, mas no estacionamento do *shopping center* Jardins, onde foi armado um tablado de madeira, em forma de palco, para que os professores fossem bem vistos pelos participantes. A portaria que dava acesso ao evento sempre estava repleta de pessoas que apenas observavam as atividades de lazer praticadas. Algumas ficavam sentadas na calçada ou nas suas bicicletas e outras arriscavam seguir os passos do ritmo musical, dançando a distância. A maioria achou interessante a iniciativa, mas tinha vergonha de participar. Aquelas que participaram geralmente eram de bairros mais afastados como Ponto Novo, Luzia, Suissa, etc, e vinham a pé para chegar já “aquecidas”, segundo elas. Dos bairros Jardins e Grageru foram registradas poucas pessoas. Com exceção dos professores das academias, poucos homens participaram do evento. O público principal era composto por mulheres. Algumas marcam encontro com outras colegas no cruzamento das avenidas e seguem juntas em direção ao estacionamento. Nas primeiras vezes que observei o evento tive dificuldades de entrevistar os participantes, porque fui visto como jornalista e, sendo assim, as pessoas ficavam com receio de conversar, apesar de explicar-lhes que era uma pesquisa com fins acadêmicos.

A partir desse dia fui a campo com roupas esportivas – bermuda, tênis branco, camiseta – a fim de conduzir a pesquisa sem maiores contratemplos. No dia do encerramento das atividades, o evento parecia uma festa de confraternização. O estacionamento nem de longe era reconhecido como tal. Pessoas de diferentes idades estavam participando: jovens, adultos, crianças acompanhadas com suas mães, gestantes, idosos, etc (Foto 4.2). Com a constante apropriação do espaço para desenvolver as mesmas atividades de lazer, foram se formando relações de amizade entre os participantes e entre estes e os promotores do evento. Ao final da promoção, os participantes se despediam entristecidos e desde então já criavam expectativas para o próximo ano, lamentando o término do evento. “No próximo ano não vou faltar um dia sequer”, dizia uma senhora com entusiasmo. Para a maioria dos entrevistados, o evento foi muito organizado, especialmente naquele ano, com a instalação de uma ambulância para atendimentos fortuitos. Porém, para outros, a falta de educação de alguns participantes estragava a organização do evento.



Foto 4.2 Estacionamento do *shopping* Jardins – mudança da função espacial em virtude das atividades de lazer ali desenvolvidas. Presença de crianças, jovens, adultos e idosos.

Por definição, o espaço onde o evento se realizou é privado, pertencente ao *shopping center*. Apenas uma grade separa o espaço público do privado. A julgar por critérios ortodoxos, certamente o espaço é de propriedade particular. Porém, do ponto de vista do uso e da capacidade de atrair pessoas mediante atividades desenvolvidas ao ar livre, sem apresentar coerção ou confinamento, o espaço é público, apesar da grade inibir o acesso daqueles que por ali passavam. Com o encerramento do *primaverão*, as atividades de lazer naquele horário diminuíram. Somente as pessoas que moram no Grageru, Luzia e no próprio Jardins usam as avenidas como itinerário para chegar ao calçadão do bairro Treze de Julho.

Após o término do evento primavera...

A partir das 7:00h, o tráfego de veículos aumenta. O público usuário predominante nas avenidas é de estudantes, empregadas domésticas e operários da construção civil. A maioria chega através de transporte coletivo e se desloca a pé aos seus locais de destino. Outros chegam de bicicleta ou moto. As ruas sem saída – rua “A” e alameda “B” – apresentam, nesse intervalo de tempo, uma maior intensidade de uso devido à chegada das empregadas domésticas. Alguns acontecimentos registrados em relação a essas ruas, despertaram o interesse de observá-las com mais detalhes. A rua “A” tem uma largura total de onze metros e atende a condomínios de classe média-alta. A alameda “B” possui uma via com onze metros de largura, calçadas com dois metros e uma faixa de jardim com cinco metros de largura em cada lado – adjacente ao muro dos condomínios de classe média – perfazendo um total de vinte e cinco metros de rua. É um dos poucos espaços do bairro que corresponde às propostas iniciais divulgadas pela publicidade da construtora Norcon (Foto 4.3).



Foto 4.3 Alameda “B” – rua com características semelhantes às propostas divulgadas no lançamento do bairro Jardins.

O acesso à rua “A” é pela avenida Deputado Silvio Teixeira e à alameda “B” é pela avenida Ministro Geraldo B. Sobral (Mapa 3.1). Ambas possuem nas extremidades um *cul-de-sac* que facilita a manobra dos veículos, além de servir como estratégia espacial para evitar a redução das áreas dos terrenos. Desde as primeiras observações, percebeu-se que os moradores dos condomínios utilizam essas ruas como entrada e saída de automóveis. Dificilmente são usadas para caminhadas ou atividades de lazer. Porém, a intensidade de uso por pedestres é maior na alameda “B”. A proximidade com o *shopping center*, o contato com a alameda “A” através de um terreno livre, o número maior de condomínios atendidos, a natureza dos atributos físicos da rua e a integração entre os espaços público e privado, são as principais razões que justificam um maior uso

de pedestres nesta rua. Somente em finais de semana, nos horários noturnos, nota-se um aumento significativo de pedestres na rua "A", mas isso se dá em decorrência da chegada de visitantes aos condomínios. A altura dos muros e a pequena largura das calçadas, coloca a rua "A" apenas como espaço para circulação de veículos, matando-a para todas as outras funções urbanas comuns a este tipo de espaço público. Reduzida a rua "A" dessa forma, só resta então abandoná-la sempre que possível. Em conseqüência, ela é rejeitada durante boa parte do dia, servindo como depósito de entulho e de materiais de construção (Foto 4.4).



Foto 4.4 A altura dos muros dos condomínios e a pequena largura das calçadas provocam o abandono da rua por parte dos pedestres, transformando o espaço público em depósito de entulho.

Até às 11:00h o trânsito de veículos permanece constante, sendo que o de pedestres é quase inexistente. Próximo ao meio dia, novamente as avenidas apresentam fluxo alto de veículos e pedestres. As ruas sem saída ficam congestionadas até as 13:30h, não suportando a quantidade de veículos dos próprios condomínios. Nesse horário, foram observados grupos de mulheres se deslocando ao *shopping* para trabalhar, podendo ser identificadas pelos trajes das lojas. A maioria das pessoas que se deslocam da avenida Hermes Fontes em direção ao *shopping* evita passar pelo cruzamento das avenidas do bairro Jardins, aproveitando-se de uma passagem num terreno livre situado entre o muro do colégio Professor Gonçalo Rollemberg Leite e a área onde está sendo construída uma agência do banco do estado. Essa passagem tem um fluxo médio de 40 pessoas a cada dez minutos, inclusive à noite, quando a área se torna insegura pela falta de iluminação. A julgar pela apropriação dos usuários, é necessário que se reflita sobre o tipo de ocupação que será implantado naquela área, pois o uso encontrado indica a necessidade de interligação entre a avenida e a alameda "B". "Eu venho por aqui porque teria que dar uma volta 'danada' se fosse pelo outro lado", disse uma aposentada que

voltava do *shopping* com algumas sacolas de compras. “*Sempre venho por esse caminho porque desço do outro lado da avenida e por aqui é mais perto*”, afirmou uma empregada doméstica. A presença constante de pessoas no espaço público age como um atrator natural, atraindo mais pessoas e aumentando a segurança em locais cujos atributos físicos não são convidativos. Esse processo nasce da confiança que o usuário tem em relação ao espaço a partir dos inúmeros contatos sócio-espaciais (Foto 4.5).



Foto 4.5 A passagem espontânea que interliga a avenida Deputado Silvio Teixeira à alameda “B” recebe um fluxo constante de pessoas durante o dia.

As formas de apropriação dos espaços revelaram, por um lado, a fragilidade física dos espaços públicos e, por outro, o potencial das funções adaptadas pelos usuários. A configuração espacial que definiu o cruzamento das avenidas não favorece o deslocamento seguro dos pedestres. Os espaços foram dimensionados de modo a facilitar o fluxo de veículos, sem considerar um agenciamento que oriente um percurso para usuários a pé (Foto 4.6).



Foto 4.6 Cenário espacial do cruzamento das avenidas. A configuração facilita a circulação de veículos, mas dificulta o deslocamento seguro de pedestres.

Assim, os pedestres andam sobre os jardins dos canteiros, ignorando as faixas de trânsito e as calçadas do canal da avenida Ministro Geraldo B. Sobral, chegando aos seus destinos a partir de trajetos próprios, na maioria das oportunidades de forma aleatória.

Por conta disso, dificilmente as pessoas param para conversar, mesmo que por alguns minutos num pequeno contato social. A permanência no espaço público coletivo é muito rápida. A impressão que se tem, de acordo com as observações, é que os usuários desejam sair o quanto antes daquela desorganização espacial e alcançar espaços com maior inteligibilidade. A capacidade das esquinas de permitir os encontros e a troca de experiências quase não existe, assim sendo os espaços passam a ser apropriados por outros grupos sociais, os quais são tratados no próximo item.

A falta de sombreamento também é uma condição que dificulta o uso dos espaços públicos. As únicas árvores da espécie *ficus* implantadas na calçada do condomínio Costa Brava reduzem ainda mais a sua largura. O pedestre, então, é submetido ao dilema de decidir entre as calçadas estreitas, porém sombreadas, ou à insolação existente noutros espaços.

Por outro lado, na avenida Pedro Valadares o sombreamento existente no canteiro central estimulava a apropriação por parte dos trabalhadores da construção civil. No intervalo do almoço, alguns deles se reuniam e faziam suas refeições sob a sombra dos coqueiros (Foto 4.7). *“...Não tem lugar pra gente comer então a gente senta aqui, come, conversa e ainda aproveita para tirar uma ‘soneca’ até ir de novo ao trabalho”*, disse um dos trabalhadores.



Foto 4.7 Trabalhadores da construção civil se apropriam do canteiro central da avenida Pedro Valadares para almoçar e descansar.

O fato de serem vistos por todos que por ali passam e o risco de acidentes em decorrência do tráfego intenso de veículos não impede à permanência prolongada no espaço. Ao contrário, pela foto nota-se que alguns até tiram a camisa para se sentir mais à vontade, como se estivessem em suas casas. Na verdade, todos eles moram em bairros afastados, como Santo Antônio, Bugio, Lamarão, etc. O único problema verificado foi

que, após usufruir dos atributos físicos do espaço, os trabalhadores não limpam o local, deixando restos de comida, sacos plásticos e garrafas de refrigerante.

No período da tarde, o tráfego de veículos diminui, assim como de pedestres. É o período em que as avenidas se tornam monofuncionais, utilizadas apenas para deslocamento aos espaços privados. Na avenida Ministro Geraldo B. Sobral a cada oito minutos descem, em média, trinta pessoas nos pontos de ônibus próximos ao *shopping center* (Foto 4.8). Para facilitar esse fluxo de pessoas em direção ao *shopping*, foram colocadas passarelas de ferro por sobre o canal, defronte aos pontos de ônibus. Em síntese, no período da tarde, os espaços públicos prestam-se para diversos fins, menos para o lazer.



Foto 4.8 Grande fluxo de pessoas em direção ao *shopping center* durante o período da tarde.

A partir das 17:30h esse panorama muda: idosos saem dos seus condomínios e fazem caminhadas curtas em direção à padaria situada no Centro Empresarial Carlos Cunha; adultos fazem *cooper* e caminhadas em grupo; algumas senhoras retornam do *shopping* carregando compras de supermercado; adolescentes levam seus cachorros para fazer xixi; casais de namorados passeiam nas calçadas; estudantes retornam de suas escolas, etc. As observações mostram que o andar nas ruas é duplamente importante. Primeiro pela possibilidade de dispensar o uso de veículo, aspecto fundamental nos dias atuais. Segundo é a chance que o usuário tem de sentir o espaço da calçada, da rua, e, assim, apontar com conhecimento de causa aspectos positivos e deficiências, de modo a exigir dos órgãos administrativos, políticas públicas que assegurem a qualidade aos espaços do bairro.

A partir das 18:00h, os pontos de ônibus concentram várias pessoas de diferentes origens e camadas sociais. Pela falta de espaço, as pessoas sentam no meio-fio das calçadas e nas muretas do canal, apesar do seu cheiro característico. O uso do transporte coletivo,

em geral, favorece a presença de pessoas nas calçadas, melhorando a segurança e aumentando as possibilidades de uso dos espaços em volta (Foto 4.9).



Foto 4.9 Operários da construção civil a espera do transporte coletivo – maior segurança aos espaços públicos próximos.

Ademais, a intensidade do tráfego nesse horário aumenta naturalmente, assim como a disputa do espaço público entre pedestres e veículos. Durante as observações, foram vistos alguns usuários utilizando as calçadas como ciclovia e outros fazendo *cooper* no espaço dos veículos, o que aumenta as chances de acidentes de trânsito. Segundo Basso (2001: 196) a insegurança da rua devido ao tráfego intenso inibe os trajetos a pé ao longo dos espaços públicos. De acordo com as entrevistas, alguns pedestres evitam as avenidas em horários de *rush*. *“Não gosto de andar nessas avenidas quando têm muitos veículos. Fico me sentindo exposta demais”*, disse uma das entrevistadas. Entretanto, olhando o problema por outra perspectiva, *“estar exposta”*, para muitos, não tem relação apenas com a insegurança, mas também porque o usuário passa a ser visto por todos. *“Semana passada estava indo para casa de uma amiga, com roupas simples, e um colega meu passou de carro e me viu na rua e falou comigo, e aí eu fiquei com vergonha”*, disse uma estudante. *“Eu só passo por aqui arrumada porque o shopping é próximo e todo mundo que vai pra lá de carro tá me vendo”*, disse uma moradora do condomínio Costa Esmeralda. De fato, é difícil encontrar pessoas com roupas comuns se deslocando nas avenidas, exceto os trabalhadores que retornam das construções e aqueles que praticam exercícios físicos. A rua, portanto, é um espaço que expõe os seus usuários a todo tipo de situação, cabendo a cada um dos usuários decidir por usos compatíveis com as condições espaciais.

A partir das 20:00h, o tráfego de veículos diminui, mas o movimento de pessoas ainda é intenso. E permanece assim até às 22:30h quando o *shopping* encerra definitivamente suas atividades. Em finais de semana, no período diurno, as avenidas são utilizadas apenas para deslocamento ao *shopping*. A quantidade de pessoas que praticam

exercícios é muito menor que durante a semana. Porém, à noite, em especial sextas e sábados, as avenidas apresentam um ritmo de uso voltado a outros tipos de lazer, com particularidades que superam as limitações espaciais do bairro, permitindo a interação de diversos sujeitos.

4.2 A interação social em espaços residuais

Não é suficiente dotar as ruas das cidades com determinados equipamentos urbanos se este não for o desejo dos usuários. Tampouco se deve estruturá-las apenas com os requisitos necessários à circulação de pedestres e veículos, pois isso seria o mesmo que arrancar sua “vida”, negando-lhes a condição de espaço social. Espera-se que as ruas devam suprir os objetivos da comunidade e estimular diferentes sujeitos a usá-las. Não importa os motivos particulares que levam os usuários a usufruir os espaços públicos, o importante é que estes tenham uma ação no âmbito coletivo, a ponto de gerar novos significados e produzir formas de apropriação através da interação de usos.

As ruas do bairro Jardins têm uma natureza pouco voltada ao desenvolvimento da sociabilidade. O uso cotidiano dessas ruas mantém uma forte dependência com as funções espaciais previstas. Mas essa dependência não é imutável. Existem outros usos que não estão ligados exclusivamente à circulação. As cidades são complexas o bastante para serem analisadas de um único ponto de vista ou a partir de relações diretas e racionais. Estudando o uso das ruas do *Jardins*, nota-se que algumas formas de apropriação têm características próprias que jamais poderiam ser previstas analisando apenas as condições espaciais do bairro. O espaço pode ser previsível. Mas o uso que lhe é dado pelas pessoas não é. Devido à diversidade das formas de apropriação verifica-se situações cujas atividades produzem uma grande influência social, semelhante ao evento *primaverão*, só que de modo mais espontâneo. As atividades ocorrem em espaços residuais, onde o planejamento urbano tem definido funções rígidas. As condições em que essas atividades se desenvolvem e a maneira como os sujeitos aproveitam o potencial dos espaços, chamam a atenção para a necessidade de estudá-las em profundidade. A análise das formas de apropriação levou em consideração

atividades desenvolvidas em lugares do bairro, tais como, esquinas, estacionamentos, pequenos trechos de calçadas, canteiros do cruzamento, etc.

O uso dos espaços públicos às vésperas das eleições de 2002

Na semana que antecedeu às eleições do dia 06 de outubro de 2002, havia dias as avenidas do bairro Jardins eram utilizadas para divulgação política. Nesta fase da pesquisa de campo, foi importante o registro dos diferentes usos que estavam sendo empregados nos espaços públicos do bairro. Nas paradas dos sinais de trânsito da avenida Deputado Silvío Teixeira, diariamente, eram distribuídos panfletos políticos. Os canteiros do cruzamento foram enfeitados com bandeiras, os postes de iluminação com adesivos e entre os coqueiros foram amarradas faixas coloridas contendo *slogans* da campanha. Inicialmente, os representantes dos candidatos tentaram colocar cartazes no muro do condomínio Costa Brava, mas a administração não permitiu.

A expectativa das eleições conferiu novos significados aos espaços do bairro Jardins, a partir de formas de apropriação até então nunca vistas. A divulgação era feita por grupos de pessoas desempregadas, de baixa renda, com idade entre 22 e 30 anos, residentes em bairros distantes como Siqueira Campos e Bugio. De acordo com as entrevistas, esses grupos pouco freqüentam os espaços do bairro Jardins, sendo que muitos deles nunca estiveram por lá. *“Eu já passei algumas vezes por aqui de ônibus, mas nunca vim pra cá. Só estou aqui por causa do dinheiro”*, disse um dos rapazes. Os grupos faziam divulgação de 8:00h às 17:00h e só paravam para descansar no horário do almoço. Alguns grupos deitavam nas calçadas do condomínio Costa Brava, dormiam sob a sombra das árvores e ficavam lá por um longo período, atrapalhando a circulação de pedestres. Nessa calçada havia outras árvores sob as quais poderiam ficar melhor abrigados, sem disputar os pequenos pedaços da sombra. Mas, segundo as declarações, o importante era que todos estivessem juntos, mesmo que o espaço não acomodasse bem (Foto 4.10). *“Assim a gente conversa e dorme e um fica observando o outro”*, afirmou um dos entrevistados, sobre os motivos que levam à permanência conjunta. Para a maioria, dormir nas calçadas se justifica pelo desgaste físico da atividade. *“Não é brincadeira, não, ficar aqui nesse ‘sol’, a gente tem que descansar em algum lugar”*, disse uma das moças.



Foto 4.10 Apropriação da calçada do condomínio Costa Brava por grupos de pessoas que faziam divulgação política.

Outras formas de apropriação do espaço mostraram comportamentos sociais inusitados que não necessariamente restringem os interesses coletivos. Ao contrário do grupo anterior, que aproveitava a sombra das árvores para dormir, havia aqueles que tomavam banho de sol nos canteiros do cruzamento. Forravam o gramado com a faixa das propagandas políticas e deitavam durante pelo menos uma hora (Foto 4.11).



Foto 4.11 No intervalo do almoço alguns grupos se apropriavam do espaço para tomar banho de sol.

O comportamento desses grupos chamava a atenção dos pedestres e das pessoas nos veículos. Uns olhavam admirados, balançando a cabeça, outros resmungavam fazendo gestos e sinais. O interessante é que todos esses grupos foram pagos para desenvolver um serviço nos espaços públicos do bairro, e acabaram fazendo outras atividades, sem apresentar nenhum constrangimento ou hesitação, ou ainda receio de ficar expostos aos olhos dos outros. Isso leva a crer que determinadas formas de apropriação do espaço não dependem somente do uso estabelecido para se firmar em definitivo, mas sim da atitude dos indivíduos e da natureza das atividades desenvolvidas.

A diversidade social no cruzamento das avenidas

Com o fim das eleições, as avenidas não apresentavam mais indícios de permanência por parte de usuários. Entretanto, as paradas dos sinais de trânsito cada vez mais atraíam diferentes sujeitos que viam naqueles espaços uma oportunidade instantânea de interagir com novas pessoas. Primeiro, o local dos semáforos foram apropriados por jovens entre 18 e 21 anos, contratados para distribuir panfletos sobre empresas, produtos, festas e eventos. Depois o espaço passou a ser apropriado por mendigos pedindo dinheiro e comida. Além desses, surgiram os grupos dos artistas culturais que arrecadavam fundos para programas de ação social em bairros carentes. Um desses grupos de artistas fazia parte da Associação Cultural Estação do Sol e visitava o bairro, em média, oito vezes a cada três semanas. Em geral, todos se vestiam com fantasias e roupas temáticas, utilizando-se da via para improvisar brincadeiras, contar piadas, tocar instrumentos, fazer malabarismos e apresentar pequenas exposições teatrais, enquanto o dinheiro era arrecadado das pessoas nos veículos (Foto 4.12).



Foto 4.12 Pequenas atividades cênicas eram realizadas nas paradas dos sinais de trânsito com intuito de arrecadar dinheiro para programas sociais.

Todas as exposições deveriam ser feitas em poucos segundos, no fechar e abrir do semáforo. Segundo o Sr. “Birrinho”, um dos organizadores das arrecadações, a escolha do local foi devido à proximidade do *shopping center* e porque o bairro é um lugar nobre, onde as pessoas têm boas condições financeiras e assim podem contribuir. Mas as aparências estavam provando o contrário. Ainda segundo ele, “...o povo não quer dá mais nada, acha que a gente vai ficar com o dinheiro [...]. Eu faço teatro nas escolas de Aracaju e nunca fiquei com um centavo”, enfatizou.

Talvez o motivo da pouca arrecadação não seja apenas a desconfiança das pessoas em relação ao destino do dinheiro doado, mas sim por causa da disputa espacial, num curto espaço de tempo, por grupos que acabam incomodando as pessoas em seus veículos. Por outro lado, a co-existência de diferentes atividades, interagindo igualmente numa relação de concorrência tem importância no contexto urbano, uma vez que apresenta uma diversidade de indivíduos desconhecidos na área e eleva o cruzamento das avenidas à categoria de espaço social multifuncional.

A apropriação é um processo que, além de revelar o potencial do espaço, a depender da atividade empregada, anuncia a diversidade social, através de novos usos. Os espaços públicos são espaços da diversidade social, que submetem à convivência, pessoas desconhecidas. Não existe diversidade na cidade se não houver tipos distintos e vice-versa. Ora, se a diversidade é fundamental para o desenvolvimento das relações sócio-espaciais, então pode-se inferir que a presença de tipos distintos, inclusive estranhos, é matéria prima para o equilíbrio das relações, mesmo que a palavra “estranho” seja entendida como sinônimo de ameaça. De outro modo, as ruas estariam fadadas à monotonia. Normalmente, é a dinâmica social que diferencia os espaços, apesar das mudanças sócio-culturais afirmarem que isto é irrelevante quando se dispõe das vantagens dos espaços privados.

Os espaços públicos se tornam referenciais com a presença constante de pessoas desenvolvendo atividades para diferentes fins. Em geral, as pessoas tendem a usar sempre os mesmos espaços, de acordo com suas atividades diárias. Nesse sentido, os estranhos de hoje podem ser os conhecidos de amanhã, em função do uso cotidiano dos espaços. Isso ocorre em estacionamentos, em calçadas de bairro e paradas de sinais de trânsito.

Os meninos de rua

Ainda no cruzamento das avenidas do bairro Jardins existem meninos de rua que diariamente pedem dinheiro e comida. No início, eram estranhos, mas o constante uso do espaço fez com que fossem identificados como os meninos de rua do bairro Jardins. Apesar de viver nas ruas, efetivamente esses garotos não moram nelas. Alguns residem no Parque dos Faróis e, outros, na Terra Dura, áreas distantes do *Jardins*, situadas na região metropolitana. A idade varia entre cinco e dez anos. Aos sábados e domingos são acompanhados por uma senhora que se afirma como “da família”. Ela tem trinta e oito

anos e sempre fica sentada na calçada do condomínio Costa Brava observando os garotos. Entre vários espaços daquela área, a calçada do condomínio Costa Brava parece ser o local mais interessante. De maneira precisa, o cruzamento das avenidas é o coração do *Jardins*, o lugar mais exposto do bairro, onde estão as funções que regulam seu funcionamento. É um dos poucos espaços que inspira confiança por causa da visibilidade. Em caso de incidentes envolvendo os meninos de rua, sempre há algum observador potencial que intervém a favor. Espertos, os meninos de rua sabem da segurança do lugar e por isso o escolheram. Além do mais, eles estavam interessados em se divertir nos espaços públicos. A configuração espacial do cruzamento não impede que desenvolvam suas próprias brincadeiras. Eles sentam e conversam nas calçadas, brincam de “pega-pega”, usam a proteção do canal para se pendurar, sobem nos postes, molham uns aos outros, batendo os pés nas poças d’água, deitam nos gramados, improvisam balanços nos galhos das árvores, jogam bola ao lado da grade do *shopping center*, fazem roda de dança, pulam, cantam, etc. São brincadeiras próprias de um lazer criativo – inventado e adaptado às condições espaciais (Foto 4.13).



Foto 4.13 Meninos de rua improvisam brincadeiras nos espaços públicos do cruzamento das avenidas.

Durante a pesquisa de campo, os meninos de rua foram as únicas crianças que desempenhavam essas atividades nos espaços públicos. Por isto, talvez seja adequado chamá-los de meninos de rua do bairro Jardins, já que as crianças que moram no bairro, brincam nas áreas internas de lazer dos condomínios, protegidas dos riscos das ruas.

Além das apropriações lúdicas, os meninos de rua cometem pequenas infrações que geram constrangimentos aos outros usuários. Por isso, são vistos como arruaceiros. De certo modo, existe um exagero nessas afirmações. Com suas gritarias, eles causam transtornos aos pedestres, especialmente quando se juntam em bandos, mas nem por isso

se justifica o estigma de arruaceiros. O único local que se registrou práticas inconvenientes foi a calçada do portão para pedestres que dá acesso ao estacionamento do *shopping* Jardins. Sempre que querem entrar, os seguranças impedem e ameaçam prendê-los. Ignorando as ameaças, os meninos insistem em entrar no estacionamento do *shopping*. Do outro lado, os seguranças insistem em não deixá-los ultrapassar o portão. Assim, foram se estabelecendo relações de tolerância na fronteira que separa os espaços. Na ausência dos seguranças, os meninos entram no estacionamento e pedem dinheiro aos usuários do *shopping*. Quando chegam os seguranças, os meninos correm. E quando os seguranças vigiam a entrada do portão, eles xingam e fazem gestos obscenos, até o momento em que os seguranças se retiram do local (Foto 4.14). Supõe-se que a limitação do acesso, comum aos espaços privados, seja um fato conhecido pelos meninos de rua, mas talvez pouco esclarecido já que outras crianças têm livre acesso ao espaço.



Foto 4.14 Negociação entre os meninos de rua e os seguranças do *shopping* Jardins na fronteira que divide o espaço público do privado.

À noite, os meninos de rua enfrentam uma difícil tarefa: retornar a suas casas. Alguns entram nos ônibus e se escondem, outros pedem permissão aos cobradores. Aqueles que, por algum motivo, não conseguem voltar, acabam dormindo nas calçadas, após a tentativa de se acomodar no posto de gasolina e ser expulsos pelos funcionários.

Até certo ponto, a presença dos meninos de rua dinamiza o uso cotidiano dos espaços públicos, apesar dos usuários acharem que estraga a imagem do bairro. Assim, pode-se perguntar: Imagem de quê? De *Status*? De ascensão econômica? Ou a imagem da segregação sócio-espacial, onde moradores e usuários de bairros pobres interagem revelando o paradoxo do *Jardins*? Enquanto os moradores desse bairro são vítimas do processo de transformação sócio-cultural das cidades, que não oferece novos caminhos para a apropriação do espaço urbano, os meninos de rua são exemplos do desprezo

com que são tratados segmentos da sociedade, excluídos dos moldes pós-modernos. Estes são contrastes sociais sobre cujos alicerces a cidade contemporânea se assenta.

As atividades comerciais e o lazer

O fluxo de pessoas nas ruas do bairro Jardins favorece a instalação de pequenos comércios informais ambulantes que, por sua vez, geram outra modalidade de apropriação do espaço. Esses comércios inicialmente foram se instalando na avenida Ministro Geraldo B. Sobral, próximo à alameda “B”, mas logo em seguida foram expulsos pelos órgãos públicos, sob justificativa que estavam atrapalhando a circulação. Com o passar do tempo, dois comerciantes solicitaram à prefeitura a liberação do estacionamento externo do condomínio *Spring Village*, alegando que a ocupação daquele espaço não atrapalharia a circulação de pedestres. A prefeitura afirmou que aceitaria desde que concordassem em pagar uma taxa mensal e apresentassem um documento assinado pelo condomínio, aprovando o usufruto do espaço. Os moradores do condomínio votaram a favor desses comerciantes, com a condição de que somente eles poderiam ocupar o estacionamento. *“Isso ocorreu em dezembro de 2001”*, disse Alexandre, um dos comerciantes autorizados que produz cópias de chave. *“De lá pra cá muita coisa mudou para melhor”*, garantiu o chaveiro, afirmando que o espaço agora está mais seguro. *“Antes tinha assalto aqui direto. Eu mesmo já evitei uns quatro com umas senhoras desse condomínio (Spring Village) que estavam atravessando essa passagem”*, acrescentou. Obviamente, a presença de um ponto comercial aumenta a segurança da rua, devido à vigilância espontânea que se forma.

O Sr. Alexandre trabalha de 8:00 às 12:00 e de 14:00 às 18:00h, enquanto o Sr. Wellington do comércio de lanches, das 17:00 às 23:00h. Ambos atendem aos sábados, sendo que o Sr. Alexandre ficava somente pela manhã.

Durante o dia, o movimento de pessoas é dinâmico, quase não há permanência prolongada. Ao final da tarde, o panorama apresenta sinais de mudança. Alguns estudantes que retornam da escola e outros adolescentes que saem do *shopping*, param para comer *pizza* e cachorro quente. À noite, muitos moradores do condomínio descem dos seus apartamentos e ficam próximos ao local, aproveitando para se distrair e conversar com outras pessoas. Com seus rendimentos, o Sr. Wellington improvisou mesas e cadeiras de plástico para que os clientes possam sentar (Foto 4.15). Alguns moradores

do condomínio *Spring Village* não gostaram da idéia e alertaram que aquele espaço se tornaria um mercado com o passar do tempo.



Foto 4.15 Apropriação do estacionamento externo do condomínio *Spring Village* para desenvolvimento de atividades comerciais ambulantes.

Geralmente, nas noites de sexta, o espaço fica bastante movimentado, mas nada comparado a “atmosfera” de um mercado. Motoqueiros param para lanchar, empregadas domésticas aproveitam o movimento para paquerar, crianças acompanhadas pelos pais comem cachorro quente e tomam refrigerante, adolescentes compram *pizza* para consumir em casa, etc.

As atividades comerciais desempenhadas naquele espaço transformaram o estacionamento num pequeno pólo de atração, onde diferentes sujeitos, através de seus próprios interesses, acabam favorecendo novas formas de interação social. “*Conheci muita gente aqui nesse ponto, e também já saí com uma turma de clientes que conheci aqui para curtir show*”, disse o chaveiro.

Hoje, devido ao bom desempenho das atividades, outros comerciantes informais tentam se instalar sem autorização na alameda, como é o caso do Sr. Luciano que vende caldo de cana e água de côco há quase dez meses. O fato de não estar cadastrado na prefeitura, é um detalhe crucial que pode expulsá-lo a qualquer momento. “*Estou pedindo sorte a Deus para que eles não venham mexer comigo*”, confessou.

A entrada da alameda “B” é o único local do bairro que tem sido apropriado por comerciantes informais. Isso ocorre por causa do fluxo diário de pedestres proveniente do *shopping* Jardins. Assim, o comércio informal ambulante e o *shopping center* formam um ciclo de atendimento aos interesses distintos dos usuários que freqüentam ambos os espaços. De acordo com as observações, de cada quinze pessoas que passam na alameda “B” pelo menos uma pára no estacionamento para consumir produtos. Essa

proporção pode parecer pequena, mas torna-se substancial se levarmos em consideração as condições espaciais e o período de duração das atividades.

Os comércios formais também são responsáveis por uma interação social entre os usuários. A padaria *Flor do Jardins*, por exemplo, situada na avenida Deputado Silvio Teixeira, atende a públicos distintos em cada uma das três refeições do dia. No café da manhã, os principais usuários são estudantes do 2º grau; no horário do almoço a padaria fica lotada de trabalhadores da construção civil e de funcionários da própria galeria;⁶⁹ no jantar, ao final da tarde, o público predominante é de moças e rapazes que trabalham no *shopping*. Assim, o espaço da avenida vai sendo apropriado conforme os horários e interesses dos frequentadores. A existência da padaria e a variedade de usos comerciais do Centro Empresarial Carlos Cunha, atrai uma diversidade de usuários, aumentando as chances de interação sócio-espacial (JACOBS, 2001:105).

No bar *Churrasco Jardins*, ocorre um processo semelhante, com diferença apenas nos objetivos dos usuários. Esse ponto comercial, alugado ao Sr. João, tem pouco mais de um ano e atende a um público heterogêneo, servindo cerveja, refrigerante e tira-gostos. Funciona a partir das 9:00h e fecha com a saída do último cliente, em geral depois da meia-noite. O estabelecimento situa-se defronte à galeria, numa sobra espacial resultante da implantação dos condomínios Hermes Fontes e *Phoenix*. A frequência de clientes é maior durante a semana, porque neste período o público predominante é composto por moradores do *Jardins*. Nos finais de semana o bar vira ponto de encontro de jovens residentes em outros bairros. Eles chegam de carro, ligam o som em ritmo de *rock*, *reggae* e *pagode* e permanecem no máximo uma hora, partindo, em seguida, para outras localidades. Em função das limitações espaciais, os clientes colocam mesas e cadeiras na calçada e improvisam suas comemorações particulares, fazendo desses espaços extensões do bar (Foto 4.16). Segundo a Sr.ª Wilma, esposa do Sr. João, o movimento de pessoas caiu bastante com as férias escolares. “*Os nossos clientes são quase todos baianos que estudam aqui em Aracaju. No período de férias, eles voltam para casa e aí o movimento fica fraco*”, lamentou. Mesmo assim a Sr.ª Wilma disse que está muito satisfeita e atribuiu o sucesso do negócio ao atendimento: “*A gente chega, pergunta o que a pessoa quer, volta na mesa e pergunta se o cliente precisa de mais*

69. A denominação galeria, usada pelos moradores do bairro Jardins, refere-se ao Centro Empresarial Carlos Cunha.

alguma coisa, sorri sempre, entendeu!? As pessoas gostam disso! Quem é que não gosta de ser bem tratado?!”



Foto 4.16 Devido às limitações espaciais do estabelecimento comercial, a via de carros e a calçada são apropriadas pelos clientes.

Muitas vezes as características espaciais de um estabelecimento comercial são tão importantes quanto o atendimento. A loja de conveniência *Select* do posto de combustível Jardins, situada no cruzamento das avenidas, é um bom exemplo disso. Funcionando vinte e quatro horas diariamente, a loja é mais que uma padaria, é um comércio diversificado de gêneros alimentícios, contendo doces, sorvetes, biscoitos, salgados, massas, chocolates, bebidas, etc, além de revistas e jornais. O atendimento é rápido e objetivo, correspondente às expectativas dos clientes.

Em finais de semana esse estabelecimento atrai jovens de ambos os sexos, com idade entre dezesseis e vinte anos, apresentando comportamentos exóticos. Entre os tipos observados, alguns são cabeludos, usam roupas pretas, brincos, tatuagens, comunicando-se por gestos próprios. Outros são mais tradicionais, usando roupas de marcas conhecidas. Eles chegam de carro,⁷⁰ estacionam ao lado da loja, ligam o som em alto volume e aproveitam a ocasião para conversar e dançar. A grande maioria mora em bairros próximos, como Salgado Filho, Treze de Julho e Inácio Barbosa. A compra de bebidas e cigarros é feita pelos mais velhos para depois ser distribuído aos demais, inclusive aos de menor idade. Analisando as atividades desenvolvidas nos espaços, pode-se dizer que a área externa é apropriada como se fosse uma praça pública, apesar de pertencer ao proprietário do posto. O beber estimula o comer e influencia os recém-chegados a comprar mais alimentos. Aos poucos, a área externa do posto fica lotada. E

70. Nesse tipo de encontro, o carro tem um significado importante. Os que apresentam mais acessórios são os mais prestigiados.

quanto mais pessoas, mais exibido e extravagante é o comportamento social, especialmente das garotas. Dentro desse ambiente, alguns paqueram, namoram, conhecem pessoas de turmas diferentes e se divertem com música, dança, bebidas, cigarros, etc. São ao mesmo tempo expectadores e atores das atividades exercidas no espaço. E talvez esse seja o diferencial que seduz a turma.

Um dos funcionários do posto afirmou que eles usam o espaço para marcar encontros e de lá combinam para ir a outros lugares. Disse ainda que todas às vezes que estão presentes, os outros clientes e moradores do bairro se sentem incomodados. *“A gente sempre recebe telefonema de moradores reclamando do som alto e pedindo que dê um jeito. Aí é preciso ir lá e conversar para que eles diminuam”*, explicou.

Ao fazer anotações na entrada da loja, um senhor saiu com sacolas de compra e perguntou se eu era jornalista. Respondi que fazia uma pesquisa no bairro Jardins e apenas observava os acontecimentos. Então ele comentou sobre o comportamento dos jovens: *“Esses garotos são filhos de pessoas de bem, daqui de Aracaju. Hoje eles estão aqui fazendo baderna, amanhã o pai como é rico coloca para ocupar um cargo público de grande responsabilidade. [...] E aí tudo dá errado, porque já começa errado”*.

Em função do comportamento extravagante de determinados sujeitos, o tipo de atividades exercidas no posto não agrada às pessoas que passam. Essa imagem é uma das faces da juventude de classe média-alta: disponível ao lazer, à diversão, à revolta e à transgressão de regras. Com os depoimentos, entende-se que os acontecimentos ocorridos na área externa da loja de conveniência precisam ser melhor estudados a partir de novos pontos de vista, de modo a confirmar se esse tipo de apropriação social também ocorre em outros postos de combustível ou se é exclusiva do bairro Jardins. Caso ocorra em outras localidades é necessário conhecer em que circunstâncias as apropriações se desenvolvem e quais os motivos principais as sustentam. Essas e outras dúvidas não serão aprofundadas neste trabalho, mas desde já abrem perspectivas para discussões posteriores sobre a interação social nos espaços urbanos da cidade contemporânea. Durante as observações, foi possível perceber que a loja de conveniência tem um papel fundamental nesse tipo de apropriação. Além disso, outros aspectos também favorecem, como a informalidade das atividades, a área livre para estacionamento dos carros, a

proximidade do *shopping* e principalmente o interesse do proprietário do posto, já que esses jovens, independente de suas posturas, são grandes consumidores.

4.3 A reivindicação por espaços públicos

Uma vez construído, o espaço passa por um processo contínuo de uso. Esse uso revela aspectos positivos e negativos, tendo como referência as características espaciais. Ao planejamento urbano cabe assegurar o uso dos espaços públicos, impulsionando os habitantes a conservá-los.

O descaso das políticas públicas face à produção do espaço urbano e a diminuição das reivindicações dos segmentos organizados da sociedade resultam no fortalecimento da ação do capital imobiliário especulativo, dando margem a propostas urbanísticas de baixa qualidade.

Em 18 de maio de 2002 foi inaugurada a praça Dr. Pedro Garcia Moreno Filho, conhecida como praça Garcia Moreno, situada defronte à avenida Pedro Valadares, entre as ruas “A”, Orlando Maia e Jacinto Uchôa de Menezes (Mapa 3.1). Foram convidados representantes de empresas privadas, líderes sociais, autoridades políticas, além dos moradores do bairro e o público em geral. Houve discurso, agradecimentos, descerramento da placa e, ao final, um coquetel de confraternização. “*Todos aparentemente estavam satisfeitos*”, disse um dos moradores do condomínio *Oscar Niemeyer* que também participou da cerimônia. Segundo ele, a construção da praça foi uma vitória da comunidade contra a especulação imobiliária e a inércia do poder público. Em suas palavras, assim foram descritos os fatos:

Antes de comprar o terreno, a cooperativa dos moradores estava interessada em saber o que seria construído nessa área.⁷¹ Então, a gente procurou a prefeitura para saber o que seria construído aqui, porque se não nos interessasse a gente ia procurar outro terreno. Eles disseram que estava previsto construir uma praça. E aí a gente pediu que isso fosse colocado por escrito, num documento formal. Quando o condomínio ficou pronto, os

71. A área referida na entrevista corresponde ao terreno onde foi construída a praça Garcia Moreno.

moradores reivindicaram a construção da praça. Teve gente que ficou sabendo que a Norcon tinha a intenção de prolongar a rua Humberto do Vale até a avenida Pedro Valadares e anexar o que sobrasse a esse terreno do lado. Depois de muitas reuniões, os moradores se juntaram, cercaram a área com pau e arame farpado e colocaram uma faixa grande avisando que ali seria construída uma praça pública. Dois dias depois, fomos chamados pela prefeitura para explicar o que estava acontecendo e aí confirmamos os fatos, dizendo que queríamos preservar o espaço da praça. [...] Depois de muita briga, conseguimos que a praça fosse aprovada...

Após ceder às pressões da comunidade local, a prefeitura chamou os moradores para discutir a concepção urbanística da praça e os recursos para construí-la, através do orçamento participativo. *“Tenho certeza que se a gente ficasse parado, hoje isso aqui seria mais um prédio do bairro Jardins. Agora, com a construção da praça a área ficou mais valorizada”*, acrescentou outro morador.

As praças são vitais para a interação social e para a realização de atividades, destacando-se como importante elemento do desenho urbano e como componente estrutural das cidades. Servem de palco para manifestações, pontos de encontro, espaço de representação de grupos sociais e, ainda, como marcos na criação de novas formas de apropriação e sociabilidade, dando identidade ao espaço urbano pela capacidade de abrigar diversos usos (SILVA, 2002/2).

Atualmente, a praça Garcia Moreno é a única do *Jardins*.⁷² Sua concepção foi pensada de modo a permitir o encontro, a contemplação, o descanso, o lazer de crianças e o estar coletivo da comunidade. Não era interesse dos moradores ter espaços com funções voltadas para esportes, jogos, etc, pois isso atrairia usos que poderiam descaracterizá-la. Deveria ser um espaço aberto que equilibrasse a paisagem urbana através da área livre e do contraste das árvores em relação às edificações.⁷³ Nesse sentido, foram dimensionados equipamentos infantis, como balanço, gangorra e cilindros coloridos de concreto, além de uma área pergolada, uma banca de revista, estacionamento próprio, canteiros revestidos com grama, assentos corridos, bancos e muitas árvores distribuídas

72. Pelo cadastro da prefeitura a praça Garcia Moreno está localizada no bairro Grageru, mas para a comunidade local pertence ao *Jardins*.

73. Sobre esse aspecto, ver SALDANHA, 1993.

em todos os canteiros. Inicialmente, foi pensado em colocar uma banca de *café express*, mas os próprios moradores foram contra, pois não queriam correr o risco de vê-la transformada num ponto de drogas, caso o negócio não prosperasse.

A configuração da praça Garcia Moreno destaca-se pela forma triangular e porque tangencia a avenida Pedro Valadares numa das extremidades. O entorno é composto de residências, de dois condomínios verticais multifamiliares, um *lavajato* e um terreno livre esperando definição para ser ocupado. Nesse terreno, foram colocados vários *outdoors* que acabam dificultando a visibilidade da praça por aqueles que passam na avenida (Foto 4.17). “Já passei tantas vezes por ali, mas nunca percebi que ali tinha uma praça. Mas também só passo ‘chutado’”, disse um motorista, entrevistado na parada do cruzamento.



Foto 4.17 Vista a partir do interior da praça. A implantação dos *outdoors* no terreno livre dificulta a visibilidade do espaço para quem se desloca na avenida.

A condição da avenida permitir um alto tráfego contribui para a diminuição da percepção dos espaços públicos pelas pessoas que circulam em veículos. Ademais, a banca de revista impede a visibilidade longitudinal da praça, apresentando-se como elemento descontínuo em relação aos outros equipamentos (Foto 4.18).



Foto 4.18 A localização da banca de revista prejudica a visibilidade longitudinal da praça Garcia Moreno.

Donde, pode-se afirmar que os *outdoors* e a banca de revista formam um conjunto de barreiras que não apenas reduz a visibilidade da praça, como também a legibilidade da paisagem, impedindo sua percepção e as possibilidades de uso por pessoas do bairro.

Apesar de tudo, a praça Garcia Moreno é um espaço público agradável, ventilado e de boa acessibilidade. Tem a vantagem de não ser afetada pelos ruídos do tráfego da avenida e de estar situada ao lado da Reserva Ecológica do Tramandaí. Seu raio de influência é pequeno. Além dos moradores adjacentes, exerce influência sobre estudantes de uma escola particular de 1º e 2º graus e outros moradores mais afastados do bairro Grageru.

Pela manhã, a partir das 6:00h, geralmente a praça é usada para caminhadas matinais por idosos. Em geral, eles usam os canteiros para subir e descer enquanto se deslocam ao redor da praça. A partir das 7:00h o espaço é usado por pessoas que trazem cachorros para passear e por trabalhadores que se deslocam aos pontos de ônibus da avenida. Até a hora do almoço, a praça fica sem usuários, exceto pelo pequeno movimento de pessoas na banca de revista. No início da tarde, o espaço praticamente não apresenta uso. O sol forte e o calor proveniente da ausência de sombreamento são fatores que tornam impraticável a permanência de usuários naquele período. A partir das 16:00h, com a projeção da sombra dos edifícios sobre a praça, há sinais mais expressivos de uso por parte dos moradores adjacentes. *“Pode observar, o horário que tem mais pessoas aqui é fim de tarde quando já tem sombra na praça”*, disse o Sr. Cristiano, inquilino da banca de revista que funciona de 8:00 às 19:00h. Ele aproveitou a ocasião da entrevista e explicou que sua banca deveria estar localizada na outra extremidade – próximo à sombra dos edifícios, ao estacionamento e à área central da praça – onde há uma concentração maior de pessoas. *“...eu tenho perdido muito com isso, porque aqui à tarde é um calor que não tem quem agüente. Se a gente tivesse do outro lado seria bem melhor, até porque fica mais perto do povo”*.

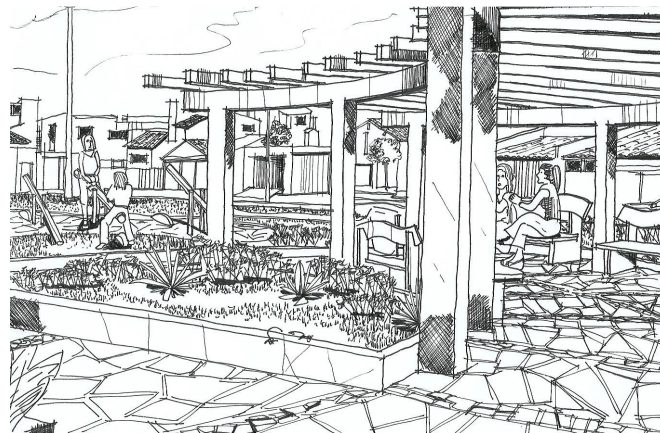
A partir das 16:30h, os canteiros centrais são apropriados diariamente por crianças menores de três anos e as babás (Fotos 4.19 e 4.20). Logo depois, chegam adolescentes com *skate*, bicicleta e patins. Usam o passeio da praça como ciclovia, percorrendo, inclusive, a grama dos canteiros para reduzir os percursos. Após muitas pedaladas, brincam nos balanços, nas gangorras e depois de “pega-pega”. Nesse horário, a praça

também é usada como passagem e como lugar de descanso. Pessoas que retornam do trabalho, muitas vezes, param para contemplar a paisagem, outros descansam após exercícios físicos.



Fotos 4.19 e 4.20 As crianças e babás eram os principais usuários da praça no período da tarde.

A partir das 18:00h as luzes da praça são acesas e as crianças retornam às casas. Os adolescentes continuam as brincadeiras até às 19:00h e a área pergolada começa a ser apropriada por fumantes⁷⁴ e casais de namorados que permanecem até às 20:00h (Desenho 4.1).



Desenho 4.1 Vista da área pergolada, apropriada principalmente por fumantes e casais de namorados.

À noite os espaços da praça aparentemente se tornam inseguros pela ausência de pessoas. Entretanto, a partir das 21:00h, alguns moradores se reúnem nas calçadas das casas para conversar, jogar dominó e observar o movimento.

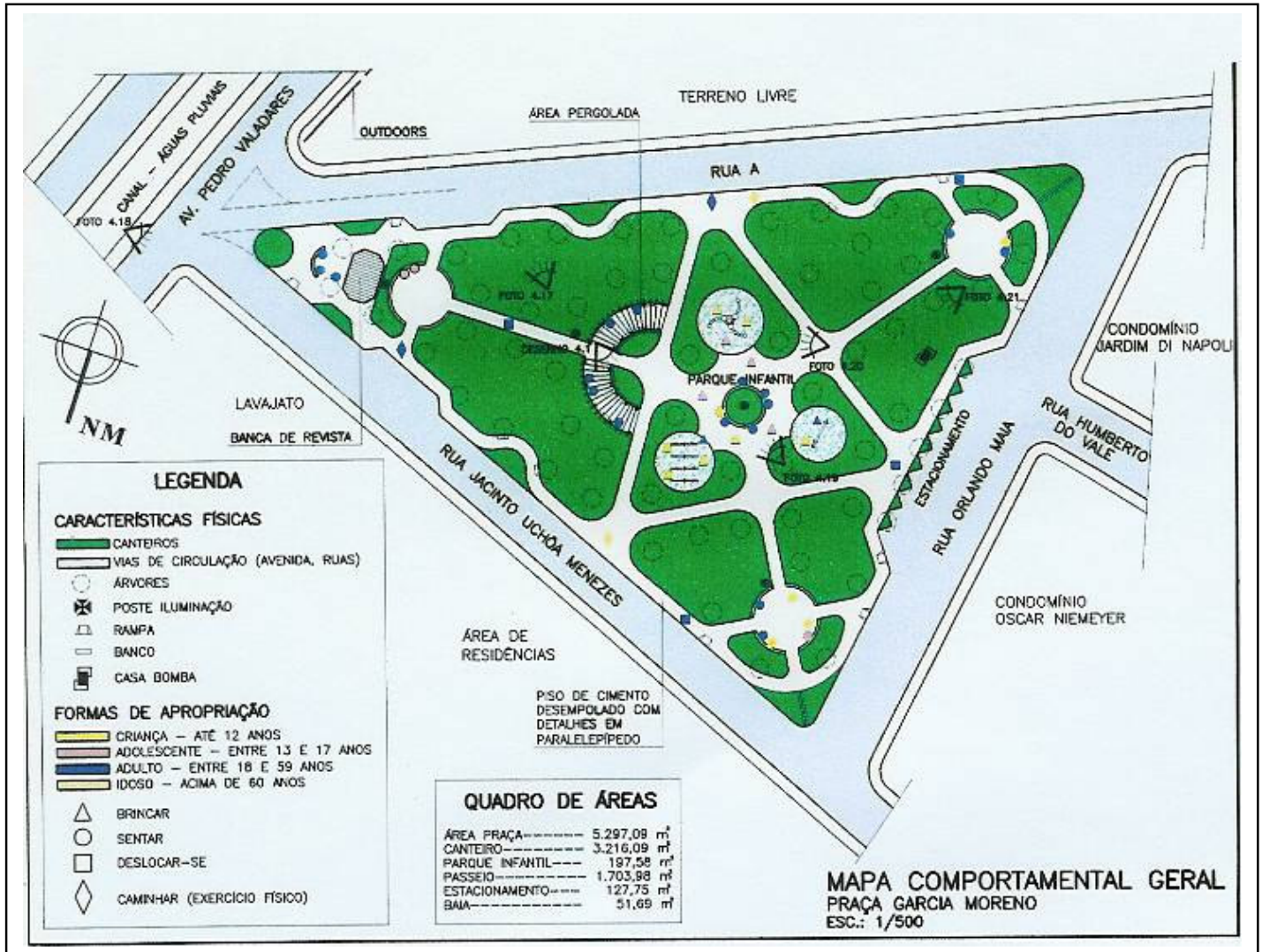
74. Foi o único lugar da praça em que foi encontrada uma grande quantidade de cinzas e restos de cigarros.

No período de férias escolares, o fluxo de veículos nas ruas diminui, porém o uso da praça continua o mesmo. Nos finais de semana, os espaços são praticamente abandonados pelos usuários da semana. Apenas o estacionamento é utilizado, mesmo assim por visitantes que se deslocam aos condomínios. São raras às vezes em que as pessoas estacionavam os carros na praça com a intenção de usá-la. Isso também ocorre durante a semana, uma vez que o público usuário predominante é composto por moradores da localidade, o que pressupõe a dispensa do veículo.

Em geral, o uso da praça Garcia Moreno pode ser visualizado no mapa físico comportamental, traçado com base nos dias e horários mais apropriados e nos principais sujeitos que a usam com frequência. A praça além de ser subutilizada, apresenta uma pequena diversidade de usuários. Os maiores frequentadores são as crianças no período de final de tarde, porém sua permanência média, apesar de curta, é suficiente para afetar o funcionamento da praça.

Um espaço público não sobrevive sendo utilizado apenas por um grupo social. É necessário que ofereça aspectos diversificados para atrair uma gama de indivíduos em horários alternados do dia, caso contrário servirá apenas como passagem de pedestres. Com isso fica mais exposto à depredação, uma vez que quanto menor o uso, menor as possibilidades de apropriação e maiores os riscos de desgaste por vandalismo (PREFEITURA DO RECIFE, 2002: 25).

Mapa Comportamental Praça Garcia Moreno



Apesar de não ter um ano de inaugurada, a praça Garcia Moreno já apresenta sinais de depredação nos equipamentos. Alguns bancos estão fissurados, a ponte de madeira do parque infantil está quebrada e as poucas flores que existem nos jardins são constantemente arrancadas. *“...e isso não ocorre por causa de pessoas de fora, não, é gente daqui mesmo que eu já vi”*, disse o Sr. Eduardo, morador do Condomínio *Jardim Di Napoli*. Ele afirmou que já teve sérios problemas com a vizinhança porque algumas pessoas trazem os cachorros pela manhã para defecar nos canteiros da praça. Após vários pedidos em vão, solicitando o fim do costume, o Sr. Eduardo contou que colocou uma placa com linguajar popular explícito (Foto 4.21).



Foto 4.21 Placa com linguajar popular explícito, para inibir o costume da vizinhança.

Como era de se esperar a ação não surtiu efeito positivo. Ao contrário, piorou, porque as pessoas passaram a fazer por implicância. O Sr. Eduardo tem 71 anos e é uma espécie de guardião da praça. Fez parte da comissão do orçamento participativo e acompanhou toda a construção. Atualmente, diz que, como aposentado, se esforça para conservá-la.

O jardineiro contratado pela prefeitura confirmou que tem aumentado a quantidade de fezes nos canteiros e garantiu que as pessoas consideram a mensagem uma indelicadeza desnecessária.

A presença da placa mostra dois pontos importantes. O primeiro é a falta de zelo dos próprios moradores que deveriam ser os atores principais no que diz respeito à manutenção da praça. Segundo é a indignação daqueles que zelam pelo patrimônio público, e que, isolados, recorrem a formas rudes para resolver um problema de ordem social. O uso negligente da praça pode levá-la a um processo parcial de abandono, inclusive, por parte dos próprios moradores que contribuíram para sua depredação.

Segundo um dos porteiros do condomínio *Jardim Di Napoli*, a depredação da praça começou com o roubo da placa de identificação – logo depois da festa inaugural. *“Depois que levaram a placa, as pessoas às vezes vem me perguntar o nome da praça e eu não sei dizer. E muita gente até hoje mora aqui e não sabe”*.

Para o Sr. Augusto, a presença esporádica de pessoas propicia o uso nocivo do espaço. Em horários de pouco movimento, os equipamentos infantis são alvos da ação predatória de meninos de rua⁷⁵ e dos filhos dos moradores locais. De acordo com sua experiência, somente com o crescimento das árvores a praça será mais utilizada e, assim, as depredações diminuirão.

Com a pequena diversidade de sujeitos e o pouco uso do espaço, não foi fácil aplicar os questionários. A maioria dos usuários é composta por crianças menores de dez anos. Ademais, as babás se recusaram a responder, alegando que não saberiam o que relatar. Assim, os questionários foram aplicados em dias e horários distintos, a pessoas que se mostravam interessadas.

Em geral, a praça é percebida como um espaço agradável, seguro e de boa aparência, apesar da falta de árvores. O pergolado é visto por todos como um diferencial estético, sendo apontado como um dos aspectos mais positivos da praça. A falta de sombreamento é a principal razão que impede o uso prolongado, por isso as apropriações são mais freqüentes nos finais de tarde – dado que corresponde com as observações. Porém, não se sabe por que em finais de semana a praça não é utilizada. Como os moradores são os principais usuários, supõe-se que aproveitam o tempo livre para descansar ou viajar com a família.

Os dados colhidos através do questionário foram tomados como preliminares, capazes de fornecer uma noção dos acontecimentos ocorridos naquele espaço. Todo o processo de análise das informações indica que a praça Garcia Moreno é um espaço público de vizinhança que, desde a implantação, alterou o cotidiano dos moradores, embora muitos não se dêem conta disso. Durante a coleta de dados, alguns moradores só aceitaram colaborar caso os resultados fossem revelados posteriormente. Eles queriam saber *a priori* como a comunidade vê a praça e o que seria necessário para melhorar sua qualidade.

75. Não necessariamente os meninos de rua estudados no item anterior.

4.4 Considerações sobre o capítulo

Conhecer os anseios da população e equacioná-los à altura é um dos maiores desafios do planejamento urbano. A participação popular não é apenas um caminho para democratizar a produção do espaço urbano, mas um dos poucos meios capazes de fundamentar o sucesso dos espaços públicos, enquanto ambientes sociais.

Ana Rita Sá Carneiro⁷⁶ diz que *“não adianta criar espaços públicos sem oferecer acessibilidade”*. Porém, gerar espaços acessíveis sem que haja condições físicas de desenvolvimento social é tão preocupante quanto sua localização no contexto urbano. No bairro Jardins, não houve participação social na construção dos espaços. Na avenida Deputado Silvio Teixeira, entre as avenidas Pedro Valadares e Hermes Fontes, com exceção do Centro Empresarial Carlos Cunha e o *Churrasco Jardins*, se vê muros atuando como barreiras físicas, separando a rua dos espaços internos. São muros para todos os gostos: coloridos, monocromáticos, altos, muito altos, armados, revestidos com cerâmica, com textura, decorados com grades metálicas, com detalhes em vidro, etc. Mas, essa variedade de formas perde o sentido se o intuito é se fechar para as ruas e, conseqüentemente, para as pessoas que as utilizam. Desse modo revela-se uma nova tendência nas cidades: a elevação dos muros das estruturas privadas e a diminuição das calçadas públicas. Hoje, andar nas cidades, especialmente nas zonas mais recentes, é uma tarefa difícil. Exíguas, as calçadas sufocam os pedestres e abrem espaço para os veículos, na verdade *“os protagonistas do momento”*. Os pedestres passam a ser atores coadjuvantes que tentam se impor através de novos usos, num cenário urbano desfavorável.

No *Jardins*, as ruas são limitadas e ao mesmo tempo repletas de surpresas, do ponto de vista da interação. O uso cotidiano dos espaços mostra uma mudança de funções urbanas com possibilidades de ampliação de novos significados sociais. A presença do *shopping center* gera um fluxo diário de pessoas em determinados horários do dia, e esse fluxo atrai uma diversidade de indivíduos de outros bairros em busca de novas atividades. Sem saber, os usuários introduzem atividades que geram um uso mais permanente do

76. Arquiteta e professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE).

espaço, ou seja, uma apropriação, fazendo com que as ruas não se restrinjam apenas a lugar de caminhadas. Em bairros populares, a rua é usada como espaço social, mas no caso do *Jardins* os espaços públicos acabam se tornando sociais em função das atividades de moradores de bairros populares. Ademais, grande parte do fluxo gerado pelo *shopping* é composto por moradores de bairros próximos como Grageru, Luzia, Ponto Novo, etc, que devido à pouca distância, se deslocam a pé ao *shopping* para passear, trabalhar ou fazer compras. Se for verdade que o uso do espaço torna as ruas mais seguras, então pode-se dizer que os usuários são responsáveis por essa segurança. Logo, pode-se concluir que parte da segurança das ruas do *Jardins* é feita por moradores de outros bairros.

Em horários como início de manhã e final de tarde, as avenidas apresentam um uso voltado para a prática de exercícios físicos, que independem da existência do *shopping*. Alguns desses usuários são moradores do bairro, ao passo que outros moram em bairros próximos.

As apropriações do espaço mostram a necessidade de propor soluções práticas que ofereçam mais conforto aos usuários. As ruas sem saída, como servem apenas para a circulação de veículos, causam insatisfação aos moradores dos condomínios que dizem não gostar de sua proposta. Para eles, as alamedas “A” e “B” deveriam estar interligadas para facilitar o trânsito e evitar acidentes (CINFORM, 05 a 11/08/2002: 03).

No dia da árvore do ano de 2002, a Norcon e o *Shopping Jardins* promoveram diversas atividades para valorizar as áreas verdes do bairro e conscientizar a população sobre a importância da educação ambiental. Foram colocadas placas nos canteiros, os jardins foram enfeitados com flores e novas árvores foram plantadas (CINFORM, 23 a 29/09/2002: 03). A esse respeito pode-se questionar a utilidade deste tipo de áreas verdes se a população não as utiliza.

Quanto mais os habitantes usam seus espaços públicos, maior é a capacidade de reflexão sobre seu funcionamento, aumentando as chances de uma ação coletiva junto à prefeitura e instituições sociais. A construção da praça Garcia Moreno é um exemplo marcante de participação popular. Porém, nesse espaço as características do entorno não favorecem o uso, e assim, a praça apresenta baixo desempenho, inclusive pelos próprios moradores que reivindicaram sua construção. A partir desse dado surgem novos

questionamentos: será que a tipologia urbana do *Jardins* permite a existência de outros espaços públicos que não sejam apenas para circulação? E se existissem, seriam utilizados? Os espaços privados, com suas opções de lazer, atendem aos anseios dos moradores a ponto destes não sentirem falta de espaços públicos? Até agora só foi vista uma face do *Jardins*. Para muitos que fazem apologia dos espaços públicos, talvez seja a mais importante. Mas essa, de fato, não foi a face sobre cuja importância o planejamento local se concentrou. É necessário enxergar o outro lado da moeda e compreender o funcionamento dos espaços que foram ponto de partida para a construção do bairro.

PARTE IV: NOS ESPAÇOS PRIVADOS DO *JARDINS*

V. OS CONDOMÍNIOS FECHADOS

Condomínios fechados é tudo que o bairro Jardins tem oferecido desde a inauguração do shopping center. Este capítulo busca esclarecer alguns aspectos relacionados ao planejamento e ao uso das áreas coletivas.

5.1 O contato com as ruas

Os condomínios fechados já fazem parte do cenário urbano das principais cidades brasileiras. Em proporção ao avanço da violência e da insegurança nas ruas, os condomínios foram se instalando como solução alternativa para um viver seguro, conquistando a cada dia novos adeptos que se identificam com este modo de morar e se relacionar. De alguma maneira os habitantes da cidade já incorporaram seu significado. É comum ouvir alguém dizer que *“a qualquer momento vai morar num condomínio”* ou que *“comprar um apartamento é realizar um sonho antigo”*. Esses comentários não partem exclusivamente das camadas mais abastadas. A população de bairros populares também almeja habitações em caráter condominial, acreditando que esta tipologia é sinônimo de desenvolvimento urbano e melhoria da qualidade de vida (CINFORM, 09 a 15/12/2002: 03). Segundo a Revista Veja (15/05/2002: 95), um milhão de brasileiros já vivem nesses empreendimentos, os quais não chegavam a 500.000 há apenas cinco anos atrás. Em Aracaju, eles existem em quase todas as zonas da cidade, apresentando uma grande concentração no bairro 13 de Julho, Salgado Filho e mais recentemente no *Jardins*.

Além de serem organizados em função da moradia, os condomínios possibilitam lazer e entretenimento através das áreas internas. Estudar esses espaços privados leva à reflexão sobre os acontecimentos ocorridos na esfera pública da cidade contemporânea, já que existe uma tentativa de substituição das funções urbanas dos espaços públicos.

Viver em condomínio é dividir o espaço geográfico coletivamente. E isso inclui tanto aspectos positivos quanto os problemas comuns. Os condomínios são territórios restritos a uma quantidade específica de usuários. À medida que as pessoas vão adquirindo seus imóveis, um grupo social de condições financeiras homogêneas está se formando. Esse

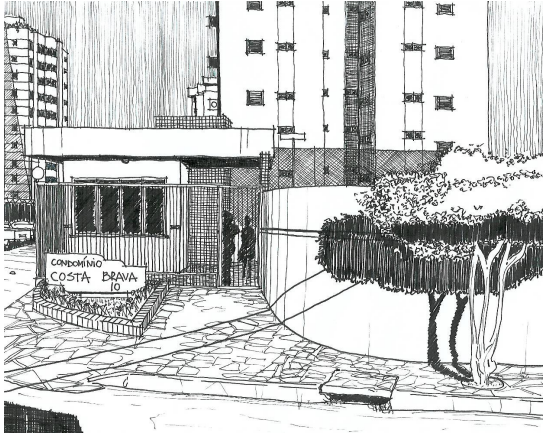
grupo que se pode chamar de pré-comunidade⁷⁷ optou por um empreendimento voltado para ambientes internos, onde o conjunto de espaços físicos, situados entre a rua e a unidade de moradia define uma distância topológica que dificulta o acesso dos moradores aos espaços públicos.

Além disso, a presença de muros impõe uma ruptura brusca com a calçada, suficiente para que as funções do espaço privado se tornem desvinculadas do espaço público. Os muros dos condomínios são barreiras que reduzem as ruas à perspectiva da circulação. Mas o desvinculamento não é total, pois o contato dos condomínios com os espaços públicos não se estabelece somente através dos muros. Nos condomínios *Beau Rivage Plaza* (CBRP), *Costa Brava* (CCB) e *Golden Garden* (CGG) as respectivas portarias têm um papel fundamental na relação público-privado, maior que a simples função de controlar acessos. Em cada um dos condomínios, a portaria apresenta significados sociais semelhantes. É um lugar onde moradores se encontram e se relacionam, mantendo contato físico com estranhos que na verdade são conhecidos potenciais de outros moradores.

Na década de 1980, as portarias dos condomínios eram implantadas entre o lote e a calçada, com janelas voltadas diretamente para fora, onde havia uma proximidade maior do porteiro com o público visitante. A localização dependia da concepção do projeto e da capacidade visual do exterior, geralmente em pontos estratégicos. Hoje, com o aumento expressivo da violência, a portaria ficou mais recuada, distante da calçada e dos visitantes, protegidas por grades ou anteparos, tendo os vidros de suas janelas revestidos com película *fumê* a fim de impedir a visão do interior (Desenho 5.1). A relação da portaria com o estranho é sempre de desconfiança. A entrada só é permitida após uma prévia identificação do visitante, seguida da autorização do morador,⁷⁸ circunstância que evidencia uma codificação do uso do espaço.

77. Entende-se como comunidade, um grupo de moradores de uma mesma área que se conhecem e desempenham relações sociais de vizinhança e/ou amizade, tomando decisões e dividindo tarefas comuns para benefício coletivo do lugar onde vivem. No caso dos condomínios, as relações sociais ocorrem com pouca frequência e as decisões geralmente são definidas por um pequeno subgrupo de moradores, cujas tarefas são desempenhadas por funcionários. Embora a participação de todos os moradores nas assembleias condominiais seja indispensável para que as ações implementadas satisfaçam à coletividade, o que se tem visto, atualmente, é a redução da participação dos condôminos nas discussões de interesse comum e um aumento crescente do individualismo (ver item 5.2).

78. Na maioria das vezes, o morador só é identificado após a associação do seu nome com o número do apartamento e com o nome do edifício em que ele reside. Exemplo: “*Maria do 404 – Tupinambás*”.



Desenho 5.1 A portaria do CCB é recuada e protegida com grades a fim de reduzir o contato direto com estranhos e, conseqüentemente, aumentar a segurança do condomínio.

Meu primeiro contato com os condomínios foi através da portaria. Logo depois fui encaminhado aos respectivos síndicos para explicar-lhes os objetivos da pesquisa. Não tive problemas de autorização. Foi preciso apenas entregar um documento solicitando o espaço e indicando a duração, os objetivos e os procedimentos metodológicos adotados. Porém, o síndico do CGG foi bastante criterioso nas colocações, afirmando que se houvesse alguma reclamação por parte dos moradores, a pesquisa seria suspensa imediatamente. *“Aqui moram muitas pessoas. São três prédios de doze andares cada e quatro apartamentos por andar. Se não tiver disciplina, rigor e organização, a coisa não funciona”*, enfatizou. Expliquei que a pesquisa seria discreta e não atrapalharia o funcionamento do condomínio. Então, ele foi mais imperativo: *“Você já entrou aqui sem crachá de visitante. Isso é uma transgressão, porque você me desculpe, mas eu não lhe conheço. [...] Eu digo o tempo todo a esses porteiros que eles não podem vacilar. Quando você for embora vou ter que chamar a atenção dele”*.

Em geral, toda e qualquer transgressão que ocorre nas adjacências da portaria deve ser registrada para posterior conhecimento da administração. Ao contrário dos outros funcionários que se concentram nos problemas internos, o porteiro precisa estar atento às eventualidades externas, interagindo de forma racional e decisiva de modo a garantir o bem estar de moradores e visitantes. Sozinho, ele tem acesso a uma série de informações, que na maioria das vezes lhe são repassadas como processo cotidiano do ambiente de trabalho. Quanto maior seu campo visual, maior o número de informações absorvidas. Sua eficácia não se resume apenas a controlar a entrada e a saída de pessoas. É necessário que ele saiba canalizar todas as informações que lhe são confiadas, endereçando-as corretamente e assegurando a privacidade das pessoas envolvidas.

Paradoxalmente, com tamanha segurança e com a carga de responsabilidade depositada na figura do porteiro, a portaria é o ambiente menos controlável do ponto de vista social. A portaria é um conjunto formado pela guarita, composta de sala e banheiro, e os portões para acesso de veículos e pedestres. *A priori*, as portarias dos três condomínios não satisfazem às exigências dos moradores que quase sempre se queixam junto ao porteiro. A portaria do CCB foi reformada e ainda assim gera insatisfação. Moradores reclamam da demora para abrir o portão de veículos, da falta de atenção dos porteiros em repassar mensagens e observar o comportamento dos seus filhos, e da entrada de pessoas sem o aviso prévio. Os porteiros se defendem, dizendo que a maior parte dos problemas é provocada pelos próprios moradores que não respeitam as regras dos condomínios. Segundo suas observações, quando o portão para veículos está aberto, alguns moradores entram em alta velocidade, conforme vêm da rua. Quando o portão se abre, os moradores, impacientes, mal esperam e invadem a via contrária, aumentando os riscos de acidentes. Por conta disso, os porteiros do CGG e do CBRP disseram que só a implantação de um sistema com separação de entrada e saída para veículos poderia resolver o problema, caso contrário o risco de colisão é iminente. O Sr. Orion, zelador do CBRP disse que a altura do pórtico não permite a entrada de um carro do corpo de bombeiros, por exemplo. *“Numa necessidade vai ter que derrubar o muro, senão, não entra”*, lembrou. No CGG, alguns moradores justificam suas infrações em função da localização duma fonte decorativa que atrapalha a circulação.

As transgressões envolvendo visitantes são constantemente denunciadas pelos moradores. Mas os porteiros se sentem impotentes diante da situação, insistindo que nada podem fazer. O Sr. Marcos, porteiro do CCB, diz que no horário do almoço e fim de tarde, aumenta o movimento de veículos e pedestres. Nesses intervalos, muitos taxistas, buscam informações e param os carros defronte à portaria. *“O pessoal não pára o carro de jeito nenhum no outro lado, só em local proibido. Eu falo que não pode, porque atrapalha quem vem chegando, mas não adianta... E aí tome reclamação dos moradores”*, lamentou o porteiro. Esse problema ocorre com mais freqüência no CCB devido à configuração da rua “A” (ver mapa 3.1), o que leva a crer que os códigos e regras presentes naquele conjunto espacial confundem os motoristas. Por outro lado, essa mesma configuração favorece a apropriação dos espaços da portaria por parte de empregadas domésticas e adolescentes (Foto 5.1).



Foto 5.1 Grupo de adolescentes conversando na calçada da portaria do condomínio Costa Esmeralda, situado na rua "A", defronte ao CCB.

Os adolescentes são filhos dos moradores, e normalmente se reúnem nos finais de semana, a partir das 17:00h. Durante o período de férias, eles juntam-se quase todos os dias, combinando brincadeiras e jogos nas áreas internas dos condomínios. A depender da ocasião, o comportamento dos adolescentes excede o bom uso do espaço. Alguns conversam em voz alta e outros sentam nas calçadas, atrapalhando a circulação de pedestres. Foram poucas as reclamações de moradores envolvendo os jovens. Em contrapartida, as empregadas domésticas foram proibidas de se concentrarem no ambiente da portaria. Geralmente, elas descem dos apartamentos após as 20:30h e ficam conversando com o porteiro. Aquelas que estudam à noite, juntam-se às demais assim que chegam da escola. Segundo Washington, outro porteiro do CCB, foram dois os motivos da proibição: zelar pela imagem do condomínio diante das visitas e evitar a distração do porteiro. Proibidas, as empregadas domésticas passaram a se apropriar das jardineiras externas, próximas ao dispositivo de telefone público.

Quanto aos orelhões, o que parece ser apenas um dispositivo a serviço da comunidade, tem um grande significado para as empregadas do CCB e do CGG que ficam esperando suas ligações. Há momentos em que o telefone só pára de tocar quando está ocupado. E isso se prolonga até o fim da noite quando a maioria retorna aos condomínios.

De certa forma, faz sentido restringir o uso da portaria, já que as empregadas domésticas contribuem para a dispersão dos porteiros. Muitos deles disseram que gostam da situação porque ajuda a passar o tempo. Outros ficam paquerando, e aproveitam os momentos de folga para namorar dentro do condomínio. Durante a pesquisa, um dos

porteiros foi despedido porque não acatou à ordem da administração. No CBRP, há oito meses, um porteiro também foi despedido porque namorava uma empregada doméstica do síndico. *“Hoje nenhum funcionário daqui fica ‘se engraçando’ com empregada”*, disse o zelador.

Diante dos fatos, a portaria pode ser considerada como um ambiente em que moradores e funcionários transgridem os limites através de pequenos conflitos do cotidiano. Como ambiente privado, a portaria tem sua própria função, embora sofra distorções. Mas em relação à rua, o que ela representa? Será que é possível considerá-la como posto de proteção? E o porteiro teria uma função de vigilante, além de suas atribuições no condomínio? No CCB, a insegurança nas calçadas após o assalto a uma senhora que esperava *táxi*, faz com que as pessoas aguardem na portaria. Hoje, muitos moradores evitam pegar transporte na rua, preferem esperar dentro do condomínio.

De acordo com um dos porteiros do CGG, estava prevista na entrada das ruas fechadas, uma portaria geral que mantivesse comunicação com as portarias de cada condomínio. Com isso as ruas se tornariam privadas e ficariam mais seguras. Mas segundo ele, a Norcon abandonou a idéia, pois tinha receio de não funcionar.⁷⁹

Em todo caso, não resta dúvida que a portaria desempenha um papel fundamental na vida dos condomínios, capaz de abrigar conflitos e gerar novos significados tão interessantes quanto àqueles encontrados nos seus ambientes internos.

79. Esse dado não foi confirmado pelos empreendedores.

5.2 Espaço planejado e uso restrito

Ultrapasando as barreiras que separam o público do privado, encontra-se um conjunto de ambientes especialmente planejados para atender às necessidades dos moradores. Sua concepção e tratamento são diferentes daqueles estabelecidos para os espaços públicos. Embora as medidas restritivas sejam responsáveis pela diminuição do número de usuários, pode-se dizer que nesses ambientes a natureza do uso ainda é coletiva. Nos condomínios estudados foram encontradas divergências e semelhanças na estruturação e distribuição dos ambientes internos, em decorrência da localização do terreno, das condições físicas e da compatibilidade entre a área disponível e a tipologia condominial implantada. Os ambientes internos podem ser classificados a partir de cinco funções ou áreas específicas: circulação coletiva, estacionamento, apoio, lazer e moradia.

A área de circulação coletiva é dividida em dois tipos: circulação de veículos e de pedestres. O primeiro tipo é reservado aos moradores que se deslocam da entrada do condomínio ao estacionamento e vice-versa. A área do estacionamento é o ambiente da permanência dos veículos. A depender do número de vagas por unidade de moradia, o estacionamento e a circulação de veículos podem ocupar uma área significativa, superando, inclusive, a soma de todas as outras. O segundo tipo atende a moradores e visitantes que se deslocam a pé. O ambiente da circulação de veículos é limitado e imutável. Uma vez definido, dificilmente se altera. A circulação de pedestre, ao contrário, é imprevisível e sofre diariamente novas adaptações, pois depende dos anseios do usuário. O pedestre pode circular entre os ambientes da área de lazer ou ainda sair de sua residência em direção ao estacionamento, à portaria, etc. Normalmente, a circulação de pedestres em condomínios verticais multifamiliares é dividida em horizontal e vertical. Os elevadores e escadas são os ambientes mais representativos da circulação vertical, presente dentro dos edifícios. Já a circulação horizontal existe tanto nas áreas internas dos edifícios quanto na área aberta do condomínio. Os *halls*, passarelas e pequenos corredores internos e externos são exemplos da circulação horizontal.

A área de apoio é composta por equipamentos que asseguram o funcionamento do condomínio, como, por exemplo, casa de medição, gás, gerador, depósito de lixo, sala

do zelador, etc. São distribuídos em pontos exclusivos e acessíveis a pessoas habilitadas, sendo proibida a presença de moradores sem a devida autorização da administração.

A área de lazer abrange uma diversidade de ambientes que se integram com um único objetivo: permitir o entretenimento e a diversão dos moradores. É uma extensão da unidade de moradia, já que oferece o que ela sozinha não teria condições de oferecer. Em geral, é composta por piscina, quadra de esportes, *playground*, salão de festa, salão de jogos, sauna, etc.

Todas as funções descritas até agora são complementares da moradia – a principal função de um condomínio. Sem ela, os outros ambientes não teriam razão de existir. Seria como uma praça dotada dos melhores equipamentos urbanos, mas sem usuários. Ou ainda, como um hotel luxuoso sem hóspedes. Pensando em termos de uso, a unidade de moradia num condomínio fechado é o espaço privado do privado, pertence exclusivamente ao proprietário, cujo acesso se restringe à sua família e a pessoas convidadas, diferente dos demais ambientes que são privados, mas de uso coletivo de todos os moradores, inclusive visitantes. A maior preocupação do síndico do CGG era com os inconvenientes que a pesquisa poderia causar aos usuários das áreas coletivas. Em nenhum momento ele demonstrou preocupação com a unidade de moradia. *“Minha obrigação é zelar pelo condomínio. Lá dentro é com você e o morador. Eu não tenho nada com isso”*, disse se referindo à permissão de entrevistar os moradores em seus apartamentos.

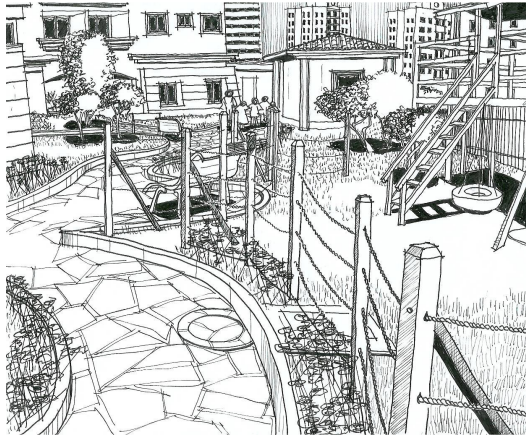
Com a noção preliminar dessas funções, concentraremos nossos questionamentos apenas nas áreas de uso coletivo, dando maior ênfase ao lazer. A possibilidade de visitar os condomínios num mesmo bloco de turno⁸⁰ ajudou na compreensão das particularidades que ocorriam no uso dos espaços. Sabemos que as áreas internas dos condomínios são planejadas e têm usos restritos, mas será que os moradores estão satisfeitos com suas estruturas a ponto de considerá-las uma extensão dos seus apartamentos?

No CGG, os três edifícios foram implantados entre as jardineiras e o estacionamento com uma inclinação acentuada em relação ao eixo da rua. O estacionamento possui 144 vagas, o que corresponde a uma vaga por apartamento.⁸¹ Os ambientes da área de

80. Ver item 3.2 do capítulo III.

81. Aqueles que possuem mais de um veículo estacionam na alameda “B”.

lazer estão distribuídos no pavimento térreo dos edifícios e na área externa, mas sem apresentar integração. A piscina, por exemplo, localiza-se na parte posterior do edifício *Alamanda*, ao lado do edifício *Fícus* e próximo ao estacionamento. O *playground* fica na área das jardineiras (Desenho 5.2), sem contato com a piscina e distante da quadra de esportes que, por sua vez, está localizada após a entrada dos veículos, ao lado do edifício *Bromélia*.



Desenho 5.2 O *playground* do CGG é limitado por uma cerca de cordas e está localizado na área das jardineiras.

Em cada um dos edifícios existe um salão de festas para uso apenas dos moradores daquele edifício, além de uma sala específica de uso geral. Assim, foi colocado um salão de jogos no *Alamanda*, um salão de ginástica no *Fícus* e uma sala de leitura no edifício *Bromélia*. Com auxílio de jardineiras sinuosas houve uma tentativa de interligar os ambientes e direcionar os percursos. Mas a proposta não obteve o efeito esperado, porque a localização desses ambientes propiciava o cruzamento entre a circulação de veículos e de pedestres, dificultando a integração. Em conseqüência, a circulação de pedestres ficou prejudicada devido à construção de passarelas e caminhos estreitos.

No CCB, a situação espacial é mais favorável. A área de lazer e o estacionamento são separados pelos edifícios sem, contudo, haver segregação. Os ambientes da área de lazer foram agrupados de forma contínua, seguindo as condições do terreno. Vindo da portaria, o pedestre tem a possibilidade de passar pela quadra de esportes, depois pelo *playground*, piscina e uma pequena praça, sem cruzar em nenhum momento com a circulação de veículos. O CCB foi construído antes da estruturação do bairro e da implantação do *shopping center* Jardins. Sem atrativos urbanos, era preciso que sua própria estrutura fosse capaz de atrair o interesse do público. Possui dois edifícios e duas vagas de estacionamento por unidade de moradia. As dimensões de suas áreas internas

são maiores do que as dos outros dois condomínios (Foto 5.2) e também dos empreendimentos mais recentes.⁸² No entanto, as vendas só foram bem sucedidas na fase de construção do *shopping*.



Foto 5.2 Os ambientes internos do CCB são amplos e extensos, superiores aos ambientes dos outros condomínios.

No CBRP, os dados apresentam certas distinções, a começar pelo padrão espacial. Nos primeiros, o estacionamento e a área de lazer estão separados pelos edifícios, mas sem um desvinculamento total. No CBRP, essas áreas são separadas por uma laje, sem continuidade, onde o estacionamento fica no pavimento térreo e a área de lazer, no pavimento superior. Com exceção da piscina, todos os outros ambientes da área de lazer estão localizados no interior do edifício, inclusive o *playground*. A área do terreno é pequena e por conta disso não foi possível implantar uma quadra de esportes. Em proporção aos outros condomínios, quase não existem jardins. E, para completar, os poucos existentes estão na área externa – adjacente ao muro – com a explícita função de embelezar sua fachada.⁸³

Os condomínios estudados apresentam estruturas distintas que abrigam usos diferentes. Talvez os seus moradores, de modo geral, pouco refletem sobre a natureza dos seus espaços e menos ainda sobre a frequência e a forma de melhor utilizá-los. A maioria já morou em outros apartamentos e disseram que estavam satisfeitos com as áreas dos seus respectivos condomínios. Mas esse julgamento parte exatamente daqueles que confessam não utilizá-los, justificando a falta de tempo e o excesso de trabalho. Ora, como é possível avaliar pessoalmente um espaço sem aplicar-lhe um uso? Somente através

82. Ver capítulo II, item 2.3.

83. Essa constatação contradiz uma matéria publicada no *Cinform* (Aracaju, 04 a 10/11/2002), que chamava atenção para o aumento da exigência de áreas verdes em condomínios de luxo. Se de fato houver essa tendência, definitivamente o CBRP é um caso a parte.

do uso pode-se atribuir valores concretos em relação ao funcionamento. Analisando o gráfico 5.1, traçado a partir das respostas dos proprietários dos apartamentos dos três condomínios, sobre a freqüência de uso dos ambientes de lazer, percebe-se que, independente da camada social, as escalas *raramente* e *nunca* apresentam os maiores índices, o que significa que os proprietários quase não os utilizam.

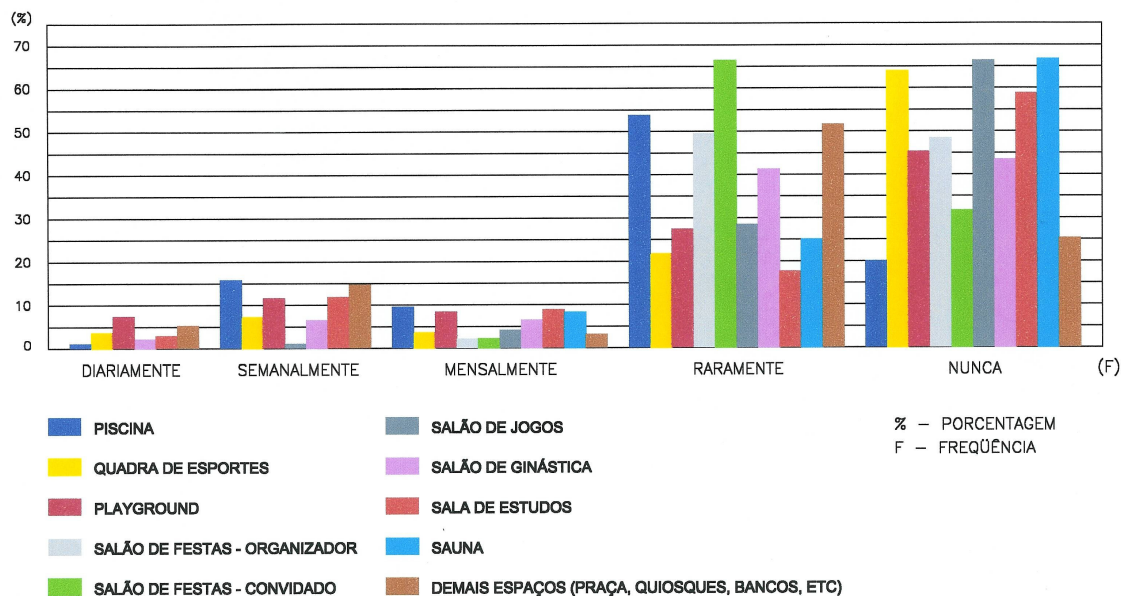


Gráfico 5.1 Freqüência de uso dos espaços de lazer.

Os moradores disseram que passam dias, até meses, sem ter o menor contato com as áreas de lazer. Chegam no condomínio, deixam seus carros no estacionamento e sobem para suas moradias. Quando desejam sair, fazem o trajeto inverso. Um morador do CBRP afirmou só ter estado nessas áreas na fase de compra do imóvel. No CCB há um agravante ainda maior. A entrada social é voltada para o estacionamento e a de serviço para área de lazer. Nesse caso, o agenciamento espacial dificulta o contato entre os moradores e os ambientes de lazer, situação logo identificada nas observações. Curiosamente, os moradores pagam pela manutenção desses ambientes e não usufruem suas vantagens. Mas eles acreditam que o uso por parte das crianças e adolescentes compensa a despesa.

Com base nas observações, crianças e adolescentes são os principais usuários dos ambientes internos dos condomínios. No período de aulas escolares, as áreas de lazer quase não são utilizadas, mesmo em finais de semana. Apenas o *playground* é freqüentado por crianças menores e as babás que geralmente se apropriam do ambiente

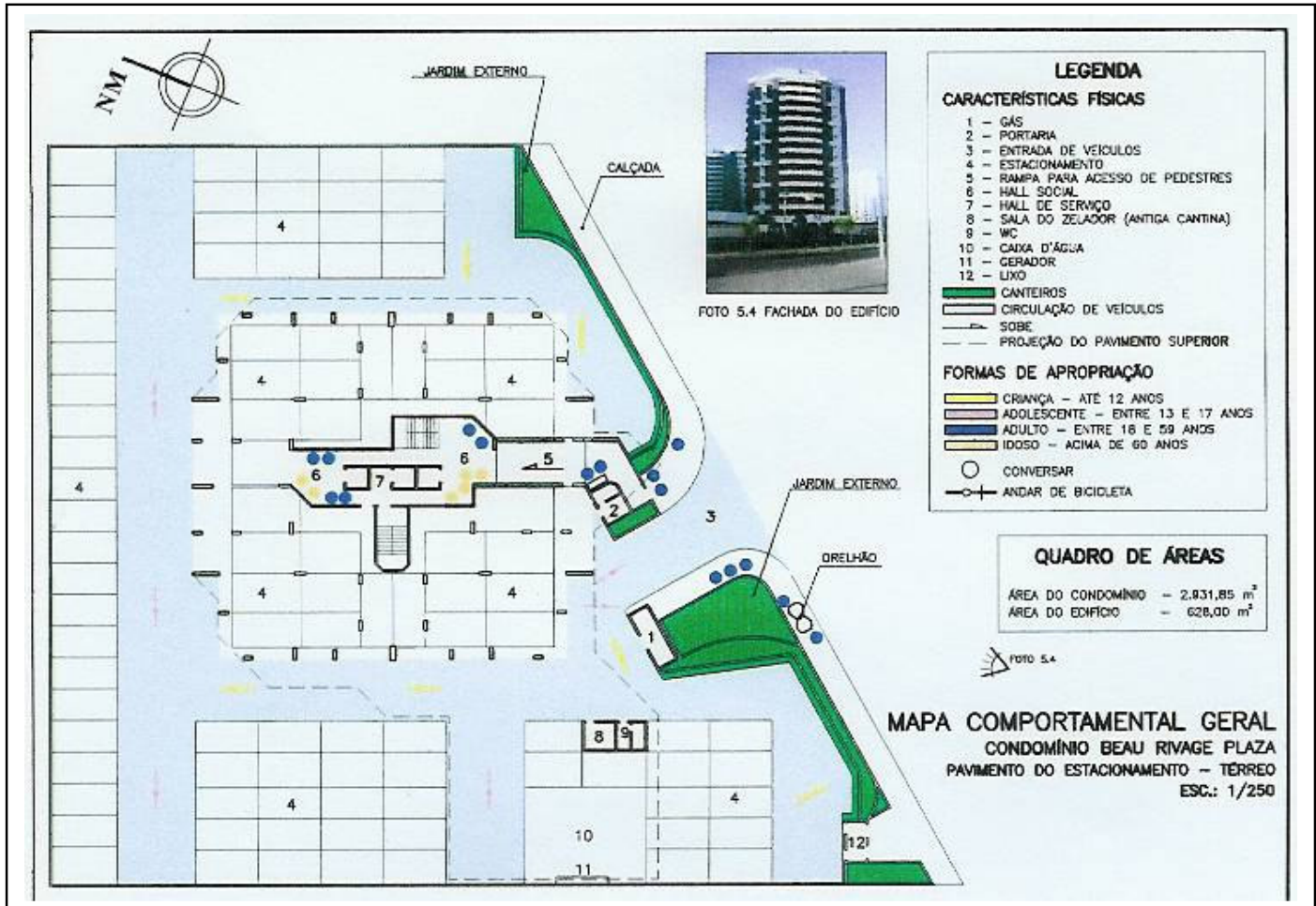
no início da manhã e fim de tarde. A projeção da sombra dos edifícios sobre o *playground* determina o horário de sua apropriação, semelhante ao que ocorre na praça Garcia Moreno. No CGG, a partir das 15:30h, as crianças começam a chegar e permanecem até às 17:00h, horário que coincide com a chegada das crianças do CCB. No CBRP, apesar do sombreamento constante, o *playground* quase não apresenta uso. Durante toda a pesquisa, foram vistas apenas duas crianças e uma babá usando o ambiente. Este fato não decorre da pequena quantidade de crianças existente no condomínio. Observando a foto 5.3, pode-se inferir que os atributos físicos do *playground* não estão coerentes com sua função. Um parque infantil não se resume apenas a brinquedos. O espaço também compõe o cenário das atividades. Deve estar cercado de verde e cores, ser aberto e espaçoso de modo que as crianças se sintam atraídas pela possibilidade de correr, sentar, brincar e descarregar suas energias. Essas características são exatamente o oposto de tudo o que existe no *playground* do CBRP. Lá, o ambiente é escuro, confinado e pouco convidativo. Não houve uma intenção verdadeira de se implantar um parque para as crianças, mas sim uma idéia adaptada a um espaço pré-existente.



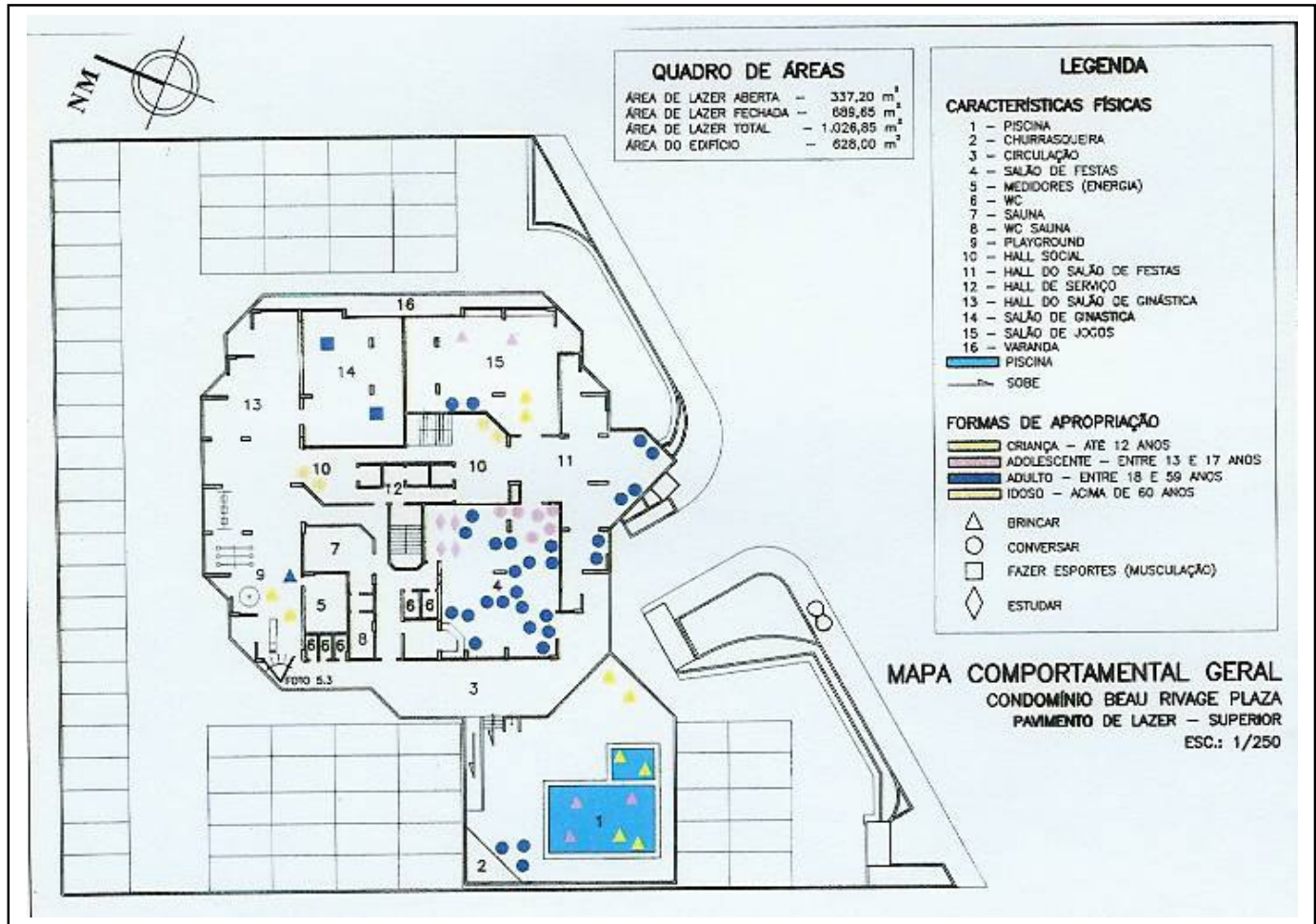
Foto 5.3 *Playground* do CBRP.

Neste condomínio, durante o período de férias o uso dos ambientes praticamente se mantém o mesmo do período de aulas. No mês de dezembro, o salão de festa passou a ser utilizado por adolescentes que estudam em grupo para as provas finais. Em geral, a apropriação dos espaços do CBRP pode ser visualizada no mapa comportamental, traçado a partir de observações sucessivas *in loco*.

Mapa comportamental CBRP – Pavimento do Estacionamento.



Mapa comportamental CBRP – Pavimento de lazer.



Segundo os funcionários, ao final do ano, quando muitos moradores viajam, o condomínio fica sem crianças e adolescentes. Entretanto aqueles que permanecem, usam a circulação de veículos para andar de bicicleta, apesar da proibição severa da administração. Atualmente, discute-se a idéia de construir uma quadra de esportes ao lado da piscina, como forma de evitar o uso de bicicletas em áreas proibidas e também oferecer outras opções de lazer às crianças. Mas, até o fechamento da pesquisa, não havia certeza de construí-la em função do alto custo.

No CGG, crianças e adolescentes usam diariamente os ambientes de lazer, especialmente no período de férias escolares. O ambiente próximo à central telefônica e o *playground* são bastante utilizados pelas crianças para correr e brincar de “pega-pega”. A quadra de esportes é intensamente utilizada pelos adolescentes, apesar das constantes reclamações por parte dos usuários quanto ao tamanho (Foto 5.5). Muitos afirmam que só é possível jogar *pingoball*⁸⁴ ou futebol com no máximo três jogadores em cada time. A quadra também pode ser usada para andar de bicicleta, mas os adolescentes preferem a circulação de veículos, mesmo sendo proibido como no CBRP. Somente algumas crianças menores de dez anos a utilizam para esse fim.



Foto 5.5 As dimensões reduzidas da quadra de esportes não satisfazem as necessidades de lazer dos adolescentes.

Durante a pesquisa não havia pessoas utilizando o salão de ginástica (Mapa comportamental geral – CGG). Segundo o responsável pela limpeza do condomínio, *“...tem gente que faz ‘academia’ fora, tendo um salão de ginástica aqui no condomínio. Eu acho um absurdo! [...] Eu mesmo já falei com o síndico pra ele colocar um espelho nas paredes e comprar mais aparelhos, mas até agora ele não disse nada”*.

84. *Pingoball* é um jogo adaptado às dimensões da quadra do CGG, inventado pelas crianças e adolescentes. As regras são semelhantes a de um jogo de tênis em dupla, só que em vez de raquetes, usa-se as mãos.

Mapa comportamental CGG



A sala de estudos é utilizada como salão de jogos, onde adolescentes jogam baralho e dominó. A verdadeira sala de jogos está abandonada por falta de material. Alguns estudantes que se preparam para o vestibular se sentem incomodados com essas atividades e acabam se retirando do ambiente.

No CCB, os ambientes se complementam pela proximidade e fortalecem o uso em conjunto. As crianças e adolescentes usam a quadra de esportes para jogar bola, “queimado”, andar de bicicleta, tênis, basquete, etc. Depois deixam essas atividades e vão brincar na piscina. Em seguida deixam a piscina, vão para o *playground*, para o quiosque, para o salão de jogos, para a praça jogar bola de “gude” e depois voltam para a piscina, repetindo essas mesmas atividades numa ordem indefinida, porém dentro de um ciclo complementar de uso.⁸⁵ Dessa maneira, todos os ambientes sempre são utilizados, não apenas aos sábados e domingos, mas também durante a semana, no período de férias. A piscina tem um papel fundamental e de grande significado nesse ciclo. É o ambiente cuja atividade se processa ao final das atividades praticadas nos outros ambientes, e por isso tem a capacidade de atrair novos usos e de estar constantemente sendo utilizado (Foto 5.7).



Foto 5.7 A piscina do CCB é bastante utilizada pelas crianças e adolescentes, capaz de atrair diferentes usos aos ambientes vizinhos.

Analisando o mapa comportamental do CCB, as formas de apropriação definem um cinturão orgânico que se projeta entre a quadra de esportes e o chafariz, enfraquecendo à medida que se distancia da piscina.

85. Foi possível perceber esse ciclo complementar no depoimento de uma criança de 10 anos que relatou seu cotidiano na área de lazer: *“Minha colega me chamou. Descemos eu, minha colega, o primo e o irmão da minha colega. Na quadra não tinha ninguém. No salão de jogos, o mesmo. Na piscina também. Começamos a jogar tênis na quadra. Depois cansamos e fomos conversar na piscina. Quando estávamos conversando chegaram dois meninos. Mais tarde chegaram mais dois meninos. Depois subimos para deixar as raquetes de tênis em casa. Descemos. Lá embaixo começamos a conversar no parque. Depois ‘bateu’ aquela vontade de ir para a piscina. Fomos. Quando chegamos na piscina só tinha um adolescente conversando com mais dois que estavam fora da piscina”* (Data: 10/12/2002).

Mapa comportamental do CCB



Essa complementaridade no uso dos ambientes também foi verificada no CGG. O salão de ginástica, subutilizado durante toda a semana, é bastante freqüentado nas manhãs de domingo por pessoas que, após os exercícios, exibem seus “dotes físicos” na piscina.

Independente da intensidade de uso de cada condomínio, as crianças e adolescentes são responsáveis pela movimentação das áreas de lazer. No CCB, a partir das 21:00h, alguns ainda se banham na piscina, outros brincam de futebol, vôlei e esconde-esconde, e ainda guardam fôlego para conversar após as brincadeiras. São exploradores e descobridores do espaço do condomínio, tirando proveito de todas as possibilidades. Entretanto, esses garotos não sabem o valor de uma rua ou de uma praça. Pouco vivenciam os espaços públicos do bairro. A maioria nunca foi a pé ao *shopping* Jardins porque os pais os proibiam de saírem sozinhos. Os pais têm medo das eventualidades que podem advir e desconfiam da reação dos filhos, estando em espaços sem regras de conduta. O máximo até onde podem chegar é na portaria. Além dos portões, só acompanhados. Assim, o contato dos jovens com a cidade ocorre, geralmente, no deslocamento de um espaço fechado para outro. Quase sempre saem dos condomínios de carro. São conduzidos à escola, depois voltam aos condomínios e em seguida são levados para outros estabelecimentos, onde têm aulas de línguas, informática, artes, etc. Nas tardes livres são deixados no *shopping* para usufruir o lazer dos ambientes artificializados, retornando aos condomínios junto com os pais ao final do expediente de trabalho. Essa é a rotina daqueles que se pode chamar “filhos de condomínio”, indivíduos potenciais que tomarão decisões na sociedade do amanhã e que desde a infância nada conhecem da cidade. Muitos já viajaram para Salvador, Maceió, Recife, com mais freqüência com que estiveram no centro de Aracaju. Estão acostumados a enxergar o mundo pela “lente” dos espaços fechados, sem saber que a vida longe dos muros se processa diferentemente. Aqueles que visitam familiares nas cidades do interior revelam suas experiências nos espaços públicos, embora despercebidos dos significados e das diferenças existentes nas estruturas urbanas.

Por outro lado, as crianças e adolescentes são os únicos que desenvolvem relações sociais dentro do condomínio. Essas relações definitivamente não existem entre os proprietários dos apartamentos, ou seja, entre aqueles que pouco usam os ambientes internos. Alguns adultos acreditam que as áreas de lazer são destinadas ao público

infanto-juvenil, e, portanto, não oferecem atributos físicos que os atraiam.⁸⁶ Ainda que essa conclusão seja parcialmente verdadeira, há uma certa resistência por parte dos proprietários em dividir coletivamente o uso dos ambientes. Apesar da grande maioria negar, afirmando que o condomínio é de todos, as observações mostram que alguns moradores se retiram dos ambientes com a chegada de outras pessoas. O zelador do CBRP deu um depoimento interessante sobre o assunto: *“Quando é festa na piscina de um apartamento, só vem convidado. Os condôminos aí querem descer, mas já ficam com receio porque já têm pessoas convidadas ali...”*. Em todo caso, pode-se afirmar que o uso da piscina confirma sua função coletiva, mesmo com a ocorrência de festas particulares. No caso do salão de festas a situação muda. Uma vez reservado, o salão de festas passa a ser de uso do responsável pela reserva e de seus convidados. E aí aparece outro dado interessante: nas confraternizações adultas ocorridas nos salões de festas dos três condomínios, dificilmente há moradores entre os convidados. Basicamente são visitantes, na sua maioria, parentes e amigos do organizador da festa. Já nas confraternizações infanto-juvenis, há crianças e adolescentes de fora, bem como do próprio condomínio.⁸⁷

Por essa razão, a literatura acusa os condomínios de apresentar uma *fictícia comunidade harmoniosa* (FRÚGOLI JR., 1995: 89). O marido da síndica do CBRP havia alertado para os problemas que poderia enfrentar no desenvolvimento da pesquisa: *“O pessoal aqui é muito fechado e não tem esse negócio de comunidade, não. Pra decidir uma coisa aqui é uma ‘novela’ porque quase ninguém participa de nada, entendeu?”*.

Sem um uso sucessivo dos ambientes, as relações sociais sobrevivem de modo formal, resumidas a um simples “bom dia” ou “boa tarde”. De acordo com o gráfico 5.2, os moradores não têm hábito de conversar entre eles. Suas conversas quando ocorrem são realizadas no estacionamento e nas áreas de circulação – *halls*, elevadores e escadas. Apenas uma pequena parcela diz que mantém um contato maior com outros moradores.

86. Não se pode definir com precisão a que tipo de atrativos os moradores se referem. Os condomínios têm completa infra-estrutura, segurança, comodidade, equipamentos de lazer, etc, tudo concentrado num único espaço territorial. Assim sendo, os espaços públicos do bairro Jardins estariam condenados ao desuso “eterno”, pois apresentam condicionantes físicos muito aquém dos condomínios.

87. No CCB, a depender da comemoração e do número de convidados, o *playground* é incorporado ao salão de festas para que sejam realizadas novas brincadeiras e outras atividades.

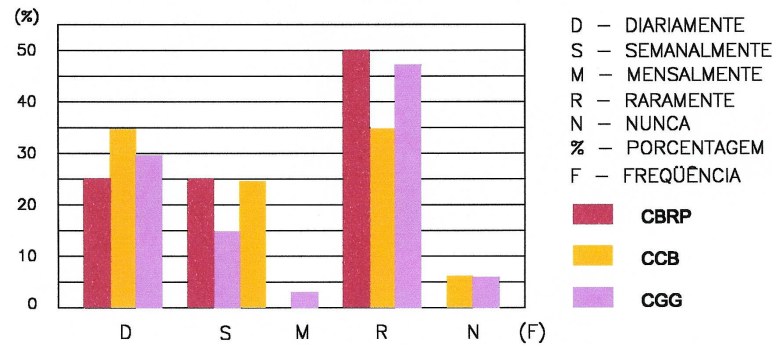


Gráfico 5.2 Frequência de conversas entre moradores dos condomínios.

Os encontros casuais nas áreas de circulação não são suficientes para gerar e sustentar laços de comunidade. As crianças e adolescentes que constantemente se relacionam ainda não possuem condições psicológicas e sociais para formalizá-la, embora seus contatos já sejam um passo na direção de instituí-la no futuro. Segundo um morador do CGG, *“...aqui, comunidade é definida como um “grupo de pessoas em mesma situação geográfica, mas sem vínculos afetivos”*. Para que se desenvolva uma comunidade dentro de um condomínio não basta que seus moradores tenham consciência de sua importância. É necessário que haja um esforço individual de participar das questões que envolvem os interesses comuns, dando opiniões e se dispondo a ouvir e contribuir em conjunto.

Observando o gráfico 5.3, percebe-se que as visitas entre moradores quase não ocorrem. Dificilmente um morador convida o vizinho para visitá-lo. O distanciamento social é desejável enquanto medida preventiva para evitar compromissos e constrangimentos futuros. *“É o melhor que podemos fazer”*, disse um morador do CBRP. Mas a maioria afirma que gostaria de ter mais amigos no condomínio e que a palavra *“vizinhança”* deveria ser encarada como sinônimo de comunidade. *“É coisa séria que pode melhorar a convivência...”*, concluiu um morador do CCB. Muitos também acreditam que a configuração das áreas internas não favorece os contatos físicos e menos ainda o desenvolvimento das relações sociais. As poucas amizades registradas durante a coleta de dados foram formadas entre pessoas que já se conheciam. Não foram encontradas relações de amizade entre moradores que se conheceram dentro do condomínio, mas sim relações de respeito e tolerância.

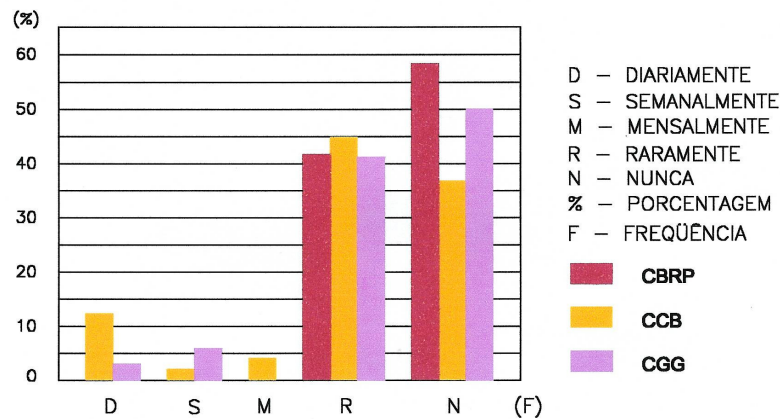


Gráfico 5.3 Frequência com que os moradores convidam vizinhos aos seus apartamentos.

No caso do CGG, a situação é mais complicada porque grande parte dos moradores é composta de inquilinos – estudantes universitários das cidades de Maceió e Salvador. A relação dos moradores-proprietários com aquele grupo revela discriminação porque muitos acreditam que os inquilinos não zelam pelos ambientes do condomínio. Contudo, as observações mostraram que os inquilinos utilizam mais a área de lazer do que os proprietários, sem que com isso descuidem dos espaços. Ademais, moradores se queixam da rotatividade de pessoas no condomínio e também da quantidade de desconhecidos.

Quanto maior a quantidade de moradores de um condomínio maior é o número de desconhecidos, até que a convivência se encarregue de torná-los conhecidos. A questão que se coloca é se nos condomínios existem estranhos como nos espaços públicos. Por maior que seja, um condomínio não tem a diversidade social dos espaços públicos da cidade. É essa diversidade que justifica a quantidade de estranhos com os quais nos deparamos. A rua, por exemplo, é um espaço povoado de desconhecidos. O condomínio, ao contrário, é povoado por pessoas que se conhecem, mas que agem como se fossem estranhos. Se não houver algo que estimule o uso dos ambientes, provavelmente essa situação tende a perdurar.

O uso é, portanto, a chave que abre as portas da interação social, porque dele são derivados outros condicionantes que induzem a troca de experiências e as relações de vizinhança. Quanto mais se usar os ambientes, maior as possibilidades de encontro, de interação social e de se construir uma verdadeira comunidade, reduzindo a quantidade de estranhos, num espaço projetado para atender à coletividade.

5.3 A segurança como prioridade espacial...

A decisão de morar em condomínios fechados é influenciada por vários aspectos, mas nenhum deles é tão preponderante quanto a segurança. Muitas pessoas se apóiam nessa característica para justificar a escolha, alegando que a casa está cada vez mais insegura.⁸⁸ Diante da insegurança que assola as ruas das cidades, os condomínios parecem ser uma alternativa lógica que inspira confiança. Mas essa confiança é sempre em relação aos males externos. A síndica do CCB diz que a segurança é uma prioridade e que todos deveriam cooperar para evitar a desordem. Ela se refere principalmente aos direitos coletivos e não apenas aos perigos de fora. Assim posto, segurança significa estar livre de alguma ameaça que afete o bem estar individual ou de um determinado grupo. No espaço público, por exemplo, estar seguro é uma condição e depende de alguns requisitos espaciais, como acessibilidade, iluminação, visibilidade, etc, além da presença constante de outros usuários em diversos horários do dia.

Num condomínio a situação é diferente. A segurança contra os males externos não depende da intensidade de uso das suas áreas internas, mas da estrutura física e da eficiência administrativa no controle dos acessos. Entretanto, a segurança cotidiana dos moradores depende de suas condutas e da maneira como os ambientes são utilizados, tendo como princípio fundamental o cumprimento das normas do regimento interno. Ambas as formas de proteção são importantes, mas os condomínios tendem a se proteger mais dos perigos externos, acreditando que seja mais fácil de manipular o comportamento dos moradores.

Parece incoerente um condomínio se proteger contra os próprios moradores, quando na verdade essa proteção já deveria estar assegurada desde a aquisição do imóvel. Isso é passível de ocorrer quando não há o espírito de comunidade, ou seja, quando moradores definem suas próprias regras e acabam gerando problemas a partir de atitudes isoladas. Na maioria das vezes, esses problemas afetam o bem estar e a privacidade, e, em geral, são mais difíceis de ser solucionados, pois dependem da boa vontade e da conscientização dos usuários.

88. O conteúdo do texto expressa na íntegra a opinião de todos os entrevistados.

Com base nas entrevistas, os moradores se sentem seguros em seus condomínios, mas incomoda-os o comportamento das crianças e dos adolescentes nas áreas de uso coletivo. Reclamam principalmente da falta de zelo para com os equipamentos e dos ruídos gerados pelas brincadeiras. *“Aqui tem muito ‘marginal’ que fica fazendo bagunça dentro do condomínio”*, disse uma moradora do CCB.

No CGG, as crianças brincam sobre a grama dos jardins, arrancam as flores e urinam nas plantas. Os adolescentes usam cadeiras de plástico para pular na piscina e acabam danificando o equipamento. Pixam as paredes das escadas com palavras obscenas e não obedecem as advertências dos funcionários.

No CCB, a situação é semelhante. As crianças jogam bola no quiosque, urinam nas escadas, acionam o extintor de incêndio dos *halls* dos elevadores, andam de bicicleta no estacionamento e, vez ou outra, tomam banho no chafariz. Na piscina, os adolescentes retiram a escada e jogam futebol, incomodando os outros usuários. Após o banho, a grande maioria entra no *hall* social molhando todo o piso, inclusive o piso dos elevadores. À noite, brincam de esconde-esconde e usam lugares indevidos para se esconder, como o *freezer* da churrasqueira e o estacionamento. Pela manhã, os moradores reclamam de arranhões e riscos na pintura dos carros, mas nada é feito para resolver definitivamente os transtornos. *“Há dois anos morar nesse condomínio era um inferno. Era confusão o tempo todo. Agora até que tá mais calmo”*, frisou um dos funcionários.

As ocorrências no CBRP envolvendo crianças e adolescentes são menores que nos outros dois condomínios, mesmo assim merecem destaque pela gravidade e ousadia. Os adolescentes levam garrafas e copos de vidro para a área da piscina, desrespeitando as normas do regimento interno. Numa dessas ocasiões, *“...depois dos ‘comes’ e ‘bebes’ o resto que sobrou foi parar dentro da piscina: garrafas, copos, cadeira, pedaços de carne e palitos de churrasco”*, disse o Sr. Antônio, porteiro do horário da noite.

As marcas da insegurança são vistas em vários ambientes dos condomínios, não apenas nos *halls* e nas circulações internas, considerados de pouca vigilância, mas em ambientes abertos e de constante uso, sendo que algumas das infrações são praticadas na presença de outros usuários. Durante o período de férias, o livro de ocorrências é preenchido diariamente com problemas causados pelas crianças e adolescentes. Depois, todas as

informações nele contidas são repassadas ao síndico para que este comunique aos pais e sejam tomadas as devidas providências. Mas, dificilmente se via resultado nesse sentido.

Grosso modo, os pais são co-responsáveis pela conduta das crianças e adolescentes. Confiando na segurança dos condomínios, deixam seus filhos soltos nas áreas de lazer, esquecendo que são influenciados pelos acontecimentos internos a partir dos inúmeros contatos sociais. Sem limites, as crianças e adolescentes não vêem razões para respeitar as regras dos condomínios e, assim sendo, as transgressões constantemente se repetem. Os moradores que se consideram cumpridores das normas condominiais, exigem do síndico melhores condições de segurança e de privacidade.

Entretanto, muitos adultos que reivindicam seus direitos também cometem transgressões, embora numa frequência menor. As mais comuns estão relacionadas com o uso do elevador social para transportar lixo, compras de supermercado, bicicletas e animais. A transgressão mais grave observada ocorreu no CBRP, na madrugada do dia 18/12/2003, quando um morador alcoolizado quase chocou seu veículo com outros que estavam no estacionamento.

Face às diferentes alterações no uso dos ambientes, os condomínios se defendem dos próprios moradores, instalando câmeras internas nos locais mais depreciados para vigiá-los 24 horas. Segundo o síndico do CGG, a tendência é monitorar todos os ambientes de uso coletivo, mantendo uma vigilância constante e intensiva. O CBRP é o único que não possui circuito de câmera interna, mas segundo a administração já está sendo providenciado.

De acordo com uma reportagem do Jornal Hoje da TV Globo (14/01/2003), muitos condomínios na cidade de São Paulo enfrentam sérios problemas de convivência devido ao comportamento anti-social de alguns moradores. Os problemas mais enfatizados foram os ruídos da vizinhança e o uso de drogas por adolescentes. A depender da transgressão, o morador deve pagar uma multa de até três vezes o valor mensal do condomínio e, nos casos mais graves, o proprietário e sua família podem ser expulsos. Para evitar penalidades severas, os síndicos tentam solucionar os conflitos e impedir desentendimentos entre moradores, acreditando nas promessas de respeito mútuo e reconciliação.

As normas dos regimentos internos dos condomínios estudados não são rigorosas no combate às infrações dos moradores, e as poucas existentes não são cumpridas. Curiosamente, as normas e procedimentos se assemelham em vários aspectos, a despeito das diferenças no padrão social e na quantidade de moradores. Não há leis direcionadas às respectivas realidades. Os documentos estabelecem, em geral, os horários permitidos para uso das áreas internas, os direitos e deveres dos moradores e as disposições da administração. No mais, pouco é acrescentado.

Quanto aos perigos externos, os três condomínios aparentemente estão bem protegidos. Foi registrado apenas um arrombamento de carro no dia 12/12/2002 no estacionamento do CGG, mas não há certeza se o delito foi praticado por estranhos ou pelos próprios moradores.

No CCB foram pegos dois meninos de rua em torno das 22:00h tomando banho no chafariz.⁸⁹ *“Um morador viu duas crianças pulando o muro e avisou pelo rádio. Quando eu cheguei lá, os dois estavam tomando banho no chafariz. E aí quando eles me viram, correram... e aí eu joguei as roupas deles na calçada”*, disse um dos vigilantes. Os funcionários disseram que isso ocorre porque os adolescentes do condomínio gostam de provocar os meninos de rua. *“Eles ficam no muro da piscina jogando água naqueles meninos que ficam na calçada do condomínio. A gente reclama, mas eles não escutam. Aí os meninos de rua jogam pedras, pedaço de pau e casca de laranja aqui dentro”*, disse um dos porteiros que testemunhou algumas situações através do monitor.

Ignorando os detalhes dos acontecimentos e sem o apoio da síndica, os moradores colocam a responsabilidade nos funcionários, acusando-os de serem displicentes no tocante à segurança das áreas coletivas. Os funcionários, por sua vez, dizem que o número de funcionários é insuficiente para o porte do condomínio e, portanto, é difícil exercer um controle eficaz. Além disso, eles são vistos pelos moradores como seguranças, quando, na verdade, suas funções se resumem em manter os ambientes do condomínio e assegurar o funcionamento dos equipamentos. *“...Pra mim segurança é aquele que anda armado. E isso aqui não tem”*, enfatizou o zelador do CCB.

89. Para acabar com a entrada de invasores, os moradores discutem a idéia de aumentar o muro e colocar cerca elétrica, mas a maioria tem medo por causa das crianças.

De modo geral, as relações entre funcionários e moradores são restritas ao campo profissional. O zelador do CBRP lamenta a rispidez com que os moradores tratam os funcionários. Segundo ele, às vezes os funcionários não sabem como proceder: se devem seguir as ordens do síndico, baseadas no regimento interno, ou atender às eventuais exigências dos moradores que em muitos casos não correspondem às diretrizes da administração.

Os funcionários acabam prejudicando o bem estar da coletividade quando são coagidos a atender exigências unilaterais, sob risco de ser demitidos. Parte da segurança dos condomínios é quebrada quando moradores desrespeitam as regras de convivência e seguem suas próprias diretrizes. Não deixa de ser incompatível, vindo daqueles que encaram a segurança como requisito fundamental.

5.4 Considerações sobre o capítulo

A comparação entre três condomínios de padrões sociais distintos foi proveitosa para o amadurecimento das reflexões. Inicialmente, parecia interessante porque seriam expostas as diferenças nas formas de uso e apropriação das áreas internas. O planejamento espacial foi um dos primeiros aspectos de reflexão. Buscando uma referência que justificasse a concepção dos ambientes internos, as conclusões apontaram para falta de critérios visando ao bem estar dos moradores. Isso foi comprovado no estudo das áreas de lazer e nas respostas dos entrevistados sobre a avaliação espacial.

A partir do *lay-out* dos condomínios, percebe-se que as áreas de lazer foram distribuídas após a implantação dos edifícios e da área do estacionamento. No mais, os outros ambientes internos deverão ser adaptados às condições – semelhante ao que ocorre com os espaços públicos do próprio bairro. No caso do CCB foi possível integrar todas as áreas de modo que suas funções ficassem bem definidas.

Na busca pela auto-suficiência e pela possibilidade de oferecer inúmeras “vantagens”, os condomínios acabam segregando os seus ambientes quando tentam encaixá-los em áreas exíguas. O CGG, por exemplo, possui quadra de esportes, piscina, *playground* e outros ambientes. Mas as condições em que foram implantados não são satisfatórias. O

playground fica ao lado do depósito de lixo, e a quadra de esportes, além ser pequena é muito distante da piscina, com a qual deveria manter uma relação direta. Aparentemente aquele era o único local disponível.

A maior surpresa da pesquisa foi o CBRP. Sendo um empreendimento de luxo, esperava-se melhor qualidade na estrutura interna. Ao contrário, em termos espaciais é o mais pobre e o mais subutilizado. Não possui quadra de esportes. E os ambientes existentes foram definidos sem respeitar a natureza de suas funções. O *playground*, além dos problemas estruturais, está localizado ao lado da sala de medição, e a piscina, apesar de ser bem freqüentada por adolescentes, fica sombreada durante os horários de maior utilização.

No planejamento dos espaços públicos falta conscientização da sua importância para a cidade e nos condomínios faltam critérios adequados de distribuição e organização dos ambientes internos. Tudo isso tem implicações no uso e nas formas de apropriação. De modo geral, os ambientes acabam desestimulando os moradores. O que era vantagem e justificativa para o valor do imóvel passa a ser um ônus, já que os moradores deixam de usufruir os supostos benefícios oferecidos pelo condomínio.

Atualmente, novos empreendimentos estão sendo lançados no bairro Jardins apresentando algumas novidades. No condomínio *Manhatan Residence*, inaugurado há pouco mais de dois anos, foi construído um restaurante no espaço interno com entrada voltada para a avenida Pedro Valadares. A intenção da construtora foi atender ao público do bairro e oferecer simultaneamente uma alternativa aos moradores, mas até o fechamento da pesquisa o restaurante ainda não tinha sido vendido ou alugado. Outra novidade é o "*Espaço Gourmet*" do condomínio "*Costa Pinto*", lançado no início de 2003, que é "*uma cozinha completa, localizada na área comum do condomínio, que será entregue toda mobiliada e equipada*" (CINFORM, 27/01 a 02/02/2003: 11).

A pesquisa mostrou que não é disso que os moradores precisam. De acordo com as entrevistas e as observações, os moradores exigem ambientes bem projetados, práticos, seguros e que possam, sobretudo, atender a todas as idades, incluindo os idosos, sem que isso implique em custos elevados de manutenção. No CGG, os jardins projetados ao longo das calçadas, para embelezar a rua, estão abandonados sob justificativa de que o condomínio não possui recursos para mantê-los.

Em relação à segurança, os condomínios são mais eficientes contra os males externos do que contra os usos indevidos dos ambientes. Em se tratando dos males externos, nunca se pode desfrutar de completa segurança. Sabendo que num condomínio o padrão de renda é homogêneo, criminosos aproveitam para fazerem saques massivos, o que tem levado à construção de uma arquitetura cada vez mais militarizada. A insegurança gerada pela ação dos próprios moradores não ocorre somente quando as normas são desrespeitadas, mas também quando usuários se colocam acima dos direitos coletivos.

As diferenças no padrão social dos condomínios mostram muitas semelhanças na forma de agir e de manter relações sociais. As diferenças são sutis e ao mesmo tempo surpreendentes. As opiniões dos moradores sobre o bairro e seus espaços públicos também são semelhantes. Para a maioria, as características positivas do bairro são a localização e a proximidade do *shopping*, ao passo que as negativas são mau cheiro do canal, ausência de sombreamento nas ruas, o barulho do posto Jardins e a largura das calçadas. Quase todos acham as ruas inseguras, mesmo assim estão satisfeitos com o bairro. Mas essa contradição é um indício de que eles vivem a maior parte do tempo nos condomínios e pouco utilizam os espaços públicos coletivos. A segurança vivenciada dentro do condomínio, muitas vezes, influencia a avaliação do bairro.

Se pudessem idealizar o *Jardins*, os moradores implantariam parques, grandes calçadas e praças. No entanto, apenas uma pequena minoria já freqüentou a praça Garcia Moreno, ao passo que os demais não a conhecem e nunca ouviram falar até o momento da pesquisa. Em contrapartida, o *shopping* Jardins é bastante freqüentado por todos, como centro de compras, lazer e diversão.

VI. O *SHOPPING CENTER* JARDINS

○ *shopping center é o principal atrator do bairro Jardins. As formas de uso e apropriação dos espaços públicos e dos condomínios fechados de alguma maneira se manifestam sob sua influência. Este capítulo propõe estudar os ambientes internos do shopping center Jardins para estabelecer comparações entre as três tipologias espaciais.*

6.1 A natureza do uso num espaço artificialmente produzido

○ estudo do *shopping center* Jardins (SCJ) foi importante para a pesquisa. Os usos até agora apreendidos não são suficientes para extrair os significados da estrutura simbólica do bairro. Falta um referencial cujas características estejam relacionadas com a essência das mudanças sócio-culturais e com as conseqüências no desempenho dos espaços urbanos coletivos. A presença do SCJ, como estratégia de agenciamento, movimenta as avenidas e fomenta a produção de condomínios fechados, gerando a hierarquização dos usos e a hegemonia espacial privada.⁹⁰ O bairro, portanto, apresenta um contexto urbano comparável a um quebra-cabeça, onde os usos se encaixam a partir das suas diferenças.

Do ponto de vista físico-funcional, o SCJ é um espaço intermediário, situado entre os condomínios e os espaços públicos. Apesar de ser um espaço privado, apresenta traços de uma diversidade social comum aos espaços públicos tradicionais. Não possui o acesso controlado como os condomínios fechados porque seu intuito não é atender um grupo de pessoas específicas, mas uma coletividade que corresponda aos códigos e padrões previamente configurados. Nesse aspecto, é menos segregacionista do que os condomínios, mas ainda não possui a diversidade existente na esfera pública da cidade, pelo fato de apresentar um controle interno que impede o aperfeiçoamento da trama de conflitos e contradições sociais.

Difícilmente ocorrem manifestações no interior de um *shopping*. As reivindicações e indiferenças encontradas na praça Garcia Moreno e nos sinais de trânsito das avenidas, jamais ocorreriam no SCJ sem que antes fossem tomadas providências para dissipá-las.

90. Apresentando uma realidade semelhante a do *Jardins* foi erguido na última década em torno do BH *shopping*, um dos bairros mais valorizados de Belo Horizonte: o Belvedere (REVISTA VEJA, 02/10/2002: 119).

Nos condomínios, por exemplo, os conflitos e contradições são mais propícios a acontecer porque o controle interno não é tão ativo quanto o controle de acesso.

Considerando a dimensão privada como estilo de vida há uma complementaridade entre os três espaços que se estabelece no momento em que os espaços públicos passam a ser submissos. O SCJ tem influência sobre os espaços estudados e sofre os impactos de si mesmo devido à multiplicidade de significados gerados pela concentração de funções. É por essa razão que os *shopping centers* devem estar presentes na discussão sobre a transformação dos valores na cidade contemporânea.

O trabalho de campo no SCJ foi diferente da pesquisa realizada nos outros espaços, a começar pelas imposições da administração. O medo de prejudicar o funcionamento do *shopping* foi o principal motivo das imposições. Também houve o argumento de que a pesquisa não traria benefícios ao *shopping*: *“a gente já tem muita pesquisa aqui dentro. Eu não sei, não..., mas a gente não vai ganhar nada com isso. [...] Eu só vou liberar a pesquisa porque o shopping precisa está aberto pra comunidade”*, disse o superintendente administrativo. As pesquisas realizadas pela administração buscam estratégias para aumentar o consumo – interesse final de todo o empreendimento.⁹¹ São restritas ao setor de *marketing*, podendo ser liberadas a outros segmentos em ocasiões especiais. O caráter privado do espaço ficou evidente quando foram negociadas as condições da pesquisa. Em nenhum momento houve a tentativa de passar a imagem de preocupação com a dimensão social. O lucro é o objetivo supremo, o restante deve ser secundário. A idéia de interagir com a comunidade é uma exceção no discurso do superintendente, talvez resultante da insistência em realizar a pesquisa de campo. No mais, fui enviado durante três semanas a vários setores da administração. A burocracia do SCJ em liberar a pesquisa, exigiu, sobretudo, paciência e cautela, sob risco de ter o pedido negado.

No geral, a pesquisa foi menos participante e mais observacional, diferente do que ocorreu nos condomínios. E não pôde ser de outra maneira devido às limitações dos recursos metodológicos em relação à complexidade do objeto.

91. Enquanto os condomínios são organizados em torno da moradia, os *shopping centers* se organizam em torno do consumo.

As primeiras observações começaram antes mesmo da permissão formal. A análise do evento *primaverã*⁹² despertou o interesse preliminar de verificar o comportamento dos participantes em relação ao *shopping*. Estrategicamente o supermercado abre às 06:00h, enquanto as outras lojas permanecem fechadas até às 10:00h. Neste intervalo, a área de acesso ao supermercado já é apropriada por usuários que realizam operações bancárias nos caixas eletrônicos. Alguns aproveitam para olhar as vitrines das lojas, aumentando a permanência no espaço. Não obstante, as observações realizadas nesse período estavam descomprometidas do caráter metodológico.

Após o consentimento da administração, foi iniciado o trabalho de campo. O objetivo era colher dados comparativos em relação aos outros espaços, a fim de organizar as conclusões finais. Foi observada a configuração dos ambientes, os ritmos de utilização, as atitudes dos usuários, suas representações, significados e, por fim, formas de apropriação. Inicialmente, as observações foram realizadas sem chamar a atenção dos usuários do *shopping*, depois foi preciso levar um bloco de anotações, prancheta e máquina fotográfica para registrar as informações pertinentes.

Logo no primeiro dia, fui identificado pelos seguranças que passaram a monitorar minhas ações. Foi uma situação constrangedora – qualquer direção tomada sempre havia alguém me observando com suspeita. Questionei, então, qual o motivo da vigilância e eles, educadamente, perguntaram o que eu estava fazendo, afirmando que era proibido fazer pesquisa dentro do *shopping*. Expliquei que realizava uma pesquisa acadêmica pela UFPE e que já tinha sido autorizado pela superintendência administrativa. Imediatamente, contactaram o encarregado geral da segurança para saber informações sobre a autorização. Após alguns minutos, fui encaminhado à gerência para elucidar os objetivos, já que ninguém daquele setor tinha sido notificado. Passados os empecilhos causados pela falta de comunicação interna, foi possível fazer o trabalho de campo, sob acompanhamento constante da administração.

A segurança foi o primeiro ponto das reflexões. Sua função se estabelece por meio de um controle espacial que disciplina os usos e a circulação de usuários, de modo que o cotidiano interno permaneça inalterado. De acordo com os seguranças, nenhum usuário foi expulso por mau comportamento, no entanto, os adolescentes são advertidos com

92. Ver Parte III – capítulo IV: A Condição dos Espaços Públicos, item 4.1.

freqüência e orientados a respeitar os direitos coletivos. Assim posto, a segurança existe não apenas como medida de proteção, mas para manter a ordem e impor limites de comportamento quando as normas não estão sendo cumpridas.

Por outro lado, a segurança também se estabelece como controle social à medida que restringe a diversidade. Durante as observações foi visto um menino de rua no interior do *shopping* que, após ter sido identificado pelos seguranças, foi levado para além dos portões do estacionamento externo. Naquele momento, a segurança não é mais uma característica visando o uso disciplinado, mas uma ação preventiva para evitar possíveis transgressões às regras, tendo como referência o perfil do usuário. Aquele que não corresponder a um determinado padrão é considerado um causador de problemas em potencial e por isso deve estar afastado do meio. Os ambientes, portanto, vivem sob um olhar panóptico, a serviço de um público seletivo.

Essa versão de vida segura, mediante controle, é desejada pelos usuários enquanto espaço confiável. Para muitos o SCJ é como se fosse uma segunda casa, cujo fato de estar seguro é um dos principais fatores de atração. De acordo com o gráfico 6.1, o grau de satisfação dos usuários em relação à estrutura do *shopping* é praticamente igual ao grau de avaliação da segurança. A maioria que se diz satisfeita com o SCJ, por exemplo, é a mesma que o considera seguro, uma constatação que demonstra estreita relação entre *satisfação e segurança*.⁹³

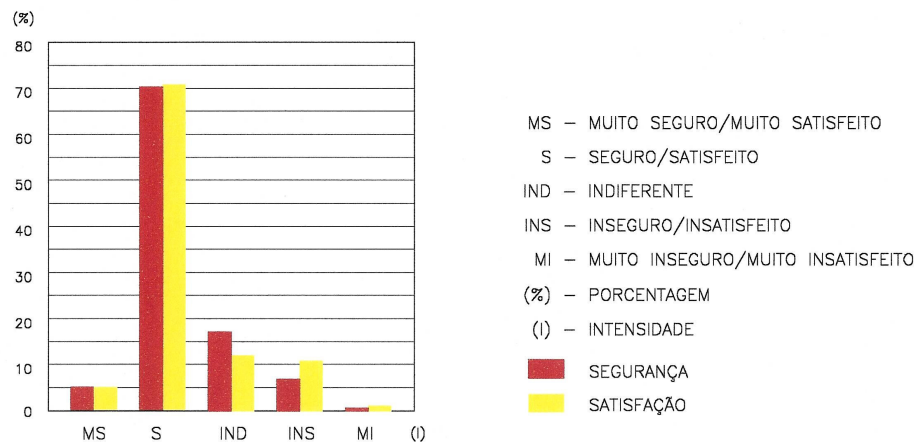
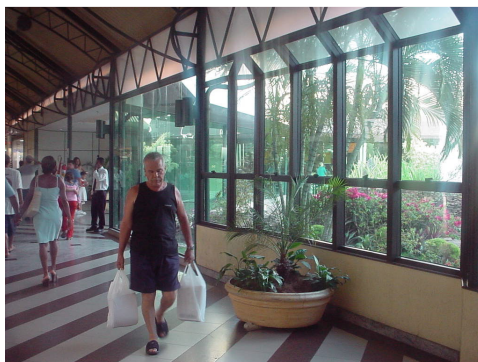


Gráfico 6.1 Comparativo entre segurança e satisfação.

93. Com o intuito de diversificar opiniões, as entrevistas foram realizadas em dias alternados da semana. Estatisticamente o número de questionários aplicados no SCJ é menor do que o número aplicado nos condomínios, em função da freqüência de usuários. Além disso, a escolha dos entrevistados se baseou no perfil do usuário e na sua disponibilidade, tendo a preocupação de abordá-los com sutileza para não comprometer a natureza das respostas.

A proposta original do SCJ não incluía a climatização interna, tampouco uma ornamentação sofisticada. A idéia inicial era construir um espaço multiuso, composto por um conjunto de lojas direcionadas para um jardim central. Às vésperas da inauguração, surgiu o receio de que o empreendimento seria um fracasso porque tinha características de uma galeria, mas era grande demais para ser apreendida como tal, e por outro lado tinha características de *shopping*, em função da praça de alimentação, numerosidade de lojas, etc, mas era aberto, exposto ao vento, a chuvas e à insegurança. Os empreendedores tinham consciência de que o sucesso comercial do bairro dependia da boa receptividade do *shopping*, portanto não poderia haver incertezas quanto a sua autenticidade.⁹⁴

Assim, a concepção do projeto foi alterada, adequando-se a uma nova proposta convencional. Fecharam-se todas as aberturas com esquadrias e painéis de vidro (Fotos 6.1 e 6.2), a iluminação foi transformada e dimensionada para atender ambientes herméticos, e a acústica, por algum motivo estrutural, ficou prejudicada com as inúmeras alterações.



Fotos 6.1 e 6.2 O contato entre os jardins centrais e os ambientes internos é apenas visual.

Em termos de projeto a proposta original apresentava uma sutil inovação arquitetônica porque fugia da condição comum de *shopping center*, e até hoje muitas pessoas que a conheceram lamentam a escolha atual.

Quase metade dos entrevistados acha necessário o fechamento dos jardins centrais porque assim os usuários não têm como estragá-lo. “Se fosse aberto..., do jeito que o povo é mal educado, já tava cheio de lixo dentro”, disse uma usuária, convicta de que

94. Baseado no depoimento do arquiteto autor do projeto.

os painéis de vidro garantem a preservação. A outra metade, ao contrário, acredita na integração entre os jardins e os espaços internos, entendendo que assim haveria um contraste entre a natureza e a artificialidade interna, tornando o *shopping* mais interessante de frequentar.

A artificialidade dos *shopping centers*, representada pelo rompimento com o ambiente natural, é uma estratégia utilizada pelos empreendedores a fim de que os usuários percam a noção do tempo e do espaço e permaneçam cada vez mais no seu interior. Nesse aspecto, o SCJ pouco se destaca porque permite a percepção das mudanças de turno, principalmente para aqueles usuários localizados nas adjacências do jardim central. *“Às vezes eu venho sozinho tomar um chopp na praça de alimentação, dia de sexta-feira à tarde, e fico observando o anoitecer, ouvindo música ao vivo, olhando o tempo passar”*, disse um usuário com satisfação.

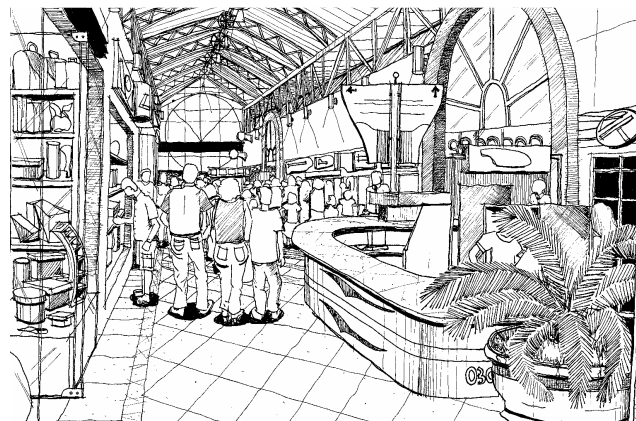
Entretanto, existem outras formas de artificialidade que o SCJ não é exceção à regra. Lá, tudo deve ser previamente preparado e nada ocorre por acaso. Se faltar iluminação logo vem alguém para trocar a lâmpada defeituosa. Os arranjos de plantas são podados e regados a todo instante. Não se vê vestígios de sujeira e imundice. Os funcionários da limpeza são pagos para deixar os ambientes em total assepsia e extrema organização, prontos para satisfazer os usuários.

Os espaços públicos sofrem um processo natural de desgaste em função do tempo, do uso e, em alguns casos, da ação de vândalos. No SCJ, como em outros *shopping centers*, tudo é movido pela “chama” do novo e da novidade. Não se nota a deterioração dos espaços através de um envelhecimento natural. As fachadas das lojas são impecáveis porque vivem sob uma manutenção rigorosa. Desse modo, os usuários acabam perdendo o referencial das transformações e a capacidade de interação contínua com o espaço. As relações entre os usuários e os ambientes têm uma forte tendência à fragilidade porque estão sempre apoiadas na expectativa dos lançamentos e das novas atrações.

Há pouco tempo atrás o SCJ passou pela sua terceira etapa de ampliação e já está anunciando novidades para o ano de 2003. Na última etapa foram instalados diversos serviços, entre eles o núcleo de acesso à *internet* e o posto avançado do Detran-Se (CINFORM, 04 a 10/11/2002: 02). Novas lojas também foram inauguradas, fato que

resultou na redução da área dos jardins centrais. Curiosamente, todo o processo de reforma e ampliação foi realizado ao final da noite, sem afetar o funcionamento diurno e o cotidiano dos usuários.

Contudo, constata-se que o grau dos acréscimos implementados, em nada alterou a sua concepção espacial. O caráter das novidades constantemente se repete e quase sempre é conduzido por um plano de expansão com a nítida evidência de abrigar mais usuários, sem necessariamente buscar soluções para os problemas espaciais existentes. Nesse sentido, o SCJ, com seu único piso, ainda apresenta passarelas com luxuosa pavimentação de granito e porcelanato, mas desconfortáveis devido a pouca largura e à inadequada distribuição do mobiliário. A presença de quiosques no eixo das passarelas, funcionando como suporte de vendas de determinadas lojas, confina os fluxos e atrapalha o movimento de usuários (Desenho 6.1). Ademais, foram colocados entre os quiosques alguns assentos que concentram pessoas em pé e sentadas.⁹⁵



Desenho 6.1 A presença de quiosques no eixo das passarelas reduz o espaço de circulação.

A problemática da circulação é tão séria que as filas geradas nos caixas eletrônicos muitas vezes torna impraticável o deslocamento no local, especialmente quando coincide com a saída de pessoas transportando compras em *carrinhos* de supermercado. Além disso, as filas nas lojas da praça de alimentação não só atrapalham a passagem de usuários, como também provoca um aumento da circulação na passarela posterior, pouco utilizada em horários normais.

95. Segundo os entrevistados, os assentos existentes no SCJ não estão bem localizados. Sentar nesses equipamentos para muitos usuários não é agradável porque a visão lateral é interrompida pela presença dos quiosques. Nesse caso, o assento é usado mais como descanso e para pequenas conversas do que como contemplação de cenário. A pouca quantidade de assentos existentes também é outro motivo geral de insatisfação.

A partir desses condicionantes, pode-se afirmar que as passarelas do SCJ são estreitas para a quantidade de usuários que circulam, motivo pelo qual os adolescentes o chamam de *shopping* “caranguejo”, porque, segundo eles, só permite andar de perfil. Isso significa que a estrutura interna do SCJ confronta com seu próprio objetivo de não atrapalhar os fluxos.

Porém, as limitações espaciais do SCJ, mesmo sendo conhecidas, não resultam numa avaliação negativa de sua estrutura. Existem outras características que na cabeça dos usuários superam os problemas espaciais encontrados. Essas características, apresentadas no próximo item, são co-responsáveis pela pequena incoerência entre o *falar* e o *sentir*.

Pode-se dizer que o caráter ideológico do SCJ provoca sensações⁹⁶ que influenciam diretamente na avaliação do espaço e no comportamento social, gerando formas de apropriação ainda não experienciadas nos condomínios e nos espaços públicos do bairro. É importante salientar que, da mesma forma que ocorre nos espaços públicos, a qualidade dos atributos físicos dos ambientes do SCJ é ignorada pelos próprios freqüentadores que acabam introduzindo novos usos de acordo com suas aspirações.

Todos os ambientes do SCJ são utilizados. Alguns restritos à circulação, outros apresentando várias facetas. Os primeiros têm finalidades previsíveis. Os segundos demonstram que o controle espacial é mais flexível quando se depara com as intenções de determinados usuários. Alguns grupos estabelecem ritmos diferenciados de ocupação dos ambientes, apresentando uma trama de usos semelhante aos espaços públicos, porém superior aos três condomínios. Através dos acontecimentos internos, foi possível notar que o caráter dinâmico de determinadas apropriações estava voltado para outros fins e não apenas para o consumo de mercadorias.

96. Entender a natureza dessas sensações não é o intuito desse capítulo, o que se busca é compreender os significados das formas de apropriação geradas a partir dessas sensações.

6.2 O lazer e a formação de grupos sociais

Ao se deixar seduzir pela reificação de símbolos e pelo fetichismo instrumental, a sociedade contemporânea tem apoiado parte de seus valores culturais na produção de imagens e no consumo ilimitado de mercadorias, introduzindo uma nova ordem de experiências sociais. Partindo desse princípio, os *shopping centers* podem ser considerados como espaços privados que buscam facilitar a materialização do consumo e amarrar todas as possibilidades, estruturando-se a partir de várias funções estratégicas. Uma das funções mais recentes que vem se destacando nos últimos anos é o lazer. É comum encontrar pessoas que saíram de casa sem a menor intenção de consumir qualquer produto e acabam consumindo lazer – uma “mercadoria” cada vez mais em alta dentro dos *shopping centers*.⁹⁷

À medida que a qualidade de vida nas cidades se deteriora por causa dos problemas sócio-espaciais, os *shopping centers* se fortalecem oferecendo várias opções de lazer e diversão. No bairro Jardins, a falta de espaços públicos de qualidade e o baixo desempenho das áreas coletivas dos condomínios são motivos para que os moradores procurem o SCJ como forma de garantir o entretenimento. Do ponto de vista do lazer, as três tipologias urbanas formam um triângulo de relações interdependentes, cujas formas de apropriação se complementam a partir das carências e conveniências espaciais.

Segundo os entrevistados o lazer é a principal função que se busca dentro do SCJ, superando com folga as compras e os serviços (Gráfico 6.2). Levando em consideração que quase 70% das entrevistas foram realizadas com pessoas adultas, entre 18 e 59 anos, podemos concluir que, além dos adolescentes, os adultos vão ao SCJ, em princípio, a procura do consumo do lazer. Essa constatação se opõe ao pensamento dos adultos de acreditar que o entretenimento do SCJ tem como sua clientela principal, os adolescentes, quando na verdade são eles os maiores consumidores, sobretudo porque enxergam o lazer de uma forma diferente. Nesse sentido, se o conceito de lazer é complexo por natureza e ao mesmo tempo provoca certas imprecisões, dentro de um *shopping center* essas imprecisões se multiplicam, porque a depender do referencial tudo pode ser experienciado como prática de lazer.

97. “Nos últimos cinco anos as áreas de lazer aumentaram sua participação no faturamento dos *shopping centers* de 5% para 20%” (REVISTA VEJA, 02/10/2002: 119).

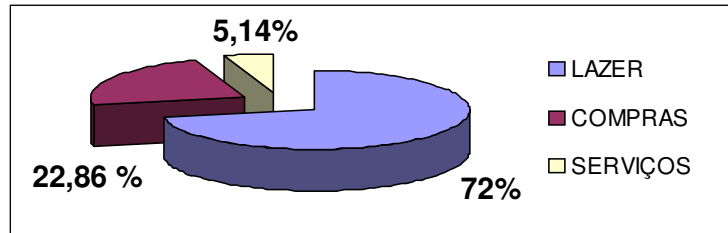


Gráfico 6.2 Finalidade com que os usuários vão ao SCJ.

Os verdadeiros ambientes de entretenimento do SCJ funcionam como se fossem lojas comuns, mas ao invés de produtos e artigos, vende-se diversão. Esses ambientes são os cinemas, o clube de jogos – conhecido pelo nome *Aracaju Play Games* – e as áreas destinadas às brincadeiras infantis. De modo geral, ainda que esses ambientes tenham caído no gosto da população, representam apenas uma das muitas facetas do lazer. Na verdade existem outras formas de entretenimento, visualmente não identificadas, mas que se faz presente pelas inúmeras reinterpretações introduzidas pelos usuários. *“Estar no shopping pra mim já é um lazer, a gente caminha, olha as vitrines, paquera, vê gente diferente... Eu adoro estar aqui”*, disse uma usuária de 23 anos. Nesse depoimento, a entrevistada está se referindo a toda conjuntura do SCJ e as diferentes atividades que podem ser praticadas em seus ambientes. Cada uma dessas atividades é apropriada como categoria do lazer, capaz de gerar um estado de satisfação que normalmente não depende da existência de cinemas, jogos e outros ambientes dessa natureza. Assim, olhar vitrines é apropriado como lazer, como também fazer compras, caminhar pelas passarelas, encontrar pessoas diferentes,⁹⁸ conversar nas esquinas das lojas, etc. Nesse aspecto, quase todos os entrevistados afirmam que o SCJ atende suas necessidades, mesmo apresentando limitações espaciais.

Para administração, o lazer é visto como um atrator que pode induzir o consumo de outras mercadorias e melhorar o faturamento das lojas. Nunca é um fim em si mesmo como enxerga os usuários, apenas mais uma maneira de fomentar as compras, assim como os serviços que é um modo de gerar tráfego nas passarelas durante os dias e horários menos utilizados.

98. Em decorrência da própria natureza dos *shopping centers*, sempre haverá vários estranhos circulando nas passarelas. Nesse caso, a presença do “estranho” até certo ponto é desejável como forma de dinamizar o uso dos ambientes internos. Segundo os usuários, a possibilidade de encontrar pessoas diferentes dentro do *shopping* passa a ser uma categoria do lazer e não uma condição natural como normalmente é vista nos espaços públicos do bairro.

Sem objetivo autêntico, pode-se dizer que o lazer promovido pelos *shopping centers* é mais uma característica da artificialidade, cujo sentido, ainda que parcialmente modificado, já tem lugar de destaque no discurso dos empreendedores (CINFORM, 04 a 10/11/2002: 02). No entanto, a praticidade e a centralização com que o lazer é oferecido no interior do SCJ e o modo como é reinterpretado pelos usuários, contribui para que sua condição artificial incorpore novos significados e gere formas de apropriação mais vinculadas ao ócio e à diversão do que ao consumo propriamente dito.

A diversidade do público usuário do SCJ também contribui para o caráter mutante do lazer e para a dinâmica das formas de apropriação dos ambientes, além de favorecer a formação de grupos, etc.⁹⁹ *A priori* o SCJ atende um público consumidor de poder aquisitivo heterogêneo por causa das diferentes tipologias condominiais que foram construídas no entorno.

Apesar da grande massa de usuários pertencer a bairros próximos como Luzia, Grageru e o próprio *Jardins*,¹⁰⁰ o SCJ atrai diversas pessoas de outros bairros afastados, com destaque para o bairro Centro (Gráfico 6.3).¹⁰¹

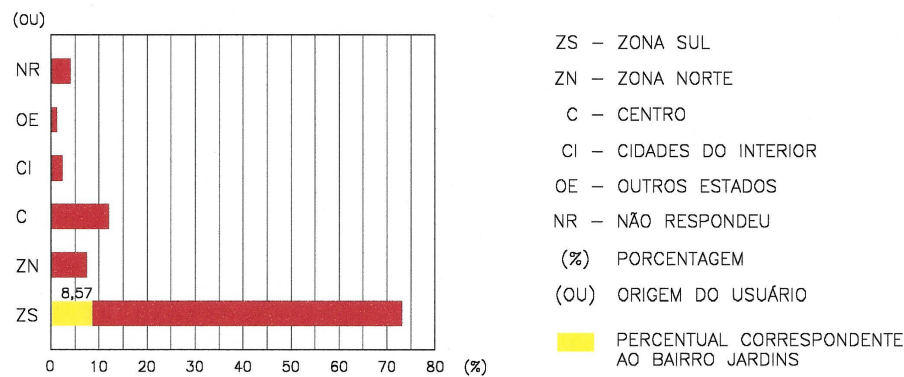


Gráfico 6.3 Origem dos usuários do SCJ.

Durante a semana o uso dos ambientes apresenta um ritmo uniforme. Pela manhã já é possível notar uma pequena diversidade social, apesar da presença inexpressiva de usuários. Alguns funcionários caminham pelas passarelas até o horário de iniciar o

99. Apesar das semelhanças espaciais entre os *shopping centers* é exatamente no grau de diversidade do público usuário que eles se diferenciam.

100. Quase 75% dos entrevistados acreditam que o SCJ é bastante utilizado pelos moradores do bairro porque está bem inserido em seu contexto. "É muito bom ter um shopping ao lado da nossa casa. Se eu morasse aqui eu viria direto, não pensava duas vezes...", disse um usuário.

101. Segundo a Revista Veja (02/10/2002: 120) quanto menor o poder aquisitivo dos usuários maior o número de vezes que eles freqüentam o mesmo *shopping*.

expediente, enquanto outros, apressados, circulam em direção as lojas. A depender do dia da semana é possível encontrar crianças de até cinco anos de idade brincando nas passarelas, sendo acompanhadas pelos pais. Também circulam nos ambientes internos, mães com seus filhos recém-nascidos, em *carrinhos de bebê*.¹⁰² Algumas param em frente as lojas, olham as vitrines, entram, mas raramente fazem compras, exceto artigos para recém-nascidos. Os idosos também freqüentam o SCJ pelas manhãs e nos horários de fim de tarde. Usando roupas esportivas, mostram-se alegres e bem descontraídos, vão ao supermercado, conversam com outros usuários e geralmente sentam nos bancos para olhar o *entra e sai* de pessoas.

A partir das 11:00h, o número de usuários cresce sensivelmente, aumentando o grau de diversidade. No horário do almoço, os ambientes são apropriados por executivos, profissionais liberais e por estudantes de 1º e 2º graus que aproveitam a curta jornada das aulas, em função da proximidade das férias escolares, para visitar o *shopping* e lá permanecer por quase toda à tarde, estendendo em alguns casos até à noite. O ritual de uso dos ambientes é previsível. A maioria dos estudantes logo que chega se dirige à praça de alimentação para lancha, enquanto outros ficam circulando pelas passarelas sem objetivo definido. As garotas dizem que freqüentam o *shopping* apenas para “...se divertir e passar o tempo...”, já os meninos querem mesmo é paquerar e ir aos cinemas.

Durante à tarde também é possível ver algumas crianças entre sete e dez anos de idade se apropriando rapidamente dos espaços da praça de alimentação, enquanto as empregadas que as acompanham se mantêm distraídas. Com o entardecer esses grupos saem de cena e novamente o *shopping* é tomado por pessoas que retornam dos seus trabalhos, sendo que nas noites de quarta-feira – com o preço reduzido da entrada dos cinemas – o número de casais de namorados é maior que nos outros dias da semana.

102. A presença das mães com seus filhos recém-nascidos no SCJ é um ponto de reflexão sobre o uso dos espaços urbanos. Desde pequenas, essas crianças são conduzidas aos *shopping centers* sob influência direta dos pais, com o intuito de lazer, diversão, ou até mesmo por causa da necessidade de fazer compras e não ter com quem deixá-los. O motivo em especial não é tão importante, apesar de ser um forte indicador das transformações sócio-culturais. Uma vez em contato contínuo com os *shopping centers*, naturalmente essas crianças tendem a ser seduzidas pelo jogo de imagens e símbolos presentes nesses espaços, herdando o hábito de freqüentá-los ao crescerem. Em consequência, essa “geração *shopping center*”, semelhante ao que tem ocorrido nos condomínios fechados, terá pouca disposição e iniciativa de freqüentar os espaços públicos de lazer das cidades, reduzindo as chances de interação com o domínio público urbano.

Às vésperas das festas natalinas, a heterogeneidade social ficou mais fácil de ser identificada. Muitos afirmam que vão ao *shopping* apenas para apreciar a decoração das lojas e a ornamentação dos ambientes (Foto 6.3).



Foto 6.3 Ornamentação das festas natalinas de 2002 do SCJ.

A possibilidade de ver *gente diferente* é complementada pela chance de se mostrar para várias pessoas ao mesmo tempo, já que o número de freqüentadores é muito maior naquela época do ano. Nas passarelas transitam usuários com roupas simples – bermudas, shorts, camisetas, sandálias – que geralmente se restringem ao uso dos ambientes do supermercado e, raras vezes, se aproximam do espaço para eventos,¹⁰³ e aqueles mais exibidos que parecem desfilam em todas as passarelas do SCJ, permanecendo na praça de alimentação.

Aparentemente a interação entre usuários é apenas espacial. Os códigos de comportamento coletivo, embora respeitados mutuamente, impedem o rompimento das barreiras que separam os grupos sociais. Não há, portanto, troca de experiências entre pessoas de classes distintas. Pelo menos durante o trabalho de campo, não foi encontrado nenhum vestígio que indicasse uma situação contrária. Alguns usuários afirmam que sempre estão acompanhados e, assim, não se sentem estimulados a “escavar” novas relações. O máximo que fazem é cumprimentar pessoas conhecidas no meio do “corpo de estranhos”. Algumas mulheres salientaram que os ambientes do SCJ são propícios para conhecer novas pessoas, mas as chances de conhecê-las são mínimas porque a grande maioria se concentra em grupos. “Embora o espaço seja freqüentado por muita gente, os grupos são separados. Não existe nada que os agrupe”, disse uma

103. Para saber qual ambiente o texto faz referência, ver Mapa Geral de Usos – item 6.2.1.

senhora de 56 anos, divorciada, moradora do bairro São José, que frequenta o SCJ para fazer compras.

Em contrapartida, uma outra parcela de entrevistados, de médio padrão social, afirma que o SCJ favorece a formação de relacionamentos de maneira satisfatória, evidenciando que já conseguiram formar amizades firmes e duradouras com outros usuários de nível social compatível. Porém, para esses usuários é praticamente impossível relacionamentos entre pessoas de camadas diferentes, porque *“...o pessoal rico só anda de nariz empinado e não gosta de se misturar com ninguém...”*. Entretanto, não existe o sentimento de insatisfação quanto ao grau de diversidade do SCJ. Ao contrário, a opinião dos usuários é que todos têm o direito de usar e usufruir dos ambientes do *shopping*, independente da origem e das condições sociais.

6.2.1 A renovação do público aos finais de semana

Durante o mês de novembro praticamente não houve distinção entre a diversidade de usuários da semana e do final de semana. Aos sábados foi possível notar uma pequena aceleração nos ritmos de usos com o aumento de usuários fazendo compras no supermercado. Nesse mês, os ambientes quase não foram utilizados para o lazer ou para encontros sociais.

As observações do mês de novembro não estavam apoiadas num critério específico agrupando dias e horários mais convenientes à coleta de informações. O que se buscou *a priori* foi conhecer os diferentes usos para em seguida aprimorar as observações, de modo a avaliar o desempenho dos ambientes.

Foram feitas observações em quase todos os dias da semana do mês de novembro, anotando informações preliminares com base em entrevistas especulativas. Até aquele momento tudo indicava que os usuários do SCJ tinham uma forma segregada de manter relações sócio-espaciais, demonstrando uma tímida pré-disposição à troca de experiências.

Com a proximidade das festas natalinas, os usos ocorridos nos finais de semana começaram a apresentar mudanças significativas em relação à semana. E os usos

encontrados nas semanas deste período já eram diferentes daqueles vistos durante todas as semanas do mês de novembro. Antes, a presença do público adulto predominava nas passarelas, depois a diversidade aumentou de tal modo que não se poderia afirmar qual seria o público predominante. A diversidade de usos, portanto, estava se diferenciando tanto pela condição social e pela faixa etária dos usuários, quanto pelos dias e períodos da semana.

Assim sendo, as observações foram divididas em duas partes: a primeira, de 2ª a 5ª, e a segunda, durante o final de semana, de 6ª a domingo. As observações ainda poderiam ser subdivididas em outras partes por conta de algumas variações na intensidade de uso e nas dinâmicas de ocupação dos ambientes. O domingo, por exemplo, mesmo com a abertura das lojas das 14:00 às 20:00h, apresenta a menor diversidade de todo o final de semana, mas as formas de apropriação deste dia têm significados exclusivos que não podem ser ignorados.

Após realizar sucessivas observações durante a semana, foi dada maior importância às sextas-feiras e aos sábados porque a renovação do público nestes dias gerava novas formas de apropriação dos ambientes, com possibilidade de maior interação entre usuários. Nos finais de semana do mês de janeiro, a presença do público adulto diminuiu, ao passo que cresceu consideravelmente o número de adolescentes.¹⁰⁴ Nas noites de domingo, com o fechamento das lojas às 20:00h, a praça de alimentação é apropriada por usuários com idade entre 18 e 25 anos que geralmente se concentram próximo à lanchonete McDonald's (Foto 6.4).



Foto 6.4 Nas noites de domingo a praça de alimentação é apropriada por um público jovem.

104. Normalmente o horário de chegada desses usuários é a partir das 20:30h – um pouco antes do fechamento do *shopping*.

Enquanto os adultos consomem os mais variados produtos das lojas, a turma jovem faz pequenos gastos com cinemas, jogos e lanches. A intenção dos jovens é introduzir novas formas de diversão, aproveitando a diversidade social do *shopping* para conhecer pessoas, formar amizades e instituir um ciclo ininterrupto de encontros. Cada ambiente é apropriado com um objetivo específico a fim de que sejam atendidos os anseios comuns. Nas noites de sábado, o pátio da praça de alimentação, que de 2ª a 5ª funciona como circulação de usuários, transforma-se num local de permanência para paqueras e pequenos flertes. Esse ambiente funciona como agenciador de encontros, propiciando a estruturação das relações sociais entre jovens. Quando uma paquera está se desenvolvendo, a turma se encarrega de separar uma mesa na praça de alimentação ou então nos quiosques próximos aos espaços de entretenimento, para facilitar o relacionamento do casal, enquanto os outros ficam na expectativa de que o “arranjo amoroso rendesse frutos”. *“Eu gosto de vim pra cá final de semana. Agora só é bom quando você vem com uma turma boa pra ficar paquerando e curtindo pra valer ali perto dos cinemas”*, disse um usuário de 19 anos que confirmou já ter conhecido algumas garotas com ajuda dos amigos.

Entre os jovens, há muitos grupos diferenciados. A identidade coletiva de cada um desses grupos é traduzida nas roupas, no comportamento, nas formas de se expressar e nos códigos de comunicação. A aparência e o modo de se vestir desempenham um papel importante nas relações, podendo facilitar ou dificultar a aproximação entre usuários de grupos distintos.

Curiosamente, alguns grupos disseram que quase todas as sextas-feiras, após o fechamento do *shopping*, freqüentam a loja de conveniência *Select* do posto de combustível Jardins.¹⁰⁵ Apesar da semelhança dos sujeitos que freqüentam ambos os espaços e da convergência de objetivos, as diferenças quanto aos significados são evidentes. Na loja *Select*, o consumo de produtos, além de ser maior e inseqüente, as formas de apropriação são mais espontâneas, o que facilita a interação entre freqüentadores. No interior do *shopping*, a existência de regras de conduta inibe o uso dos ambientes, gerando uma apropriação mais comportada. *“Qualquer coisa que a gente faça aqui, esses caras já vêm logo chatear a gente”*, disse um usuário se

105. Ver Parte III – capítulo IV: A Condição dos Espaços Públicos , item 4.2.

referindo aos seguranças.

Numa tarde de sábado, sete rapazes que conversavam e jogavam dominó numa das mesas da praça de alimentação foram orientados pelos seguranças para encerrar a brincadeira porque, segundo eles, não é permitido formar pequenas aglomerações dentro do *shopping*, sob justificativa de gerar incômodo e de influenciar outros usuários. As tentativas de aumentar as chances de interação social, especialmente por parte dos usuários mais jovens, são podadas e impedidas de se manifestarem. A presença de grupos jovens, por exemplo, já é um motivo para que os seguranças do SCJ fiquem em alerta, mesmo que o comportamento desses usuários não ultrapasse os limites de uso e apropriação. Em contrapartida, nas noites de domingo há uma maior flexibilidade em relação à conduta dos jovens e dos adolescentes (Foto 6.5). Supõe-se que o fechamento das lojas e a saída do público adulto sejam as razões principais para a diminuição do controle dos ambientes.



Foto 6.5 As pequenas reuniões de adolescentes nas mesas da praça de alimentação só são toleradas nas noites de domingo.

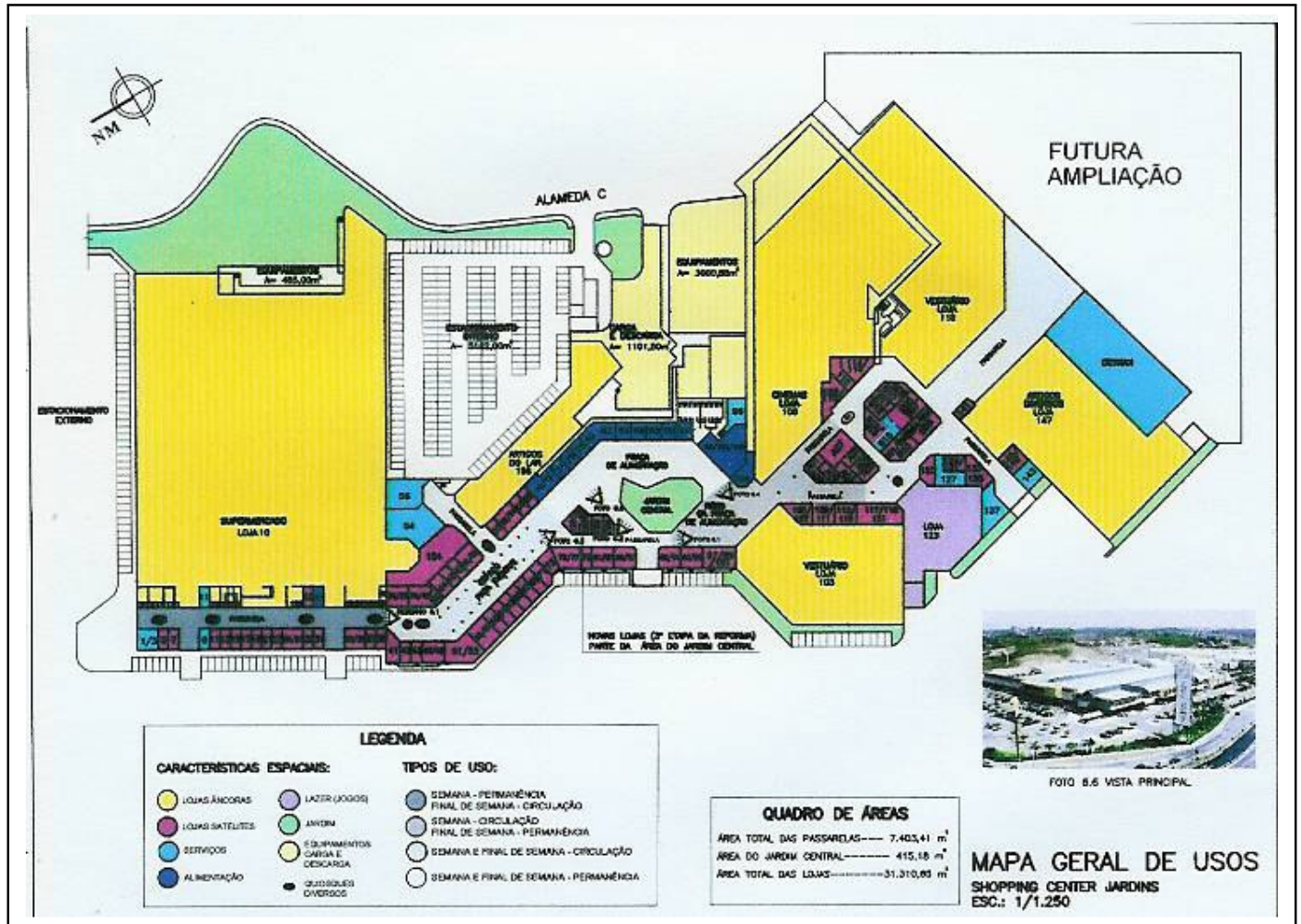
Estudando o comportamento dos diferentes usuários do SCJ foi possível identificar as mudanças de usos e a transformação da função dos ambientes (Mapa Geral de Usos). Durante a semana, a passarela adjacente ao supermercado funciona como local de permanência e nos finais de semana, com a chegada de novos usuários, como local de circulação.

Existem certas particularidades na fronteira que separa os ambientes de circulação e os ambientes de permanência. Sabe-se que a artificialidade dos *shopping centers* tem o intuito de fazer com que o usuário permaneça o máximo de tempo possível no seu interior. Para tanto, utilizam diferentes estratégias, a exemplo do lazer, para gerar uma

permanência cada vez mais duradoura e, assim, assegurar seu verdadeiro objetivo que é o consumo.

Mas a permanência criada no interior dos *shopping centers* é dinâmica, ou seja, existe sob forma de uma circulação constante cujo propósito é fazer com que o usuário permaneça circulando. A praça de alimentação, considerada um ambiente de permanência, também serve como pausa para o descanso e para a recomposição de energias, de modo que o usuário se sinta disposto a circular mais uma vez pelas passarelas. No entanto, a permanência encontrada na praça de alimentação do SCJ, aparentemente voltada para o consumo de alimentos, propicia o desenvolvimento da interação social aos finais de semana. Em tese, o “jogo” de permanência e circulação do SCJ é alterado com a introdução de novos significados estabelecidos pelos usuários, principalmente por jovens e adolescentes.

Mapa de usos SCJ



6.3 Considerações sobre o capítulo – *shopping center*: uma praça pós-moderna?

○ SCJ é um local público para onde convergem grupos com níveis de hierarquia social diferenciados, mas, evidentemente, não é um espaço público. Por outro lado, o que resultou das tentativas pós-modernas impulsiona para uma questão: será que os *shopping centers* mesmo com sua natureza privada não teriam, em determinados períodos de uso e apropriação, uma condição excêntrica de espaço público? Essa pergunta está apoiada no desenvolvimento de determinadas relações sociais ocorridas no interior desses espaços, sobretudo por parte de usuários jovens, do que na justificativa da deterioração dos espaços públicos tradicionais.

Com as mudanças sócio-culturais que ocorreram nos últimos anos e também com os novos valores agregados aos *shopping centers*, alterando sua condição de espaço voltado para o consumo para espaço que possibilita lazer e entretenimento, será que é incoerente considerá-los como praças pós-modernas?¹⁰⁶ Analisando o conceito de praça¹⁰⁷ e excluindo as razões que geraram o abandono parcial dos espaços públicos e a valorização dos espaços privados, é possível notar que, do ponto de vista da criação de novas formas de apropriação e sociabilidade, os *shopping centers* merecem, de fato, ser vistos como as verdadeiras praças dos bairros nobres.¹⁰⁸ Refletindo sobre o baixo desempenho da Praça Garcia Moreno, percebe-se que sua importância para a comunidade se estabelece como elemento consolidado da configuração urbana que descarta a possibilidade do surgimento de novas edificações. Mas, como espaço social, seu valor é ínfimo, especialmente porque a maioria dos moradores vive em condomínios fechados.

De modo geral, pode-se afirmar que, aos domingos a partir das 20:00h, o SCJ é utilizado como uma praça matriz de uma cidade do interior, onde grupos de jovens ficam circulando pelas passarelas, posicionando-se em pontos estratégicos a fim de interagir socialmente.

106. H. Frúgoli sugeriu a possibilidade de pensarmos os *shopping centers* como praças modernas, dispostas a simular a idéia de lugar ideal para uso coletivo. Ver Parte I – capítulo I: Transformações sócio-culturais e novos espaços urbanos, item 1.3.2.

107. Ver Parte III – capítulo IV: A Condição dos Espaços Públicos, item 4.3.

108. Idem.

Por outro lado, é necessário cautela ao comparar especificidades semelhantes, mas que ao todo são diferentes. O desempenho dos espaços estudados tem uma carga sugestiva de relatividade. A procura pelos *shopping centers* é alta e isso faz com que as passarelas estejam sempre com pessoas circulando. No SCJ, usuários o frequentam para diversos objetivos e muitos ignoram a possibilidade de construir relações sociais. Assim sendo, qualquer situação voltada para esse fim já é uma surpresa e chama a atenção pela capacidade de estar se desenvolvendo no âmbito de um espaço controlado. Portanto é necessário mensurar os usos voltados para a interação social, distinguindo-os dos demais a fim de que se possa obter dados mais consistentes sobre a natureza simbólica que aproxima e separa a relação público-privado, a exemplo das praças e dos *shopping centers*.

Esse estudo é apenas um recorte do que acontece no interior do SCJ, que pela sua complexidade dificilmente poderia ser analisado na íntegra. Ao menos foi possível notar as diferenças nas formas de apropriação entre o público da semana e do final de semana, uma diferença que pôde ser constatada também nos condomínios fechados e nos espaços públicos do *Jardins*.

Os *shopping centers* são vistos como espaços privados que ignoram a cultura peculiar das cidades a fim de atingir o consumo. Mas essa definição está de acordo com o ideal dos seus empreendedores, que muitas vezes desconhecem os usos e os significados que se desenvolvem nos ambientes internos. O importante, além de estudar a carga de símbolos e códigos presentes nos *shopping centers*, é apreender como os usuários os enxergam para, assim, compreendermos a natureza dos usos e das formas de apropriação.

De acordo com as respostas dos questionários, o SCJ é visto como ponto turístico da cidade, sendo que alguns entrevistados, mesmo cientes da condição privada do *shopping*, acreditam que é preciso zelar para mantê-lo sempre funcionando. “...é um lugar público onde todos nós andamos, usamos e nos divertimos, tem utilidade pública...”, disse um usuário. Apesar da maioria dos entrevistados não ter nenhum sentimento de afeto pelo SCJ, e talvez isso se justifique pelo pouco tempo de existência, muitos afirmam que o ambiente que mais se identificam é a praça de alimentação – exatamente o ambiente onde se constata as maiores possibilidades de interação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

arcabouço que deu origem a cultura urbana atual parece oscilar entre a incerteza e a inconsistência. O conceito vago e pouco esclarecido do que é *pós-moderno* de alguma maneira não consegue justificar as transformações encontradas nas cidades, ainda que se possa identificar aspectos convergentes e buscar novas teorias a respeito da temática. Quanto mais se avança nessa direção mais perguntas são levantadas, sem que isso resulte em elucidações definitivas para as questões anteriores.

A grande certeza que se tem nesse panorama de desconfiança é que a pós-modernidade não dispôs de ferramentas para devolver a vida das cidades. E as razões dessa insuficiência foram se configurando num ritmo acelerado de modo que ainda não se sabe como os problemas urbanos chegaram aos níveis hodiernos. Culturalmente, a sociedade foi orientada a abandonar as práticas modernas sob justificativa de que não eram mais satisfatórias. O que há décadas foi reconhecido como ideário urbano passou a ser taxado como nocivo e, portanto, era preciso mudar. Só que o teor das mudanças indicava a necessidade de introduzir aquilo que já foi considerado como ultrapassado. Assim, enquanto a cidade estava sendo utilizada como laboratório de experiências, a sociedade, perplexa com tantas incertezas, acabou percorrendo seus próprios caminhos, sobretudo, após a constatação de que o discurso pós-moderno não passava de uma utopia emergente.

Com tantos equívocos, é natural que a sociedade se sinta cada vez mais insegura em relação às novas propostas urbanas e ao pensamento urbanístico do século XX. E aí pode-se concluir que, independente do período cultural que se vive, a incapacidade das diretrizes pós-modernas, frente aos problemas urbanos, foi a gota d'água para gerar o ceticismo em relação ao futuro das cidades. Como herança, vive-se sob a sombra da insegurança, procurando a todo instante um novo modo de estruturação espacial aparentemente confiável. É na obsessão pela segurança, apontada por Sorkin (1992), que as mudanças sócio-culturais podem ser melhor definidas. Precisamente é nessa condição que se encontram as características da cidade contemporânea.

As mudanças sócio-culturais ocorridas na transição entre o período moderno e pós-moderno resultaram no aprimoramento de espaços fragmentados que ignoram o equilíbrio da relação público-privado e geram segregação ostensiva.

O bairro Jardins é um paradigma vivo e fiel dessas transformações. A imagem que foi repassada à população era a de um lugar dotado de parques, praças, grandes calçadas, jardins, etc, em volta de um *shopping center* e de condomínios fechados, enfim, era uma proposta que integrava os aspectos conhecidos da cidade tradicional e os novos espaços que se aperfeiçoaram no período pós-moderno. No mais, era uma proposta interessante até o momento em que a dimensão privada foi privilegiada em detrimento dos espaços públicos.

A proposta desse trabalho voltou-se para o estudo dos diferentes usos e das formas de apropriação dos espaços emblemáticos do bairro Jardins. O objetivo foi avaliar seus aspectos funcionais através da avaliação do uso e do desempenho de alguns espaços, e também conhecer a opinião dos usuários sobre a relação público-privado, tendo como referência atividades voltadas para o lazer. Acreditando que as mudanças sócio-culturais alteraram as concepções dos espaços no momento que ofereceu subsídios para uma nova estruturação urbana da esfera coletiva, era necessário saber como os moradores e usuários se identificavam com os novos espaços. A idéia básica foi estudar, através do uso, o desempenho dos espaços públicos e privados para extrair significados a partir das diferenças nos seus atributos físicos.

Com o aprimoramento da investigação surgiram novos questionamentos que complementaram a pergunta central. Esses questionamentos, resultantes das particularidades encontradas nas formas de apropriação dos espaços, foram inseridos ao longo do texto a fim de que o leitor pudesse refletir sobre os aspectos imprevisíveis do trabalho de campo. Assim, buscou-se a análise do objeto a partir de outros pontos de vista, deixando que as informações fossem apreendidas num ritmo seqüencial.

A hipótese da investigação afirmava que *apesar da natureza distinta entre os espaços públicos e os espaços privados (condomínios e shopping center), as formas de uso e apropriação correspondem a parâmetros significativos da diversidade social. Esses parâmetros divergentes e/ou semelhantes, numa relação binária de atração, repulsão, concorrência e complementaridade, afetam o funcionamento do bairro Jardins, revelando particularidades a respeito da cultura urbana que lhe deu origem.*

A hipótese do trabalho serviu de base para chegar a aspectos específicos do objeto, para depois, com a interpretação dos dados, retornar a sua natureza genérica, definindo as conclusões finais após o processo de investigação.

Com efeito, as formas de apropriação dos três espaços afetam o funcionamento do bairro Jardins, como indicava a hipótese. Contudo, a desconfiança de que seus espaços públicos estariam fadados unicamente à circulação de veículos, foi aos poucos sendo descartada. Embora a diversidade encontrada nas avenidas esteja apoiada em atividades comerciais, há uma interação social entre determinados usuários, na maioria jovens, que freqüentam locais, como o *Churrasco Jardins* e a *loja de conveniência Select*, com a intenção de desenvolver práticas de lazer. O uso das calçadas para prática de exercícios e caminhadas matinais é uma evidência de que a baixa qualidade dos atributos físicos do bairro não impede que os espaços públicos sejam apropriados para outros fins que não apenas o da circulação. Esse detalhe transforma o caráter monofuncional da avenida Deputado Silvio Teixeira num espaço passível de ser reconhecido pela multiplicidade de usos, aumentando as condições de torná-lo sociável.

Por outro lado, as ruas fechadas que poderiam ser apropriadas para fins sociais e de lazer, como normalmente ocorre em bairros populares, são completamente ignoradas. Os moradores dos condomínios fechados não só abandonam esses espaços como também as áreas internas dos seus próprios condomínios, apoiando-se na falta de tempo e na baixa qualidade dos atributos espaciais para justificar a subutilização dos ambientes. Sem uso coletivo, as chances de se instituir uma verdadeira comunidade são mínimas. Com isso, a interação social encontrada nos condomínios se estabelece por conta das crianças e dos adolescentes que, além de utilizar as áreas de lazer e recriar novos significados, são os principais responsáveis pelas transgressões.

O comportamento das crianças e dos adolescentes acendeu a necessidade de se refletir sobre o planejamento dos condomínios fechados. O CCB, aquele que apresenta maiores níveis de uso e apropriação, tem uma distribuição espacial que permite a complementaridade entre as funções das áreas internas. Os outros condomínios, não dispendo de tais requisitos espaciais, praticamente servem apenas ao propósito da moradia. Ao menos se espera que o planejamento dos condomínios fechados esteja à altura do que garante a propaganda imobiliária. A segurança é um dos poucos aspectos

bem atendidos pelos condomínios, e, mesmo assim, apenas contra os males externos, uma vez que os problemas internos geram outras formas de insegurança – difíceis de serem remediadas.

Durante o trabalho de campo, fui convidado por um jornalista que mora no CGG para publicar uma matéria no jornal *Correio de Sergipe* ao final da pesquisa. Sua preocupação era com a quantidade de condomínios fechados que estava sendo construída em terrenos exíguos. “*A cada dia eles lançam um novo condomínio*”, dizia com certa indignação. Refletindo sobre o assunto, pergunta-se: além do *shopping* e dos condomínios fechados, o que o bairro poderá oferecer mais, se os espaços públicos já estão praticamente definidos?

Em outros centros urbanos, condomínios fechados e *shopping centers* vem apresentando uma correspondência que vai além da condição de pertencerem à dimensão privada. Em busca pela auto-suficiência, condomínios de grande porte, como o *Alphaville* e o *Tamboré* dispõem de *shopping centers* dentro de seus perímetros delimitados como se fossem mais um requisito de lazer. Por enquanto ainda não existem *shopping centers* dotados de condomínios. A carga simbólica da moradia, de grande significado cultural, impede que seja feita a inversão. Por outro lado, o fenômeno *shopping center* está ficando tão complexo que já possui escritórios, clínicas, hospital para pequenas cirurgias e até hotéis. Em maio de 2002, na cidade de Porto Alegre foi inaugurado o *Moinhos Shopping*, abrigando um centro de convenções, um centro esportivo e um hotel cinco estrelas com 174 apartamentos (REVISTA VEJA, 02/10/2002: 119). Cada vez mais os *shopping centers* mostram uma centralidade de funções urbanas a fim de atrair novos consumidores.

No SCJ, o lazer é a principal função procurada pelos seus usuários. O lazer sempre foi necessário ao homem, mas atualmente, com os problemas urbanos reduzindo cada vez mais a qualidade de vida dos habitantes, passa a ser uma questão de sobrevivência. O SCJ é a “mola propulsora” do funcionamento de todo o bairro, sendo que o lazer oferecido nos seus ambientes internos apresenta formas de apropriação inusitadas por parte do público freqüentador.

A inclusão do estudo do SCJ contribuiu para o debate sobre a diversidade de usos e sobre a qualidade dos espaços urbanos coletivos. As pesquisas de H. Frúgoli esclarecem

dúvidas sobre formas de apropriação e sociabilidade ocorridas em alguns *shopping centers* de São Paulo, razão pela qual o trabalho de campo no SCJ foi menor que nos espaços públicos e nos condomínios fechados.

Apesar de existir um controle rigoroso quanto ao uso dos ambientes, o SCJ é mais inseguro que os condomínios. Em 02 de março de 2002 houve um furto de um veículo que estava no estacionamento do *shopping* (CINFORM, 26/08 a 01/09/2002: 11) e, mais recentemente, em 11 de junho de 2003 às 16:00h, dois caixas da loja C&A foram assaltados por um homem que tinha o seu rosto coberto por ataduras, fato que causou pânico entre usuários (CORREIO DE SERGIPE, 12/06/2003: A7). De modo geral, a segurança do SCJ pode ser quebrada a qualquer momento, já que não há um controle rigoroso no acesso de usuários.

Quanto maior o controle do espaço menor são as chances de se construir uma rede de relações sociais. As formas de apropriação encontradas nos três espaços revelaram diferenças entre convivência, sociabilidade e interação social. Embora seja possível encontrar em cada espaço atributos que possibilitem o desenvolvimento desses três parâmetros, a intensidade com que se apresentam é bem diferente. As relações entre os moradores dos condomínios se estabelecem através de uma *convivência* inevitável, ou seja, mediante uma situação de co-existência entre aqueles que dividem as mesmas áreas coletivas. Entre os adultos existe uma forte tendência ao respeito mútuo e entre crianças e adolescentes, uma maior disposição para as relações sociais. No SCJ, a existência de regras de controle impede o aprimoramento da interação social, fazendo com que as relações se estabeleçam por intermédio de uma *sociabilidade* hierarquizada, cujos níveis sociais são aparentemente tolerados. Já os espaços públicos apesar das suas “desvantagens” espaciais, apresentam proporcionalmente níveis de *interação social* maior que os condomínios e o SCJ.¹⁰⁹

Com base nos usos e nas formas de apropriação, pode-se dizer que os condomínios têm características predominantes de *convivência*, o SCJ, de *sociabilidade* e os espaços públicos, de *interação social*. E se analisarmos o caso dos condomínios isoladamente,

109. O fato dos espaços públicos não possuírem um controle explícito sobre seus usuários é suficiente para que as atividades sociais sejam realizadas de forma espontânea, apresentando formas de apropriação com significados superiores àqueles encontrados nas passarelas do SCJ.

chegaremos à conclusão, por exemplo, que o CBRP apresenta apenas relações de convivência.

Outro dado interessante da pesquisa é a proximidade verificada entre *shopping centers* e espaços públicos, a despeito de suas diferenças estruturais. A diversidade de usos encontrada nesses espaços apresenta várias particularidades que induz ao pensamento de que os *shopping centers* estão incorporando a função das praças. Podemos dizer que do ponto de vista do uso e dos significados, o SCJ têm uma importância muito maior para o contexto urbano do que a praça Garcia Moreno. Por outro lado, a função das praças não se restringe apenas ao uso coletivo. Funcionam também como *“descontinuidade do tecido urbano e como confluência das ruas, servindo ao propósito de equilibrar a paisagem urbana pelo contraste das árvores em relação às edificações”* (SILVA, 2002/2). Nesse sentido, os *shopping centers* jamais poderão substituir e ocupar completamente a função das praças. No entanto, o uso de alguns ambientes do SCJ como se fosse uma praça pública, despertou dúvidas quanto ao papel desempenhado pelos seus freqüentadores. Será que determinados usuários do SCJ, na intenção de desenvolver relações sociais, como no caso dos grupos jovens, estariam desempenhando um papel de consumidor ou de cidadão? Considerando que todo o *shopping* é voltado para o consumo, certamente a conclusão é que, independente da atividade desenvolvida, todos os usuários devem ser considerados como consumidores potenciais. Mas, se aceitarmos que a transição entre o período moderno e o pós-moderno alterou parcialmente a cultura das cidades e a forma de enxergar a produção do espaço, também aceitaremos que o uso coletivo foi transformado, sendo necessário que as particularidades sejam analisadas a partir do grau das transformações. Portanto, mesmo com o estereótipo preliminar de consumidor e estando em espaços artificializados a fim de interagir socialmente, não seria incoerente afirmar que alguns usuários desempenham seu direito de cidadão.

Às críticas aos *shopping centers* não levam a lugar nenhum se não explicar as razões que os tornam fundamentais para seus freqüentadores. Relacionando as diferenças entre ambos os espaços, seria possível ressurgir a esfera pública das cidades se pudéssemos aprender com os *shopping centers*, principalmente em relação à multiplicidade de usos e à produção de símbolos – características tão incorporadas pela cultura urbana atual. Não se trata de uma crença na privatização dos espaços públicos, mas numa maneira de

estabelecer condições para reduzir essa tendência que aponta para o seu declínio, sobretudo do ponto de vista da qualidade espacial. Ademais, os símbolos podem definir a identidade urbanística dos bairros pela capacidade de atrair novos usos, tornando-se marcos referenciais.

Essa proposição pode ser interpretada como um caminho contra os princípios que buscam o bom funcionamento das cidades, apesar de ser uma proposta para acender a esfera pública urbana.

É difícil prever quais formas de apropriação e sociabilidade sobreviverão na cidade contemporânea sem cair numa caracterização unívoca e parcial. Contudo é notório que existe um crescimento significativo do uso dos espaços privados, principalmente em bairros “nobres” como o *Jardins*. Mesmo assim, a pequena interação encontrada nas avenidas é um indício de que os espaços públicos podem ser melhor aproveitados se, de fato, fossem cumpridas as diretrizes colocadas pela proposta original.

Um retorno positivo e imediato é sempre possível de acontecer quando atendido os anseios da população. A falta de controle dos dispositivos de gestão urbana eleva as incertezas em relação ao planejamento das cidades. Sendo assim, como se define o planejamento urbano atual? Um instrumento submetido à especulação imobiliária? Com todo respeito àqueles que lutaram pela construção da praça Garcia Moreno, seria mais adequado se fosse batizada como praça da *Primeira Revolta...* ou qualquer nomenclatura do gênero, uma revolta contra a especulação imobiliária, contra a opressão capitalista e contra a hierarquização da sociedade que favorece à produção de espaços excludentes, de exceção. Desse modo, outras pessoas teriam conhecimento do que realmente aconteceu para a definitiva concretização daquele espaço, fazendo com que a população refletisse mais sobre o equilíbrio na relação público-privado.¹¹⁰

Sem dúvida planejar o lazer atualmente não é criar somente espaços do tipo *shopping centers* e condomínios fechados, mas dá condições para que ele também se desenvolva no seio da esfera pública. No SCJ e nos espaços públicos muitas atividades sociais se desenvolvem entre o lazer e a circulação. Nos condomínios há uma função apropriada

110. O planejamento urbano deveria estar apoiado principalmente nos significados das formas de apropriação dos espaços coletivos, mas ele parece ser “complexo o bastante” para tratar o uso como variável que identifica os problemas sócio-espaciais.

para cada espaço, onde as atividades de lazer devem ser praticadas respeitando os limites de cada área. A mistura de usos, existente nos espaços públicos e no SCJ, é sempre condenada pela administração dos condomínios porque pode causar novas transgressões.

As particularidades dos três espaços podem ser vistas como pontos importantes de um eixo cultural que expõe tendências evolutivas em estruturas urbanas recentes. Os três espaços co-existem no mesmo bairro, o que contribui para aumentar a sua complexidade. É importante ressaltar, portanto, as limitações desse estudo no que diz respeito às constatações genéricas, lembrando que as considerações colocadas do capítulo 4º ao 6º foram escritas com base no percentual de amostras.

Há a necessidade de novas pesquisas sobre o uso e a vivência social em espaços públicos e privados, principalmente em locais que ainda não se estruturaram em sua totalidade. Essa vivência, extraída de uma pequena amostra dos moradores do bairro *Jardins*, deixa-nos receosos quanto ao funcionamento de seu conjunto. Desde o início, o *Jardins* foi se configurando diferente de tudo o que foi proposto, fazendo com que seus usuários recriassem novos significados sociais. Ele está para Aracaju assim como a Barra da Tijuca está para o Rio de Janeiro e como o Belvedere está para Belo Horizonte, ou seja, representa um paradigma de incertezas e contradições construídas a partir das mudanças sócio-culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER**, Christopher. *A Cidade não é uma Árvore*. Artigo lançado em 1965;
- ALMEIDA**, Erica Audet. *A Articulação dos Espaços Públicos no Recife do século XIX*. Dissertação de Mestrado apresentada ao MDU/UFPE. Recife, 2001;
- AMORIM**, Luiz Manoel do Eirado. *The Sector Paradigm: A study of the Spatial and Functional Nature of Modernist Housing in Northeast Brazil*. Tese de Doutorado. University College London, London: 1999;
- ANDRADE**, Carlos Roberto. *A Morte do Lugar Público*. ANPUR: Cidade e Produção do Cotidiano. Recife, 1993;
- ANDRADE**, Luciana Teixeira de. *Condomínios Fechados da Região Metropolitana de Belo Horizonte: Novas e Velhas Experiências*. IX ANPUR, Vol. 2. Rio de Janeiro, 2001;
- ARANTES**, Antônio A. *Paisagens Paulistas: Transformações do Espaço Público*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000;
- ARANTES**, Otilia. *O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos*. São Paulo: Edusp, 1995;
- _____. *Urbanismo em Fim de Linha e Outros Estudos sobre o Colapso da Modernização Arquitetônica*. São Paulo: Edusp, 1998;
- ARAÚJO**, Luciana Alves. *A Busca da Reestruturação de um Espaço Público Consolidado: O Parque da Sementeira*. Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIT. Aracaju, 2001;
- BARBOZA**, Naide. *Em Busca de Imagens Perdidas: Centro Histórico de Aracaju 1900-1940*. Aracaju: Fundação Cultural Cidade de Aracaju, 1992;
- BASSO**, Jussara Maria. *Investigação de Fatores que Afetam o Desempenho e Apropriação de Espaços Abertos Públicos: O Caso de Campo Grande – MS*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001;
- BENEVOLO**, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. Tradução de Ana M. Goldberger. 3º Ed. São Paulo: Perspectiva, 1998;
- _____. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, sd;
- BENEVOLO**, Leonardo; **MELAGRANI**, Carlo & **LONGO**, Tommaso Giúra. *Projectar a Cidade Moderna*. 2º Ed. Lisboa – Portugal: Editorial Presença – Lda, 1987;
- BERMAN**, Marshal. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: A Aventura da Modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1996;
- CALDEIRA**, Teresa P. R. *A política dos Outros*. São Paulo: Brasiliense, 1984;
- _____. *City of Walls: Crime, Segregation and Citizenship in São Paulo*. Dissertation for the Degree of Doctor of Philosophy in Anthropology in the Graduate Division of the University of California at Berkeley, 1992;
- CARNEIRO**, Ana Rita Sá & **MESQUITA**, Liana de Barros. *Espaços Livres do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, 2000;
- CARR**, Stephen; **FRANCIS**, Mark; **RIVLIN**, Leanne G. & **STONE**, Andrew M. *Public Space*. Cambridge University Press, 1992;
- CARVALHO**, Sérgio Andrade de. *Os Shopping Centers*. Escola Superior de Guerra, TE: 1991;

- CASTELLS**, Manuel. *A Questão Urbana*. Tradução de Arlene Caetano. 1ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000;
- CINFORM MUNICÍPIOS**. *Aracaju Nasceu de um Arraial de Pescadores*. Coletânea sobre os municípios sergipanos. Aracaju: Globo Cochrane, 2002;
- CINFORM**. *Acervo Arquitetônico de Aracaju faz parte do Descaso Público*. Aracaju, 27/01 a 02/02/2003: Imóveis, 03;
- _____. *Concreto Sufoca as Flores*. Aracaju, 05 a 11/08/2002: Imóveis, 03;
- _____. *Empresas Implementam Ações Ambientais*. Aracaju, 23 a 29/09/2002: Imóveis, 03;
- _____. *Kadett de Comerciante é Furtado do Estacionamento do Shopping Jardins*. Aracaju, 26/08 a 01/09/2002: Segurança Pública, 11;
- _____. *Norcon Lança Empreendimentos para Diferentes Orçamentos e Estilos de Vida*. Aracaju, 27/01 a 02/02/2003: Imóveis, 11;
- _____. *Novos Condomínios Levam mais Beleza aos Bairros Populares*. Aracaju, 09 a 15/12/2002: Imóveis, 03;
- _____. *O Verde entre Concretos*. Aracaju, 04 a 10/11/2002: Imóveis, 04;
- _____. *Pós-Modernos*. Aracaju, 19 a 25/08/2002: Imóveis, 02;
- _____. *Shoppings Ampliam para Oferecer Maior Opção de Lazer e Compras*. Aracaju, 04 a 10/11/2002: Economia e Informática, 02;
- CORREIO DE SERGIPE**. *Ladrão Assalta Loja no Shopping Jardins*. Aracaju, 12/06/2003: Polícia, A7;
- DA MATTA**, Roberto. *A Casa & A Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. 5º Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997;
- _____. *Carnavais, Malandros e Heróis; Por uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. 5º Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990;
- DANTAS**, José Ibarê Costa. *O Tenentismo em Sergipe: Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930*. 2º Ed. Aracaju: J. Andrade Ltda, 1999;
- DIAS**, José Ricardo de Freitas. *"Morar apartado: um estudo sobre as transformações programáticas e espaciais dos edifícios de apartamentos em Teresina."* Dissertação de Mestrado apresentada ao MDU/UFPE. Recife, 2001;
- DUMAZEDIER**, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976;
- EMSETUR**. *Sergipe: a Novidade do Nordeste*. Guia de roteiros e calendários de eventos turísticos de Sergipe. Aracaju: Grafitex/Textform, 2001;
- FEATHERSTONE**, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. Tradução de Julio Assis Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995;
- FERNANDES**, Ana; **SAMPAIO**, Heliodório & **GOMES**, Marco Aurélio A. de Filgueiras. *A Constituição do Urbanismo Moderno na Bahia (1900-1950): Construção Institucional, Formação Profissional e Realizações*. VI ANPUR. Brasília, 1995;
- FILHO**, Paulo de Arruda Penteadó. *O Público e o Privado nas Políticas Sociais*. Relação Público-Privado: Do Local ao Global. Norma Lacerda de Melo & Suely Ribeiro Leal (Org.). Recife: Editora Universitária da UFPE, 1995;

- FOUCAULT, M.** *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979;
- FRÚGOLI JR., Heitor.** *Centralidade em São Paulo: Trajetórias, Conflitos e Negociações na Metrópole*. São Paulo: Cortez – Edusp, 2000;
- _____. *Os shopping Centers de São Paulo e as Formas de Sociabilidade no Contexto Urbano*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, FFLCH, Universidade de São Paulo, 1989;
- _____. *São Paulo: Espaços Públicos e Interação Social*. São Paulo: Marco Zero, 1995;
- GONDIM, Linda M. P.** *O Dragão da Cultura Contra a Cidade Partida: O Centro Cultural Dragão do Mar e a Problemática do Espaço Público em Fortaleza-CE*. IX ANPUR, Vol. 2. Rio de Janeiro, 2001;
- GOSLING, David.** *Atributos dos Espaços Públicos no Downtown*. Os Centros das Metrópoles – Reflexões e Propostas para a Cidade Democrática do Século XXI. Marcos Antônio Ramos de Almeida (Apres.). São Paulo: Editora Terceiro Nome – Viva o Centro – Imprensa Oficial do Estado, 2001;
- GRUEN, Victor & SMITH, Larry.** *Shopping Towns USA: The Planning of Shopping Centers*. Van Nostrand Reinhold Company. New York: Regional Offices, 1960;
- HABERMAS, Jürgen.** *Modernity – An Incomplete Project*. In Foster, Hal (org.) *The Anti-Aesthetic Essays on Postmodern Culture*. Seattle: Bay Press, 1995;
- _____. *The Philosophical Discourse of Modernity*. Cambridge MA: MIT Press, 1996;
- HARVEY, David.** *Condição Pós-Moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7º Ed. São Paulo: Loyola, 1998;
- HOLSTON, James.** *A Cidade Modernista – Uma Crítica de Brasília e sua Utopia*. Tradução de Marcelo Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 1993;
- HUET, Bernard.** *Espaços Públicos, Espaços Residuais*. Os Centros das Metrópoles – Reflexões e Propostas para a Cidade Democrática do Século XXI. Marcos Antônio Ramos de Almeida (Apres.). São Paulo: Editora Terceiro Nome – Viva o Centro – Imprensa Oficial do Estado, 2001;
- IBGE.** *Aracaju-Se*. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. XIX Volume. Jurandyr Pires Ferreira (Org.). Rio de Janeiro, 1959;
- JACOBS, Jane.** *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Tradução Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2001;
- JAMESON, Fredric.** *Espaço e Imagem: Teorias do Pós-Moderno e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994;
- JORNAL DA CIDADE.** *Turista tem Prazer de Conhecer Sergipe*. Aracaju, 29 e 30/09/2002: C-4;
- _____. *Atividade Física Movimenta Jardins*. Aracaju, 29 e 30/09/2002: B-6;
- JORNAL DO COMÉRCIO.** *A Doce Vida de Aracaju*. Recife, Turismo e Lazer, 06/06/2002: 02;
- JOSÉ, Beatriz Kara.** *A Cultura na Produção do Espaço Público do Centro de São Paulo*. IX ANPUR, Vol. 2. Rio de Janeiro, junho de 2001;
- KRIER, Robert.** *Urban Space*. London: Academy Editions, 1979;
- LAMAS, José M. Ressano Garcia.** *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica: 1992;

- LANNA**, Ana Lúcia Duarte. *A Formação da Cidade Moderna: da Casa e da Rua, São Paulo e Santos 1870-1914*. ANPUR: Cidade e Produção do Cotidiano. Recife, 1993;
- LEFEBVRE**, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes, 1991;
- _____. *De lo Rural a Lo Urbano*. Barcelona: Península, 1978;
- LIMA**, Fábio José Martins de. *A um Passo da Modernidade na Belo Horizonte do Final do Século XIX*. V ANPUR, Vol. 3. Belo Horizonte, 1993;
- LIMA**, Sílvia Maria Santana Andrade. *"A mesma praça, o mesmo banco, as mesmas flores, o mesmo jardim." Tudo é igual? Transformações no Espaço público: O Caso da Praça Pedro II em Teresina-Piauí*. Dissertação de Mestrado apresentada ao MDU/UFPE. Recife, 2001;
- LOUREIRO**, Kátia Afonso S. *A trajetória Urbana de Aracaju, em Tempo de Interferir*. Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisas – INEP, 1983;
- MAGNAVITA**, Pasqualino Romano. *Quando a História Vira Espetáculo do Poder: a Pós-modernidade na Preservação de Centros Históricos: O Caso do Pelourinho*. VI ANPUR. Brasília, 1995;
- MAIA**, Rosemere Santos. *Tramas, Amarras e Espetáculo: O Shopping da Cidade*. IX ANPUR, Vol. 2. Rio de Janeiro, junho de 2001;
- MARTINS**, Jeová Dias; **FREIRAS**, Kaiser & **SILVA**, Tarcília L. da. *Brasília e os Limites do Planejamento Urbano Moderno*. V ANPUR, Vol. 1. Belo Horizonte, 1993;
- MEDEIROS**, Ethel Bauzer. *O lazer no Planejamento Urbano*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975;
- MELINS**, Murillo. *Aracaju Romântica que Vi e Vivi – Anos 40 e 50*. 2º Ed. Aracaju: Norgraf, 2001;
- MEYER**, Regina Maria Proserpi. *O Espaço da Vida Coletiva*. Os Centros das Metrôpoles – Reflexões e Propostas para a Cidade Democrática do Século XXI. Marcos Antônio Ramos de Almeida (Apres.). São Paulo: Editora Terceiro Nome – Viva o Centro – Imprensa Oficial do Estado, 2001;
- MIGUEL**, Paula Castello. *Contratos de "Shopping Center"*. Revista de Direito Mercantil, vol. 107. Malheiros, julho-setembro de 1997;
- MONTANER**, Josep Maria. *A Modernidade Superada: Arquitetura, Arte e Pensamento do Século XX*. Barcelona: Gustavo Gili S.A., 2001;
- MOREIRA**, Fernando Diniz. *A Construção de uma Cidade Moderna: Recife (1909-1926)*. VI ANPUR. Brasília, maio de 1995;
- NASCIMENTO**, Lúcia Moreira do. *Apropriação do Espaço de Uso Coletivo no Centro Histórico de São Luís no Maranhão: Praça João Lisboa*. Monografia de conclusão do curso de Especialização em Conservação Integrada Urbana e Territorial/Programa Brasil/ITUC/BR. São Luís-MA, 2000;
- NUNES**, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996;
- OLIVEIRA**, Tonya Cleópatra. *Bairro Treze de Julho: Formação, Transformações e Análise da Forma Urbana*. Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIT. Aracaju, 2000;
- PAIVA**, Carla Souza de. *O Shopping Center e a Produção de Novas Centralidades Urbanas: O caso do Shopping Center Recife*. Dissertação de Mestrado apresentada ao MDU/UFPE. Recife, 1996;
- PANERAI**, Phillippe. *O Retorno à Cidade – O Espaço Público como Desafio do Projeto Urbano*. Texto publicado na Revista Projeto, seção Ensaio & Pesquisa, abril/1994;

- PASSOS**, Luis Mauro do Carmo. *Edifícios de Apartamentos em Belo Horizonte, 1939 – 1976: Formação e Transformações Tipológicas na Arquitetura da Cidade*. Belo Horizonte: Cultural, 1998;
- PORTO**, Fernando. *A Cidade de Aracaju 1855/1865: Ensaio de Evolução*. Aracaju: Governo de Sergipe, 1991;
- PREFEITURA DO RECIFE**. *As Praças que a Gente Quer – Manual de Procedimentos para Intervenção em Praças*. Organização Lúcia Leitão. Recife: Secretaria de Planejamento – Diretoria de Urbanismo, 2002;
- REVISTA ISTO É**. *Vocês têm aí no Brasil, um Grande Complexo de Edge City, a Região de Alphaville, Aldeia da Serra e Tamboré*. Informe Publicitário. São Paulo, Editora três, 13/10/1993;
- REVISTA VEJA**. *Viver em Condomínio*. São Paulo, ABRIL – edição 1751, Ano 35, nº 19, 15 de maio de 2002: 94-101;
- _____. *O País dos Incluídos*. São Paulo, ABRIL – edição 1771, Ano 35, nº 39, 02 de outubro de 2002: 118-120;
- RIBEIRO**, Marcelo Afonso. *Espaço Urbano: O Silêncio Ruidoso das Ruas*. Revista Unicsul, Ano IV, nº 05 – abril – Transformações Urbanas: Cidades e Cidadania. São Paulo: Editora Universidade Cruzeiro do Sul, 1999;
- RIBEIRO**, Neuza Maria Góis. *Transformações do Espaço Urbano: O Caso de Aracaju*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ – Editora Massangana, 1989;
- RIZZO**, Paulo Marcos Borges. *Modernidade e Pós-Modernidade em Florianópolis*. V ANPUR, Vol. 1. Belo Horizonte, agosto de 1993;
- ROLNIK**, Raquel. *O que é Cidade?* 2º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988;
- ROSSI**, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. Tradução de Eduardo Brandão. 2º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998;
- ROWE**, Colin & **KOETTER**, Fred. *Collage City*. Editora MPT – PRESS – CAMBRIDGE, 1978;
- SALDANHA**, Nelson. *O Jardim e a Praça: O Privado e o Público na Vida Social e História*. São Paulo: Edusp, 1993;
- SANTANA**, Gisela Verri de. *Habitação e Vizinhança: Um Estudo das Relações Sociais no Espaço Habitado - Boa Viagem e Casa Forte - Recife*. Dissertação de Mestrado apresentada ao MDU/UFPE. Recife, 1998;
- SANTOS**, Ana Cristina Gomes dos & **DEL RIO**, Vicente. *A Outra Urbanidade – A Construção da Cidade Pós-Moderna e o Caso da Barra da Tijuca*. V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. EESC-USP, 1998;
- SANTOS**, Carlos Nelson F. dos. *Quando a Rua Vira Casa: A Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro*. Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP/Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. 3º Ed. São Paulo: Projeto, 1985;
- SANTOS**, Waldefrankly Rolim de Almeida. *Frontões, Águias e Linhas Retas: Contribuições para uma História da Arte em Aracaju 1900-1940*. Revista de Aracaju. Prefeitura Municipal de Aracaju: Triunfo Ltda, 2002;
- SAUER**, Carl O. *Morfologia da Paisagem*. Tradução de Gabrielle Corrêa Braga. Paisagem, Tempo e Cultura. Organizadores – Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998;
- SENNETT**, Richard. *O Declínio do Homem Público – As Tiránias da Intimidade*. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988;

- SERRA**, Geraldo. *O Espaço Natural e a Forma Urbana*. São Paulo: Nobel, 1987;
- SILVA**, Francisco de Assis. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1992;
- SILVA**, Rooseman de Oliveira. *Apropriação Compartilhada: Particularidades sobre o Uso do Espaço Urbano*. Artigo apresentado à disciplina Avaliação do Ambiente Construído do Mestrado em Desenvolvimento Urbano MDU/UFPE. Recife, 2002/2;
- _____. *Do Imaginário ao Ideológico na Habitação Social Popular*. Monografia apresentada à disciplina Morfologia do Espaço Arquitetônico e Urbano do Mestrado em Desenvolvimento Urbano MDU/UFPE. Recife, 2001;
- _____. *O Espaço Público no Planejamento Urbano Atual: Limites e Possibilidades*. Monografia apresentada à disciplina Mobilidade Urbana do Mestrado em Desenvolvimento Urbano MDU/UFPE. Recife, 2001/2;
- _____. *O Lugar do Espaço Público na Paisagem Pós-Moderna*. Artigo apresentado à disciplina Tópicos Avançados em Conservação Urbana do Mestrado em Desenvolvimento Urbano MDU/UFPE. Recife, 2002;
- SITTE**, Camillo. *A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos*. Organização e apresentação de Carlos Roberto Monteiro de Andrade – tradução de Ricardo Ferreira Henrique da 4ª edição alemã de 1909. São Paulo: Ática, 1992;
- SOLÀ-MORALES**, Manuel de. *Espaços Públicos e Espaços Coletivos*. Os Centros das Metrôpoles – Reflexões e Propostas para a Cidade Democrática do Século XXI. Marcos Antônio Ramos de Almeida (Apres.). São Paulo: Editora Terceiro Nome – Viva o Centro – Imprensa Oficial do Estado, 2001;
- SORKIN**, Michael (org). *Variations on a Theme Park – The New American City and the End of Public Space*. New York: Noonday Press, 1992;
- SOUZA**, Karina Alves. *“Aracaju: Para Não Perder o Bonde da História.” Da Criação à Reforma do Centro Histórico*. Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIT. Aracaju, 2000;
- TEIXEIRA**, Sabrina. *Descongestionamento Viário no Centro de Aracaju*. Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIT. Aracaju, 2001;
- THÖNI**, Erich. *Cooperação Público-Privado: o Caso da Áustria*. Parceria Público-Privado: Cooperação Financeira e Organizacional entre o Setor Privado e Administrações Públicas Locais. Henrique Fingermaun (Org. da edição brasileira). Vol. II. Experiências em Confronto. São Paulo: Summus, 1993;
- VATTIMO**, Gianni. *O Fim da Modernidade: Niilismo e Hermenêutica na Cultura Pós-Moderna*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996;
- VARGAS**, Heliana Comin. *Comércio: Localização Estratégica ou Estratégica na Localização*. Tese de Doutorado – FAUUSP. São Paulo: 1992;
- _____. *Shopping Centers: Novas Relações entre a Atividade Comercial e o Espaço Urbano*. V ANPUR, Vol. 2. Belo Horizonte, agosto de 1993;
- VAZ**, Lilian Fessler. *Espaço e Modernidade na Cidade do Rio de Janeiro*. VI ANPUR. Brasília, maio de 1995;
- VENTURI**, Robert. *Complexidade e Contradição em Arquitetura*. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1995;
- VILAR**, José Wellington Carvalho. *Os Espaços Diferenciados da Cidade de Aracaju: Uma Proposta de Classificação*. Revista de Aracaju. Prefeitura Municipal de Aracaju: Triunfo Ltda, 2002;

VIRILIO, Paul. *La Machine de Vision*. Paris: Editions Galilée, 1988;

WIRTH, Louis. *O Urbanismo como Modo de Vida*. O Fenômeno Urbano. Otavio Guilherme Velho (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 1967;

WOLFE, Tom. *Da Bauhaus ao Nosso Caos*. Tradução de Lia Wyler. Rio de Janeiro: Rocco, 1991;

WWW.NORCON.COM.BR. *Histórico*. Aracaju, outubro de 2001;

WWW.SHOPPING.JARDINS.COM.BR/SHOPPING.HTM. *O Shopping*. Aracaju, maio de 2002.

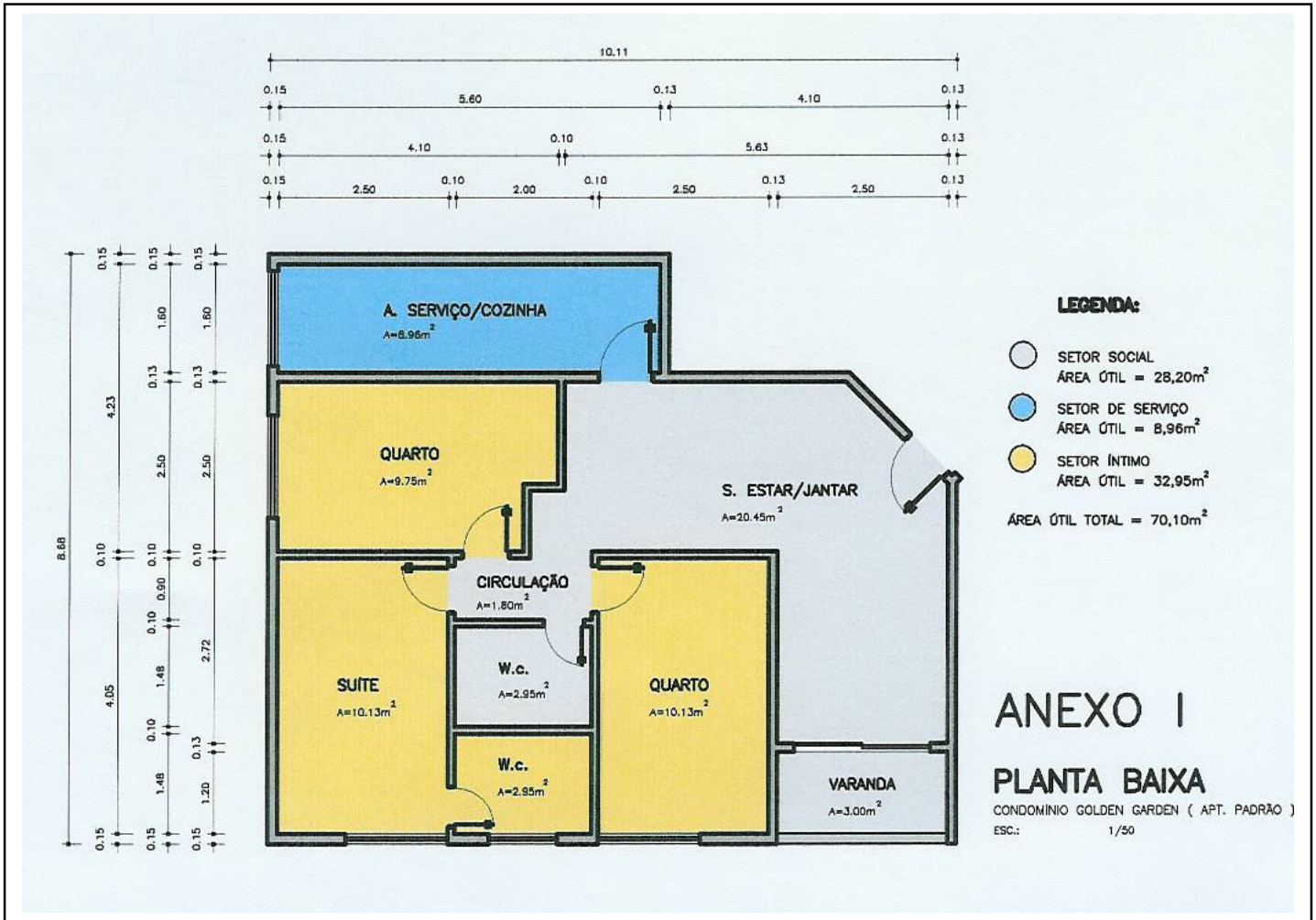
YURGEL, Marlene. *Urbanismo e Lazer*. São Paulo: Nobel, 1983;

ZANCHETI, Silvio Mendes. *Cidades Digitais e o Desenvolvimento Local*. Trabalho apresentado na Conferência Nacional 'Ciência, Tecnologia e Inovação', organizada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC). Brasília, 18 a 21 de setembro de 2001. A primeira versão do texto foi encomendada pela Sociedade da Informação do Brasil, do MCT;

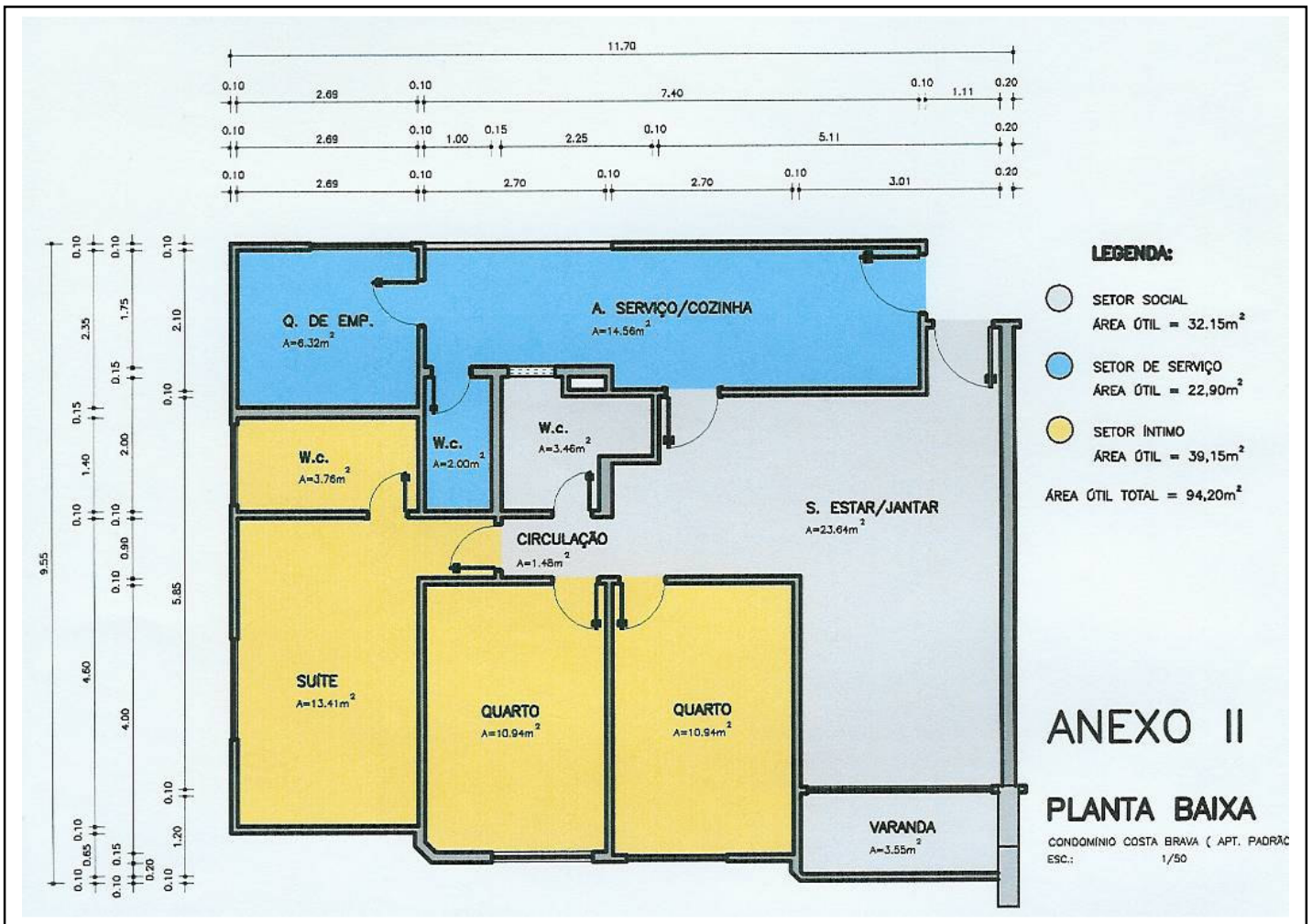
ZUKIN, Sharon. *Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Mapeando Cultura e Poder*. Tradução de Silvana Rubino. O Espaço da Diferença. Organizador Antônio A. Arantes. Campinas-SP: Papirus, 2000.

ANEXOS

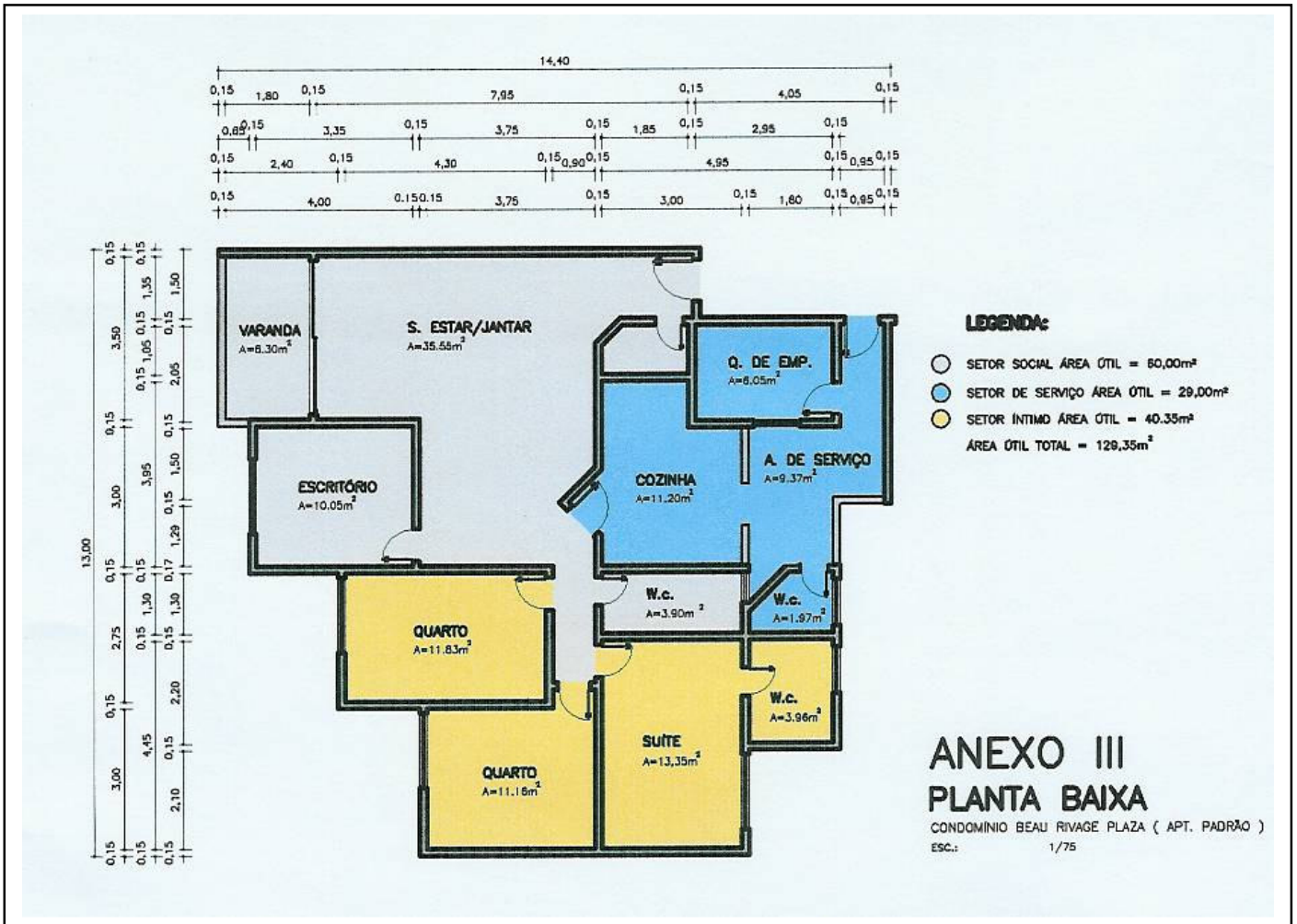
Anexo I



Anexo II



Anexo III



ANEXO IV
MODELO DE QUESTIONÁRIO – PRAÇA GARCIA MORENO

Data: _____ **Horário:** _____

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1. Sexo ()M ()F
2. Idade: _____.
3. Estado civil: ()solteiro ()casado ()separado
4. Escolaridade: _____.
5. Profissão: _____.
6. Bairro em que reside: _____.
7. Tipo de moradia: ()casa ()edifício de apartamento
8. Como você chegou a praça: ()a pé ()bicicleta ()ônibus ()carro

AVALIAÇÃO ESPACIAL

9. Como você se sente em relação à praça? ()muito satisfeito ()satisfeito ()indiferente ()insatisfeito ()muito insatisfeito
10. Quais suas principais características positivas? _____
_____.
11. Quais suas principais características negativas? _____
_____.
12. Você acha esta praça bonita? ()sim ()não
13. A quantidade de bancos é suficiente? ()sim ()não
14. Os equipamentos de lazer – parque infantil, pergolado... – são confortáveis? ()sim ()não
15. Na sua opinião, a falta de árvores prejudica o visual desta praça? ()sim ()não
16. O seu estado físico atual, de modo geral, tem lhe agradado? ()sim ()não
17. Você acha que esta praça atende suas necessidades de lazer? ()sim ()não
18. As calçadas da praça são adequadas quanto:
à largura – ()sim ()não
à pavimentação – ()sim ()não
ao sombreamento – ()sim ()não
19. Você acha esta praça escondida? ()sim ()não
20. O seu acesso é ()fácil ()mais ou menos ()difícil
21. A iluminação desta praça é suficiente? ()sim ()não
22. É perigoso andar nesta praça à noite? ()sim ()não
23. Você já foi vítima de algum assalto ou ficou sabendo em outras pessoas? ()sim ()não
24. De modo geral esta praça é:
()muito segura ()segura ()indiferente ()insegura ()muito insegura

INTENSIDADE E DIVERSIDADE DE USO DOS ESPAÇOS

25. Qual o turno e o horário que você mais frequenta a praça? _____.
26. Você costuma vir a praça: ()durante a semana ()em fins de semana
27. Com que frequência você a utiliza:
()primeira vez ()diariamente ()semanalmente ()mensalmente ()raramente
28. Você acha que esta praça é bem utilizada pelos moradores da vizinhança? ()sim ()não
29. Na sua opinião quem são os indivíduos que mais utilizam os espaços da praça?
()crianças – até 12 anos ()adolescentes – entre 13 e 17 anos ()adultos ()idosos
30. Você pratica atividades de lazer na praça? Em caso afirmativo, quais? _____
_____.

31. Em geral, com que finalidade você vem a esta praça?
() para fazer exercícios físicos, ginástica () para me deslocar de um local a outro
() para observar o movimento das ruas () para ver pessoas e fazer amizades

RELAÇÕES SOCIAIS

32. Com que frequência costuma conversar com outros usuários da praça?
() nunca () diariamente () semanalmente () mensalmente () raramente
33. De que forma esta praça favorece os contatos sociais?
() muito satisfatória () satisfatória () indiferente () favorece () prejudica
34. Você já conseguiu formar amizades nesta praça? Em caso afirmativo, quantas?
_____.
35. As relações de amizade formadas:
() foram duradouras () só existiram durante a minha permanência na praça

ANEXO V
MODELO DE QUESTIONÁRIO – CONDOMÍNIOS FECHADOS

Condomínio _____ **Data:** _____ **Horário:** _____
Edifício residente: _____

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1. Sexo ()M ()F 2. Idade: _____
3. Estado civil: ()solteiro ()casado ()separado
4. Escolaridade: _____.
5. Profissão: _____.
6. Onde trabalha: ()no próprio bairro ()em outro bairro ()não trabalha
7. Nível de renda familiar: ()até 5 salários mínimos ()entre 5 e 10 ()entre 10 e 15
()entre 15 e 20 ()acima de 20 salários
8. Diga o número de pessoas que moram com você, tendo como referência a idade:
()crianças – até 12 anos ()adolescentes – entre 13 e 17 anos ()adultos – entre 18 e 59 anos
()idosos – a partir dos 60 anos.
Total de pessoas que moram no imóvel, incluindo você: _____.

DADOS SOBRE A MORADIA

9. O imóvel é: ()próprio ()alugado ()emprestado
10. Há quanto tempo mora aqui? _____
11. Qual era o domicílio anterior? (citar o local e o tipo de habitação – casa ou apartamento)
_____.
12. Era maior que este, em área? ()não ()era muito maior ()era praticamente igual
13. Por que mudou? _____
_____.
14. Que motivos o levou a escolher o bairro Jardins? _____
_____.

AVALIAÇÃO ESPACIAL

MORADIA

15. Como você se sente em relação a sua moradia? ()muito satisfeito ()satisfeito
()indiferente ()insatisfeito ()muito insatisfeito
16. Quais as principais características positivas da sua residência? _____
_____.
17. Quais as principais características negativas da sua residência? _____
_____.
18. Você prefere morar em: ()casa ()apartamento

CONDOMÍNIO

19. Como se sente em relação à organização administrativa do condomínio? ()muito satisfeito
()satisfeito ()indiferente ()insatisfeito ()muito insatisfeito
20. Como se sente em relação aos espaços de lazer do condomínio? ()muito satisfeito
()satisfeito ()indiferente ()insatisfeito ()muito insatisfeito
21. Quais as principais características positivas dos espaços de lazer do seu condomínio?
_____.
22. Quais as principais características negativas dos espaços de lazer do seu condomínio?
_____.
23. Você se sente seguro em seu condomínio? Por quê? _____
_____.

BAIRRO

24. Como se sente em relação ao bairro Jardins? () muito satisfeito () satisfeito () indiferente () insatisfeito () muito insatisfeito
25. Quais as principais características positivas do bairro? _____
26. Quais as principais características negativas do bairro? _____
27. As calçadas do bairro Jardins são adequadas quanto:
à largura – () sim () não
à pavimentação – () sim () não
ao sombreamento – () sim () não
28. As avenidas e ruas do bairro jardins são adequadas quanto:
à largura – () sim () não
à pavimentação – () sim () não
29. Existem atividades que você desenvolveria nas calçadas do bairro Jardins se elas fossem mais adequadas? Em caso afirmativo, quais? _____
30. Você acha que as ruas do bairro Jardins são seguras? Por quê? _____
31. Se você idealizasse o bairro Jardins, o que ele teria? _____
32. Você conhece a praça Garcia Moreno, a única praça construída no bairro Jardins após sua implantação? () não conheço e nunca ouvi falar () não conheço, mas já ouvi falar () conheço, mas nunca frequentei () conheço, já estive nela algumas vezes

INTENSIDADE E DIVERSIDADE DE USO DOS ESPAÇOS

CONDOMÍNIO

33. Você pratica atividades de lazer no condomínio? Em caso afirmativo, quais? _____
34. Qual o turno e o horário(os) que você mais utiliza os espaços de lazer (mesmo que você não os utilize, informe sobre qual horário seria mais adequado para você)? _____
35. Você acha que os espaços de lazer do condomínio são bem utilizados pelos moradores? Por quê? _____
36. Na sua opinião quem são os indivíduos que mais utilizam os espaços de lazer do condomínio? () crianças – até 12 anos () adolescentes – entre 13 e 17 anos () adultos
37. Com que frequência você utiliza: (responder apenas em relação aos espaços existentes no seu condomínio):
- a piscina () nunca () diariamente () semanalmente () mensalmente () raramente
- a quadra de esportes () nunca () diariamente () semanalmente () mensalmente () raramente
- o *playground*, acompanhando os filhos, () nunca () diariamente () semanalmente () mensalmente () raramente
- a sauna () nunca () diariamente () semanalmente () mensalmente () raramente
- o salão de festas, como organizador, () nunca () diariamente () semanalmente () mensalmente () raramente
- o salão de festas, como convidado, () nunca () diariamente () semanalmente () mensalmente () raramente

o salão de jogos ()nunca ()diariamente ()semanalmente ()mensalmente
()raramente

o salão de ginástica ()nunca ()diariamente ()semanalmente ()mensalmente
()raramente

a sala de estudos ()nunca ()diariamente ()semanalmente ()mensalmente
()raramente

os demais espaços, como quiosque, bancos, praça, etc ()nunca ()diariamente
()semanalmente ()mensalmente
()raramente

38. Quando um espaço de lazer, como por exemplo a piscina, está sendo usado por outros moradores, isso lhe deixa inibido de também usa-lo? Por quê? _____
_____.

BAIRRO

39. Você caminha em seu bairro? ()nunca ()diariamente ()semanalmente ()mensalmente
()raramente

40. Com que finalidade? ()lazer, ginástica
()somente para me deslocar ao *shopping* Jardins, à padaria, etc

41. Em caso da resposta à “questão 39” ter sido “nunca”, alguma vez você já saiu do seu condomínio sem carro? ()sim, de bicicleta, moto ()não

42. Com que frequência você vai ao *shopping* Jardins?()nunca()diariamente ()semanalmente
()mensalmente ()raramente

43. Com que finalidade principal você vai ao *shopping* Jardins?
()lazer/diversão ()compras ()serviços

RELAÇÕES SOCIAIS

44. Quando falamos em vizinhos, o que lhe vem à mente? ()comunidade ()indiferença
()problemas

45. Com que frequência costuma conversar com outros moradores do seu próprio condomínio?
()nunca ()diariamente ()semanalmente ()mensalmente ()raramente

46. Com que frequência costuma convidar moradores do seu próprio condomínio para virem a sua residência? ()nunca ()diariamente ()semanalmente ()mensalmente
()raramente

AVALIAÇÃO SOCIAL

47. De que forma você acha que os espaços coletivos do condomínio favorecem os contatos sociais? ()muito satisfatória ()satisfatória ()indiferente ()favorece ()prejudica

48. Gostaria de ter mais amigos no condomínio? Por quê? _____
_____.

49. Onde costuma passar os fins de semana e feriados prolongados? _____.

50. Concordaria em aprofundar um pouco mais as informações em outra ocasião?()sim ()não

ANEXO VI

MODELO DE QUESTIONÁRIO – *SHOPPING CENTER JARDINS*

Data: _____ **Horário:** _____

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1. Sexo ()M ()F
2. Idade:_____.
3. Estado civil: ()solteiro ()casado ()separado
4. Escolaridade:_____.
5. Profissão:_____.
6. Bairro em que reside:_____.
7. Tipo de moradia: ()casa ()edifício de apartamento
8. Como você chegou ao *shopping*: ()a pé ()moto, bicicleta ()ônibus ()carro

AVALIAÇÃO ESPACIAL

9. Como você se sente em relação ao *shopping*?
() muito satisfeito ()satisfeito ()indiferente ()insatisfeito ()muito insatisfeito
10. Quais suas principais características positivas?_____
11. Quais suas principais características negativas?_____
12. De modo geral, este *shopping* atende suas necessidades? ()sim ()não
13. A sua arquitetura e ornamentação interna lhe agradam? ()sim ()não
14. As passarelas são adequadas quanto à:
largura – ()sim ()não
pavimentação – ()sim ()não
15. Você acha suficiente a:
quantidade de bancos – ()sim ()não
iluminação – ()sim ()não
acústica – ()sim ()não
temperatura – ()sim ()não
16. Na sua opinião, os jardins externos, próximos à praça de alimentação, deveriam estar no interior do *shopping*? Por quê?_____
17. O que você gostaria que tivesse neste *shopping*?_____
18. Você já foi vítima de algum assalto ou ficou sabendo em outras pessoas? ()sim ()não
19. Em caso afirmativo, onde? ()no interior do *shopping* ()no estacionamento interno
()no estacionamento externo
20. De modo geral, este *shopping* é:
()muito seguro ()seguro ()indiferente ()inseguro ()muito inseguro
21. O que você acha dos seguranças?
()inconvenientes ()inconvenientes, mas necessários ()indispensáveis ()dispensáveis
22. Você tem algum tipo de sentimento de zelo por este *shopping*? Por quê?_____

INTENSIDADE E DIVERSIDADE DE USO DOS ESPAÇOS

23. Qual o turno e o horário que você mais frequenta o *shopping*?_____.
24. Você costuma ir ao *shopping*: ()durante a semana ()em fins de semana
25. Com que frequência você o utiliza:
()primeira vez ()diariamente ()semanalmente ()mensalmente ()raramente

26. Você acha que este *shopping* é bem utilizado pelos moradores do bairro? Por quê? _____
27. Na sua opinião quem são os indivíduos que mais utilizam os espaços do *shopping*? ()crianças – até 12 anos ()adolescentes – entre 13 e 17 anos ()adultos ()idosos
28. De todos os espaços comuns do *shopping*, qual o que você mais se identifica?
 ()praça de alimentação ()pátio defronte a C & A ()circulação do G. Barbosa
 ()espaço central usado para apresentação de eventos ()outros _____
29. Com que finalidade você vem ao *shopping*?
 ()1. lazer, diversão ()2. compras ()3.serviços
30. Caso a resposta à questão 29, tenha sido o “item 1”, responda quais dessas opções mais lhe atrai (escolher no máximo duas):
 ()cinemas ()conversar, paquerar, namorar ()ver gente, passear
 ()olhar vitrines ()parque de diversões ()beber, comer, ouvir música
 ()outros _____
31. Caso a resposta à questão 29, tenha sido o “item 2”, responda que tipo de compras você mais realiza: ()refeições, lanches ()supermercado ()roupas
 ()outros _____.
32. Caso a resposta à questão 29, tenha sido o “item 3”, responda que tipo de serviços você mais procura: ()bancos ()correios ()*cinform* ()lotérica ()curso de inglês
 ()outros _____.

RELAÇÕES SOCIAIS

33. Você costuma vir ao *shopping*: ()sozinho ()acompanhado – namorado(a)
 ()com um grupo de amigos ()com familiares
34. Com que frequência costuma conversar com outros usuários do *shopping*?
 ()nunca ()diariamente ()semanalmente ()mensalmente ()raramente
35. De que forma este *shopping* favorece os contatos sociais?
 ()muito satisfatória ()satisfatória ()indiferente ()favorece ()prejudica
36. Quando você está andando e vê algum conhecido, o que você faz?
 ()pára e cumprimenta ()cumprimenta, mas não pára ()ignora, fingindo que não conhece
 ()se esconde
37. Você já conseguiu formar amizades neste *shopping*? Em caso afirmativo, quantas?
 _____.
38. As relações de amizade formadas:
 ()foram duradouras ()só existiram durante a minha permanência no *shopping*

ANEXO VII - QUANTITATIVO DOS DADOS - PRAÇA GARCIA MORENO

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1	UN	%	NÃO RESPONDEU	1	5	3º GRAU	4	20	ESTUDANTE	5	25	6	UN	%	APT.	3	15
M	12	60	3	UN	%	NÃO RESPONDEU	4	20	OFFICE BOY	1	5	GRAGERU	11	55	8	UN	%
F	8	40	SOLTEIRO	12	60	5	UN	%	DESEMPREGADO	4	20	JARDINS	1	5	A PÉ	14	70
2	UN	%	CASADO	6	30	ADMINIST.	1	5	FUNC. PÚBL.	1	5	SÃO JOSÉ	1	5	BICICLETA	1	5
ATÉ 12 ANOS	1	5	SEPARADO	2	10	ENG. QUÍMICO	1	5	PECUARISTA	1	5	NÃO RESPONDEU	6	30	ÔNIBUS	3	15
ENTRE 13 E 17	5	25	4	UN	%	OFICIAL ADMIN	1	5	DENTISTA	1	5	SÃO CARLOS	1	5	CARRO	1	5
ENTRE 18 E 59	12	60	1º GRAU	3	15	PROFESSOR	1	5	NÃO RESPONDEU	1	5	7	UN	%	NÃO RESPONDEU	1	5
ACIMA DE 60 ANOS	1	5	2º GRAU	9	45	ADVOGADO	1	5	PORTEIRO	1	5	CASA	17	85	-	-	-

AVALIAÇÃO ESPACIAL

9	UN	%	LIMPEZA	-	-	12	UN	%	SIM	15	75	SIM	7	35	SIM	8	40
MUITO SAT.	4	20	SEGURANÇA	-	-	SIM	18	90	NÃO	5	25	NÃO	13	65	NÃO	12	60
SATISFEITO	13	65	PERGOLADO	-	-	NÃO	2	10	17	UN	%	19	UN	%	23	UN	%
INSATISFEITO	2	10	BANCA DE REVISTA	-	-	13	UN	%	SIM	13	65	SIM	3	15	SIM	5	25
NÃO RESPONDEU	1	5	ILUMINAÇÃO	-	-	SIM	14	70	NÃO	7	35	NÃO	17	85	NÃO	15	75
10	UN	%	11	UN	%	NÃO	6	30	18	UN	%	20	UN	%	24	UN	%
OPÇÃO DE LAZER	-	-	EQUIP. QUEBRADOS	-	-	14	UN	%	À LARGURA	-	-	FÁCIL	14	70	MUITO SEGURA	2	10
ASPECTO AGRADÁVEL	-	-	POUCO VERDE	-	-	SIM	12	60	SIM	19	95	MAIS OU MENOS	6	30	SEGURA	7	35
NADA A RECLAMAR	-	-	FALTA QUADRA ESP.	-	-	NÃO	8	40	NÃO	1	5	DIFÍCIL	-	-	INDIFERENTE	5	25
TRANQUILIDADE	-	-	FALTA LANCHONETE	-	-	15	UN	%	À PAVIMENTAÇÃO	-	-	21	UN	%	INSEGURA	6	30
ESTACIONAMENTO	-	-	POUCO BRINQUEDOS	-	-	SIM	19	95	SIM	20	100	SIM	17	85	MUITO INSEGURA	-	-
BRINQUEDOS	-	-	FALTA POLICIAMENTO	-	-	NÃO	1	5	NÃO	-	-	NÃO	3	15	-	-	-
ÁREA PARA CAMINHAR	-	-	NADA RUIM	-	-	16	UN	%	AO SOMBREAMENTO	-	-	22	UN	%	-	-	-

INTENSIDADE E DIVERSIDADE DE USO DOS ESPAÇOS

25	UN	%	FINS DE SEMANA	6	30	28	UN	%	ADULTOS	1	5	NENHUMA	13	65
MANHÃ	2	10	27	UN	%	SIM	11	55	IDOSOS	-	-	31	UN	%
TARDE	17	85	1º VEZ	5	25	NÃO	7	35	30	UN	%	FAZER EXERCÍCIOS FÍSICOS E GINÁSTICA	3	15
NOITE	1	5	DIARIAMENTE	6	30	NÃO SABE	2	10	CAMINHAR	4	20	OBSERVAR O MOVIMENTO DAS RUAS	2	10
(h) PREDOMINANTE	16:00hs		SEMANALMENTE	4	20	29	UN	%	CONVERSAR	1	5	DESLOCAR-ME DE UM LUGAR PARA OUTRO	7	35
26	UN	%	MENSALMENTE	-	-	ATÉ 12 ANOS	19	95	BRINCAR	1	5	VER PESSOAS E FAZER AMIZADES	8	40
DURANTE SEMANA	14	70	RARAMENTE	5	25	ENTRE 13 E 17	-	-	SEXO	1	5	-	-	-

RELAÇÕES SOCIAIS

32	UN	%	33	UN	%	34	UN	%
NUNCA	2	10	MUITO SAT.	1	5	SIM	11	55
DIARIAMENTE	3	15	SATISFATÓRIA	9	45	NÃO	9	45
SEMANALMENTE	6	30	INDIFERENTE	7	35	35	UN	%
MENSALMENTE	1	5	FAVORECE	3	15	DURADOURAS	5	45,45
RARAMENTE	8	40	PREJUDICA	-	-	SÓ DURANTE A PERMANÊNCIA NA PRAÇA	6	54,55

ANEXO VIII - QUANTITATIVO DOS DADOS - CONDOMÍNIO GOLDEN GARDEN

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO											DADOS SOBRE A MORADIA						
1	UN	%	2º GRAU	8	23,53	DELEGADO	1	2,94	ENTRE 5 E 10	6	17,65	9	UN	%	ERA MUITO MAIOR	15	44,12
M	20	58,82	3º GRAU	23	67,65	ESTUDANTE	5	14,71	ENTRE 10 E 15	6	17,65	PRÓPRIO	21	61,76	ERA IGUAL	12	35,29
F	14	41,18	5	UN	%	MÉDICO	1	2,94	ENTRE 15 E 20	12	35,29	ALUGADO	13	38,24	13	UN	%
2	UN	%	APOSENTADO	1	2,94	BUROCRATA	1	2,94	ACIMA DE 20 SALÁRIOS	5	14,71	EMPRESTADO	-	-	ESPAÇO	-	-
ENTRE 13 E 17 ANOS	1	2,94	COMERCIANTE	2	5,88	EMPRESÁRIA	1	2,94	8	UN	%	10	UN	%	PROCURA DE SEG.	-	-
ENTRE 18 E 59 ANOS	24	70,59	ENG. AGRÔNOMO	2	5,88	FUNC. PÚBLICO	5	14,71	TOTAL DE MORADORES	107	-	ATÉ 2 ANOS	13	38,24	ÁREA DE LAZER	-	-
NÃO RESPONDEU	9	26,47	GEÓLOGO	1	2,94	PROFESSOR	5	14,71	-	-	-	ENTRE 2 E 5	18	52,94	MELHOR LOCALIZAÇÃO	-	-
3	UN	%	TURISMÓLOGO	1	2,94	6	UN	%	-	-	-	ACIMA DE 5 ANOS	3	8,82	14	UN	%
SOLTEIRO	13	38,24	AUX. ADMINISTRATIVO	2	5,88	PRÓPRIO BAIRRO	-	-	-	-	-	11	UN	%	LOCALIZAÇÃO	-	-
CASADO	14	41,18	CONTADOR	2	5,88	OUTRO BAIRRO	29	85,29	-	-	-	CASA	13	38,24	SEGURANÇA	-	-
SEPARADO	7	20,59	ENG. CIVIL	1	2,94	NÃO TRABALHA	5	14,71	-	-	-	APARTAMENTO	21	61,76	PRÓX. AO SHOPPING	-	-
4	UN	%	JORNALISTA	1	2,94	7	UN	%	-	-	-	12	UN	%	POR CONVENIÊNCIA	-	-
1º GRAU	3	8,82	BANCÁRIO	2	5,88	ATÉ 5 SALÁRIOS MÍN.	5	14,71	-	-	-	NÃO	7	20,59	ACASO	-	-
AVALIAÇÃO ESPACIAL																	
15	UN	%	18	UN	%	ÁREA VERDE	-	-	INSATISFEITO	-	-	NÃO	16	47,06	NÃO, NÃO HÁ POLICIAMENTO	25	73,53
MUITO SATISFEITO	11	32,35	CASA	10	29,41	ÓTIMA QUADRA	-	-	MUITO INSATISFEITO	2	5,88	AO SOMBREAMENTO	-	-	31	UN	%
SATISFEITO	19	55,88	APARTAMENTO	24	70,59	GRANDIOSIDADE	-	-	25	UN	%	SIM	4	11,76	PRAÇAS	-	-
INDIFERENTE	3	8,82	19	UN	%	22	UN	%	LOCALIZAÇÃO	-	-	NÃO	30	88,24	UM POSTO POLICIAL	-	-
INSATISFEITO	1	2,94	MUITO SATISFEITO	5	14,71	FALTA SAUNA	-	-	TEM TUDO PERTO	-	-	28	UN	%	COBERTURA NOS CANAIS	-	-
MUITO INSATISFEITO	-	-	SATISFEITO	22	64,71	CONSERVAÇÃO	-	-	TRANQUILIDADE E SEGURANÇA	-	-	À LARGURA	-	-	PARQUES	-	-
16	UN	%	INDIFERENTE	6	17,65	OS INSETOS	-	-	26	UN	%	SIM	22	64,71	IGREJAS	-	-
SEGURANÇA	-	-	INSATISFEITO	1	2,94	23	UN	%	POUCAS ÁRVORES	-	-	NÃO	12	35,29	MENOS EDIFÍCIOS	-	-
ESPAÇO DE LAZER	-	-	MUITO INSATISFEITO	-	-	SIM	25	73,53	MUITO BARULHO E POEIRA	-	-	A PAVIMENTAÇÃO	-	-	32	UN	%
LOCALIZAÇÃO	-	-	20	UN	%	CONFIO NOS FUNC.	-	-	MAL CHEIRO DO CANAL	-	-	SIM	23	67,65	NÃO CONH. E NUNCA OUVI FALAR	21	61,76
BEM VENTILADO	-	-	MUITO SATISFEITO	5	14,70	NÃO	9	26,47	27	UN	%	NÃO	11	32,35	NÃO CONH. MAS JÁ OUVI FALAR	2	5,88
VISTA	-	-	SATISFEITO	22	64,72	HOJE NÃO ESTAMOS SEGUROS	-	-	À LARGURA	-	-	29	UN	%	CONH. MAS NUNCA FREQUENTEI	9	26,47
17	UN	%	INDIFERENTE	5	14,70	24	UN	%	SIM	18	52,94	SIM, CAMINHADAS, COOPER E ...	15	44,12	CONHEÇO, JÁ ESTIVE NELA ALGUMAS VEZES	2	5,88
BARULHO	-	-	INSATISFEITO	2	5,88	MUITO SATISFEITO	13	38,24	NÃO	16	47,06	NÃO	19	55,88	-	-	-
ÁREA PEQUENA	-	-	MUITO INSATISFEITO	-	-	SATISFEITO	17	50	À PAVIMENTAÇÃO	-	-	30	UN	%	-	-	-
GARAGEM	-	-	21	UN	%	INDIFERENTE	2	5,88	SIM	18	52,94	SIM, BOA SINALIZAÇÃO	9	26,47	-	-	-
INTENSIDADE E DIVERSIDADE DE USO DOS ESPAÇOS																	
33	UN	%	PISCINA	-	-	MENSALMENTE	4	11,76	DIARIAMENTE	-	-	DEMAIS ESPAÇOS	-	-	LAZER, GINÁSTICA	12	35,29
SIM, NATAÇÃO E JOGOS	13	38,24	NUNCA	9	26,47	RARAMENTE	7	20,59	SEMANALMENTE	-	-	NUNCA	13	38,24	APENAS PARA ME DESLOCAR	18	52,94
NÃO	21	61,76	DIARIAMENTE	-	-	S. DE FESTA C/ ORGAN.	-	-	MENSALMENTE	1	2,94	DIARIAMENTE	4	11,76	41	UN	%
34	UN	%	SEMANALMENTE	8	23,53	NUNCA	21	61,76	RARAMENTE	9	26,47	SEMANALMENTE	5	14,71	SIM, DE BICICLETA, MOTO	2	5,88
MANHÃ - INÍCIO	18	52,94	MENSALMENTE	4	11,76	DIARIAMENTE	-	-	SALÃO DE GINÁSTICA	-	-	MENSALMENTE	2	5,88	NÃO	2	5,88
TARDE - FIM	4	11,76	RARAMENTE	16	47,06	SEMANALMENTE	-	-	NUNCA	11	32,35	RARAMENTE	10	29,41	42	UN	%
NOITE - INÍCIO	9	26,47	QUAD. DE ESPORTE	-	-	MENSALMENTE	2	-	DIARIAMENTE	1	2,94	38	UN	%	NUNCA	-	-
NOITE - APARTIR DAS 21:00h	3	8,82	NUNCA	21	61,76	RARAMENTE	11	32,35	SEMANALMENTE	2	5,88	SIM, PERDE A PRIVACIDADE	10	29,41	DIARIAMENTE	10	29,41
35	UN	%	DIARIAMENTE	1	2,94	S. DE FESTA C/ CONVIDADO	-	-	MENSALMENTE	3	8,82	NÃO, O EQUIP. É DE TODOS	24	70,59	SEMANALMENTE	21	61,76
SIM, PELAS CRIANÇAS	16	47,06	SEMANALMENTE	3	8,82	NUNCA	13	38,24	RARAMENTE	17	50	39	UN	%	MENSALMENTE	1	2,94
NÃO, FALTA DE TEMPO	18	52,94	MENSALMENTE	1	2,94	DIARIAMENTE	-	-	SALA DE ESTUDO	-	-	NUNCA	4	11,76	RARAMENTE	2	5,88
36	UN	%	RARAMENTE	8	23,53	SEMANALMENTE	-	-	NUNCA	20	58,82	DIARIAMENTE	13	38,24	43	UN	%
ATÉ 12 ANOS	15	44,12	PLAYGROUND	-	-	MENSALMENTE	-	-	DIARIAMENTE	1	2,94	SEMANALMENTE	4	11,76	LAZER, DIVERSÃO	7	20,59
ENTRE 13 E 17 ANOS	19	55,88	NUNCA	17	50	RARAMENTE	21	61,76	SEMANALMENTE	4	11,76	MENSALMENTE	-	-	COMPRAS	22	64,71
ADULTOS	-	-	DIARIAMENTE	2	5,88	SALÃO DE JOGOS	-	-	MENSALMENTE	3	8,82	RARAMENTE	13	38,24	SERVIÇOS	5	14,71
37	UN	%	SEMANALMENTE	4	11,76	NUNCA	24	70,59	RARAMENTE	6	17,65	40	UN	%	-	-	-
RELAÇÕES SOCIAIS									AVALIAÇÃO SOCIAL								
44	UN	%	DIARIAMENTE	10	29,41	DIARIAMENTE	1	2,94	47	UN	%	48	UN	%	NA FAZENDA	3	8,23
COMUNIDADE	24	70,59	SEMANALMENTE	5	14,71	SEMANALMENTE	2	5,88	MUITO SATISFATÓRIA	3	8,82	SIM, CONHECER NOVAS PESSOAS	20	58,82	OUTROS ESTADOS	9	26,47
INDIFERENÇA	9	26,47	MENSALMENTE	1	2,94	MENSALMENTE	-	-	SATISFATÓRIA	15	44,12	NÃO, OS QUE TENHO JÁ SÃO O SUFICIENTE	14	41,18	50	UN	%
PROBLEMAS	1	2,94	RARAMENTE	16	47,06	RARAMENTE	14	41,18	INDIFERENTE	13	38,24	49	UN	%	SIM	25	73,53
45	UN	%	46	UN	%	-	-	-	FAVORECE	3	8,82	NO CONDOMÍNIO	12	35,29	NÃO	9	26,47
NUNCA	2	5,88	NUNCA	17	50	-	-	-	PREJUDICA	-	-	NA PRAIA	10	29,41	-	-	-

ANEXO IX - QUANTITATIVO DOS DADOS - CONDOMÍNIO COSTA BRAVA

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO												DADOS SOBRE A MORADIA					
1	UN	%	1º GRAU	3	6,12	PROFESSOR	1	2,04	NÃO TRABALHA	15	30,61	9	UN	%	ERA MUITO MAIOR	22	44,90
M	16	32,65	2º GRAU	13	26,53	APOSENTADA	4	8,16	7	UN	%	PRÓPRIO	40	81,63	ERA IGUAL	15	30,61
F	33	67,35	3º GRAU	33	67,35	BANCÁRIO	2	4,08	ATÉ 5 SALÁRIOS MÍN.	2	4,08	ALUGADO	8	16,33	13	UN	%
2	UN	%	5	UN	%	EMPRESÁRIA	3	6,12	ENTRE 5 E 10	9	18,37	EMPRESTADO	1	2,04	ESPAÇO	-	-
ENTRE 13 E 17 ANOS	1	2,04	ADMINISTRADOR DE EMP.	3	6,12	ESTUDANTE	5	10,20	ENTRE 10 E 15	6	12,24	10	UN	%	PROCURA DE SEG.	-	-
ENTRE 18 E 59 ANOS	32	65,31	ASSISTENTE SOCIAL	1	2,04	TURISMÓLOGO	1	2,04	ENTRE 15 E 20	12	24,49	ATÉ 2 ANOS	14	28,57	ÁREA DE LAZER	-	-
ACIMA DE 60 ANOS	4	8,16	DENTISTA	3	6,12	ARQUITETO	1	2,04	ACIMA DE 20 SALÁRIOS	20	40,82	ENTRE 2 E 5	20	40,82	MELHOR LOCALIZAÇÃO	-	-
NÃO RESPONDEU	12	24,49	ENFERMEIRA	1	2,04	COMERCIANTE	3	6,12	8	UN	%	ACIMA DE 5 ANOS	15	30,61	14	UN	%
3	UN	%	MÉDICO	7	14,29	ECONOMISTA	2	4,08	TOTAL DE MORADORES	170	-	11	UN	%	LOCALIZAÇÃO	-	-
SOLTEIRO	4	8,16	ADVOGADO	2	4,08	FUNC. PÚBLICO	1	2,04	-	-	-	CASA	20	40,82	SEGURANÇA	-	-
CASADO	40	81,63	AUX. ADMINISTRATIVO	1	10,20	6	UN	%	-	-	-	APARTAMENTO	29	59,18	PRÓX. AO SHOPPING	-	-
SEPARADO	5	10,2	DONA DE CASA	5	61,22	PRÓPRIO BAIRRO	4	8,16	-	-	-	12	UN	%	POR CONVENIÊNCIA	-	-
4	UN	%	ENG. CIVIL	3	2,04	OUTRO BAIRRO	30	61,22	-	-	-	NÃO	12	24,49	ACASO	-	-
AVALIAÇÃO ESPACIAL																	
15	UN	%	18	UN	%	ÁREA VERDE	-	-	INSATISFEITO	3	6,12	NÃO	19	38,78	NÃO, NÃO HÁ POLICIAMENTO	46	93,88
MUITO SATISFEITO	12	24,49	CASA	12	24,49	ÓTIMA QUADRA	-	-	MUITO INSATISFEITO	1	2,04	AO SOMBREAMENTO	-	-	31	UN	%
SATISFEITO	34	69,39	APARTAMENTO	37	75,51	GRANDIOSIDADE	-	-	25	UN	%	SIM	10	20,40	PRAÇAS	-	-
INDIFERENTE	2	4,08	19	UN	%	22	UN	%	LOCALIZAÇÃO	-	-	NÃO	39	79,60	UM POSTO POLICIAL	-	-
INSATISFEITO	1	2,04	MUITO SATISFEITO	4	8,16	FALTA SAUNA	-	-	TEM TUDO PERTO	-	-	28	UN	%	COBERTURA NOS CANAIS	-	-
MUITO INSATISFEITO	-	-	SATISFEITO	32	65,31	CONSERVAÇÃO	-	-	TRANQUILIDADE E SEGURANÇA	-	-	À LARGURA	-	-	PARQUES	-	-
16	UN	%	INDIFERENTE	11	22,45	OS INSETOS	-	-	26	UN	%	SIM	22	44,90	IGREJAS	-	-
SEGURANÇA	-	-	INSATISFEITO	2	4,08	23	UN	%	POUCAS ÁRVORES	-	-	NÃO	27	55,10	MENOS EDIFÍCIOS	-	-
ESPAÇO DE LAZER	-	-	MUITO INSATISFEITO	-	-	SIM	35	71,43	MUITO BARULHO E POEIRA	-	-	À PAVIMENTAÇÃO	-	-	32	UN	%
LOCALIZAÇÃO	-	-	20	UN	%	CONFIO NOS FUNC.	-	-	MAL CHEIRO DO CANAL	-	-	SIM	36	73,47	NÃO CONH. E NUNCA OUVI FALAR	21	42,86
BEM VENTILADO	-	-	MUITO SATISFEITO	12	24,50	NÃO	14	28,57	27	UN	%	NÃO	13	26,53	NÃO CONH. MAS JÁ OUVI FALAR	2	4,08
VISTA	-	-	SATISFEITO	30	61,22	HOJE NÃO ESTAMOS SEGUROS	-	-	À LARGURA	-	-	29	UN	%	CONH. MAS NUNCA FREQUENTEI	21	42,86
17	UN	%	INDIFERENTE	4	8,16	24	UN	%	SIM	21	42,86	SIM, CAMINHADAS, COOPER E ...	26	53,06	CONHEÇO, JÁ ESTIVE NELA ALGUMAS VEZES	5	10,20
BARULHO	-	-	INSATISFEITO	3	6,12	MUITO SATISFEITO	13	26,53	NÃO	28	57,14	NÃO	23	46,94	-	-	-
ÁREA PEQUENA	-	-	MUITO INSATISFEITO	-	-	SATISFEITO	32	65,31	À PAVIMENTAÇÃO	-	-	30	UN	%	-	-	-
GARAGEM	-	-	21	UN	%	INDIFERENTE	-	-	SIM	30	61,22	SIM, BOA SINALIZAÇÃO	3	6,12	-	-	-
INTENSIDADE E DIVERSIDADE DE USO DOS ESPAÇOS																	
33	UN	%	ADULTOS	-	-	PLAYGROUND	-	-	DIARIAMENTE	-	-	MENSALMENTE	1	2,04	41	UN	%
SIM, NATAÇÃO E JOGOS	11	22,45	37	UN	%	NUNCA	23	46,94	SEMANALMENTE	-	-	RARAMENTE	30	61,22	SIM, DE BICICLETA, MOTO	2	33,33
NÃO	38	77,55	PISCINA	-	-	DIARIAMENTE	5	10,20	MENSALMENTE	2	4,08	38	UN	%	NÃO	4	66,67
34	UN	%	NUNCA	11	22,45	SEMANALMENTE	6	12,25	RARAMENTE	35	71,43	SIM, PERDE A PRIVACIDADE	15	30,61	42	UN	%
MANHÃ - INÍCIO	14	28,57	DIARIAMENTE	1	2,04	MENSALMENTE	4	8,16	SALA DE JOGOS	-	-	NÃO, O EQUIP. É DE TODOS	34	69,39	NUNCA	-	-
TARDE - FIM	10	20,41	SEMANALMENTE	6	12,24	RARAMENTE	11	22,45	NUNCA	34	69,39	39	UN	%	DIARIAMENTE	9	18,37
NOITE - INÍCIO	14	28,57	MENSALMENTE	4	8,16	S. DE FESTA C/ ORGANIZADOR	-	-	DIARIAMENTE	-	-	NUNCA	6	12,24	SEMANALMENTE	36	73,47
NENHUM	11	22,45	RARAMENTE	27	55,10	NUNCA	20	40,82	SEMANALMENTE	1	2,04	DIARIAMENTE	15	30,61	MENSALMENTE	2	4,08
35	UN	%	QUAD. DE ESPORTE	-	-	DIARIAMENTE	-	-	MENSALMENTE	1	2,04	SEMANALMENTE	12	24,49	RARAMENTE	2	4,08
SIM, PELAS CRIANÇAS	22	44,90	NUNCA	32	65,31	SEMANALMENTE	-	-	RARAMENTE	13	26,53	MENSALMENTE	4	8,16	43	UN	%
NÃO, FALTA DE TEMPO	27	55,10	DIARIAMENTE	2	4,08	MENSALMENTE	-	-	DEMAIS ESPAÇOS	-	-	RARAMENTE	12	24,49	LAZER, DIVERSÃO	8	16,32
36	UN	%	SEMANALMENTE	3	6,12	RARAMENTE	29	59,18	NUNCA	9	18,37	40	UN	%	COMPRAS	34	69,39
ATÉ 12 ANOS	33	67,35	MENSALMENTE	2	4,08	S. DE FESTA C/ CONVIDADO	-	-	DIARIAMENTE	1	2,04	LAZER, GINÁSTICA	27	62,79	SERVIÇOS	7	14,29
ENTRE 13 E 17 ANOS	16	32,65	RARAMENTE	10	20,41	NUNCA	12	24,49	SEMANALMENTE	8	16,33	APENAS PARA ME DESLOCAR	16	37,21	-	-	-
RELAÇÕES SOCIAIS									AVALIAÇÃO SOCIAL								
44	UN	%	DIARIAMENTE	17	34,69	DIARIAMENTE	6	12,25	47	UN	%	48	UN	%	NA FAZENDA	3	6,12
COMUNIDADE	43	87,76	SEMANALMENTE	12	24,48	SEMANALMENTE	1	2,04	MUITO SATISFATÓRIA	1	2,04	SIM, CONHECER NOVAS PESSOAS	30	61,22	OUTRAS CIDADES, ESTADOS	13	26,53
INDIFERENÇA	3	6,12	MENSALMENTE	-	-	MENSALMENTE	2	4,08	SATISFATÓRIA	20	40,82	NÃO, OS QUE TENHO JÁ SÃO O SUFICIENTE	19	38,78	50	UN	%
PROBLEMAS	3	6,12	RARAMENTE	17	34,69	RARAMENTE	22	44,90	INDIFERENTE	14	28,57	49	UN	%	SIM	29	59,18
45	UN	%	46	UN	%	-	-	-	FAVORECE	14	28,57	NO CONDOMÍNIO	13	26,53	NÃO	20	40,82
NUNCA	3	6,12	NUNCA	18	36,73	-	-	-	PREJUDICA	-	-	NA PRAIA	20	40,82	-	-	-

ANEXO X - QUANTITATIVO DOS DADOS - CONDOMÍNIO BEAU RIVAGE PLAZA

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO										DADOS SOBRE A MORADIA									
1	UN	%	3º GRAU	10	83,33	OUTRO BAIRRO	10	83,34	9	UN	%	ERA MUITO MAIOR	3	25	INFRA-ESTRUTURA	-	-		
M	6	50	5	UN	%	OUTRA CIDADE	1	8,33	PRÓPRIO	9	75	ERA IGUAL	-	-	SHOPPING CENTER	-	-		
F	6	50	ADVOGADO	1	8,33	NÃO TRABALHA	-	-	ALUGADO	3	25	13	UN	%	-	-	-		
2	UN	%	ESTUDANTE	1	8,33	7	UN	%	EMPRESTADO	-	-	ESPAÇO MAIOR	-	-	-	-	-		
ENTRE 13 E 17 ANOS	-	-	CERVEJEIRO	1	8,33	5 SALÁRIOS MÍNIMOS	1	8,33	10	UN	%	FALTA DE SEGURANÇA	-	-	-	-	-		
ENTRE 18 E 59 ANOS	8	66,67	VENDEDOR	1	8,33	ENTRE 5 E 10	-	-	ATÉ 2 ANOS	5	41,67	COMODIDADE	-	-	-	-	-		
NÃO RESPONDEU	4	33,33	FUNC. PÚBLICO	3	25	ENTRE 10 E 15	1	8,33	ENTRE 2 E 5 ANOS	4	33,33	CONFORTO	-	-	-	-	-		
3	UN	%	ENG. AGRÔNOMO	1	8,33	ENTRE 15 E 20	4	33,34	ACIMA DE 5 ANOS	3	25	MELHOR QUALIDADE DE VIDA	-	-	-	-	-		
SOLTEIRO	-	-	JORNALISTA	1	8,33	ACIMA DE 20	6	50	11	UN	%	14	UN	%	-	-	-		
CASADO	11	91,67	ENG. CIVIL	1	8,33	8	UN	%	CASA	3	25	SEGURANÇA	-	-	-	-	-		
SEPARADO	1	8,33	MÉDICO	2	16,69	TOTAL DE MORADORES	46	-	APARTAMENTO	9	75	LOCALIZAÇÃO	-	-	-	-	-		
4	UN	%	6	UN	%	-	-	-	12	UN	%	PRATICIDADE	-	-	-	-	-		
2º GRAU	2	16,67	PRÓPRIO BAIRRO	1	8,33	-	-	-	NÃO	9	75	SERVIÇOS PRÓXIMOS	-	-	-	-	-		
AVALIAÇÃO ESPACIAL																			
15	UN	%	CASA	4	33,33	LIMPEZA	-	-	NADA	-	-	NÃO	9	75	31	UN	%		
MUITO SATISFEITO	2	16,67	APARTAMENTO	8	-	22	UN	%	LIMPEZA	-	-	AO SOMBREAMENTO	-	-	EQUIPAMENTO DE LAZER	-	-		
SATISFEITO	9	75	19	UN	%	NADA	-	-	BOM VISUAL	-	-	SIM	-	-	MELHOR SISTEMA VIÁRIO	-	-		
INDIFERENTE	-	-	MUITO SATISFEITO	7	58,33	FALTA ÁREA VERDE	-	-	SEVIÇOS ABUNDANTES	-	-	NÃO	12	100	POSTO DE SAÚDE	-	-		
INSATISFEITO	1	8,33	SATISFEITO	4	33,34	FALTA QUADRA/ESPORTE	-	-	FLUÊNCIA DO TRÂNSITO	-	-	28	UN	%	POLICIAMENTO	-	-		
MUITO INSATISFEITO	-	-	INDIFERENTE	1	8,33	23	UN	%	26	UN	%	À LARGURA	-	-	ARBORIZAÇÃO	-	-		
16	UN	%	INSATISFEITO	-	-	SIM	12	100	ESGOTO A CÉU ABERTO	-	-	SIM	4	33,33	ESCOLAS	-	-		
VENTILAÇÃO	-	-	MUITO INSATISFEITO	-	-	NÃO	-	-	NUMEROSIDADE DE EDIFICAÇÕES	-	-	NÃO	8	66,67	32	UN	%		
VALORIZAÇÃO	-	-	20	UN	%	É UMA ÁREA FECHADA	-	-	BARULHO DO POSTO SHELL	-	-	À PAVIMENTAÇÃO	-	-	NÃO CONHEÇO E NUNCA OUVI FALAR	3	25		
BOA VIZINHANÇA	-	-	MUITO SATISFEITO	-	-	NUNCA HOUVE INCIDENTE	-	-	MURIÇOCA	-	-	SIM	10	83,33	NÃO CONHEÇO, MAS JÁ OUVI FALAR	-	-		
ÁREA	-	-	SATISFEITO	9	75	24	UN	%	FALTA CICLOVIAS	-	-	NÃO	2	16,67	CONHEÇO, MAS NUNCA FREQUENTEI	5	41,67		
VISTA	-	-	INDIFERENTE	-	-	MUITO SATISFEITO	2	16,67	27	UN	%	29	UN	%	CONHEÇO, JÁ ESTIVE NELA	4	33,33		
17	UN	%	INSATISFEITO	2	16,67	SATISFEITO	8	66,67	À LARGURA	-	-	SIM, CAMINHADAS, COOPER	9	75	-	-	-		
NADA	-	-	MUITO INSATISFEITO	1	8,33	INDIFERENTE	-	-	SIM	-	-	NÃO	3	25	-	-	-		
ACÚSTICA	-	-	21	UN	%	INSATISFEITO	2	16,67	NÃO	12	100	30	UN	%	-	-	-		
POSSUI SÓ 1 SUÍTE	-	-	SEGURANÇA	-	-	MUITO INSATISFEITO	-	-	À PAVIMENTAÇÃO	-	-	SIM, BOA SINALIZAÇÃO	1	-	-	-	-		
18	UN	%	OPÇÕES DE LAZER	-	-	25	UN	%	SIM	3	25	NÃO, AS RUA SÃO ESCURAS	11	-	-	-	-		
INTENSIDADE E DIVERSIDADE DE USO DOS ESPAÇOS																			
33	UN	%	PISCINA	-	-	SEMANALMENTE	1	8,33	SALÃO DE JOGOS	-	-	SEMANALMENTE	1	8,33	41	UN	%		
SIM, NATAÇÃO E JOGOS	4	33,33	NUNCA	2	16,67	MENSALMENTE	-	-	NUNCA	5	41,67	MENSALMENTE	-	-	SIM, DE BICICLETA, MOTO	-	-		
NÃO	8	66,67	DIARIAMENTE	0	-	RARAMENTE	8	66,67	DIARIAMENTE	-	-	RARAMENTE	9	75	NÃO	2	100		
34	UN	%	SEMANALMENTE	1	8,33	S. DE FESTA C/ ORGAN.	-	-	SEMANALMENTE	-	-	38	UN	%	42	UN	%		
MANHÃ - INÍCIO	8	66,66	MENSALMENTE	1	8,33	NUNCA	5	41,67	MENSALMENTE	2	16,67	SIM, PERDE A PRIVACIDADE	4	33,33	NUNCA	-	-		
TARDE - FIM	2	16,67	RARAMENTE	8	66,67	DIARIAMENTE	-	-	RARAMENTE	5	41,67	NÃO, O EQUIPAMENTO É DE TODOS	8	66,67	DIARIAMENTE	1	8,33		
NOITE - INÍCIO	2	16,67	SAUNA	-	-	SEMANALMENTE	-	-	SALÃO DE GINASTICA	-	-	39	UN	%	SEMANALMENTE	9	75		
35	UN	%	NUNCA	8	66,67	MENSALMENTE	-	-	NUNCA	9	75	NUNCA	2	16,67	MENSALMENTE	1	8,33		
SIM, PELAS CRIANÇAS	3	25	DIARIAMENTE	-	-	RARAMENTE	7	58,33	DIARIAMENTE	-	-	DIARIAMENTE	4	33,33	RARAMENTE	1	8,33		
NÃO, FALTA DE TEMPO	9	75	SEMANALMENTE	-	-	S. DE FESTA C/ CONV.	-	-	SEMANALMENTE	1	8,33	SEMANALMENTE	1	8,33	43	UN	%		
36	UN	%	MENSALMENTE	1	8,34	NUNCA	5	41,67	MENSALMENTE	-	-	MENSALMENTE	-	-	LAZER, DIVERSAO	1	8,33		
ATÉ 12 ANOS	11	91,67	RARAMENTE	3	25	DIARIAMENTE	-	-	RARAMENTE	2	16,67	RARAMENTE	5	41,67	COMPRAS	9	75		
ENTRE 13 E 17 ANOS	1	8,33	PLAYGROUND	-	-	SEMANALMENTE	-	-	DEMAIS ESPAÇOS	-	-	40	UN	%	SERVIÇOS	2	16,67		
ADULTOS	-	-	NUNCA	3	25	MENSALMENTE	-	-	NUNCA	2	16,67	LAZER, GINÁSTICA	4	40	-	-	-		
37	UN	%	DIARIAMENTE	-	-	RARAMENTE	7	58,33	DIARIAMENTE	-	-	APENAS PARA ME DESLOCAR	6	60	-	-	-		
RELAÇÕES SOCIAIS									AVALIAÇÃO SOCIAL										
44	UN	%	DIARIAMENTE	3	25	DIARIAMENTE	-	-	47	UN	%	48	UN	%	NA FAZENDA	1	8,33		
COMUNIDADE	9	75	SEMANALMENTE	3	25	SEMANALMENTE	-	-	MUITO SATISFATÓRIA	-	-	SIM, É BOM CONHECER PESSOAS	8	66,67	OUTROS ESTADOS	3	25		
INDIFERENÇA	3	25	MENSALMENTE	-	-	MENSALMENTE	-	-	SATISFATÓRIA	1	8,33	NÃO	4	33,33	50	UN	%		
PROBLEMAS	-	-	RARAMENTE	6	50	RARAMENTE	5	41,67	INDIFERENTE	6	50	49	UN	%	SIM	10	83,33		
45	UN	%	46	UN	%	-	-	-	FAVORECE	4	33,34	NO CONDOMÍNIO	3	25	NÃO	2	16,67		
NUNCA	-	-	NUNCA	7	58,33	-	-	-	PREJUDICA	1	8,33	NA PRAIA	5	41,67	-	-	-		

ANEXO XI - QUANTITATIVO DOS DADOS - COMPARATIVO ENTRE CONDOMÍNIOS

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO										DADOS SOBRE A MORADIA							
1	C. T.	%	3º GRAU	66	69,47	EMPRESÁRIA	4	4,21	PRÓPRIO BAIRRO	5	5,26	9	C. T.	%	13	C. T.	%
M	42	44,21	5	C. T.	%	FUNC. PÚBLICO	9	9,47	OUTRO BAIRRO	69	72,63	PRÓPRIO	70	73,68	ESPAÇO	-	-
F	53	55,79	APOSENTADO	5	5,26	PROFESSOR	6	6,32	OUTRA CIDADE	1	1,05	ALUGADO	24	25,26	PROCURA DE SEG.	-	-
2	C. T.	%	COMERCIANTE	5	5,26	CERVEJEIRO	1	1,05	NÃO TRABALHA	20	21,05	EMPRESTADO	1	1,05	ÁREA DE LAZER	-	-
ENTRE 13 E 17 ANOS	2	2,11	ENG. AGRÔNOMO	3	3,16	VENDEDOR	1	1,05	7	C. T.	%	10	C. T.	%	MELHOR LOCALIZAÇÃO	-	-
ENTRE 18 E 59 ANOS	64	67,37	TURISMÓLOGO	2	2,11	ADMINISTRADOR DE EMP.	3	3,16	ATÉ 5 SALÁRIOS MÍNIMO	8	8,42	ATÉ 2 ANOS	32	33,68	14	C. T.	%
ACIMA DE 60 ANOS	4	4,21	AUX. ADMINISTRATIVO	3	3,16	ASSISTENTE SOCIAL	1	1,05	ENTRE 5 E 10	15	15,79	ENTRE 2 E 5 ANOS	42	44,21	LOCALIZAÇÃO	-	-
NÃO RESPONDEU	25	26,32	CONTADOR	2	2,11	DENTISTA	3	3,16	ENTRE 10 E 15	13	13,68	ACIMA DE 5 ANOS	21	22,11	SEGURANÇA	-	-
3	C. T.	%	ENG. CIVIL	5	5,26	ECONOMISTA	2	2,11	ENTRE 15 E 20	28	29,47	11	C. T.	%	PRÓX. AO SHOPPING	-	-
SOLTEIRO	17	17,90	JORNALISTA	2	2,11	GEOLOGO	1	1,05	ACIMA DE 20 SALÁRIOS	31	32,63	CASA	36	37,90	POR CONVENIÊNCIA	-	-
CASADO	65	68,42	BANCÁRIO	4	4,21	ADVOGADO	3	3,16	8	C. T.	%	APARTAMENTO	59	62,11	ACASO	-	-
SEPARADO	13	13,68	DELEGADO	1	1,05	ENFERMEIRO	1	1,05	TOTAL DE MORADORES	323	-	12	C. T.	%	-	-	-
4	C. T.	%	ESTUDANTE	11	11,58	DONA DE CASA	5	5,26	-	-	-	NÃO	28	29,47	-	-	-
1º GRAU	6	6,32	MÉDICO	10	10,53	ARQUITETO	1	1,05	-	-	-	ERA MUITO MAIOR	40	42,11	-	-	-
2º GRAU	23	24,21	BUROCRATA	1	1,05	6	C. T.	%	-	-	-	ERA IGUAL	27	28,42	-	-	-
AVALIAÇÃO ESPACIAL																	
15	C. T.	%	18	C. T.	%	ÁREA VERDE	-	-	INSATISFEITO	5	5,26	NÃO	44	46,32	NÃO, NÃO HÁ POLICIAMENTO	82	86,32
MUITO SATISFEITO	25	26,32	CASA	26	27,37	ÓTIMA QUADRA	-	-	MUITO INSATISFEITO	3	3,16	AO SOMBREAMENTO	-	-	31	C. T.	%
SATISFEITO	62	65,26	APARTAMENTO	69	72,63	GRANDIOSIDADE	-	-	25	C. T.	%	SIM	14	14,74	PRAÇAS	-	-
INDIFERENTE	5	5,26	19	C. T.	%	22	C. T.	%	LOCALIZAÇÃO	-	-	NÃO	81	85,26	UM POSTO POLICIAL	-	-
INSATISFEITO	3	3,16	MUITO SATISFEITO	16	16,84	FALTA SAUNA	-	-	TEM TUDO PERTO	-	-	28	C. T.	%	COBERTURA NOS CANAIS	-	-
MUITO INSATISFEITO	-	-	SATISFEITO	58	61,05	CONSERVAÇÃO	-	-	TRANQUILIDADE E SEGURANÇA	-	-	À LARGURA	-	-	PARQUES	-	-
16	C. T.	%	INDIFERENTE	18	18,95	OS INSETOS	-	-	26	C. T.	%	SIM	48	50,53	IGREJAS	-	-
SEGURANÇA	-	-	INSATISFEITO	3	3,16	23	C. T.	%	POUCAS ÁRVORES	-	-	NÃO	47	49,47	MENOS EDIFÍCIOS	-	-
ESPAÇO DE LAZER	-	-	MUITO INSATISFEITO	-	-	SIM	72	75,79	MUITO BARULHO E POEIRA	-	-	À PAVIMENTAÇÃO	-	-	32	C. T.	%
LOCALIZAÇÃO	-	-	20	C. T.	%	CONFIO NOS FUNC.	-	-	MAL CHEIRO DO CANAL	-	-	SIM	69	72,63	NÃO CONH. E NUNCA OUVI FALAR	45	47,37
BEM VENTILADO	-	-	MUITO SATISFEITO	17	17,90	NÃO	23	24,21	27	C. T.	%	NÃO	26	27,37	NÃO CONH. MAS JÁ OUVI FALAR	4	4,21
VISTA	-	-	SATISFEITO	61	64,21	HOJE NÃO ESTAMOS SEGUROS	-	-	À LARGURA	-	-	29	C. T.	%	CONH. MAS NUNCA FREQUENTEI	35	36,84
17	C. T.	%	INDIFERENTE	9	9,47	24	C. T.	%	SIM	39	41,05	SIM, CAMINHADAS, ...	50	52,63	CONHEÇO, JÁ ESTIVE NELA ALGUMAS VEZES	11	11,58
BARULHO	-	-	INSATISFEITO	7	7,37	MUITO SATISFEITO	28	29,47	NÃO	56	58,95	NÃO	45	47,37	-	-	-
ÁREA PEQUENA	-	-	MUITO INSATISFEITO	1	1,05	SATISFEITO	57	60	À PAVIMENTAÇÃO	-	-	30	C. T.	%	-	-	-
GARAGEM	-	-	21	C. T.	%	INDIFERENTE	2	2,11	SIM	51	53,68	SIM, BOA SINALIZAÇÃO	13	13,68	-	-	-
INTENSIDADE E DIVERSIDADE DE USO DOS ESPAÇOS																	
33	C. T.	%	DIARIAMENTE	1	1,05	SEMANALMENTE	-	-	MENSALMENTE	3	6,51	RARAMENTE	3	25	SEMANALMENTE	66	69,47
SIM, NATAÇÃO E JOGOS	28	29,47	SEMANALMENTE	15	15,79	MENSALMENTE	2	2,11	RARAMENTE	19	41,3	38	C. T.	%	MENSALMENTE	4	4,21
NÃO	67	70,53	MENSALMENTE	9	9,47	RARAMENTE	47	49,47	SALA DE ESTUDOS	-	-	SIM, PERDE A PRIVACIDADE	29	30,53	RARAMENTE	5	5,26
34	C. T.	%	RARAMENTE	51	53,68	S. DE FESTAS C/ CONVIDADO	-	-	NUNCA	20	58,82	NÃO, O EQUIP. É DE TODOS	66	69,47	43	C. T.	%
MANHÃ - INÍCIO	40	42,11	QUAD. DE ESPORTE	-	-	NUNCA	30	31,58	DIARIAMENTE	1	2,94	39	C. T.	%	LAZER, DIVERSÃO	16	16,84
TARDE - FIM	16	16,84	NUNCA	53	63,86	DIARIAMENTE	-	-	SEMANALMENTE	4	11,76	NUNCA	12	12,63	COMPRAS	65	68,42
NOITE - INÍCIO	25	26,32	DIARIAMENTE	3	3,61	SEMANALMENTE	-	-	MENSALMENTE	3	8,82	DIARIAMENTE	32	33,68	SERVIÇOS	14	14,74
NOITE A PARTIR 21:00h	3	3,16	SEMANALMENTE	6	7,23	MENSALMENTE	2	2,11	RARAMENTE	6	17,64	SEMANALMENTE	17	17,89	-	-	-
NENHUM	11	11,58	MENSALMENTE	3	3,61	RARAMENTE	63	66,32	DEMAIS ESPAÇOS	-	-	MENSALMENTE	4	4,21	-	-	-
35	C. T.	%	RARAMENTE	18	21,69	SALÃO DE JOGOS	-	-	NUNCA	24	25,26	RARAMENTE	30	31,58	-	-	-
SIM, PELAS CRIANÇAS	41	43,16	PLAYGROUND	-	-	NUNCA	63	66,32	DIARIAMENTE	5	5,26	40	C. T.	%	-	-	-
NÃO, FALTA DE TEMPO	54	56,84	NUNCA	43	45,26	DIARIAMENTE	-	-	SEMANALMENTE	14	14,74	LAZER, GINÁSTICA	43	51,81	-	-	-
36	C. T.	%	DIARIAMENTE	7	7,37	SEMANALMENTE	1	1,05	MENSALMENTE	3	3,16	SÓ PARA ME DESLOCAR	40	48,19	-	-	-
ATÉ 12 ANOS	59	62,11	SEMANALMENTE	11	11,58	MENSALMENTE	4	4,21	RARAMENTE	49	51,58	41	C. T.	%	-	-	-
ENTRE 13 E 17 ANOS	36	37,90	MENSALMENTE	8	8,42	RARAMENTE	27	28,47	SAUNA	-	-	SIM, DE BICICLETA, MOTO	4	33,33	-	-	-
ADULTOS	-	-	RARAMENTE	26	27,37	SALÃO DE GINÁSTICA	-	-	NUNCA	8	66,67	NÃO	8	66,67	-	-	-
37	C. T.	%	S. DE FESTAS C/ ORGAN.	-	-	NUNCA	20	43,48	DIARIAMENTE	-	-	42	C. T.	%	-	-	-
PISCINA	-	-	NUNCA	46	48,42	DIARIAMENTE	1	2,17	SEMANALMENTE	-	-	NUNCA	-	-	-	-	-
NUNCA	19	20	DIARIAMENTE	-	-	SEMANALMENTE	3	6,51	MENSALMENTE	1	8,33	DIARIAMENTE	20	21,05	-	-	-
RELAÇÕES SOCIAIS																	
44	C. T.	%	DIARIAMENTE	30	31,58	DIARIAMENTE	7	7,37	47	C. T.	%	48	C. T.	%	NA FAZENDA	7	7,37
COMUNIDADE	76	80	SEMANALMENTE	20	21,05	SEMANALMENTE	3	3,16	MUITO SATISFATÓRIA	4	4,21	SIM, CONHECER NOVAS PESSOAS	58	61,05	OUTRAS CIDADES, ESTADOS	25	26,32
INDIFERENÇA	15	15,79	MENSALMENTE	1	1,05	MENSALMENTE	2	2,11	SATISFATÓRIA	36	37,9	NÃO, OS QUE TENHO JÁ SÃO O SUFICIENTE	37	38,95	50	UN	%
PROBLEMAS	4	4,21	RARAMENTE	39	41,05	RARAMENTE	41	43,16	INDIFERENTE	33	34,74	49	C. T.	%	SIM	64	67,37
45	C. T.	%	46	C. T.	%	-	-	-	FAVORECE	21	22,11	NO CONDOMÍNIO	28	29,47	NÃO	31	32,63
NUNCA	5	5,26	NUNCA	42	44,21	-	-	-	PREJUDICA	1	1,05	NA PRAIA	35	36,84	-	-	-

ANEXO XII - QUANTITATIVO DOS DADOS - SHOPPING CENTER JARDINS

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1	UN	%	AUTÔNOMO	1	0,57	AUX. ADMINISTRATIVO	5	2,86	PEDAGOGA	1	0,57	GETÚLIO VARGAS	2	1,14	BUGIO	3	1,71
M	69	39,43	BANCÁRIO	2	1,14	QUÍMICO INDUSTRIAL	1	0,57	OPERADOR DE INST.	1	0,57	PEREIRA LOBO	6	3,43	SIQUEIRA CAMPOS	3	1,71
F	106	60,57	DONA DE CASA	1	0,57	PETROLEIRO	1	0,57	ARQUITETO	1	0,57	COROA DO MEIO	4	2,29	PONTO NOVO	14	8
2	UN	%	MÉDICO	1	0,57	RECEPCIONISTA	1	0,57	OPERADOR DE MÁQUINAS	1	0,57	SANTOS DUMONT	1	0,57	18 DO FORTE	1	0,57
ENTRE 13 E 17 ANOS	55	31,43	ATENDENTE	1	0,57	CANT. E DANÇ.	1	0,57	DENTISTA	1	0,57	CIDADE DO EST. DE S. PAULO	2	1,14	JABOTIANA	14	8
ENTRE 18 E 59 ANOS	118	67,43	TÉC. EM MINER.	1	0,57	ASSESS. DE MARK.	3	1,71	FUNC. PÚBLICO	4	2,29	SUISSA	4	2,29	AEROPORTO	1	0,57
ACIMA DE 60 ANOS	-	-	TÉCNICO AGRÍCOLA	1	0,57	TÉC. EM ELETRÔNICA	1	0,57	ENG. CIVIL	2	1,14	GRAGERU	13	7,43	NÃO RESPONDEU	7	4
NÃO RESPONDEU	2	1,14	TÉC. PAT. CLÍNICA	1	0,57	APOSENTADO	1	0,57	CABELEIREIRO	1	0,57	JARDINS	15	8,57	7	UN	%
3	UN	%	DESENHISTA	1	0,57	ELETRICISTA	1	0,57	TÉC. HIG. DENT.	1	0,57	SALGADO FILHO	6	3,43	CASA	105	60
SOLTEIRO	144	82,29	CONSULTORA	1	0,57	ELETROTÉCNICO	1	0,57	AUX. CONTÁBIL	1	0,57	CIRURGIA	3	1,71	APARTAMENTO	70	40
CASADO	25	14,28	TÉC. INFORMÁTICA	1	0,57	ESTUDANTE	86	49,14	ENG. AGRÔNOMO	1	0,57	13 DE JULHO	5	2,86	8	UN	%
SEPARADO	6	3,43	MOTORISTA	1	0,57	ENG. QUÍMICA	1	0,57	DIGITADORA	2	1,14	CENTRO	18	10,29	A PÉ	32	18,29
4	UN	%	ADVOGADO	5	2,86	MÚSICO	2	1,14	BIOMÉDICA	1	0,57	ATALAIA	4	2,29	MOTO, BICICLETA	6	3,43
1º GRAU	44	25,14	VENDEDOR	9	5,14	TÉC. CONTÁBIL	1	0,57	COZINHEIRO	1	0,57	SÃO JOSÉ	6	3,43	ÔNIBUS	43	24,57
2º GRAU	105	60	COMERCIANTE	6	3,43	CAIXA DE SUPERMERCADO	3	1,71	6	UN	%	INÁCIO BARBOSA	5	2,86	CARRO	94	53,71
3º GRAU	26	14,86	SECRETÁRIA	1	0,57	GEÓGRAFO	1	0,57	LUZIA	19	10,86	SÃO CONRADO	3	1,71	-	-	-
5	UN	%	PROFESSOR	5	2,86	OFFICE GIRL	1	0,57	FAROLÂNDIA	9	5,14	INDUSTRIAL	2	1,14	-	-	-
ADMINISTRADOR DE EMP.	2	1,14	TÉC. EM EDIFICAÇÕES	3	1,71	VIGILANTE	1	0,57	LAMARÃO	1	0,57	OUTRAS CIDADES DO ESTADO	4	2,29	-	-	-

AVALIAÇÃO ESPACIAL

9	UN	%	TAMANHO	-	-	SIM	81	46,29	SIM	91	52	MAIS LOJAS JUVENIS	-	-	INSEGURO	12	6,86
MUITO SATISFEITO	9	5,14	POUCA VARIEDADE	-	-	NÃO	94	53,71	NÃO	84	48	ELEVADORES	-	-	MUITO INSEGURO	1	0,57
SATISFEITO	124	70,86	TUMULTO	-	-	PAVIMENTAÇÃO	-	-	TEMPERATURA	-	-	18	UN	%	21	UN	%
INDIFERENTE	21	12	POUCA ILUMINAÇÃO	-	-	SIM	136	77,71	SIM	143	81,71	SIM	56	32	INCONVENIENTES	5	2,86
INSATISFEITO	19	10,86	ESPAÇOS ESTREITOS	-	-	NÃO	39	22,29	NÃO	32	18,29	NÃO	119	68	INCONVENIENTES, MAS NECESS.	37	21,14
MUITO INSATISFEITO	2	1,14	12	UN	%	15	UN	%	16	UN	%	19	UN	%	INDISPENSÁVEIS	131	74,86
10	UN	%	SIM	144	82,29	QUANTIDADE DE BANCOS	-	-	SIM	86	49,14	NO INTERIOR DO SHOPPING	18	32,14	DISPENSÁVEIS	2	1,14
HIGIENE	-	-	NÃO	31	17,71	SIM	44	25,14	NÃO	65	37,14	NO ESTACIONAMENTO INTERNO	15	26,79	22	UN	%
CINEMA	-	-	13	UN	%	NÃO	131	74,86	NÃO RESPONDEU	24	13,71	NO ESTACIONAMENTO EXTERNO	23	41,07	SIM	64	36,57
FACILIDADE DE ACESSO	-	-	SIM	130	74,29	ILUMINAÇÃO	-	-	17	UN	%	20	UN	%	NÃO	25	14,29
SUPERMERCADO	-	-	NÃO	45	25,71	SIM	150	85,71	OUTRO PAVIMENTO	-	-	MUITO SEGURO	9	5,14	NÃO RESPONDEU	86	49,14
LOJAS	-	-	14	UN	%	NÃO	25	14,29	UMA LOCADORA DE VÍDEO	-	-	SEGURO	123	70,29	-	-	-
11	UN	%	LARGURA	-	-	ACÚSTICA	-	-	BOLICHE	-	-	INDIFERENTE	30	17,14	-	-	-

INTENSIDADE E DIVERSIDADE DE USO DOS ESPAÇOS

23	UN	%	DIARIAMENTE	40	22,86	ENTRE 13 E 17 ANOS	141	80,57	1 LAZER, DIVERSÃO	126	72	OUTROS	2	0,87	LOTÉRICA	2	22,22
MANHÃ	9	5,14	SEMANALMENTE	92	52,57	ADULTOS	24	13,71	2 COMPRAS	40	22,86	31	UN	%	CURSO DE INGLÊS	1	11,11
TARDE-INÍCIO	21	12	MENSALMENTE	24	13,71	IDOSOS	-	-	3 SERVIÇOS	9	5,14	REFEIÇÕES, LANCHES	2	5	OUTROS	4	44,45
TARDE-FIM	51	29,14	RARAMENTE	15	8,57	28	UN	%	30	UN	%	SUPERMERCADO	20	50	-	-	-
NOITE A PARTIR DAS 20:00h	94	53,71	26	UN	%	PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO	84	48	CINEMA	88	38,43	ROUPAS	15	37,50	-	-	-
24	UN	%	SIM	131	74,86	PÁTIO DEFRENTE A C&A	45	25,71	CONVERSAR, NAMORAR...	47	20,53	OUTROS	3	7,50	-	-	-
DURANTE A SEMANA	65	37,14	NÃO	12	6,86	CIRCULAÇÃO DO G. BARBOSA	13	7,43	VER GENTE, PASSEAR	29	12,66	32	UN	%	-	-	-
EM FINS DE SEMANA	110	62,86	NÃO SABE	32	18,29	ESPAÇO DE EVENTOS	14	8	OLHAR VITRINES	11	4,8	BANCOS	2	22,22	-	-	-
25	UN	%	27	UN	%	OUTROS	19	10,86	PARQUE DE DIVERSÕES	5	2,18	CORREIOS	-	-	-	-	-
PRIMEIRA VEZ	4	2,29	ATÉ 12 ANOS	10	5,71	29	UN	%	BEBER, COMER, OUVIR MÚSICA	47	20,53	CINFORM	-	-	-	-	-

RELAÇÕES SOCIAIS

33	UN	%	34	UN	%	RARAMENTE	51	29,14	FAVORECE	37	21,14	IGNORA	2	1,14	38	UN	%
SOZINHO	28	16	NUNCA	18	10,29	35	UN	%	PREJUDICA	2	1,14	SE ESCONDE	-	-	FORAM DURADOURAS	60	68,18
ACOMPANHADO(A)	55	31,43	DIARIAMENTE	50	28,57	MUITO SATISFATÓRIA	17	9,71	36	UN	%	37	UN	%	SÓ EXISTIRAM DURANTE A MINHA PERMANÊNCIA NO SHOPPING	28	31,82
COM GRUPOS DE AMIGOS	67	38,29	SEMANALMENTE	46	26,29	SATISFATÓRIA	88	50,29	PÁRA E CUMPRIMENTA	138	78,86	SIM	88	50,29	-	-	-
COM FAMILIARES	25	14,29	MENSALMENTE	10	5,71	INDIFERENTE	31	17,71	CUMPRIMENTA, MAS NÃO PÁRA	35	20	NÃO	87	49,71	-	-	-